

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

FORTALEZA-CE
2022

REITOR

Prof. M.^º Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR

Prof. Dr. Dárcio Ítalo Alves Teixeira

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Jose Camelo Maciel (Mazza)

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof.^ª. Dr.^ª Maria Lucia Duarte Pereira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. Fernando Antônio Alves dos Santos

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Prof.^ª. Dr.^ª Maria Anezilany Gomes do Nascimento

PRÓ-REITORA DE POLÍTICAS ESTUDANTIS

Prof.^ª Dr.^ª Mônica Duarte Cavaignac

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Prof. Dr. Paolo Giuseppe Lima de Araújo

DIRETORA DA FACULDADE/CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS

Prof. Dr.^a Ivelise Regina Canito Brasil

VICE-DIRETORA DA CCS

Prof. Dr.^a Samya Coutinho de Oliveira

**COORDENADORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM TERAPIA
OCUPACIONAL**

Prof.^a Dr.^a Cleide Carneiro

**VICE-COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM TERAPIA
OCUPACIONAL**

Prof. Dr. Erasmo Miessa Ruiz

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Prof.^a Dr.^a Gláucia Posso Lima (UECE)

Prof.^a Dr.^a Cleide Carneiro (UECE)

Prof. Dr. Erasmo Miessa Ruiz (UECE)

Danielle Felix Arruda (ACTO)

Heryka Sousa Sobrinho (ACTO/CREFITO)

José Naum De Mesquita Chagas (ACTO)

Luciana Mesquita De Abreu (ACTO)

Lucyla Oliveira Paes Landim (UECE)

Luzianne Feijó Alexandre Paiva Guimarães (ACTO/CREFITO)

REVISÃO

Prof.^a Dr.^a Cleide Carneiro (TO/UECE)

Prof.^a Ms. Kellinson Campos Catunda (TO/UECE)

Prof.^a Ms. Luana Barreto de Araújo (TO/UECE)

Prof.^a Dr.^a Lucyla Oliveira Paes Landim (TO/UECE)

Prof.^a Dr.^a Ana Cléa Veras Camurça (TO/UECE)

Prof. Dr. Carlos Hermano da Justa Pinheiro (TO/UECE)

Prof.^a Clarissa Dantas de Carvalho (TO/UECE)

Prof. Me. Jean Carlos Souza Silva (TO/UECE)

Prof. Me. João Gabriel Trajano Dantas (TO/UECE)

Prof.^a Dr.^a Lúgia Negrão Costa Taborda (TO/UECE)

Prof. Me. Yuri Fontenelle Lima Montenegro (TO/UECE)

Apoio Técnico-Administrativo

Maiara Franklin de Azevedo (TO/UECE)
(Assistente da Gestão em Educação Superior)

REVISÃO GERAL

Prof. Dr. Carlos Hermano da Justa Pinheiro (TO/UECE)
Prof. Me. Jean Carlos Souza Silva (TO/UECE)
Prof. Me. João Gabriel Trajano Dantas (TO/UECE)
Prof. Me. Yuri Fontenelle Lima Montenegro (TO/UECE)

CONSULTORIA PEDAGÓGICA

Prof.^a Dr.^a Cleide Carneiro (TO/UECE)
Prof.^a Ms. Kellinson Campos Catunda (TO/UECE)
Prof.^a Dr.^a Ana Cléa Veras Camurça (TO/UECE)
Prof. Dr. Carlos Hermano da Justa Pinheiro (TO/UECE)
Prof.^a Clarissa Dantas de Carvalho (TO/UECE)
Prof. Me. Jean Carlos Souza Silva (TO/UECE)
Prof. Me. João Gabriel Trajano Dantas (TO/UECE)
Prof.^a Dr.^a Lígia Negrão Costa Taborda (TO/UECE)
Prof. Me. Yuri Fontenelle Lima Montenegro (TO/UECE)

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS	7
2 APRESENTAÇÃO.....	7
3 HISTÓRICO.....	9
4 JUSTIFICATIVA.....	13
5 OBJETIVOS	16
5.1 Geral	17
5.2 Específicos.....	17
6 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS NORTEADORES	18
7 ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	22
8 PERFIL DO EGRESSO.....	22
9 CORPO FUNCIONAL.....	23
9.1 Corpo Docente.....	23
9.2 Coordenação do Curso.....	25
9.3 Corpo técnico-administrativo.....	26
9.4 Núcleo Docente Estruturado (NDE)	26
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	27
10.1 Princípios orientadores do currículo	27
10.2 Eixos do currículo e integração curricular.....	29
10.2.1 Estágio Supervisionado.....	30
10.2.2 Estágio Não Obrigatório	35
10.3 Cenários de Aprendizagem.....	39
10.4 Disciplinas Obrigatórias.....	40
10.5 Núcleo de Formação Diversificada - Disciplinas optativas.....	47
10.6 Núcleo de Formação Diversificada - Atividades complementares.....	48
10.7 Resumo da carga-horária	49
10.8 Competências e Habilidades.....	50
10.8.1 Atenção à Saúde	50
1. Gestão em Saúde	53
10.8.3 Atitude, Liderança, Comportamento e Ética	53
10.8.4 Educação Permanente.....	53
10.8.5 Habilidades de Comunicação.....	54

10.8.6 Interprofissionalidade	54
10.9 Plano de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	55
10.10 Plano de avaliação da Aprendizagem do Aluno	56
10.11 Plano de Curricularização da Extensão	56
10.12 Fluxo curricular e pré-requisito das disciplinas.....	61
10.13 Setores de Estudos.....	63
11 PLANO DE AVALIAÇÃO/AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO	65
11.1 Avaliação do Rendimento Escolar do Aluno/Aprendizagem das disciplinas.....	66
11.2 Avaliação das Disciplinas.....	68
11.3 Avaliação do Curso.....	69
12 PLANO DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	69
13 CONVÊNIOS, COOPERAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA.....	70
14 PROGRAMAS DE BOLSA E APOIO DISCENTE.....	70
14.1 Grupos, Linhas e Projetos de Pesquisa.....	71
14.2 Projetos de Extensão	72
15 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	72
16 INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	73
16.1 Laboratórios de Ensino, de Pesquisa e Equipamentos.....	74
16.2 Recursos e Materiais de Apoio Administrativo-Didático-Pedagógico.....	77
17. EMENTÁRIO.....	78
17.1 Disciplinas Obrigatórias.....	78
17.2. Disciplinas Optativas.....	272
18 ACERVO BIBLIOGRÁFICO.....	315
REFERÊNCIAS.....	316
APÊNDICES	320

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Denominação do curso: Bacharelado em Terapia Ocupacional

Campus: UECE - Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - Itaperi, Fortaleza - CE, 60714-903

Centro: Centro de Ciências da Saúde

Forma de Ingresso: Vestibular- Entrada Anual

Número de vagas ofertadas anualmente: 40

Turno de funcionamento: matutino/vespertino

Modalidade: presencial

Carga horária total: 4454 horas

Tempo de duração do curso: 4,5 anos

Tempo Mínimo e Máximo de integralização do Curso: A duração mínima do curso será de 4,5 anos (09 semestres) e a máxima de 07 anos (14 semestres).

Créditos com matrícula semestral: mínimo de 12 créditos e máximo de 32 créditos.

Ato legal de criação do curso: Resolução N°1439/2018-CONSU, de 09 de julho de 2018.

Coordenadora: Profª Drª Cleide Carneiro - assistente social, doutora em Serviço Social pela UNESP.

Ano de autorização: 2018.

2 APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual do Ceará (UECE) apresenta a estrutura e o funcionamento do curso, bem como seus princípios e propostas de ensino-aprendizagem, tendo por base os documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394); Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Terapia Ocupacional: Resolução CNS N° 650 de 04 de dezembro de 2020 e Resolução CNE/CES N° 6 de 19 de fevereiro de 2002; Padrões Mínimos para a formação de terapeutas ocupacionais recomendados pela Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT, 2002), bem como o documento Padrão Mínimo de Qualidade para Cursos de Terapia Ocupacional do Ministério da Saúde (Brasil, 1997/1999).

Considerou-se, na elaboração do Projeto, o Decreto Lei 938/69 que Regulamenta as Profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Brasil, 1969); as Resoluções nº 08 e nº 425 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), a primeira regulamenta o exercício profissional da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, e a segunda, dispõe sobre o código de ética das duas profissões abrigadas no mesmo Conselho; e ainda, o documento *Lineamientos para la formación de terapeutas ocupacionales em Latinoamérica* da Confederación Latino-americana de Terapeutas Ocupacionales (CLATO, 2000).

O projeto pedagógico visa à formação do profissional terapeuta ocupacional, especialista no fazer humano, capacitado para intervir com pessoas, grupos, coletivos e populações nos campos da saúde, educação, assistencial social, previdência social, esporte, lazer, justiça, trabalho, cultura e meio ambiente a partir de suas atividades/ocupações/cotidianos, conforme as DCNs para a profissão. Dessa forma, o perfil do profissional egresso inclui uma formação generalista, humanista e crítico-reflexiva, norteado pela afirmação dos direitos humanos, defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), pela participação na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, pelo desenvolvimento de projetos de forma democrática e participativa, pelo reconhecimento da complexidade da diversidade de saberes, subjetividades e identidades e pelo desenvolvimento de iniciativas de assistência, ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, o documento aborda a história da fundação do curso na UECE, os princípios norteadores e o perfil do profissional que a instituição visa formar, o corpo docente e técnico-administrativo, a organização curricular, contemplando as diversas áreas de atuação profissional e os cenários de aprendizagem, o fluxo curricular, as competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo da graduação, a infraestrutura e os planos de avaliação do curso, aproveitamento de estudos, mobilidade acadêmica, curricularização da extensão, programa de bolsas e apoio discente, e acessibilidade.

Considera-se, ao longo de todo o processo, a conformidade com a linha seguida pela Universidade Estadual do Ceará no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Político Pedagógico da Universidade Estadual do Ceará, formando egressos com domínio dos conhecimentos básicos da profissão, capazes de solucionar problemas relativos à prática profissional e de aprender a aprender, disponíveis para o trabalho em equipe, sustentando uma postura ética perante as situações pessoais e profissionais, e com uma visão crítica e política da sociedade. O curso, portanto, empenhar-se-á em formar egressos atentos para as situações de desigualdade social e o seu impacto na vida da clientela atendida.

3 HISTÓRICO

A história da Universidade Estadual do Ceará (UECE) foi concebida com a Lei nº 9.753 de 18 de outubro de 1973, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE), cuja primeira presidente foi a professora Antonieta Cals de Oliveira. Posteriormente, com a resolução número 2 de 05 de março de 1975 do Conselho Diretor, referendada pelo Decreto nº 11.233, de 10 de março do mesmo ano, foi criada a Universidade Estadual do Ceará.

À época foi incorporado ao seu patrimônio algumas Unidades de Ensino Superior existentes, a saber: Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Escola de Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte, além da Televisão Educativa Canal. Reconhecida como Universidade, possibilitou a transformação daquelas Escolas em seus primeiros Cursos de Graduação aos quais outros foram somados.

O primeiro reitor da Universidade foi o professor Antônio Martins Filho, e, graças ao seu empenho e dedicação junto às autoridades federais, obteve-se o reconhecimento da Universidade Estadual do Ceará, que, incontestavelmente, abriu novas possibilidades de desenvolvimento para o Estado e para a Região. A nova instituição teve sua instalação concretizada somente em 1977. Neste período de dois anos direcionou seu âmbito de abrangência àquelas profissões mais solicitadas à demanda para o desenvolvimento do Ceará.

Desse modo, os cursos criados, e seus respectivos centros, foram os seguintes: **Ciências da Saúde** – Enfermagem e Nutrição; **Ciências Tecnológicas** – Matemática, Física, Química, Ciências Pura, Geografia e Ciências da Computação; **Ciências Sociais** – Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Pedagogia; **Ciências Humanas** – Letras, Filosofia, História, Música, Instrumento-Piano e Estudos Sociais; e **Ciências Agrárias** – Medicina Veterinária.

No dia 13 de maio de 1977, por meio de lista sêxtupla, foram nomeados pelo então governador Aduino Bezerra, o professor Danísio Dalton da Rocha Corrêa como reitor e o professor João Nazareth Cardoso como vice-reitor. Mais tarde, em 1981, o professor Danísio Dalton da Rocha Corrêa assumiu a Secretaria de Educação do Estado e o professor padre Luiz Moreira assumiu como reitor *pro tempore*, sendo logo depois nomeado reitor da UECE, por ato do então governador Virgílio Távora.

Em virtude da necessidade de adequação às novas exigências administrativas que se

evidenciaram nos três primeiros anos de funcionamento, a FUNEDUCE foi transformada em Fundação Universidade Estadual do Ceará, a FUNECE, por força da Lei nº 10.262, de 18 de maio de 1979 e do Decreto nº 13.252 de 23 de maio do mesmo ano. Sua criação teve como objetivo atender às necessidades do desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Ceará. A partir de então, a UECE passou a atuar em outros municípios do Estado, estruturando-se, assim, em rede multicampi com Faculdades nos Municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Iguatu, Quixadá, Limoeiro do Norte, Crateús, Ipu, Ubajara, Redenção e Cedro.

Em 13 de abril de 1984, por meio de lista sêxtupla, foram nomeados pelo então governador Gonzaga Mota, os professores Cláudio Régis de Lima Quixadá e Perípedes Franklin Maia Chaves, para as funções de reitor e vice-reitor, respectivamente. Já a quinta gestão teve como reitor o professor Perípedes Maia Chaves e como vice-reitor o professor Luiz Tavares Júnior, nomeados pelo governador Tasso Jereissati, em 14 de abril de 1988.

Ato do governador Ciro Ferreira Gomes, de 12 de maio de 1992, nomeou para a sexta gestão administrativa da UECE os professores Paulo de Melo Jorge Filho e Hélio Bonfim de Macêdo, respectivamente reitor e vice-reitor. Para a sétima gestão administrativa da UECE foram nomeados, em 24 de maio de 1996, o professor Manassés Claudino Fonteles como reitor, e o professor Francisco de Assis Moura Araripe, que assumiu a Vice-Reitoria em 10 de junho de 1996, nomeados pelo governador Tasso Jereissati.

Em 22 de maio de 2000, os professores Manassés Claudino Fonteles e Francisco de Assis Moura Araripe assumiram seu segundo reitorado. Em 06 de outubro de 2003 o professor Manassés Claudino Fonteles afastou-se e assumiu como reitor o professor Francisco de Assis Moura Araripe, terminando o mandato em 22 de maio de 2004.

Os professores Jáder Onofre de Moraes e João Nogueira Mota assumiram os cargos de reitor e vice-reitor, respectivamente, para o período de 2004 a 2008. No período de 2008 a 2012, os professores Francisco de Assis Moura Araripe e Antônio de Oliveira Gomes Neto assumiram os cargos de reitor e vice-reitor, nomeados pelo governador Cid Gomes.

Os professores José Jackson Coelho Sampaio e Hidelbrando dos Santos Soares, respectivamente reitor e vice-reitor, assumiram em 23 de maio de 2012 até 22 de maio de 2016, nomeados por ato do governador Cid Ferreira Gomes, sendo novamente eleitos em 2016 para gestão da UECE até maio de 2020.

A Universidade Estadual do Ceará (UECE) atualmente é uma Instituição de Ensino Superior (IES) constituída em forma de Fundação com personalidade Jurídica de Direito Público, criada pelo Decreto nº 11.233 de 10 de março de 1975. Constituída por uma rede

multicampi, que privilegia os Cursos voltados para a formação de professores, as licenciaturas, sem abrir mãos dos bacharelados, a UECE vem acumulando experiências e transformando o seu perfil curricular em razão da melhoria da formação profissional de seus alunos e consequentemente da elevação da qualidade de vida da sociedade cearense.

O Ensino tem se constituído atividade por excelência da UECE, desde sua origem, principalmente o de graduação, com a preocupação pela sua qualidade, objetivando a formação de profissionais competentes para atender às mais diversificadas demandas sociais e profissionais do Estado e da Região.

A Universidade Estadual do Ceará tem como missão produzir e disseminar conhecimentos e formar profissionais para promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da região, e como visão ser uma Instituição de projeção nacional pela excelência do ensino, da produção científica e da contribuição efetiva ao desenvolvimento do país.

Neste contexto, a UECE passa a ofertar o curso de terapia ocupacional a partir do primeiro semestre de 2019 e, para contextualizar sua inserção, torna-se necessário lançar um olhar para alguns acontecimentos que precederam este momento e que culminaram na oferta do curso.

Ao longo das últimas duas décadas a categoria profissional de terapeutas ocupacionais brasileiros, por meio de suas instâncias representativas, reivindicaram a abertura do curso em Instituições de Ensino Superior (IES) pública. Este movimento teve como espaço privilegiado as assembleias nacionais ocorridas em congressos e encontros da categoria, como o Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional (CBTO). Ressalte-se ainda espaços importantes de luta da categoria pela abertura de cursos em IES públicas como a Conferência Nacional de Saúde Mental em 2010; a Conferência Nacional de Assistência Social em 2011; e a Conferência Nacional de Saúde em 2013.

No Ceará, estes movimentos de reivindicações da categoria foram ratificados pela então Associação Cearense de Terapeutas Ocupacionais (ACTO), que a partir da gestão 2006 - 2007, estabelece parceria com segmentos da sociedade e demais entidades representativas de classe, como o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 6.^a Região (CREFITO-6) e o Sindicato de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (SINFITO/CE), dando início efetivamente ao processo de solicitação de abertura do Curso de Terapia Ocupacional no Estado do Ceará em uma instituição de ensino superior (IES) pública¹. Também a Associação Brasileira de Terapia Ocupacional (ABRATO), seção Ceará, participou das lutas pela ampliação dos espaços de formação da profissão no estado.

Dois eventos importantes ocorridos em Fortaleza marcaram esta trajetória: o Congresso Norte-Nordeste de Terapia Ocupacional (CONNTO) de 2006, onde os participantes de assembleia emitiram importante declaração de apoio à abertura do Curso em IES pública no Estado; e o XI CBTO em 2009, que teve grande repercussão na sociedade local, sensibilizando governantes e gestores das IES públicas, particularmente da Universidade Estadual do Ceará ao acolher a solicitação de abertura do curso nesta instituição.

Este processo resultou no estabelecimento, ainda no ano de 2009, de uma Comissão¹ composta por representantes das entidades profissionais e professores da universidade, presidida pela direção do Centro de Ciências da Saúde (CCS), para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual do Ceará (PPC/TO/UECE).

Para a elaboração do projeto foram levantados dados referentes à profissão no Estado, documentos regulatórios, projetos de outras instituições, bem como realizado encontros com coordenadores de cursos e profissionais atuantes na área para troca de informações e ideias. Dessa forma, sua concepção reflete os anseios das representações da categoria, dos profissionais atuantes, de estudantes e professores da terapia ocupacional. Além disso, procurou-se traçar o perfil demográfico, socioeconômico, clínico e epidemiológico da população atendida e assistida pela profissão, com vistas a oferecer uma formação qualificada inserida no contexto social, educacional, cultural e de saúde que dialoguem com a realidade do país e do Ceará.

O PPC/TO/UECE elaborado pela Comissão procurou enfatizar e fortalecer as relações ensino-pesquisa-extensão, teoria-prática e aluno-professor-instituição, vendo-as como estratégia fundamental no alcance dos princípios e metas do curso. Adequa-se às normas e resoluções dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e da UECE, para o funcionamento dos cursos de graduação; propõe a integralização curricular e a implantação do curso, evitando ao máximo onerar a instituição em seus primeiros anos de funcionamento. Expressa um olhar atento às demais interfaces de um curso universitário de qualidade, orientando e oferecendo subsídios relevantes para uma avaliação permanente, garantindo assim, o seu contínuo aperfeiçoamento.

^{1a} Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso: Presidente: Prof. Dra. Gláucia Posso Lima (UECE); Colaboradores: Prof.^a Dra. Cleide Carneiro (UECE); Prof. Dr. Erasmo Miessa Ruiz (UECE); Prof.^a Dra. Lucyla Oliveira Paes Landim (UECE); Prof.^a Ms. Danielle Felix Arruda (UVA/ACTO); Heryka Sousa Sobrinho (ACTO); José Naum de Mesquita Chagas (ACTO); Luciana Mesquita de Abreu (ACTO); Luzianne Feijó Alexandre Paiva Guimarães (ACTO/CREFITO).

Após um longo processo de trânsito por todas as instâncias competentes da instituição, permeado por processos de revisão, este PPC foi **aprovado e autorizado pela Resolução N°1439/2018-CONSU, de 09 de julho de 2018**. Neste mesmo ano ocorre a inclusão do Curso de Terapia Ocupacional na seleção do vestibular da instituição e a seleção pública de três professores temporários para compor o Colegiado do curso. No primeiro semestre de 2019 teve início a formação da **Primeira Turma do Curso de Terapia Ocupacional na Universidade Estadual do Ceará**.

Para que o projeto do curso se ajustasse melhor às demandas e necessidades atuais da formação em terapia ocupacional, e da formação em saúde pensada pelo Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará, com direcionamento interprofissional, colaborativo e adequada para o sistema público universal de saúde brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS), foi constituída uma nova Comissão³ de ajuste composta por professores do curso, incluindo na matriz curricular a disciplina comum aos cursos da saúde da UECE – **Introdução à Formação Interprofissional para o SUS**, um passo importante da instituição em direção a uma formação interprofissional para o trabalho em equipe colaborativa no SUS.

O Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual do Ceará reflete, portanto, o resultado de um intenso processo de lutas e reivindicações da categoria e da própria instituição, estudos e reflexões coletivas, adotando princípios filosóficos e metodológicos que estão em consonância com uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva dos futuros profissionais terapeutas ocupacionais. O curso cumpre, assim, com o papel de atender não só as demandas das entidades representativas da classe, mas, sobretudo, à demanda social e de saúde pública e coletiva, cearense e brasileira.

4 JUSTIFICATIVA

A oferta do Curso de Terapia Ocupacional, pela Universidade Estadual do Ceará, está embasada na realidade brasileira que demonstra necessidade crescente por aumento de vagas nas IES públicas, em especial na área da saúde, e ainda na realidade do estado do Ceará, onde há carência por estes profissionais da saúde, tanto nos municípios do interior do estado, quanto na capital.

No primeiro semestre do ano de 2019, a graduação em Terapia Ocupacional era ofertada por 34 IES, sendo 14 privadas e 20 públicas (COFFITO, 2019). A maior parte das IES públicas que oferecem o curso concentra-se na região Sudeste, com apenas quatro cursos

na Região Nordeste. No que diz respeito ao estado do Ceará, a criação do Curso de Terapia Ocupacional se torna importante dada a inexistência dessa formação em IES públicas e/ou privadas. Tal situação indica, portanto, que o Estado, ao aprovar a abertura do Curso, busca solucionar tal carência, ofertando a formação de profissionais Terapeutas Ocupacionais que venham suprir a necessidade desse profissional no Ceará e no Brasil.

O quadro abaixo mostra as IES públicas que oferecem o curso de Terapia Ocupacional.

Quadro 01 – Instituições de Ensino Superior Públicas que ofertam o Curso de Terapia Ocupacional

INSTITUIÇÃO	SIGLA	REGIÃO
Universidade Estadual do Pará	UEPA	Norte
Universidade Federal do Pará	UFPA	Norte
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	UNCISAL	Nordeste
Universidade Estadual do Pernambuco	UFPE	Nordeste
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	Nordeste
Universidade Federal do Sergipe	UFES	Nordeste
Universidade de Brasília	UNB	Centro-Oeste
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Sudeste
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Sudeste
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Sudeste
Universidade de São Paulo	USP	Sudeste
Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto	USP-RP	Sudeste

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	Sudeste
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Sudeste
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	Sudeste
Universidade Estadual paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Sudeste
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Sudeste
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Sul
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	Sul
Universidade Federal do Paraná	UFPR	Sul

Fonte: Elaboração comissão, 2019.

Outros dados também contribuem para a justificação da oferta do curso no estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará tem uma população estimada de 9.132.078 habitantes, com o incremento da população idosa nos próximos anos alcançando 18,59% da população, o equivalente à população jovem (18,53%) (IBGE, 2019). Tal dado nos dá conta de que o Ceará e o Brasil estão envelhecendo, e que o crescimento do número de pessoas idosas cria novas demandas para a saúde pública devido ao aumento da ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis e doenças degenerativas. Dentre estas, as mais comuns, e que geram grande dependência física, psíquica e social, encontram-se as demências que provocam graves repercussões na vida das pessoas acometidas, requerendo cuidados contínuos, demandando serviços especializados e de alto custo, tornando-se um problema que diz respeito ao Estado e à sociedade como um todo.

Vale ressaltar, os dados referentes às pessoas com deficiência. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) em torno de 10% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência física e/ou mental, chamando a atenção para os transtornos mentais que aumentam assustadoramente em todo o mundo, a exemplo das depressões e uso

abusivo de álcool e outras drogas. Estes dados colocam novos desafios para as políticas públicas de saúde, assistência social e educação, e para todas as profissões relacionadas ao cuidado à saúde, educação e inclusão social, como a Terapia Ocupacional. Esta é por excelência, uma profissão voltada para a prevenção, promoção e recuperação da saúde, e inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ocorre que a demanda por profissionais terapeutas ocupacionais tem sido maior que a atual capacidade das instituições formadoras prepararem estes profissionais de modo a atender as necessidades do estado do Ceará e do país, de dimensão continental. Essas IES lutam há anos para aumentar o contingente de terapeutas ocupacionais formados, porém, com dificuldade de fazê-lo devido à capacidade instalada ser insuficiente para ofertar um número de vagas que venha suprir a demanda de formação deste profissional no país, sendo, portanto, necessária uma ação imediata para o aumento do número de IES públicas que ofereçam esta formação e, certamente, não se trata apenas do aumento quantitativo destes profissionais.

Conclui-se com o exposto, que o número de terapeutas ocupacionais existentes, no país e no Estado do Ceará, ainda é muito pequeno para suprir todas as demandas que vêm sendo geradas para este profissional. Tal fato é objeto da atenção e preocupação de gestores, trabalhadores, professores e pesquisadores da área, conselhos/instâncias representativas, bem como das instituições formadoras públicas que possuem o curso e que acreditam que a criação de novos, no Brasil, é uma necessidade emergencial, objetivando reverter esta situação no curto e médio prazo, visando atender à população vulnerável, contribuindo para a formação de um profissional altamente capacitado, problematizador, e formado para atuar em conformidade com os princípios e diretrizes norteadoras das políticas públicas vigentes no país, com perfil para trabalhar nos serviços públicos que cuidam da saúde e segurança da população brasileira.

5 OBJETIVOS

O Curso de Terapia Ocupacional da UECE tem como finalidade formar profissionais terapeutas ocupacionais com perfil generalista, crítico-reflexivo e humanista, apto ao trabalho interprofissional e colaborativo, orientado por princípios éticos da Terapia Ocupacional, com competências para atuar nos diferentes campos e áreas a que é chamado buscando promover saúde, participação social e a qualidade de vida dos indivíduos e populações atendidas.

5.1 Geral

Formar terapeutas ocupacionais para o cuidado à saúde e emancipação social de indivíduos e populações, e para o planejamento, gerenciamento e execução de ações de promoção da saúde e do bem-estar social, com capacidade de problematizar a realidade para tomar decisões, capacidade de ensino e pesquisa, considerando a primazia da mobilidade acadêmico-profissional no processo de educação permanente.

5.2 Específicos

- a) Compreender a ocupação humana como o objeto de estudo da Terapia Ocupacional;
- b) Analisar e aplicar atividades humanas como instrumento terapêutico voltado ao ser humano de modo integral;
- c) Entender o binômio saúde-doença a partir dos condicionantes socioeconômicos e culturais relacionados ao modo de vida e produção das sociedades;
- d) Contextualizar os problemas locais e regionais de forma a intervir e contribuir na elaboração de políticas sociais, culturais e de saúde;
- e) Contribuir nas discussões das questões éticas e de cidadania, intervindo nos processos de transformação da realidade social e condições de saúde;
- f) Produzir e facilitar a construção de conhecimento, de forma a avançar na busca de informações, aprimorando-se através de cursos de pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu*, estágios e outras formas de auto-gerenciamento da vida profissional dentro do processo de educação permanente;
- g) Empreender um processo formativo que promova a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, planejando e executando atividades de iniciação científica, serviços à comunidade e elaboração de trabalhos científicos;
- h) Atuar na área de gestão, dirigindo serviços e órgãos, públicos ou privados e assessorando-os tecnicamente;
- i) Executar métodos e técnicas de Terapia Ocupacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física, mental e social dos sujeitos;
- j) Habilitar para a realização de análise de dados clínicos, solucionando problemas e avaliando os resultados alcançados em atendimentos individuais, grupais, familiares, institucionais, coletivos e comunitários.

6 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS NORTEADORES

Desde a Reforma Sanitária Brasileira (RSB) percebe-se a preocupação com a formação de profissionais da saúde, principalmente, no que diz respeito à atuação no setor público. A partir da Constituição Federal 1988 com a Lei Orgânica da Saúde e criação do Sistema Único de Saúde (SUS) admite-se a necessidade de mudanças nas graduações, reconhecendo-se a importância da integração ensino-serviço (DIAS et al, 2013).

Após os anos de 1990, alguns movimentos foram importantes para a reorientação da formação para o SUS, como destaque tem-se a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) em 2003, a qual executou projetos que impulsionaram transformações nas graduações da saúde, tais como o VER-SUS – Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde, potencializando o reconhecimento do SUS como um cenário fecundo para a formação profissional (DIAS et al, 2013).

Em 2005, institui-se o Programa Nacional de Reorientação da Formação em Saúde (Pró-saúde), o qual possibilitou inovações nas práticas educacionais nos serviços de públicos de saúde (BRASIL, 2005).

Nesse contexto, o processo de reformulação dos currículos de graduação brasileiros reconhece a necessidade de vínculos mais consistentes entre a formação e atuação profissional nos com os serviços de saúde. O ensino superior em saúde assume o compromisso com a formação de profissionais capacitados para atuar com eficiência, qualidade e resolutividade no SUS, norteados pelos princípios da integralidade da atenção e do trabalho em equipe (GRUPPEN, 2012).

No que diz respeito à graduação em Terapia Ocupacional, as diretrizes curriculares do curso definem e orientam princípios comuns para as áreas de saúde como as competências e habilidades para a Terapia Ocupacional. As DCNS para Terapia Ocupacional indicam a utilização da Matriz Curricular, visando a maior flexibilidade e integração dos conteúdos, além da adoção de metodologias ativas, as quais possibilitam a construção de projetos pedagógicos coletivos pautados numa formação integradora que articule pesquisa, formação e extensão (BRASIL. MEC.CNE/CES, 2002).

A resolução nº 650, de 04 de dezembro de 2020, do Conselho Nacional de Saúde aprova as recomendações do referido conselho às DCNS dos cursos de graduação em Terapia Ocupacional, definindo dezesseis princípios orientadores para a formação profissional. Assim,

tais princípios são assumidos na formação do terapeuta ocupacional na Universidade Estadual do Ceará, a saber:

I – Afirmação dos direitos humanos para o reconhecimento de diferentes pessoas, grupos, coletivos e populações nas questões relacionadas à ampliação de autonomia, participação e inclusão social, de maneira a contribuir para a superação das desigualdades sociais, da discriminação e da violação de direitos civis, políticos e sociais.

II – Defesa do desenvolvimento e do acesso a sistemas universais públicos e gratuitos, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e de políticas de garantia de direitos sociais em geral.

III – Participação na formulação, desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e ações que estejam em conformidade com os sistemas universais, públicos, gratuitos e, também, suplementares fundamentada em princípios de integralidade, interdisciplinaridade, interprofissionalidade e intersetorialidade.

IV – Reconhecimento do significado sociocultural da prática profissional, caracterizada pela atuação de forma crítica e problematizadora e pela indissociabilidade entre suas dimensões técnico-científica, ética, bioética e política.

V – Articulação para o desenvolvimento social, técnico, científico e de sustentabilidade ambiental visando à incorporação de novas ações e práticas e compreendendo os processos de identidades e subjetividades.

VI – Atuação profissional embasada no reconhecimento das necessidades humanas na saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, justiça, trabalho, cultura e meio ambiente de forma a promover o engajamento nas atividades/ocupações/cotidianos e possibilitar dignidade, exercício de cidadania, participação e inclusão social.

VII – Adoção da concepção ampliada de atividades/ocupações/cotidianos, como ferramenta de inclusão, promoção da cidadania e transformação social que contribui para a redução da distância entre a privação e/ou desvantagem e o potencial de pessoas, grupos, coletivos e populações.

VIII – Desenvolvimento da capacidade de formular projetos de intervenção e tomar decisões de forma colaborativa, democrática e participativa junto à população e a outros profissionais com compromisso, responsabilidade, ética e empatia, baseando-se em evidências científicas, preocupado e articulado com os saberes tradicionais e populares na eficácia e custo-efetividade, em recursos e tecnologias disponíveis.

IX – Defesa da complexidade do conhecimento e da diversidade de saberes e perspectivas para o entendimento das atividades/ocupações/cotidianos, do ser humano em diversos contextos.

X – Incorporação de processos de comunicação, considerando aspectos verbais e não verbais, habilidades de escrita e leitura nas línguas do território nacional (oficiais ou não) e internacional, e uso de tecnologias de informação e comunicação que ampliem as possibilidades de diálogo e de intercâmbio de experiências e conhecimentos.

XI – Construção de parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais, valorizando a articulação com a comunidade, o estímulo à mobilidade acadêmica e profissional, a educação permanente e contínua, as práticas de cooperação assistenciais, de gestão, produção e difusão de conhecimento.

XII – Responsabilização e comprometimento com a continuidade de sua educação e com a formação de futuros profissionais em propostas coletivas de educação em trabalho colaborativo e em redes, caracterizando educação permanente e continuada.

XIII – Desenvolvimento de assistência, ensino, pesquisa, extensão universitária, planejamento, gestão de serviços e de políticas, assessoria e consultoria de projetos.

XIV – Capacitação para o desenvolvimento de assistência, ensino, pesquisa, extensão universitária, planejamento, gestão de serviços e de políticas, assessoria e consultoria de projetos.

XV – Identificação de oportunidades e de desafios na organização do trabalho em todos os cenários e campos de intervenção, assumindo compromissos com a qualidade de atenção.

XVI – Estímulo e valorização à participação de estudantes, docentes e profissionais em órgãos colegiados e conselhos das IES e da sociedade, incluindo as associações e entidades de Terapia Ocupacional, como atividade indispensável em sociedades democráticas.

Desse modo, este projeto é norteado pelos princípios do sistema público universal de saúde brasileiro, SUS, pelas DCNS da Terapia Ocupacional, e por documento da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) Entry Level Competencies for Occupational Therapists, que define habilidades, competências, atitudes que contemplem os compromissos éticos, morais, legais e sociais. Ressalta ainda, a importância do contexto em que as práticas são realizadas, respeitando as características e cultura de cada país, assim como o escopo dos serviços de saúde (BRASIL. MEC.CNE/CES, 2002; WFOT, 2016).

Nesse sentido, o profissional de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual do Ceará deverá ser formado para compreender as diferentes concepções de saúde-doença, as

necessidades das populações e dos sujeitos sociais, os direitos humanos, o conceito ampliado de saúde, os determinantes sociais, o trabalho colaborativo e interprofissional, levando em consideração tanto aspectos gerais para o cuidado em saúde e bem estar social como a especificidade do objeto da Terapia Ocupacional.

Considerando as diferentes áreas de atuação e as demandas e necessidades sociais crescentes de saúde, assistência, educação, cultura, e outras, o profissional terapeuta ocupacional formado pela UECE deverá ser capaz de formular hipóteses, compreender os problemas, demandas e necessidades trazidas pelos indivíduos e/ou populações junto aos quais exerce sua profissão, conhecer o território e a realidade social e trabalhar de modo a pensar em soluções conjuntas para os problemas identificados. Assim como será capaz de conhecer o funcionamento dos mecanismos de exclusão social com vistas a construir, juntamente com as populações atendidas, estratégias de enfrentamento aos problemas sociais que afligem indivíduos, famílias e comunidades, baseado em evidência científicas e valorizando os saberes populares e tradicionais.

O currículo do Curso, portanto, busca refletir estas concepções por meio de uma proposta de ensino-aprendizagem dialógica, crítica e que prioriza o ensino com pesquisa. Nesta perspectiva, apoia-se nas contribuições de Paulo Freire que destaca a intersubjetividade do processo ensino-aprendizagem no sentido de que é na relação com o outro e com o mundo, que se dá a aprendizagem. Como coloca o autor, “ninguém educa ninguém, assim como tampouco ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.68-69).

Nesta acepção, o educador já não seria aquele que somente educa, “mas aquele que enquanto educa é educado através do diálogo com o educando, que, ao ser educado, também educa”. Assim, ambos se transformariam em “sujeitos do processo em que crescem juntos e no qual os argumentos da autoridade já não prevalecem”. Nesta perspectiva o ato de ensinar exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, corporeificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição a discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e a assunção da identidade cultural, consciência do inacabado, respeito à autonomia do ser do educando, bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores, apreensão da realidade, alegria, esperança e curiosidade e a convicção de que a mudança é possível (FREIRE, 1996).

De modo geral, a proposta pedagógica do Curso procura se orientar pela perspectiva do currículo por competência e o estímulo à adoção de metodologias ativas e participativas de aprendizagem, buscando fomentar no aluno a autonomia pela sua aprendizagem, ensinando-o

a aprender a aprender, propiciando a aprendizagem colaborativa com os pares e interprofissional. Considerando, contudo, as amplas possibilidades metodológicas, a Comissão de Ajuste deste Projeto discerniu por deixar a cargo do corpo docente e do docente responsável pela disciplina a implementação de inovações pedagógicas

7 ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O curso de graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Estadual do Ceará formará profissionais para a demanda do mercado de trabalho nas diversas áreas de atuação para o Terapeuta Ocupacional, a qual se apresenta em constante expansão com possibilidades nas áreas das Políticas Públicas, na Saúde, Educação, no Campo Social (Assistência Social, Cultura, Segurança Pública, etc.), no Magistério, além de gestão, auditoria, vigilância em saúde, controle e avaliação, entre outros.

A atuação se dá desde a promoção, prevenção, reabilitação, cura das situações problemas nas referidas áreas. Os serviços de saúde, equipamentos sociais e a rede educacional e de cultura poderão contemplar os cenários de aprendizagem e atuação do Terapeuta Ocupacional, possibilitando a diversificação e a ruptura da formação fragmentada e individualista, aproximando-se, assim, de uma prática profissional real.

8 PERFIL DO EGRESSO

O Terapeuta Ocupacional formado pela Universidade Estadual do Ceará terá perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo, capacitado ao exercício profissional em todas as suas dimensões pautado em princípios éticos. Atuará no campo clínico e da saúde coletiva, área social, educação e cultura numa perspectiva interdisciplinar, interprofissional e colaborativa centrada nos princípios do SUS, Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e demais áreas educacional e da cultura.

Conhecedor dos fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da Terapia Ocupacional, poderá inserir-se nos diversos níveis de atenção à saúde e demais campos de atuação social, e estará apto a atuar em sintonia com as intensas mudanças do mundo contemporâneo, consciente da problemática específica da comunidade na qual está inserido.

O Terapeuta Ocupacional deverá compreender, analisar e sistematizar ações preventivas, curativas, de proteção e reabilitadoras, baseando-se na relação estabelecida entre o terapeuta/paciente/atividade. Devendo também avaliar, desenvolver e acompanhar

programas terapêuticos, selecionar métodos, técnicas e recursos apropriados para o desenvolvimento e recuperação da saúde e inclusão social numa perspectiva biopsicossocial e cultural.

9 CORPO FUNCIONAL

9.1 Corpo Docente

Em relação ao corpo docente o curso está operacionalizado por meio de parceria com os demais cursos do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Ciências Humanas (CCH), especialmente ao se tratar das disciplinas do Eixos das Ciências Biológicas e da Saúde e Eixo das Ciências Humanas, respectivamente (APÊNDICE B). No que se refere ao eixo das disciplinas específicas da Terapia Ocupacional é necessário a abertura de vagas para Concurso Público de ampla concorrência de docentes terapeutas ocupacionais para o cargo de professor efetivo em regime de dedicação exclusiva da Universidade Estadual do Ceará, aptos para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão e de gestão acadêmica, inerentes ao trabalho docente em IES.

Para a implementação plena do Curso o número de vagas para docentes efetivos terapeutas ocupacionais em regime de dedicação exclusiva deverão atingir o quantitativo de 25 (vinte e cinco) docentes, sendo que nos 03 (três) primeiros anos do curso almeja-se que este quantitativo chegue à 13 (treze) docentes.

Este número leva em conta a implementação da primeira turma do Curso que ingressou em 2019, e das turmas subsequentes 2020 e 2021 (totalizando 120 discentes). Ao final do terceiro ano da primeira turma os discentes ingressos na primeira turma estarão no 6.º semestre do curso, iniciando o ciclo profissionalizante dos estágios, o que requer a amplificação do corpo docente efetivo graduado em terapia ocupacional.

Atualmente, o corpo docente é composto pelos nomes a seguir:

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME	LATTES
Ana Cléa Veras Camurça Vieira	Graduação em Terapia Ocupacional e em Fisioterapia. Especialização em Psicomotricidade Clínica e Educacional. Mestrado em Educação em Saúde. Doutorado em	40h Temporário	http://lattes.cnpq.br/9847748908766203

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME	LATTES
	Saúde Coletiva.		
Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães	Graduação em Nutrição. Mestrado em Nutrição Experimental (Ciência dos Alimentos). Doutorado em Nutrição Experimental (Ciências dos Alimentos).	<i>40h Efetivo</i>	http://lattes.cnpq.br/8625818286510927
Carlos Hermano da Justa Pinheiro	Graduação em Fisioterapia. Especialização em Reabilitação Esportiva. Mestrado em Ciências (Fisiologia Humana). Doutorado em Ciências (Fisiologia Humana). Pós-doutorado em Ciências (Fisiologia Humana).	<i>40h Temporário</i>	http://lattes.cnpq.br/1107996414384180
Clarissa Dantas de Carvalho	Graduação em Terapia Ocupacional. Especialização (Residência Multiprofissional) em Saúde Mental Coletiva. Especialização em Saúde Mental.	<i>40h Temporário</i>	http://lattes.cnpq.br/3907965349572654
Cleide Carneiro	Graduação em Serviço Social. Especialização em Saúde Pública. Mestrado em Serviço Social. Doutorado em Serviço Social.	<i>40h Efetivo</i>	http://lattes.cnpq.br/7305279180111924
Erasmus Miessa Ruiz	Graduação em Psicologia. Mestrado em Educação. Doutorado em Educação.	<i>40h Efetivo</i>	http://lattes.cnpq.br/9172194575437213
Jean Carlos Souza Silva	Graduação em Ciências Biológicas. Mestrado em Ciências Fisiológicas. Especialização em Infectologia.	<i>40h Temporário</i>	http://lattes.cnpq.br/1615216851235505

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME	LATTES
João Gabriel Trajano Dantas	Graduação em Terapia Ocupacional. Especialização em Psicoterapia Junguiana e em Gestão de Redes de Atenção à Saúde. Mestrado em Ciências (Educação e Saúde na Infância e Adolescência).	40h Temporário	http://lattes.cnpq.br/1057076984543951
Kellinson Campos Catunda	Graduação em Terapia Ocupacional. Especialização em Saúde da Família. Mestrado em Saúde Coletiva.	40h Temporário	http://lattes.cnpq.br/4789615226039369
Lígia Negrão Costa Taborda	Graduação em Terapia Ocupacional. Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará. Especialização (Residência) em Saúde Mental Coletiva.	40h Temporário	http://lattes.cnpq.br/4220711344190301
Pablo Diego Mane Solari	Graduação em Marketing. Doutor em Artes por Notório Saber. Pós-Doutorado em Cores (Tecnologia da Arquitetura).	40h Efetivo	http://lattes.cnpq.br/3842249843111484
Yuri Fontenelle Lima Montenegro	Graduação em Terapia Ocupacional. Especialização em Psicologia Educacional e do Desenvolvimento Humano. Especialização em Método Terapia Ocupacional Dinâmica. Mestrado em Saúde Coletiva.	40h Temporário	http://lattes.cnpq.br/1068498877284486

9.2 Coordenação do Curso

A coordenação do curso será composta por professores efetivos, nomeados conforme o regimento da instituição **RESOLUÇÃO Nº 953/2013-CONSU, DE 05 DE ABRIL DE 2013** (ANEXO C). Casos omissos serão levados para o Centro de Ciências da Saúde, o qual indicará as providências necessárias. Atualmente temos como coordenadora do Curso a professora Cleide Carneiro e como Vice-Coordenador o professor Erasmo Miessa Ruiz por um mandato de 2 anos.

9.3 Corpo técnico-administrativo

A coordenação do curso de Terapia Ocupacional conta com uma Assistente da Gestão em Educação Superior, a qual auxilia nas atividades administrativas. Existe a necessidade da contratação de um auxiliar de serviços gerais para colaborar na execução das demandas e tarefas do curso.

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Maiara Franklin de Azevedo	Assistente da Gestão em Educação Superior	Secretaria Terapia Ocupacional

9.4 Núcleo Docente Estruturado (NDE)

O NDE é regulamentado pela resolução nº 4044/CEPE de 20 de março de 2017, e possui um caráter consultivo e propositivo, atuante no processo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), visando a contínua promoção de sua qualidade. O art. 2º da resolução determina que: “O NDE será composto pelo Coordenador do Curso, como presidente nato, pelo Vice-Coordenador e mais três(03) professores pertencentes ao corpo docente efetivo do curso”.

Considerando que este curso está em seu início e não há profissionais suficientes para assumir tal função perante estes requisitos, institui-se um Núcleo Docente Estruturante Provisório composto pelos professores que foram aprovados em seleção para professor temporário, respeitando a referida resolução em seu parágrafo 4 - art. 2º “§4º - Somente será admitida a indicação de professor substituto para o NDE no caso de inexistência de professores efetivos em número suficiente no colegiado do curso.” Desse modo o curso contempla a legalidade do NDE. Atualmente, o NDE do curso de Terapia Ocupacional é

constituído pelo seguintes professores: Cleide Carneiro, Erasmo Miessa Ruiz, Pablo Diego Mane Solari, Kellinson Campos Catunda e Lígia Negrão Costa Taborda.

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1 Princípios orientadores do currículo

O currículo está organizado em três Eixos Norteadores. Cada eixo contém o conjunto de disciplinas e conteúdos curriculares. O Eixo das Ciências da Terapia Ocupacional contempla quatro Núcleos específicos, como mostra o Quadro 02 a seguir.

Quadro 2 – Eixos e Núcleos de Formação com as respectivas Disciplinas Curriculares

EIXOS	DISCIPLINAS
EIXO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	Fundamentos de Sociologia; Fundamentos de Antropologia; Fundamentos de Filosofia; Psicologia Geral; Psicologia do Desenvolvimento; Metodologia de Pesquisa; Interface Arte, Cultura e Saúde; Libras
EIXO DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	Citologia, Histologia e Embriologia; Anatomia Geral e Radiográfica; Fisiologia Humana; Patologia Geral; Bioquímica Humana; Neuroanatomia Funcional; Farmacologia Básica para Terapia Ocupacional; Semiologia Funcional; Introdução à Formação Interprofissional para o SUS;

	Psicopatologia; Psicomotricidade
EIXO DAS CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL	DISCIPLINAS
NÚCLEO I – FUNDAMENTOS DA TERAPIA OCUPACIONAL	Fundamentação Histórica da Terapia Ocupacional; Fundamentos de Terapia Ocupacional I e II; Políticas Públicas e Terapia Ocupacional I e II; Ética e Deontologia em Terapia Ocupacional; Métodos e Técnicas de Avaliação em Terapia Ocupacional; Cinesiologia; Cinesioterapia; Estratégias de Inclusão Social; Abordagens Grupais em Terapia Ocupacional; Laboratórios de Atividades I, II, III
NÚCLEO II – CAMPOS DE ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL	TO em Contextos Sociais; TO em Saúde Coletiva; Terapia Ocupacional, Saúde e Infância; TO nos Contextos Educacionais TO em Neurologia; TO em Dermatologia; Terapia Ocupacional no Ciclo de vida da Pessoa Idosa; Terapia Ocupacional nas Disfunções Físicas; TO em Saúde Mental I e II; TO em Desvantagens Funcionais e Sensoriais;

	Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho; Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares; Gestão em Serviços de Saúde;
NÚCLEO III - PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL	Estágios Supervisionados I e II;
EIXO DE PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL	Metodologia da Pesquisa Aplicada a Terapia Ocupacional; Conclusão de Curso I e II

Fonte: Elaboração pela Comissão de Revisão do Projeto, 2022.

10.2 Eixos do currículo e integração curricular

A estrutura curricular do Curso de Terapia Ocupacional foi determinada para cumprir com todas as exigências para graduações na área de saúde, conforme estabelecido em normas do CNE, já citadas e na Resolução CNE/CES nº 04, de 06 de abril de 2009, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, Bacharelado, na modalidade presencial.

A carga horária total do curso é de **4.454 horas/aula**, que correspondem a **262 créditos teórico-práticos**, conferindo aos egressos o certificado de Bacharel em Terapia Ocupacional. Deste total, **3.162 horas** são de aulas teórico-práticas; **1020 horas/aula** de vivências em estágio supervisionado; **102 horas/aula** de disciplinas optativas; e **204 horas/aula** de atividades complementares. A duração mínima do curso será de **4,5 anos** (09 semestres) e a máxima de **07 anos** (14 semestres).

A Resolução 2940 CEPE de 25 de julho de 2006 da UECE estabelece que a hora aula seja equivalente a 50 minutos de hora relógio, e que um crédito corresponde a 17 horas/aula, sendo estes os valores utilizados como referência neste PPC.

O aluno do Curso de Terapia Ocupacional deverá integralizar suas atividades acadêmicas complementares a partir de situações, tais como: participação em projetos de iniciação científica, projetos de extensão universitária, programas de monitoria, conferências, palestras, seminários, congressos e similares. A validade destas atividades e respectivo registro para integrar o histórico escolar do aluno são regulamentados pelo colegiado do curso.

10.2.1 Estágio Supervisionado

Em conformidade com as competências previstas na Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, bem como na Resolução nº 4441/2019 – CEPE/UECE, que regulamenta o estágio obrigatório e não obrigatório dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Em conformidade com as Resoluções COFFITO nº 451/2015 e 452/2015 e considerando os dispostos na Lei nº 6.494, de 1977 e nº 8.859, de 1994; no Decreto nº 87.497 de 1982; na Resolução COFFITO nº 139 de 1992 e nº 153 de 1993; como também nas Resoluções CNE/CES nº 04/2002 e CNE/CES nº 06/2002; os Estágios iniciarão no sexto semestre do curso (Art.1º) e ocorrerão em Instituição Prestadora de Serviços de Terapia Ocupacional Regularizada no CREFITO-6, nos termos da Lei Federal nº 6316/1975.

O estágio supervisionado, conforme a Lei nº 11.788/2008, é um ato educativo supervisionado que acontece no ambiente de trabalho e tem o objetivo de formação profissional dos(as) estudantes. Para realização dos estágios, é necessário que:

- 1) O(A) estudante esteja regularmente matriculado(a) na disciplina obrigatória de estágio supervisionado de seu curso de graduação;
- 2) Celebração de **Termo de Compromisso** entre o(a) estudante, a parte concedente do estágio e a UECE;
- 3) Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso, bem como no Projeto Pedagógico do Curso.
- 4) Acompanhamento efetivo pelo professor orientador da UECE e pelo supervisor de estágio da parte concedente, conforme registrado em relatório, nas frequências e termo de realização de estágio.

Os estágios supervisionados I e II são atividades práticas obrigatórias que, embasadas por um conteúdo teórico específico de uma área ou disciplina, proporcionam ao aluno experiência profissional, sendo desenvolvidos após a conclusão de todas as disciplinas obrigatórias referentes aos conhecimentos terapêuticos ocupacionais, sendo obrigatório ao aluno manter carteira de vacinação atualizada e vigilância constante sobre sua biossegurança.

Os Estágios têm como objetivo:

- Possibilitar experiências de convivência em um ambiente de

trabalho interprofissional e multiprofissional;

- Proporcionar a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em situações de prática profissional;
- Fornecer uma visão do conjunto das atividades desenvolvidas dentro das normas hierárquicas nas instituições de saúde, de educação, comunitárias ou prestadoras de serviço;
- Exercitar as habilidades já adquiridas pelo aluno com objetivo de superar situações ainda não vivenciadas academicamente;
- Estabelecer padrões mínimos que possibilitem o crescimento científico através de novos estudos e revisões bibliográficas;
- Permitir o acompanhamento de situações de promoção e prevenção da saúde, curativas e de reabilitação, e de inserção social.

A carga horária total mínima é de 1020 horas aula assim distribuídas:

Estágio Supervisionado I, no 8º período, com carga horária total de 510 horas, subdivididas nas áreas focais de Saúde Coletiva (170 h/a) e Saúde da Infância e Adolescência (340h/a). Estágio Supervisionado II, no 9º período, com carga horária total de 510 horas, subdivididas nas áreas focais de Saúde do Idoso (136 h/a), Saúde do trabalhador e Ergonomia (136 h/a) e Saúde do Adulto (238h/a).

As atividades de observação clínica e/ou de acompanhamento de ações em Saúde Pública, antecedentes ao programa de estágio curricular, conforme o previsto nas Resoluções CNE/CES de n.º 04/2002 e n.º 06/2002 serão realizadas na IES ou em Instituições conveniadas, sempre sob a responsabilidade docente do terapeuta ocupacional conforme o caso.

Os estágios poderão ser desenvolvidos nos hospitais do Estado, nos serviços de saúde e assistência social municipais e estaduais, na comunidade, em equipamentos culturais, nas escolas, creches, asilos, empresas, centros comunitários e instituições similares, desde que conveniadas com a UECE. A frequência nos estágios não poderá ser substituída por nenhuma outra atividade, como estudos, leitura e elaboração de trabalhos teóricos, sendo obrigatória a presença em pelo menos 75% da carga horária.

A relação máxima estabelecida é de 1 (um) docente supervisor/orientador terapeuta ocupacional para até 06 (seis) estagiários e de 01 (um) terapeuta ocupacional supervisor/preceptor para até 03 (três) estagiários, a fim de orientar e supervisionar em todos os cenários de atuação (Art. 3º, Resolução COFFITO nº 451/2015).

Para caracterização e definição do estágio curricular obrigatório serão utilizados os convênios já existentes entre a Universidade Estadual do Ceará e os Sistemas Municipal e

Estadual de Saúde, como também poderão ser firmados novos convênios com instituições de interesse da universidade ou do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual do Ceará.

Caberá ao aluno em estágio supervisionado respeitar as normas éticas, hierárquicas e administrativas dos locais de estágio, não sendo admitidas atividades paralelas ou alheias ao estágio durante a carga horária do mesmo. A presença no campo de estágio só deverá ocorrer sob a supervisão de um professor devidamente credenciado pela Universidade Estadual Ceará, devendo o aluno estar devidamente identificado durante todo tempo que estiver no local de estágio por meio de crachá da Universidade Estadual Ceará ou jaleco com Identificação Nítida e Pessoal gravada.

Os danos eventualmente causados pelo aluno em materiais e equipamentos existentes nos locais de estágio são de sua inteira responsabilidade. O aluno deverá portar sempre o material de uso pessoal necessário às atividades práticas, indicados pelo professor.

Serão impedidos de permanecer no local de estágio alunos inconvenientemente trajados, com posturas e atos inadequados, sendo consideradas como inconveniente: roupas demasiado curtas, justas, transparentes, decotadas, uso de bermudas, sandálias e chinelos e demais situações semelhantes. Serão considerados como posturas e atos inadequados: o uso de palavras de baixo escalão, conversas e risos altos, mascar chicletes, fumar, cabelos soltos, unhas grandes ou pintadas de cores berrantes e perfumes fortes entre outros semelhantes.

São atribuições do estagiário em terapia ocupacional:

- Encaminhamento
- Avaliação
- Triagem
- Planejamento
- Intervenção (individual e grupal)
- Atendimento (sugiro substituir por intervenção)
- Estudo de casos
- Registro em prontuário
- Elaboração de relatórios para o supervisor e para o coordenador de estágio
- Orientação à família
- Orientação ao paciente
- Participar das reuniões de equipe
- Participar das reuniões de supervisão

- Participar das reuniões com a coordenação do curso e de estágio
- Participação em projetos relacionados à prática da terapia ocupacional

Compete à coordenação do Curso indicar à direção de centro ou faculdade, no mínimo, um professor para coordenar as atividades pedagógicas e administrativas do estágio obrigatório e não obrigatório conforme as demandas de cada curso, com mandato de dois anos, renovável por igual período e/ou em acordo com o colegiado dos cursos (Art. 11 da resolução N°4441/2019-CEPE, de 05 de agosto de 2019).

São atribuições do coordenador de estágio (Art. 12 da resolução N°4441/2019-CEPE, de 05 de agosto de 2019):

- a) Celebrar termo de compromisso com o estudante e com a parte concedente indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso;
- b) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, observando as responsabilidades que lhe são atribuídas;
- c) Acompanhar o desenvolvimento do estágio, com participação direta dos professores orientadores, supervisores de campo/ professores supervisores e estagiários, visando o alcance dos objetivos propostos;
- d) Sugerir procedimentos para a operacionalização do estágio e alterações no projeto pedagógico, conforme as normas da Universidade;
- e) Propor e/ou rever modelos de documentação de estágio, tais como plano de atividades e relatórios de avaliação;
- f) Estabelecer contato com instituições campos de estágio e com profissionais da área de formação do curso, objetivando a abertura, ampliação e/ou manutenção de vagas de estágio para os estudantes;
- g) Selecionar, credenciar, acompanhar e descredenciar os campos de estágio, respeitando os princípios éticos da profissão e considerando as demandas dos estudantes e supervisores de estágio;
- h) Orientar e encaminhar os estudantes aos campos de estágio, estabelecendo o contato sistemático com as instituições concedentes;

Solicitar à parte concedente, por ocasião do desligamento do estagiário, comprovante, na forma de certificado, declaração ou termo de realização de estágio;

- i) especificando atividades desenvolvidas, período e avaliação de desempenho do estágio;
- j) Desenvolver ações articuladas com a PROGRAD, PROEX e a COPEC, visando à melhoria dos procedimentos dos estágios ;

- k) Promover encontros de caráter formativo e avaliativo entre os supervisores de estágio, objetivando a discussão das questões referentes ao estágio, a troca de informações e de experiências e a busca de unidade no encaminhamento das disciplinas;
- l) Garantir o cumprimento da legislação educacional vigente, bem como atender às exigências legais das respectivas categorias profissionais em matéria de estágio.

São atribuições do professor orientador (Art. 13 da resolução N°4441/2019-CEPE, de 05 de agosto de 2019):

- a) Responsabilizar-se pelo acompanhamento das atividades do estagiário
- b) Realizar a supervisão direta das atividades desenvolvidas pelos estagiários
- c) Auxiliar a coordenação de estágio na identificação e no cadastramento de campos de estágio
- d) Zelar pela observância da legislação educacional e das legislações que disciplinam o exercício
- e) Realizar visitas técnicas institucionais, de modo a avaliar a adequação do campo de estágio à formação profissional dos estudantes e aferir os requisitos previstos na legislação vigente
- f) Organizar e participar de reuniões, fóruns e outras atividades que se fizerem necessárias
- g) Encaminhar à coordenação de estágio relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos
- h) Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados
- i) Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência e desempenho no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou nota

caberá à coordenação de curso designar os professores orientadores dentre os docentes do curso, levando em consideração sua área de formação e experiência profissional.

Para cumprimento do estágio será celebrado obrigatoriamente um termo de compromisso entre as partes- estagiário, Universidade Estadual do Ceará e campo de estágio- em prazo máximo de até 20 dias do início das atividades de estágio (Art 18 da resolução N°4441/2019-CEPE, de 05 de agosto de 2019).

As atividades a serem realizadas devem constar no termo de compromisso respeitando o calendário acadêmico da Universidade Estadual do Ceará.

A carga horária máxima do estágio será de 6 horas diárias e 30h semanais, observando-se as particularidades de cada área de formação e as normas institucionais do campo de estágio.

A avaliação nos estágios será de caráter permanente envolvendo o campo de estágio,

os supervisores, o professor e os alunos. A avaliação do campo de estágio deverá ser feita pelo Colegiado do curso, abrangendo a área física, os recursos humanos e materiais e as condições para a formação do terapeuta ocupacional.

O Coordenador Geral dos Estágios avaliará os supervisores em relação ao envolvimento com o processo ensino-aprendizagem, à competência técnica, ética e emocional e o desempenho do professor quanto a capacidade de liderança no trato com os alunos e supervisores. Para as avaliações dos supervisores serão elaborados instrumentos próprios que refletem aspectos peculiares e atualizados do desempenho pretendido pela UECE.

Os alunos serão avaliados de acordo com o nível de aprendizado em que se encontram, observando o desenvolvimento técnico- científico, capacidade de adaptação a situações não previstas, relação com os clientes, seus familiares, e com a equipe, estabilidade emocional e a assiduidade/pontualidade.

A avaliação final do aluno será de responsabilidade do professor supervisor. Para as avaliações dos alunos, serão elaborados instrumentos que atendam a critérios estabelecidos pelo Colegiado do Curso. Será aprovado no estágio o aluno que obtiver um conceito ≥ 75 % da soma de habilidades e atitudes satisfatória e da formativa em todos os setores do respectivo período.

10.2.2 Estágio Não Obrigatório

O Estágio Curricular não obrigatório constitui-se de um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido como atividade opcional, proporcionando ao estagiário a vivência e o desenvolvimento de atividades de terapia ocupacional nas diversas áreas de atuação do terapeuta ocupacional, assim como um maior fluxo de informações entre universidade e mercado de trabalho e pode ser contado como Atividade Complementar.

Segundo o Art. 1º da Resolução nº 452, de 26 de fevereiro de 2015, o estágio curricular não obrigatório poderá ser desenvolvido apenas pelo acadêmico que esteja regularmente matriculado em IES, cursando no mínimo o sexto período ou terceiro ano do curso, em conformidade com o inciso II do art. 7º da Resolução-COFFITO nº 139, de 28 de novembro de 1992, respeitando a jornada de até 30 horas semanais.

O Art. 2º da Resolução nº 452, de 26 de fevereiro de 2015, o estágio curricular não obrigatório deverá ter supervisão direta pelo terapeuta ocupacional da unidade concedente e acompanhamento do terapeuta ocupacional docente da IES, sendo ambos corresponsáveis pelo estágio junto ao CREFITO da região no que concerne à fiscalização do exercício

profissional, em conformidade com a legislação da profissão e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Este estágio será oferecido por instituições que desenvolvem atividades de terapia ocupacional, que disponham de profissional terapeuta ocupacional na área objeto do estágio e tenham convênio e/ou termo de compromisso firmado com a Universidade Estadual do Ceará.

A Resolução preconiza que o número máximo de estagiários em relação ao número de terapeutas ocupacionais das entidades concedentes deverá atender às seguintes proporções, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre os estágios:

- I – de 1 (um) a 5 (cinco) terapeutas ocupacionais: até 1 (um) estagiário;
- II – de 6 (seis) a 10 (dez) terapeutas ocupacionais: até 2 (dois) estagiários;
- III – de 11 (onze) a 24 (vinte quatro) terapeutas ocupacionais: até 5 (cinco) estagiários;
- IV– acima de 25 (vinte cinco) terapeutas ocupacionais: até 25% (vinte por cento) de estagiários do número total de terapeutas ocupacionais.

O estágio não possui vínculo empregatício de qualquer natureza, no entanto são necessários:

- I– matrícula e frequência regular do educando no curso de Terapia Ocupacional;
- II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a UECE;
- III- compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso;
- IV- Os estagiários contarão com a supervisão técnica de um profissional terapeuta ocupacional da instituição concedente e o apoio de um professor que será coordenador do estágio nomeado pela coordenação do curso de Terapia Ocupacional, bem como a orientação de professores orientadores que serão lotados em suas respectivas áreas.

Com a aprovação da Resolução 4441/2019 CEPE, fez-se necessário o envio de novas orientações acerca dos procedimentos para o Estágio não obrigatório na UECE.

O Estágio não obrigatório é materializado através do **Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório**. Esse termo é celebrado entre o nosso estudante (estagiário) e a Empresa ou Instituição com a anuência e assinatura do coordenador de estágio do curso de graduação do estagiário e do professor orientador, ambos professores da UECE.

Para que seja possível a celebração do **Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório**, é necessário que a Empresa que irá receber nosso estudante como estagiário

possua convênio com a FUNECE. Então, cabe a coordenação de estágio do curso checar junto à Pró-reitoria de Extensão se há esse convênio. Caso não exista, a coordenação deve orientar para que a Empresa ou Instituição realize o convênio conforme orientações presentes no site da PROEX.

Segundo a resolução N°4441/2019-CEPE, de 05 de agosto de 2019, são obrigações da Universidade Estadual do Ceará, em relação aos estágios de seus educandos:

I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II– zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

III– elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

IV– comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

As funções do Coordenador de estágio curricular não obrigatório são:

- a) Divulgar o surgimento de vagas nos campos de estágio;
- b) Fazer a divulgação dos novos campos de estágio;
- c) Coordenar e controlar todas as atividades inerentes ao desenvolvimento dos estágios;
- a) Manter o Coordenador do Colegiado do Curso de Terapia Ocupacional permanentemente informado a respeito do andamento de todas as ocorrências dos estágios;
- b) Cadastrar todos os alunos que estão oficialmente em estágio;
- c) Planejar a distribuição de professores orientadores de acordo com a demanda;
- d) Zelar para que as exigências da documentação referentes ao estágio sejam cumpridas;
- e) Promover reuniões com os alunos, periodicamente
- f) Visitar os locais de estágio periodicamente;
- g) Solicitar ao estagiário um relatório de atividades desenvolvidas, semestralmente, no local de estágio;
- h) Avaliar, no final de cada semestre, os resultados obtidos, bem como verificar os pontos positivos e negativos de todos os estágios;

- i) Encaminhar ao Presidente do Colegiado do Curso de Terapia Ocupacional os resultados das avaliações referidas no item anterior.

As atividades são desenvolvidas em Serviços de Saúde, Assistência Social e Educação de instituições públicas, privadas e filantrópicas na cidade de Fortaleza, observadas as seguintes obrigações:

I– celebrar termo de compromisso com a UECE e o educando, zelando por seu cumprimento;

II– ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III– indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação em Terapia Ocupacional para orientar e supervisionar até 03 (três) estagiários simultaneamente;

IV– contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V– por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI– manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII– enviar à UECE, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

A jornada de atividade em estágio curricular não obrigatório será de no máximo seis horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, e nos períodos de avaliação das disciplinas em curso na universidade, a carga horária do estágio será reduzida em 50% (cinquenta por cento), segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder dois anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência. O estagiário deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio- transporte.

A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente, durante suas férias escolares, e deverá ser

remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação. Os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a um ano

10.3 Cenários de Aprendizagem

O Curso de Terapia Ocupacional da UECE propõe um processo formativo voltado para a diversificação e qualidade dos cenários de ensino-aprendizagem, que possam convergir com os princípios da atenção integral em saúde, desenvolvimento do estímulo da postura ativa e crítica, formação humanística e valorização do ensino em serviço como parte essencial da formação integral dos estudantes. Deste modo, o curso está estruturado com o objetivo de propiciar aos estudantes o acesso à reflexão e a compreensão acerca do processo de saúde-doença, do acolhimento e do cuidado humanizado, a partir das vivências nos diversos cenários de prática oferecidos durante a graduação, a partir do 5º semestre.

As disciplinas teórico-práticas dos Eixos das Ciências Sociais e Humanas, das Ciências Biológicas e da Saúde e das Ciências da Terapia Ocupacional (Núcleo I – Fundamentos da Terapia Ocupacional e Núcleo II – Pesquisa em Terapia Ocupacional) terão como cenários de aprendizagem as salas de aulas, os laboratórios, biblioteca, podendo ser realizada visitas técnicas em equipamentos ou serviços, onde os alunos entram em contato inicial com as diversas particularidades dos sujeitos, suas famílias e contextos e cenários e contextos de atuação profissional, possibilitando ampliar a visão do aluno sobre a profissão e os aspectos que a envolvem, de modo a possibilitar desde o início de sua formação um raciocínio crítico, integrado e investigativo, contribuindo com seu processo de ensino-aprendizagem.

Já no Núcleo III, que se refere aos campos de atuação da Terapia Ocupacional, a estruturação do processo formativo teórico-prático é conduzida pelo corpo docente da UECE, por meio da abordagem do conteúdo teórico em sala de aula, laboratórios ou equipamentos e vivência prática em diferentes equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), rede educacional, comunidade, equipamentos culturais, Organizações Não Governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil (OSCs), empresas, dentre outros. A estrutura de formação prática envolve o estabelecimento de convênios da UECE com os serviços, priorizando-se os equipamentos da rede pública de saúde, assistência, educação, cultura e lazer, com o intuito de efetivar o desenvolvimento de contextos de aprendizado estudantil numa perspectiva interdisciplinar, interprofissional e

colaborativa, nos quais seja possível a interlocução entre os diferentes ambientes institucionais, priorizando os serviços públicos.

10.4 Disciplinas Obrigatórias

1º SEMESTRE

EIXO	DISCIPLINA	CRED. = T / L / E	C.H. = T / L / E	PRÉ-REQUISITO
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	ANATOMIA GERAL E RADIOGRÁFICA	06=03/03	102h/a= 51/51	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	CITOLOGIA, HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA	06=03/03	102h/a= 51/51	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	BIOQUÍMICA HUMANA	04=02/02	68h/a=34/34	-
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA	04=04/00	68h/a=68/00	-
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo I	POLÍTICAS PÚBLICAS E TERAPIA OCUPACIONAL I	02=02/00	34h/a=34/00	-
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo I	FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DA TERAPIA OCUPACIONAL	04=04/00	68h/a=68/00	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL PARA O SUS	04=02/02	68h/a=34/34	-

TOTAL CRÉDITO: 30= 20/10

CH: 510h/a = 340 /170

2º SEMESTRE

EIXO	DISCIPLINAS	CRED. = T / L / E	C.H. = T / L / E	PRÉ-REQUISITO
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	FISIOLOGIA HUMANA	06=04/02	102h/a=68/34	Anatomia Geral e Radiográfica; Citologia, Histologia e Embriologia; Bioquímica Humana
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	PSICOLOGIA GERAL	04=04/00	68h/a=68/00	-
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo I	FUNDAMENTOS DE TERAPIA OCUPACIONAL I	04=04/00	68h/a=68/00	Fundamentação Histórica da Terapia Ocupacional
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL - Núcleo I	ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO SOCIAL	04=02/02	68h/a=34/34	-
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	INTERFACE ARTE, CULTURA E SAÚDE	02=02/00	34h/a=34/00	-
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	02=02/00	34h/a=34/00	-
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	METODOLOGIA DE PESQUISA	04=04/00	68h/a=68/00	-
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo I	POLÍTICAS PÚBLICAS E TERAPIA OCUPACIONAL II	02=02/00	34h/a=34/00	Políticas Públicas e Terapia Ocupacional I

TOTAL CRÉDITO 28 = 24 / 04 CH: 476 h/a= 408 / 68

3º SEMESTRE

EIXOS	DISCIPLINA	CRED. = T / L / E	C.H. = T / L / E	PRÉ-REQUISITO

CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL - Núcleo I	CINESIOLOGIA	04=03/01	68h/a=51/17	Fisiologia Humana
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	04=04/00	68h/a=68/00	Psicologia Geral
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL - Núcleo I	LABORATÓRIO DE ATIVIDADES I	04=01/03	68h/a=17/51	Fundamentos de TO I Interface Arte, Cultura e Saúde
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	PATOLOGIA GERAL	06=04/02	102h/a= 68/34	Fisiologia Humana
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL - Núcleo I	FUNDAMENTOS DE TERAPIA OCUPACIONAL II	04=04/00	68h/a=68/00	Fundamentos de Terapia Ocupacional I
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	FUNDAMENTOS DE ANTROPOLOGIA	02=02/00	34h/a=34/00	-
OPTATIVA	(optativa)	02=02/00	34h/a=34/00	-

TOTAL CRÉDITO 26 = 20 / 06 CH: 442 h/a= 340 / 102

4º SEMESTRE

EIXOS	DISCIPLINA	CRED. = T / L / E	C.H. = T / L / E	PRÉ- REQUISITO
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL - Núcleo I	CINESIOTERAPIA	04=02/02	68h/a=34/34	Cinesiologia; Patologia Geral
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	FARMACOLOGIA BÁSICA PARA TO	02=02/00	34h/a=34/00	Bioquímica Humana

CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo I	DA -	ÉTICA DEONTOLOGIA EM TO	E	02=02/00	34h/a=34/00	
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo I	DA -	LABORATÓRIO DE ATIVIDADES – II		04=01/03	68h/a=17/51	Laboratório de Atividades – I
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA SAÚDE	E DA	NEUROANATOMIA FUNCIONAL		04=02/02	68h/a=34/34	Anatomia Geral e Radiográfica
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA SAÚDE	E DA	SEMILOGIA FUNCIONAL		04=03/01	68h/a=51/17	Fisiologia Humana
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	DA -	TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE MENTAL I		04=04/00	68h/a=68/00	Fundamentação histórica da T.O.; Fundamentos de T.O I; Estratégias de inclusão social.
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo I		ABORDAGENS GRUPAIS EM TERAPIA OCUPACIONAL (Optativa)	EM	02=02/00	34h/a=34/00	

TOTAL CRÉDITO 26 = 18 / 08 CH: 442 h/a= 306 / 136

5º SEMESTRE

EIXOS	DISCIPLINA	CRED. = T / L / E	C.H. = T / L / E	PRÉ- REQUISITO
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo I	MÉTODOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO EM TO MTA/TO	04=02/02	68h/a=34/34	Cinesioterapia

CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	TO EM SAÚDE COLETIVA	06=03/02/01	102h/a = 51/34/17	Fundamentos de TO I e II Políticas Públicas e TO I e II; IFISUS; Lab. Atividades II
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	T. O. EM CONTEXTOS SOCIAIS	04=02/01/01	68h/a = 34/17/17	Fundamentos de Terapia Ocupacional I e II Políticas Públicas e TO I e II; IFISUS; Lab. Atividades III
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	PSICOPATOLOGIA	04=04/00	68h/a=68/00	Patologia Geral
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo I	LABORATÓRIO DE ATIVIDADES-III	04=01/03	68h/a=7/51	Laboratório de Atividades – II; Estratégias de Inclusão Social.
OPTATIVA	(optativa)	02=02/00	34h/a=34/00	

TOTAL CRÉDITO 26 = 14 / 12 CH: 408 h/a= 238 / 204

6º SEMESTRE

EIXOS	DISCIPLINA	CRED. = T / L / E	C.H. = T / L / E	PRÉ-REQUISITO
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	T.O. NAS DESVANTAGENS FUNCIONAIS E SENSORIAIS	04=02/01/01	68h/a = 34/17/17	Lab. de Atividades – III; Estratégias de inclusão
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	TERAPIA OCUPACIONAL, SAÚDE E INFÂNCIA	06=03/02/01	102h/a = 51/34/17	Lab. de Atividades – III; MTA-TO

CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	T. O. EM NEUROLOGIA	04=02/02	68h/a=34/34	Lab. de Atividades – III; MTA-TO; Neuroanatomia Funcional
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	T.O. NOS CONTEXTOS EDUCACIONAIS	04=02/01/01	68h/a = 34/17/17	Lab. de Atividades – III; MTA-TO; Estratégias de inclusão social
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	T. O. APLICADA AO CICLO DE VIDA DA PESSOA IDOSA	04=02/01/01	68h/a = 34/17/17	Lab. de Atividades – III; MTA-TO;
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE	04=04/00	68h/a=68/00	IFISUS

TOTAL CRÉDITO 26 = 15 / 11 CH: 442 h/a= 255 / 187

7º SEMESTRE

EIXOS	DISCIPLINA	CRED. = T / L / E	C.H. = T / L / E	PRÉ-REQUISITO
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo II	T.O. NAS DISFUNÇÕES FÍSICAS	06= 03/02/01	102h/a = 51/34/17	Lab.de atividades III, MTA/TO
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL– Núcleo II	T.O. EM SAÚDE MENTAL II	04 02/01/01	= 68h/a = 34/17/17	Lab. de atividades III, MTA/TO; Saúde mental I.
PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL	METODOLOGIA DA PESQUISA APLICADA A TO	04=04/00	68h/a=68/00	Metodologia da pesquisa.
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL–	TERAPIA OCUPACIONAL, SAÚDE E TRABALHO	04 02/01/01	= 68h/a = 34/17/17	Lab. de atividades III, MTA/TO

Núcleo II				
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL– Núcleo II	T.O. EM CONTEXTOS HOSPITALARES	04 02/01/01	= 68h/a = 34/17/17	Lab. de atividades III, MTA/TO
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL– Núcleo II	T.O. EM DERMATOLOGIA	04 02/01/01	= 68h/a = 34/17/17	Lab.de atividades III, MTA/TO

TOTAL CRÉDITO 26 = 15/11 CH: 442 h/a = 255 / 187

8 ° SEMESTRE

EIXOS	DISCIPLINA	CRED. = T / L / E	C.H. = T / L / E	PRÉ-REQUISITO
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL– Núcleo III	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I 1- SAÚDE COLETIVA 2- SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (sensorial, mental, Neuropediatria, traumo-reumo- ortopedia e dermatologia)	30=00/30 10=00/10 20=00/20	510h/a = 00/510 170h/a 340h/a	T.O. em contextos hospitalares; T.O. em saúde mental; T.O. nas disfunções físicas; T.O. em dermatologia; T.O em neurologia; T.O, Saúde e Infância; T.O nas desvantagens funcionais e sensoriais
PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	02=02/00	34h/a	Metodologia da Pesquisa aplicada a Terapia Ocupacional

TOTAL CRÉDITO 32 = 02 / 30 CH: 544 h/a= 34 / 510

9º SEMESTRE

EIXOS	DISCIPLINA	CRED. = T / L / E	C.H. = T / L / E	PRÉ- REQUISITO
CIÊNCIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL – Núcleo III	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II 1 SAÚDE DO IDOSO 2 SAÚDE e TRABALHO 3 SAÚDE DO ADULTO (mental, neurologia, Disfunções físicas, dermatologia e hospitalar	30=00/30 08=00/08 08=00/08 14=00/14	510h/a= 00/510 136h/a 136h/a 238h/a	Estágio Supervisionado I; T.O. em saúde e trabalho; T.O. no ciclo de vida da pessoa idosa
PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	02=02/00	34h/a	Trabalho de Conclusão de Curso I

TOTAL CRÉDITO 32 = 02 / 30 CH: 544 h/a= 34 / 510.

10.5 Núcleo de Formação Diversificada - Disciplinas optativas

DISCIPLINA	CRED.= T/L/E	C.H.= T/L/E	PRÉ-REQUISITO
PSICOMOTRICIDADE	02=02/00	34h/a=34/00	
ABORDAGENS GRUPAIS EM T.O.	02=02/00	34h/a=34/00	
T.O. EM ATENÇÃO DOMICILIAR	02=02/02	34h/a=34/00	
LIBRAS	02=02/02	34h/a=34/00	
TERAPIA OCUPACIONAL, JUVENTUDES E ADOLESCÊNCIA	02=02/00	34h/a=34/00	
CORPO E SUBJETIVIDADE	02=02/00	34h/a=34/00	

FINITUDE HUMANA: O LIDAR E O CUIDAR NOS PROCESSOS DO MORRER	04=04/00	68h/a=68/00	
INTRODUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	04=03/01	68h/a=51/17	
TERAPIA OCUPACIONAL: POÉTICAS E RESISTÊNCIAS NOS ESPAÇOS DA CIDADE	02=02/00	34h/a=34/00	
CROMOLOGIA: CORES E ARTE NO CONTEXTO DA SAÚDE	02=01/01	34h/a=17/17	
NEUROCIÊNCIA APLICADA A REABILITAÇÃO	04=03/01	68h/a=51/17	

10.6 Núcleo de Formação Diversificada - Atividades complementares

As atividades complementares são elementos que possibilitam a culminância dos conhecimentos, competências e habilidades construídas durante o percurso acadêmico. Visam contribuir com uma formação mais ampliada e integral dos estudantes, favorecendo a interação com diferentes espaços de formação educacional.

Essas atividades devem contabilizar o total de 204 horas/aula (12 créditos), que deverão ser incorporadas ao longo de todo o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional em forma de pesquisa, extensão, seminários, palestras, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica, representação discente, estágios curriculares não obrigatórios, entre outras. Cabe à Universidade, ao curso e aos alunos promoverem atividades e oportunidades de atividades curriculares ao longo da formação.

Ressalta-se que o curso de terapia ocupacional da UECE segue os critérios e normas para integração das atividades complementares como componentes curriculares dos cursos de graduação dispostas pela resolução nº 3.241 de 2009. Em seu art. nº 4, a resolução estabelece os grupos que correspondem à natureza das Atividades Complementares, a saber:

- I - Acadêmico/Ensino;
- II - Acadêmico Pesquisa e produção científica;
- III - Acadêmico/Geral;

IV - Acadêmico/Extensão;

V - Acadêmico/Esportivo;

VI - Acadêmico/Cultural.

Os aspectos relacionados à natureza e tipos das atividades complementares encontram-se melhor descritos no ANEXO C deste documento.

10.7 Resumo da carga-horária

Quadro 3 - Resumo do percentual do curso por eixo e núcleo de formação

Eixos de Formação	Núcleos de Formação	Crédito			Carga Horária			Percentual (%)
		Teórica	Prática	Total	Teórica	Prática	Total	
Ciências Sociais e Humanas	-	22	0	22	374	0	374	8,40%
Ciências Biológicas e da Saúde	-	29	17	46	493	289	782	17,56%
Ciências da Terapia Ocupacional	Núcleo I – Fundamentos da Terapia Ocupacional	30	16	46	510	170	782	17,56%
	Núcleo III- Campos de Atuação da Terapia Ocupacional	35	27	62	595	549	1.054	23,66%
	Núcleo IV- Práticas em Terapia Ocupacional	00	60	60	00	1.020	1.020	22,90%

Pesquisa em Terapia Ocupacional	-	08	00	08	136	00	136	3,05%
Disciplinas Optativas		06	00	06	102	00	102	2,28%
Atividades Complementares		12	00	12	204	00	204	4,58%
TOTAL		262	124	262	2.414	1.938	4.454	100

10.8 Competências e Habilidades

As DCNs para o Curso de Terapia Ocupacional (BRASIL, 2002) propõem uma formação que prepare o aluno para aquisição de habilidades e competências gerais e específicas. Entende-se que integração dessas competências e habilidades possibilitará a formação de profissionais com visão crítica e contextualizada da realidade social em que estão inseridos, assumindo uma postura ética, de responsabilidade com o trabalho, preocupação com meio ambiente e o desenvolvimento de ações voltadas à formação da cidadania.

Por competência, para os fins da formação em Terapia Ocupacional, entende-se como sendo um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes capazes de mobilizar diferentes recursos para solucionar os problemas a partir das experiências práticas e da postura reflexiva em diferentes contextos do trabalho (IBE-UNESCO, 2016).

Baseados nas orientações das DCNs, a formação em Terapia Ocupacional da UECE possibilita a construção de conhecimentos integrados nas seguintes competências: Atenção à Saúde, Gestão em Saúde, Atitude, Liderança, Comportamento e Ética, Educação Permanente, Habilidades de Comunicação e Interprofissionalidade. Os objetivos específicos de cada habilidade ou atitude distribuem-se da maneira que se segue:

10.8.1 Atenção à Saúde

Subárea: Necessidades coletivas de saúde

- Desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo;
- Assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde;
- Analisar os problemas da sociedade e procurar soluções para os mesmos.
- Estabelecer uma relação profissional ética/bioética no contato com as pessoas sob seus cuidados, familiares e/ou responsáveis;
- Solucionar problemas de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- Reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Conhecer o processo saúde-doença, nas suas múltiplas determinações contemplando a integração dos aspectos biológicos, sociais, psíquicos, culturais e a percepção do valor dessa integração para a vida de relação e produção;
- Relacionar a problemática específica da população com a qual trabalhará, com os seus processos sociais, culturais e políticos e perceber que a emancipação e a autonomia da população atendida são os principais objetivos a serem atingidos pelos planos de ação e tratamento;

Subárea: Habilidades Terapêuticas Ocupacionais

- Compreender o processo de construção do fazer humano, isto é, de como o homem realiza suas escolhas ocupacionais, utiliza e desenvolve suas habilidades, se reconhece e reconhece a sua ação;
- Identificar, entender, analisar e interpretar as desordens da dimensão ocupacional do ser humano e a utilizar, como instrumento de intervenção, as diferentes atividades humanas quais sejam as artes, o trabalho, o lazer, a cultura, as atividades artesanais, o autocuidado, as atividades cotidianas e sociais, dentre outras;
- Utilizar o raciocínio terapêutico ocupacional para realizar a análise da situação na qual se propõe a intervir, o diagnóstico clínico e/ou institucional, a intervenção propriamente dita, a escolha da abordagem terapêutica apropriada e a avaliação dos resultados alcançados.
- Analisar a estrutura conjuntural da sociedade brasileira em relação ao perfil de produção e da ocupação dos diferentes indivíduos que a compõe;

- Conhecer as políticas sociais (de saúde, assistência social, cultura, educação, trabalho, promoção social e, infância e adolescência) e a inserção do terapeuta ocupacional nesse processo;
- Correlacionar as realidades regionais no que diz respeito ao perfil de morbimortalidade e as prioridades assistenciais visando à formulação de estratégias de intervenção em Terapia Ocupacional;
- Conhecer a problemática das populações que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes de inserção e participação na vida social;
- Apreender os fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da Terapia Ocupacional e seus diferentes modelos de intervenção;
- Conhecer os principais métodos de avaliação e registro, formulação de objetivos, estratégias de intervenção e verificação da eficácia das ações propostas em Terapia Ocupacional;
- Realizar os principais procedimentos e intervenções terapêuticos ocupacionais tais como: atendimentos individuais, grupais, familiares, institucionais, coletivos e comunitários;
- Entender a estrutura anatômica, fisiológica e cinesiológica do ser humano e o processo patológico geral e dos sistemas;
- Identificar a estrutura psíquica do ser humano, com foco nos diferentes modelos teóricos da personalidade;
- Compreender o desenvolvimento do ser humano em suas diferentes fases enfocado por várias teorias;
- Experimentar, analisar, utilizar e avaliar a estrutura e dinâmica das atividades e trabalho humano, tais como: atividades artesanais, artísticas, corporais, lúdicas, lazer, cotidianas, sociais e culturais;
- Conhecer as bases conceituais das terapias pelo movimento: neuroevolutivas, neurofisiológicas e biomecânicas, psicocorporais, cinesioterápicas entre outras;

Promover a utilização da tecnologia assistiva e acessibilidade, por meio da indicação, confecção e treinamento de dispositivos, adaptações, órteses, próteses e software; Inserir-se profissionalmente nos diversos níveis de atenção à saúde, atuando em programas de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, assim como em programas de promoção e inclusão social, educação e reabilitação.

1. *Gestão em Saúde*

- Gerenciar tanto a força de trabalho, como os recursos físicos, materiais e de informação;
- Desempenhar atividades de assistência, ensino, pesquisa, planejamento e gestão de serviços e de políticas, de assessoria e consultoria de projetos, empresas e organizações;

10.8.3 Atitude, Liderança, Comportamento e Ética

- Tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas;
- Avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- Conhecer os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos da vida do país, fundamentais à cidadania e a prática profissional;
- Conhecer a influência das diferentes dinâmicas culturais nos processos de inclusão, exclusão e estigmatização;
- Conhecer os princípios éticos que norteiam os terapeutas ocupacionais em relação as suas atividades de pesquisa, à prática profissional, à participação em equipes interprofissionais, bem como às relações terapeuta- paciente/cliente/usuário;
- Demonstrar respeito aos colegas e outros profissionais de saúde e promover um relacionamento colaborativo interprofissional;
- Reconhecer as questões éticas relativas à documentação, prontuário, plágio e propriedade intelectual.

10.8.4 Educação Permanente

- Aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática;
- Ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais;
- Desenvolver a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais;

- Estimular a curiosidade e o desenvolvimento de aprender com todos os envolvidos nos processos de trabalho;
- Identificar necessidades de aprendizagem próprias, da pessoas sob seus cuidados e dos responsáveis, dos cuidadores, familiares, da equipe interprofissional de trabalho, de grupos sociais ou da comunidade respeitando o conhecimento prévio e o contexto sociocultural de cada um;
- Transformar as práticas do trabalho, baseadas em reflexões críticas, promovendo o encontro entre o ensino e o mundo do trabalho, por meio da integração entre o aprender e o ensinar na realidade dos serviços

10.8.5 Habilidades de Comunicação

- Manter a confidencialidade das informações na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;
 - Familiar a compreensão dos pacientes e suas famílias para permitir decisões compartilhadas;
 - Reconhecer as intensas modificações nas relações societárias, de trabalho e comunicação em âmbito mundial assim como entender os desafios que tais mudanças contemporâneas virão a trazer;
 - Desenvolver habilidades pessoais e atitudes necessárias para a prática profissional, a saber: consciência das próprias potencialidades e limitações, adaptabilidade e flexibilidade, equilíbrio emocional, empatia, criticidade, autonomia intelectual e exercício da comunicação verbal e não verbal;
 - Desenvolver capacidade de atuar enquanto agente facilitador, transformador e integrador junto às comunidades e agrupamentos sociais através de atitudes permeadas pela noção de complementaridade e inclusão;
 - Interpretar em pelo menos uma língua estrangeira;
- Sintetizar informações importantes sobre situações/problemas apresentados.

10.8.6 Interprofissionalidade

- Explorar recursos pessoais, técnicos e profissionais para a condução de processos terapêuticos numa perspectiva interprofissional e interdisciplinar;
- Conhecer a atuação interprofissional, multiprofissional e transdisciplinar e transcultural, pautada pelo profissionalismo, ética e equidade de papéis;

- Vivenciar atividades profissionais nos diferentes equipamentos sociais e de saúde sejam hospitais, unidades básicas de saúde, comunidades, instituições em regime aberto ou fechado, creches, centros de referência, convivência e de reabilitação, cooperativas, oficinas, instituições abrigadas e empresas, dentre outros
- Promover mudanças efetivamente necessárias para a melhoria do acesso e qualidade da rede de atenção;
- Atuar com os conjuntos de suas competências de forma interprofissional e colaborativa;
- Conhecer as forças sociais do ambiente, dos movimentos da sociedade e seu impacto sobre os indivíduos;
- Compreender as relações saúde-sociedade como também as relações de exclusão-inclusão social, bem como participar da formulação e implementação das políticas sociais, sejam estas setoriais (políticas de saúde, infância e adolescência, educação, trabalho, promoção social) ou intersetoriais;
- Desenvolver atividades interprofissionais com diferentes grupos populacionais em situação de risco e ou alteração nos aspectos: físico, sensorial, perceptivo, cognitivo, mental, psíquico e social.

10.9 Plano de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Este documento segue os aspectos previstos pela resolução nº 4309/2018 - CEPE, de 08 de outubro de 2018 da Universidade Estadual do Ceará (ANEXO B), que estabelece as normas para orientação e elaboração do trabalho de conclusão do curso, bem como sua apresentação, defesa e avaliação.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade possibilitar ao aluno a integração das experiências e conteúdos vivenciados ao longo da formação. A carga horária será de 68 horas e a oferta está prevista para o(s) 8º e 9º semestres.

As disciplinas de ‘Metodologia da Pesquisa’ e ‘Metodologia da Pesquisa Aplicada à Terapia Ocupacional’ subsidiarão os conhecimentos necessários para a construção do TCC, e auxiliarão na escolha do formato, dentre os dispostos abaixo, que melhor se enquadre nas necessidades dos estudantes a saber:

I - Monografia, artigo científico, manual técnico, composição de obra artística ou patente.

A orientação ao TCC deverá ser exercida, prioritariamente, por um professor do Curso de Terapia Ocupacional da UECE. O colegiado pode decidir pela admissibilidade ou não da

orientação externa, especialmente quando o tema do TCC do aluno estiver vinculado diretamente ao campo prático ou de pesquisa do candidato à orientação externa.

Os temas escolhidos pelos estudantes deverão estar vinculados aos seguintes setores de estudos:

1. Clínica em Terapia Ocupacional;
2. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional;
3. Práticas pedagógicas no ensino da saúde;
4. Terapia Ocupacional em Dermatologia;
5. Terapia Ocupacional em Neonatologia e Pediatria;
6. Terapia Ocupacional em Saúde Coletiva;
7. Terapia Ocupacional em Saúde Mental;
8. Terapia Ocupacional e Tecnologia Assistiva;
9. Terapia Ocupacional na Saúde da Criança e do Adolescente;
10. Terapia Ocupacional na Saúde do Idoso;
11. Terapia Ocupacional nas Desvantagens Funcionais e Sensoriais;
12. Terapia Ocupacional nas Disfunções Físicas/ Neurologia;
13. Terapia Ocupacional nas Disfunções Físicas/ Traumatologia, Reumatologia e Ortopedia;
14. Terapia Ocupacional nos Contextos Educacionais;
15. Terapia Ocupacional nos Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos;
16. Terapia Ocupacional, saúde, assistência social, educação e cultura;
17. Terapia Ocupacional Social.

10.10 Plano de avaliação da Aprendizagem do Aluno

O processo avaliativo tem a característica dinamizadora capaz de diagnosticar, problematizar e orientar os trabalhos discente, docente e técnico-administrativo. Portanto, a avaliação é formativa, problematizadora e emancipatória e condizente com o perfil dos egressos do Curso.

10.11 Plano de Curricularização da Extensão

O processo de curricularização da extensão compreende a inclusão das atividades de extensão no currículo do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual do Ceará.

Tal processo justifica-se pelo caráter de indissolubilidade das atividades de ensino e pesquisa. Entretanto, o processo de curricularização da extensão tem ainda mais importância e relevância pois o mesmo implica na aproximação dialogada da Universidade com as demandas e necessidades da sociedade.

De acordo com os termos do art. 4 da Resolução CNE/CES n. 7 (com a qual A Resolução nº 4776/2019/CEPE/UECE está em conformidade), a carga horária destinada às atividades de extensão no currículo do curso deve ser de no mínimo 10% da carga horária total do curso. Uma vez que a carga horária total do Curso de graduação em Terapia Ocupacional é de 4454 horas, a carga horária mínima para as atividades de extensão no currículo deve ser de 446 horas e aproximadamente 27 créditos.

Segundo o Guia de Curricularização da Extensão, um documento adicional a A Resolução nº 4776/2019/CEPE/UECE, a Universidade Estadual do Ceará reconhece a inclusão das atividades de extensão no Projeto Pedagógico e no histórico escolar do discente através de 3 vias:

- I - Atividades Específicas de Extensão (AEE) como componente curricular do PPC;
- II - Inserção de ações extensionistas como parte de disciplinas e outros componentes curriculares do PPC;
- III - Oferta de disciplinas específicas de Extensão, obrigatórias ou optativas.

Segundo o Guia de Curricularização da Extensão da UECE, a inserção das atividades de extensão como componentes curriculares do PPC, bem como a oferta de disciplinas específicas de Extensão devem, preferencialmente, estar vinculadas a Programas ou Projetos de Extensão do Curso de Terapia Ocupacional.

No que se refere às Ações Específicas de Extensão (AEE) é importante salientar que a Política Nacional de Extensão e o Fórum de Pró-Reitores/as de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (ForProex) consideram seis tipos de atividades como sendo de extensão universitária. São elas:

- I - Programa
- II - Projeto
- III - Curso
- IV - Evento
- V - Prestação de Serviço
- VI - Produção e Publicação

As AEEs serão, portanto, integradas durante a formação curricular, paralelamente aos demais componentes curriculares. Para isso, elas deverão possuir uma carga horária de, no

mínimo, sessenta e oito (68) horas, o que equivale a quatro (04) créditos conforme a normatização da UECE. Para fins de validação de créditos das AEEs, será considerada a carga horária constante no respectivo certificado ou declaração ou documento comprobatório apresentados pelo(a) estudante. Somente após a apresentação de documentação comprobatória ao sistema de gestão acadêmica, os créditos das AEEs serão creditados no histórico acadêmico do(a) estudante.

Segundo as normativas da UECE, os formatos de participação do estudante em AEEs poderão ser os seguintes:

I – Em programas e projetos de Extensão, dos quais o(a) estudante participe como bolsista ou voluntário(a);

II – Em cursos de Extensão, em que o estudante participe na condição de organizador(a) ou ministrante;

III – Em eventos em que o(a) estudante participe na condição de organizador(a), ministrante, palestrante ou facilitador(a);

IV – Nas prestações de serviços e nas demais ações extensionistas, contanto que seja comprovada a atuação do estudante como protagonista e considerados os princípios e diretrizes que movem a Extensão Universitária (dialogicidade, articulação com ensino e pesquisa; impacto na formação estudantil e na transformação social, interprofissionalidade e interdisciplinaridade).

Dessa maneira, as Ações Específicas de Extensão (AEE) do Curso de Terapia Ocupacional inseridas em componentes do currículo do Curso de Terapia Ocupacional da UECE serão fundamentas nas áreas temáticas correlacionadas a Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho, enquadradas nas modalidades extensionistas referentes a eventos, prestação de serviços e projetos de extensão, que denotem o protagonismo estudantil ao considerar os princípios e diretrizes que norteiam a Extensão Universitária fundamentadas pelo princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão previsto desde o Art. 207 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Para operacionalizarmos as Ações Específicas de Extensão (AEE) do Curso de Terapia centralizaremos nas tipologias eventos, prestação de serviços e projetos de extensão e serão norteadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os eventos serão de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e a prestação de serviços poderá guiar-se pelas demandas e necessidades sociais e em conformidade com o calendário temático do Sistema Único de Saúde. Diante desses cenários de prática pretendemos potencializar

competências e habilidades a serem desenvolvidas na formação discente como a troca de saberes, a capacidade de articulação com ensino e pesquisa; o saber ser, fazer, aprender e conviver (Morin, 2011) a missão de transformar realidades sociais, o aprimoramento na interprofissionalidade e a valorização da interdisciplinaridade.

Em conformidade com o Guia de Curricularização os eventos podem ser propostos por:

- I – docentes;
- II – servidores(as) técnico-administrativos(as);
- III – órgãos de representação estudantil (DCE ou Centro Acadêmicos);
- IV – órgãos da Administração Superior e seus órgãos vinculados;
- V – órgãos da Administração Intermediária e Básica, tendo o(a) dirigente máximo(a) como o(a) coordenador(a) geral;
- VI – proponentes externos à Uece (Uece podendo ser a principal proponente ou parceira).

O registro do evento na Proex garante, dentre outras coisas:

- a) certificação, assinada pelo(a) coordenador(a) geral do evento e pelo(a) Pró-Reitor(a) de Extensão, para todos os membros da equipe organizadora bem como para todos os(as) participantes, inclusive nas subatividades do evento (minicursos, oficinas, etc.);
- b) encaminhamento, para o Departamento de Informática, de autorização de inclusão do evento no Sistema de Eventos da Uece (SisEventos);
- c) utilização da logomarca da Proex e da Uece em todo e qualquer material de divulgação do evento (impressos, mídias digitais, etc.), bem como a veiculação de notícia do evento nos sites da Proex e da Uece.

Com relação a inserção de Ações Extensionistas como parte de disciplinas estarão de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE, a carga horária de extensão, como parte integrada de disciplina ou de outro componente curricular do PPC deverá ser de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total da disciplina ou do outro componente curricular e deverá ser obrigatoriamente em múltiplos de dezessete (17) horas, ou seja, equivalentes a um (01) Crédito.

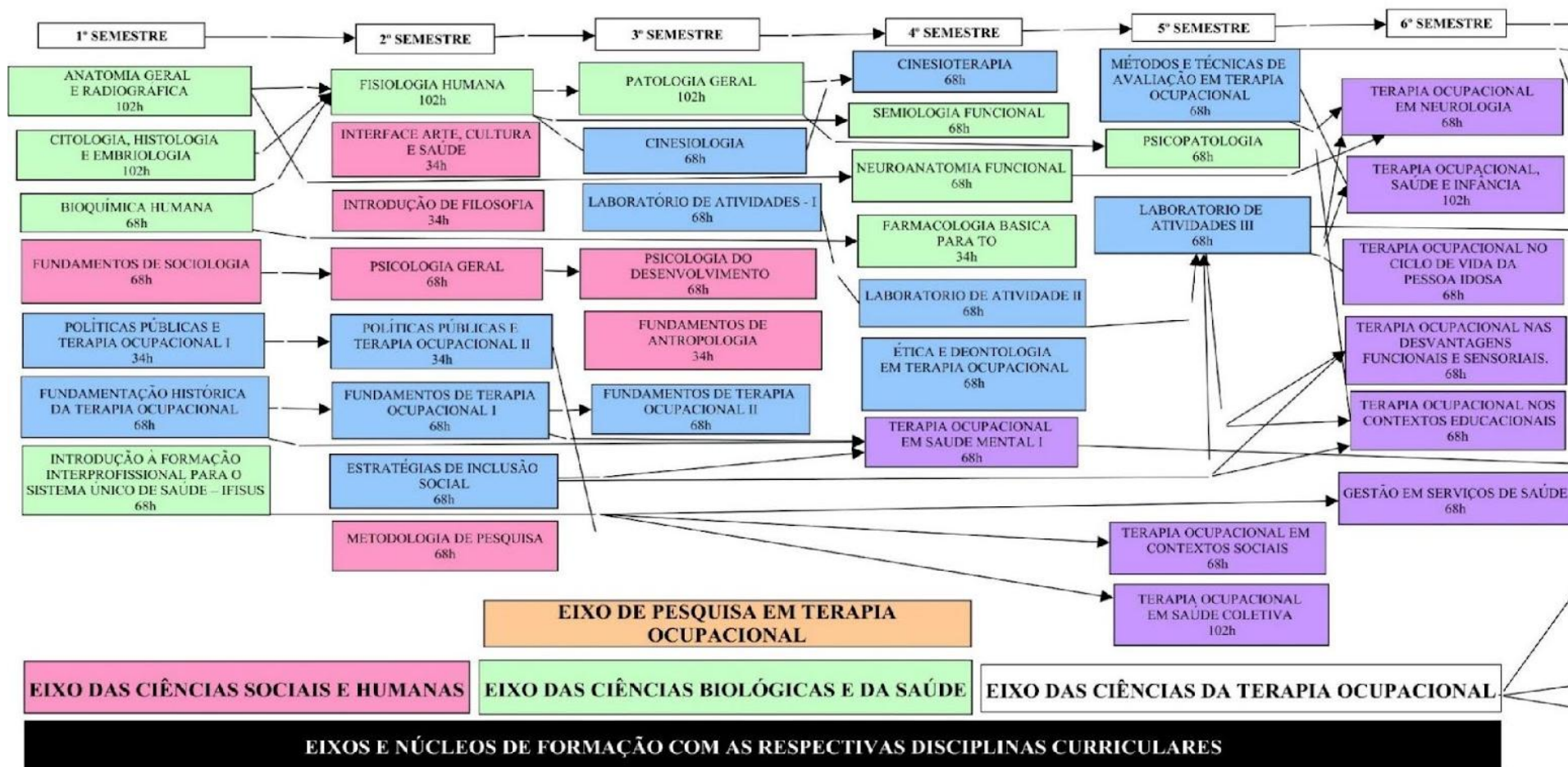
Desse modo, a integração das atividades de extensão serão realizadas nas disciplinas do Eixo III das Ciências da Terapia Ocupacional mediante a caracterização e descrição detalhada no programa ou plano de ensino da disciplina. Serão elencadas as seguintes disciplinas do curso de Terapia Ocupacional em Saúde Coletiva (1 Crédito); Terapia Ocupacional em Contextos Sociais (1 Crédito); Terapia Ocupacional, Saúde e Infância (1

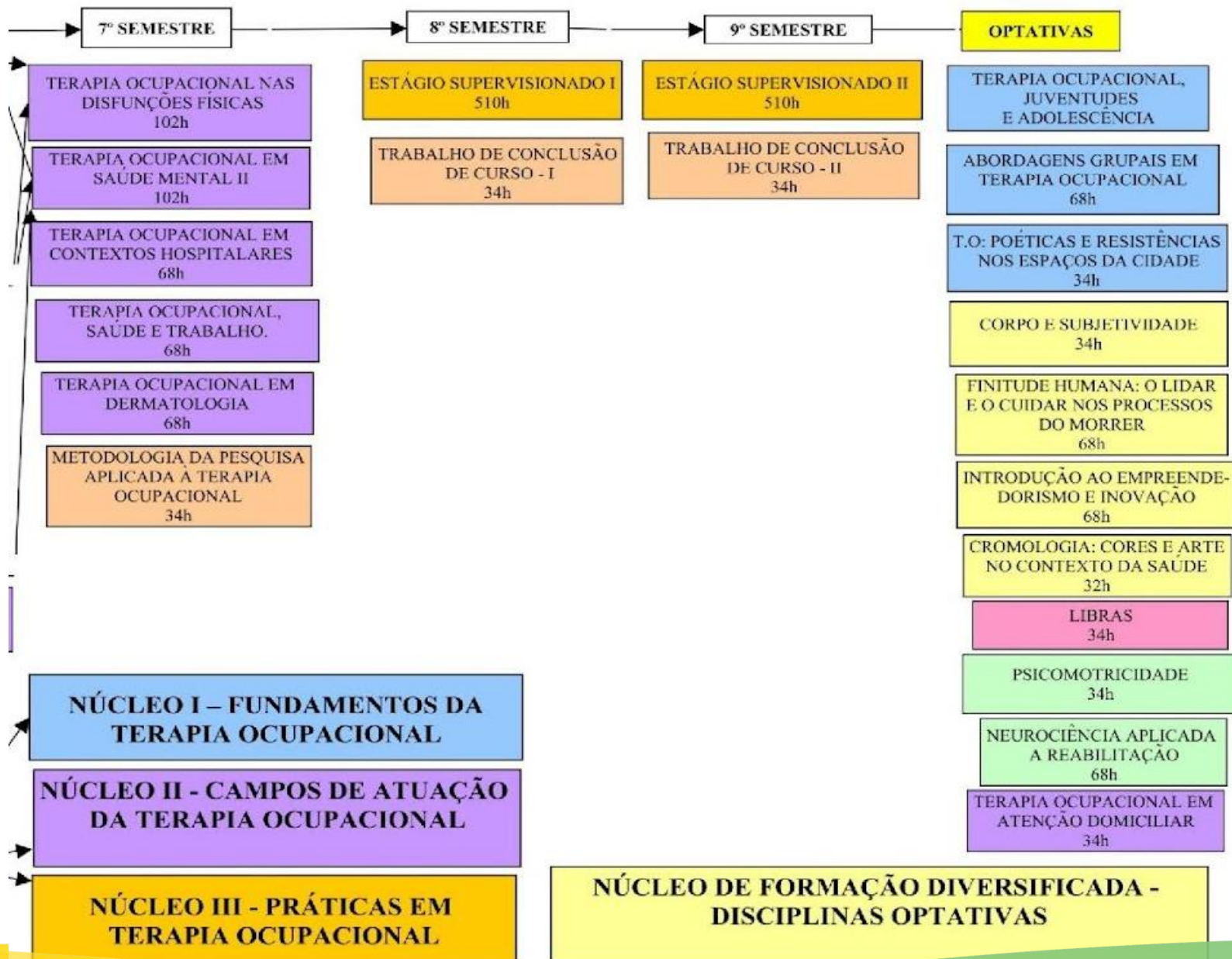
Crédito); Terapia Ocupacional nos Contextos Educacionais (1 Crédito); Terapia Ocupacional aplicada ao Ciclo de Vida da pessoa Idosa(1 Crédito), Terapia Ocupacional em Saúde Mental II (1 Crédito), Terapia Ocupacional nas Desvantagens Funcionais e Sensoriais (1 Crédito), Terapia Ocupacional em Dermatologia(1 Crédito); Terapia Ocupacional na Disfunções Físicas (1 Crédito); Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho (1 Crédito), Terapia Ocupacional em Contextos hospitalares (1 Crédito).

É importante salientar que a descrição detalhada das atividades de extensão a serem desenvolvidas em disciplinas constarão no programa ou plano de ensino da respectiva disciplina e deverão ser caracterizadas como programa, projeto, curso, evento, prestação de serviços ou produto extensionista que configure protagonismo estudantil. todas as atividades deverão estar em consonância à Resolução nº4228/2018 - CEPE, de 05 de fevereiro de 2018,

10.12 Fluxo curricular e pré-requisito das disciplinas

Organização de todos os componentes obrigatórios e optativos e seus créditos correspondentes e pré-requisitos das disciplinas (indicados por setas).





10.13 Setores de Estudos

Os setores de estudo, conforme a Resolução nº 4.616/2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), e as disciplinas vinculadas a cada setor são:

1. Clínica em Terapia Ocupacional:
 - Laboratório de Atividades I
 - Laboratório de Atividades II
 - Abordagens Grupais em Terapia Ocupacional.
 - Métodos e Técnicas de Avaliação em Terapia Ocupacional.
 - Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho.
 - Terapia Ocupacional em Atenção Domiciliar.
2. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional:
 - Fundamentação Histórica da Terapia Ocupacional.
 - Fundamentos de Terapia Ocupacional I.
 - Fundamentos de Terapia Ocupacional II.
 - Ética e Deontologia em Terapia Ocupacional.
 - Metodologia da Pesquisa Aplicada à Terapia Ocupacional.
3. Práticas pedagógicas no ensino da saúde:
4. Terapia Ocupacional em Dermatologia:
 - Terapia Ocupacional em Dermatologia.
5. Terapia Ocupacional em Neonatologia e Pediatria:
 - Psicologia do Desenvolvimento.
 - Terapia Ocupacional, Saúde e Infância
6. Terapia Ocupacional em Saúde Coletiva:
 - Terapia Ocupacional em Saúde Coletiva.
7. Terapia Ocupacional em Saúde Mental:
 - Psicologia Geral
 - Psicopatologia
 - Terapia Ocupacional em Saúde Mental I.

- Terapia Ocupacional em Saúde Mental II.
- 8. Terapia Ocupacional e Tecnologia Assistiva:
 - Laboratório de Atividades III.
- 9. Terapia Ocupacional na Saúde da Criança e do Adolescente:
 - Psicomotricidade.
 - Terapia Ocupacional, Juventudes e Adolescência.
- 10. Terapia Ocupacional na Saúde do Idoso:
 - Terapia Ocupacional no Ciclo de Vida da Pessoa Idosa.
- 11. Terapia Ocupacional nas Desvantagens Funcionais e Sensoriais:
 - Terapia Ocupacional em Desvantagens Funcionais e Sensoriais.
- 12. Terapia Ocupacional nas Disfunções Físicas/Neurologia:
 - Neuroanatomia Funcional
 - Terapia Ocupacional em Neurologia.
- 13. Terapia Ocupacional nas Disfunções Físicas/Traumatologia, Reumatologia e Ortopedia:
 - Cinesiologia
 - Cinesioterapia
 - Terapia Ocupacional nas Disfunções Físicas.
- 14. Terapia Ocupacional nos Contextos Educacionais:
 - Terapia Ocupacional nos Contextos Educacionais
- 15. Terapia Ocupacional nos Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos:
 - Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares.
- 16. Terapia Ocupacional , saúde, assistência social, educação e cultura:
 - Políticas Públicas e Terapia Ocupacional I
 - Políticas Públicas e Terapia Ocupacional II
 - Estratégias de Inclusão Social
- 17. Terapia Ocupacional Social.
 - Terapia Ocupacional em Contextos Sociais.

11 PLANO DE AVALIAÇÃO/AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

O processo avaliativo tem a característica dinamizadora capaz de diagnosticar, problematizar e orientar os trabalhos discente, docente e técnico-administrativo. Portanto, a avaliação é formativa, problematizadora e emancipatória e condizente com o perfil dos egressos do Curso.

Fazem parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – a avaliação interna, ou autoavaliação; Avaliação Externa direcionada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP); Avaliação dos Cursos de Graduação e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O curso de terapia ocupacional da UECE estará sujeito a autoavaliação institucional, de responsabilidade da CPA conforme descrito na Resolução nº 1054/2014 – CONSU, de 03 de fevereiro de 2014. Trata-se de um processo de avaliação interna que engloba o levantamento de dados e produção de informações, com vistas à análise das diversas dimensões que constituem uma Instituição de Ensino Superior. Nele, participam todos os membros da comunidade acadêmica (professores, estudantes e servidores).

Neste contexto, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é constituída por representantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil, são as principais responsáveis por conduzirem todos os processos de autoavaliação institucional e pelo fornecimento dos dados coletados ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para isso, utilizam procedimentos e instrumentos diversificados, respeitando as especificidades de suas atividades.

Conforme a Resolução nº 1054/2014 – CONSU, de 03 de fevereiro de 2014, o presidente da CPA deverá ser escolhido pelos seus pares, por votação ou aclamação. Os membros da CPA serão nomeados por ato do reitor, prevendo a alocação de 20 horas semanais de trabalho. O mandato dos membros da CPA será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução consecutiva, por igual período. A atribuição dos membros da CPA, direitos e deveres, o seu funcionamento e a substituição de um membro em caso de vacância devem seguir a descrição na resolução supracitada.

11.1 Avaliação do Rendimento Escolar do Aluno/Aprendizagem das disciplinas

Segundo o capítulo V do Regimento Geral da FUNECE, A avaliação de rendimento escolar será feita por disciplina e, quando se fizer necessário, na perspectiva de todo o Curso, abrangendo sempre assiduidade e eficiência nos estudos. Entende-se por assiduidade a frequência às atividades desenvolvidas na execução do conteúdo programático de cada disciplina, considerando-se aprovado o aluno que participar de 75% ou mais dessas atividades vedadas o abono de faltas, ressalvados os casos previstos em lei ou nas normas acadêmicas da Universidade.

A avaliação da eficiência nos estudos em cada disciplina abrangerá a assimilação progressiva de conhecimentos, avaliada em provas, trabalhos individuais, atividades práticas, experimentais ou outras atividades correspondentes às Avaliações Parciais de Conhecimento (APC) e domínio do conjunto da matéria lecionada, aferido em exame que só poderá ser realizado quando cumprido o respectivo programa, que corresponderá ao Exame Final (EF).

Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) entre as Notas Parciais de Conhecimento (NPC). O aluno que obtiver na média aritmética de NPC valor igual a 4,0 (quatro) ou inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final (EF). O aluno submetido ao EF estará aprovado se obtiver neste exame nota igual ou superior a 3,0 (três) e Média Final (média aritmética entre NPC e NEF) igual ou superior a 5,0.

Será considerado reprovado na disciplina o aluno que obtiver valor abaixo de 4,0 (quatro) na média entre as notas parciais de conhecimentos (NPC), abaixo de 3,0 (três) na nota de exame final (NEF) ou média final (MF) inferior a 5,0 (cinco) consideras *per se*.

A avaliação do rendimento escolar sob a forma de Estágio Curricular Obrigatório será realizada em duas fases de aprendizagem finais do Currículo, submetendo-se o aluno às exigências de frequência e exames estabelecidas pela Coordenação de Estágios. O rendimento do aluno nestas atividades será expresso pelas menções de S = Satisfatório e N = Não Satisfatório. Não poderá ser diplomado o aluno que, no conjunto das atividades especiais estabelecidas apresentar frequência inferior a 90% (noventa por cento) ou menção igual a “N”.

Serão incluídos em regime de recuperação somente os alunos que alcançando nota

igual ou superior ao mínimo exigido no exame final, não atinjam, ainda assim, os pontos necessários para sua aprovação. Concluída as atividades de recuperação, será aplicado um novo Exame Final, cuja nota passará a ser considerada para cálculo na Nova Média Final, sem se levar em conta a nota do Exame Final anterior.

Para aprovação no regime de recuperação, o aluno deverá obter no segundo Exame Final nota igual ou superior a 3,0 (três) e Média Final (média aritmética entre NPC e NEF) igual ou superior a 5,0, caso contrário será reprovado.

A recuperação dentro da fase de aprendizagem semestral será feita por meio de estudos dirigidos ou mesmo de atividades letivas próprias da disciplina, a critério do professor que a estiver ministrando, fundamentado em pré-testes ou entrevistas realizadas com os alunos em recuperação.

As exigências para matrícula na fase de realização do Estágio serão determinadas pela Coordenação do Curso, e os critérios de avaliação serão estabelecidos pela Coordenação de Estágios.

O aluno aprovado em todas as disciplinas de uma mesma fase de aprendizagem será automaticamente matriculado no conjunto de disciplinas da fase subsequente.

Poderá matricular-se nas disciplinas de uma fase de aprendizagem e ficar em situação de dependência, o aluno que necessitar cumprir apenas uma disciplina para concluir a fase de aprendizagem anterior por ter sido reprovado por frequência ou por nota ou por não ter ainda cursado a disciplina.

Quando em situação de dependência total na disciplina que ainda não cursou, ou que foi reprovado por nota e frequência, o aluno matricular-se-á na disciplina, para cursá-la com a turma de alunos que irá realizar a fase de aprendizagem que ele acabou de cursar e será autorizado a se matricular em tantas disciplinas da fase de aprendizagem seguinte quantas a compatibilidade de horário o permitir; excetuando-se aquelas disciplinas que apresentam subordinação direta à fundamentação teórica e/ou prática ministrada na disciplina em que o aluno se reprovou, bem como as que não dispensam, na mesma fase, curso anterior (regime intensivo) ou concomitante (regime extensivo) com aquela que o aluno ficou impedido de cursar.

Terá direito à situação de dependência parcial em recuperação, o aluno que for reprovado por nota e não por frequência em somente uma das disciplinas de qualquer das fases de aprendizagem;

Quando em situação de dependência parcial em recuperação, o aluno matricular-se-á na respectiva disciplina para cursá-la sem obrigação de frequência $\geq$ a 75%, mas de realizar as avaliações e atividades da disciplina, necessárias à sua aprovação, de acordo com determinação do professor responsável, podendo matricular-se em todas as disciplinas da fase seguinte.

Não será permitida a dependência parcial em recuperação quando a disciplina em que o aluno se reprovou apresentar 50% ou mais de seu conteúdo programático dirigido ao treinamento prático do aluno e/ou depender de aulas de demonstração e experimentação.

Se o aluno que cumprir a mesma disciplina em segunda dependência for reprovado por faltas ou por notas, poderá matricular-se somente nela para cursá-la em terceira dependência submetido às exigências de frequência e notas e, se for ainda reprovado por faltas ou por notas, deverá ser avaliada sua situação pelo coordenador do curso, segundo as normas vigentes da Pró-Reitoria de Graduação. Os casos omissos serão analisados pela Coordenação do Curso.

11.2 Avaliação das Disciplinas

Tem como objetivo a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e ser capaz de identificar as suas fragilidades, potencialidades e desafios. O curso almeja que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos possam contribuir para a efetividade do processo de avaliação.

As dimensões a serem avaliadas pelos alunos contemplam avaliação das atividades expositivas; dos professores, das disciplinas; das provas e testes, da auto-avaliação do aluno. Este processo é feito para que se possa realizar um acompanhamento longitudinal do desenvolvimento do Curso. Para tanto é utilizado um instrumento de avaliação (APÊNDICE D).

11.3 Avaliação do Curso

O sistema de avaliação do Curso de Terapia Ocupacional está vinculado aos sistemas de avaliação da Universidade Estadual do Ceará, sendo de caráter formativo, com ênfase no desempenho do estudante, do professor e do curso

12 PLANO DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

No que se refere ao aproveitamento de estudos com vistas a dispensa de cursar disciplinas curriculares do Curso de Terapia Ocupacional, todo o processo dar-se-á conforme dispõe a Resolução 4624/2021 - CEPE, de 07 de maio de 2021.

Os alunos que ingressaram via vestibular, mudança de curso, transferência de outra IES ou ainda ingressaram como graduado, poderão pleitear o aproveitamento de seus estudos realizados em cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológicos devidamente reconhecidos, de outra IES ou da UECE.

Para isso, o aluno necessitará solicitar o aproveitamento na época apazada no Calendário Acadêmico da UECE. Para fins de esclarecimento, segundo a normativa da UECE, é vedada a solicitação de qualquer aproveitamento de estudos no último semestre de integralização curricular. O aluno deverá indicar em seu requerimento as disciplinas objeto do aproveitamento de estudos que pleiteia, cursadas em uma ou mais de uma IES sendo obrigatória a apresentação dos respectivos Históricos Escolares e os correspondentes Programas, devidamente autenticados pela instituição de origem. Vale salientar que somente poderão ser aproveitados os estudos concluídos há, no máximo, 10 (dez) anos conforme orienta a normativa da UECE.

O aluno deverá apresentar o requerimento de aproveitamento de estudos à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD dentro do prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico da UECE. A PROGRAD, após a verificação da regularidade da documentação anexada, será responsável por formatar processo que será encaminhado para o Coordenador do Curso de Terapia Ocupacional que emitirá então o parecer conclusivo conforme orienta o art. 9 da Resolução 4624/2021 - CEPE.

Conforme o referido artigo, a análise do processo de aproveitamento será feita de maneira criteriosa por uma comissão composta por pelo menos dois professores que preferencialmente ministrem ou tenham ministrado a disciplina a ser dispensada. Esses docentes serão indicados pela coordenação do curso de Terapia Ocupacional, que emitirá conjuntamente com eles o parecer conclusivo.

Todo o processo de avaliação do aproveitamento de estudos e dispensa de disciplinas será realizado conforme a Resolução 4624/2021 - CEPE.

13 CONVÊNIOS, COOPERAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA

O discente do curso de graduação em Terapia Ocupacional poderá realizar mobilidade e intercâmbio acadêmicos em consonância com a Resolução Nº 3907/2015 – CEPE, de 23 de outubro de 2015 (ANEXO D), podendo desenvolver, assim, atividades letivas em uma instituição diferente da UECE onde mantém o vínculo acadêmico. Para tal processo haverá o apoio do Escritório de Cooperação Internacional da UECE (ECInt), segundo previsto na resolução 1682/CONSUS de 14/06/2021.

Serão consideradas atividades de mobilidade acadêmica e de intercâmbio aquelas de natureza técnica, científica, social e cultural, como disciplina, estágio obrigatório, pesquisa e extensão que visem à complementação e ao aprimoramento da formação integral do estudante de Terapia Ocupacional. Estas podem ser realizadas em território nacional e também internacional como está posto na Resolução.

14 PROGRAMAS DE BOLSA E APOIO DISCENTE

O Projeto de Monitoria Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação, com base no que estabelece a Resolução nº 601/2007 do Conselho Universitário (CONSUS) está contemplado neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para a graduação em Terapia Ocupacional da UECE, tendo como objetivos a iniciação à docência, o desenvolvimento da responsabilidade, da cooperação, da ampliação de conhecimentos e autonomia, além de promover a formação integral dos alunos e estímulo à interação entre docentes e discentes. As monitorias serão

ofertadas para disciplinas estabelecidas em edital próprio, podendo o aluno de Terapia Ocupacional inscrever-se para processo de seleção de monitores (remunerado e voluntário) de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Projeto de Monitoria Acadêmica - PROMAC/PROGRAD.

Propõe-se como parte integrante deste projeto político pedagógico a participação dos discentes e docentes do Curso de Terapia Ocupacional no Encontro de Iniciação à Docência, evento que tem por finalidade divulgar as produções pedagógicas desenvolvidas pelos alunos-monitores dos vários cursos da UECE, como também produções dos professores orientadores. Este encontro tornar-se-á um momento de troca de ideias e divulgação dos planos de trabalho apresentados por professores e alunos ao ingressarem no Projeto de Monitoria para a comunidade acadêmica, incentivando os monitores à preparação para a carreira docente.

14.1 Grupos, Linhas e Projetos de Pesquisa

- Terapia Ocupacional e Gerontologia, Cognição, Memória e Envelhecimento, Demências, Reabilitação Neuropsicológica;
- Terapia Ocupacional, Qualidade de Vida do Idoso e Cuidadores;
- Terapia Ocupacional e Educação Especial;
- Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva;
- Terapia Ocupacional, Saúde Mental, Cidadania e Trabalho;
- Terapia Ocupacional e Tecnologia Assistiva;
- Terapia Ocupacional e Contexto Social;
- Terapia Ocupacional no Método Terapia Ocupacional Dinâmica;
- Terapia Ocupacional e Dialógica do Cuidado na Atenção Primária à Saúde;
- Terapia Ocupacional e Ensino em Saúde;
- Terapia Ocupacional e Cultura.

14.2 Projetos de Extensão

A extensão permite a formação do profissional, cada vez mais, próximo à sociedade e aos contextos reais da vida da população. É um como espaço privilegiado de produção e construção, tanto do conhecimento científico como da prática profissional, possibilitando a superação das desigualdades sociais existentes e do distanciamento entre a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população. Nesse sentido, o curso de Terapia Ocupacional pretende potencializar esse espaço com a criação e implantação de Projetos de Extensão que enriqueçam o aprendizado dos egressos do curso. Atualmente, o curso de Terapia Ocupacional possui um único projeto de extensão cujo título é “Experienciando a expressão plástica e composição corporal na interface da Arte com a Terapia Ocupacional”. O objetivo do referido projeto é atender a pessoas idosas ou crianças e/ou pessoas com deficiências perante a experimentação, criação e exercícios de atividades expressivas plásticas tais como pintura, colagem, desenho e dobradura, leitura e composição de prosa ou poesia, assim como promover as expressões corporais, buscando ressignificar as atividades/ocupações no cotidiano compreendendo a capacidade construtiva dos sentidos dos sujeitos-alvo da Terapia Ocupacional. As propostas de projetos seguem as descritas (APÊNDICE A).

15 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual do Ceará será assegurada, implementada e acompanhada considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no inciso XIII do artigo 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - e contando com o apoio do Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação e Mobilidade Reduzida da Universidade Estadual do Ceará (NAAI).

Conforme a Resolução nº 1710, de 4 de outubro de 2021, o NAAI, presente em todos

os *campi* da UECE, tem como missão promover a acessibilidade e a inclusão como direito universal a todos os estudantes e demover as barreiras físicas, atitudinais e de comunicação no âmbito da UECE. O NAAI, portanto, acompanha e apoia o desenvolvimento e disponibilização de tecnologias, de instrumentos, de recursos didáticos e soluções arquitetônicas que promovam a acessibilidade e a inclusão. Para tanto, o NAAI dispõe de uma Coordenação Geral e Células de Apoio à Acessibilidade e Inclusão nos *campi* da universidade.

Dessa forma, com o apoio do NAAI, o corpo discente do curso de Terapia Ocupacional da UECE poderão contar com:

- a) Um atendente pessoal, profissional de apoio ou acompanhante no caso de pessoa com deficiência auditiva, visual, física, intelectual ou com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- b) Intérprete de LIBRAS no caso de pessoas surdas letradas em LIBRAS e guia-intérprete, bem como o uso de comunicação alternativa, no caso de surdocegos;
- c) Acompanhantes, no caso de pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) devidamente atestado mediante parecer biopsicossocial realizado por equipe multiprofissional e interdisciplinar;
- d) Suporte a pessoas com mobilidade reduzida, seja temporária ou permanente, incluindo idosos, gestantes, lactantes, pessoa com criança de colo ou obeso.

Ademais, o corpo docente do curso poderá contar com o apoio do NAAI para a adaptação do material didático pedagógico para estudantes com deficiência, bem como no planejamento e organização de suas atividades docentes a fim de torná-las acessíveis e inclusivas.

16 INFRAESTRUTURA DO CURSO

Para sua implementação, o Curso de Terapia Ocupacional utilizará a infraestrutura física e logística disponível na instituição, dispondo de salas de aula com capacidade para 40 alunos, com iluminação e acústica adequadas e ambientação climática, e demais objetos necessários como mesa para utilização do professor, cadeiras com suporte para escrita e quadro branco de parede. Atualmente o curso conta com duas salas de aula localizadas no

bloco J-06. O curso possui ainda mobiliário, equipamentos e material de consumo compatível com o número de alunos por turma e horário/cronograma para sua utilização, que contemplam a natureza das atividades a que se destinam. Os alunos podem contar ainda com o Restaurante Universitário (RU), que faz parte das políticas de permanência, a fim de permitir que estudantes possam se alimentar dentro da universidade, pagando um preço mais acessível.

Há um processo em curso de solicitação de recursos financeiros para a construção de um prédio próprio do Curso de Terapia Ocupacional na instituição que atenda às exigências de acessibilidade e outros referentes à área da saúde promulgada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O projeto da edificação está pronto e no momento encontra-se em andamento no Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Prioritários (MAPP), Processo 231/TO, da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado. Com a construção do prédio haverá uma maior quantidade de salas de aula, espaços de convivência de professores e alunos, sala de professores e para a coordenação, banheiros e uma maior acessibilidade.

Atualmente, os espaços destinados à convivência de professores e alunos são os espaços comuns à toda comunidade da UECE, em especial o Mundo Verde, local onde estão localizadas tanto a Coordenação como a Secretaria do curso de Terapia Ocupacional.

Outra importante necessidade do curso para seu bom funcionamento são os laboratórios de ensino e pesquisa detalhados a seguir.

16.1 Laboratórios de Ensino, de Pesquisa e Equipamentos

O Curso de Terapia Ocupacional necessita de dois tipos de laboratórios: os laboratórios para atender às disciplinas do Eixo das Ciências Biológicas e da Saúde, e os laboratórios específicos das disciplinas do Eixo da Terapia Ocupacional. No caso dos primeiros, o Curso dispõe dos laboratórios para as disciplinas básicas da área da saúde já existentes na Universidade e utilizados pelos diversos cursos da área da saúde, em concordância com seus coordenadores. Estes laboratórios estão especificados no quadro abaixo.

QUADRO 04 – Laboratórios utilizados para as disciplinas básicas

LABORATÓRIO	DISCIPLINAS DO EIXO DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
Microbiologia	Citologia, Histologia e Embriologia
Semiologia e Semiotécnica	Semiologia Funcional
Anatomia Humana	Anatomia Geral Radiográfica; Neuroanatomia
Patologia	Patologia Geral
Bioquímica Humana	Bioquímica Humana

Fonte: Elaboração da Comissão, 2019.

Com o andamento do Curso, já a partir do 3º Semestre, tem início as disciplinas obrigatórias pré-profissionalizantes e profissionalizantes do Eixo da Terapia Ocupacional, dentre estas, os Laboratórios de Atividades (I, II, III), o que exige salas/espços específicos para o desenvolvimento destas disciplinas.

De acordo com o documento Padrão Mínimo de Qualidade para Cursos de Terapia Ocupacional (MS, 1997/1999) citado anteriormente, e que por sua vez esta embasado nos documentos que orientam o Currículo Mínimo definido para o Curso de Terapia Ocupacional, a legislação do COFFITO pertinente ao assunto, o conhecimento dos currículos plenos em funcionamento no Brasil e, considerando por fim, as normas da WFOT, os cursos devem ter no mínimo 3 laboratórios de ensino e uma clínica terapêutica. No caso dos laboratórios, estes seriam:

1. Laboratório de Atividades e Recursos Terapêuticos;
2. Laboratório de Atividades da Vida Diária, Próteses e Órteses;
3. Laboratório de Atividades Corporais, Expressivas e Dramáticas.

O referido documento admite denominações diferentes, agrupamentos e/ou desdobramentos dos laboratórios desde que mantidas as condições básicas e arquitetônicas para sua fusão, estas últimas devendo obedecer às normas da ABNT referentes à área de saúde no que diz respeito à espaço, iluminação e refrigeração compatíveis com a sua utilização; acesso às edificações livres de barreiras arquitetônicas, considerando-se as múltiplas deficiências e não apenas a física; e outras como mobiliário e equipamentos considerando o número de alunos por turma e o horário/cronograma para sua utilização; mobiliário, equipamentos e material de consumo dos laboratórios condizentes com a natureza das atividades a que se destinam; planejamento para reposição semestral do material de consumo usado nos laboratórios e clínica (quando houver); plano de manutenção do material e equipamentos.

Dessa forma, o Curso de Terapia Ocupacional da UECE precisará dispor de imediato de ao menos duas salas adequadas para serem laboratórios nos quais ocorrerão as aulas práticas para ensino específico das disciplinas do Eixo da Terapia Ocupacional, quais sejam:

Laboratório de Ensino I – Atividades Plásticas e Artesanais, Práticas Corporais: atenderá a disciplina de Laboratório de Atividades I e III, deverá conter os materiais e equipamentos para o ensino de atividades plásticas, artesanais e corporais, e ainda alguns tópicos de atividades de vida diária. Nele estão dispostos: mesas, armários, cavaletes, além de pia com bancada e lousa. esse laboratório atende a demanda do ensino de técnicas artesanais como o trabalho com fios, tecido, cerâmica e marcenaria. Neles estão os equipamentos e ferramentas necessárias para essas práticas, além de contar com pia e bancada, mesa aos alunos e armários. Nesse espaço ainda estão dispostos teares, máquinas de costura e um forno para cerâmica. contêm instrumentos musicais, colchonetes, tatames, almofadas, lousa, arara com fantasias, armário com livros e referenciais específicos para consulta, além de materiais diversos para o ensino de técnicas corporais e expressivas na ação da terapia ocupacional.

Assim, nele são desenvolvidas atividades relacionadas a vivências, atividades expressivas e corporais, bem como treinamento de técnicas como, por exemplo, integração sensorial, técnicas de relaxamento, técnicas de manuseio de pacientes.

Laboratório de Ensino II – Cinesilogia, Órtese e Tecnologia Assistiva, Atividades da Vida Diária: atenderá às disciplinas de Laboratório de Atividades III, Cinesioterapia. Deve dispor de materiais utilizado para o ensino da temática de órteses e tecnologia assistiva (como gesso, termoplástico, PVC, MDF, EVA, materiais para corte, materiais para atividades de vida diárias), além de dois computadores, uma bancada com pia, lousa, mesa para os alunos, e armários. Nesse espaço estão previstos conteúdos como prescrição de recursos como cadeiras de rodas, muletas, adaptações.

No decorrer da implementação do Curso, com a construção de prédio próprio como previsto, será importante a construção de um espaço para funcionar a Clínica de Terapia Ocupacional da UECE para oferta de serviços de terapia ocupacional em que atenda às demandas e necessidades da população local, dado que a terapia ocupacional, como outras profissões, possui uma dimensão de aplicação dos conhecimentos inerentes ao processo de ensino, as condições para o exercício prático são fundamentais para a capacitação do profissional.

16.2 Recursos e Materiais de Apoio Administrativo-Didático-Pedagógico

O Curso de Terapia Ocupacional dispõe de equipamentos de informática, audiovisuais e de multimídia, bem como rede de suporte e acesso à rede mundial de computadores fornecida para toda a comunidade ueceana. Dentre estes equipamentos e materiais, tem-se: (1) equipamento de projeção multimídia (data-show); (1) computador; (1) impressora a laser; pincéis e apagador para quadro branco; demais materiais de escritório.

17. EMENTÁRIO

17.1 Disciplinas Obrigatórias

1º SEMESTRE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	ANATOMIA GERAL E RADIOGRÁFICA				
SEMESTRE	1º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	03 = 51h	03 = 51h	102h	06	
EMENTA					
Introdução ao estudo da anatomia. Conceitos gerais sobre radiologia e principais exames de imagem. Anatomia regional do tórax, com correlação em exames de imagem. Anatomia regional do abdômen, com correlação em exames de imagem. Anatomia regional da pelve e períneo, com correlação em exames de imagem. Anatomia regional do membro inferior, com correlação em exames de imagem. Anatomia regional do membro superior e dorso, com correlação em exames de imagem. Anatomia regional da cabeça e pescoço, com correlação em exames de imagem. Discussão sobre os tópicos em aulas práticas.					
OBJETIVO					
Geral: aprender e reconhecer na prática as principais estruturas que constituem o corpo humano, aplicando aos exames de imagem.					
Específicos: Formação teórica sobre a anatomia regional (topográfica) das várias regiões que compõem o corpo humano; Formação prática em laboratório específico de anatomia, com uso de cadáveres ou peças cadavéricas; Aprender aspectos éticos e humanísticos acerca do estudo em cadáveres e suas partes; Aplicação dos conhecimentos práticos sobre as estruturas do corpo					

humano nos principais exames de imagem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - Conceitos em Anatomia Humana

- Variação anatômica, anomalia e monstrosidade
- Termos e nomenclatura anatômica
- Planos e eixos anatômicos
- Posição anatômica, posição fundamental e decúbitos
- Tipos constitucionais
- UNIDADE II - Critérios de classificação anatômica
- Classificação anatômica dos ossos
- Classificação anatômica das juntas
- Classificação anatômica dos músculos
- Classificação anatômica do sistema nervoso

UNIDADE III - Anatomia Radiológica

- Conceitos gerais e tipos de exames por imagem
- Termos técnicos utilizados em radiologia

UNIDADE IV – Anatomia Topográfica e Radiológica da Cabeça e do Pescoço

- Crânio e coluna cervical
- Articulações da cabeça e do pescoço
- Músculos da mímica facial e da mastigação
- Músculos do Pescoço
- Inervação e vascularização da cabeça e do pescoço

UNIDADE V - Anatomia Topográfica e Radiológica dos Membros Superiores

- Ossos e articulações dos membros superiores
- Músculos, vascularização e inervação

UNIDADE VI - Anatomia Topográfica e Radiológica dos Membros Inferiores

- Ossos e articulações dos membros inferiores
- Músculos, vascularização e inervação

UNIDADE VII - Anatomia Topográfica e Radiológica do Tórax, Abdome, Dorso e Pelve

- Ossos e articulações do tórax, do dorso e da pelve
- Músculos, vascularização e inervação
- Visceras torácicas, abdominais e pélvicas

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de recursos áudio visuais ou pincel e quadro branco, e aulas práticas realizadas nos Laboratórios de Anatomia Humana.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos”. No § 2º determina-se que: “O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo”.

O Art. 112 também aponta que: “as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)”.

§ 1º – “Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)”.

§ 2º – “O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de

caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. **Anatomia Orientada para a Clínica**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

DANGELO, J. G., FATTINI, C. A. **Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

DRAKE, R. L.; VOGL, A. W.; MITCHELL, A. V. M. **Gray Anatomia Clínica para estudantes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

NETTER, F. H. **Atlas de Anatomia Humana**. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

PAULSEN, F.; WASCHKE, J. **Sobotta Atlas de Anatomia Humana**. 3 vol. 24. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. **Prometheus Atlas de Anatomia**. 3 vol. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	CITOLOGIA, HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA				
SEMESTRE	1º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	03 = 51h	03 = 51h	102h	06	

EMENTA
Organização estrutural celular: Constituição química; organelas celulares; divisão celular. Organismos procariontes e eucariontes. Histologia: Métodos de estudo, tecidos sob o ponto de vista histológico. Tecido epitelial, conjuntivo, adiposo, cartilaginoso, ósseo, sanguíneo, muscular, nervoso. Embriologia: Aparelhos reprodutores masculinos e femininos; gametogênese; fecundação e nidação; anexos embrionários; etapas iniciais do desenvolvimento embrionário. Organização do genoma humano e leis da genética e padrões de herança. Doenças genéticas. Heredogramas. Mutação gênica e cromossômica. Herança Multifatorial. Erros inatos do metabolismo.
OBJETIVOS
Analisar a célula como unidade estrutural, funcional e de origem dos seres vivos, destacando o plano unificado de organização molecular. Demonstrar as principais técnicas desenvolvidas em estudo de biologia molecular. Reconhecer os diversos tipos de tecidos e órgãos humanos, identificando suas estruturas microscópicas. Estudar o desenvolvimento embriológico de ser humano, dando ênfase nas formações das estruturas vitais e da locomoção.
CONTEÚDO
UNIDADE I ● Bases Moleculares da Constituição Celular ● Métodos de estudo da biologia celular ● Organização geral das células ● Superfície celular ● Sistema de endomembranas e síntese de macromoléculas e endereçamento ● Citoesqueleto

- Ciclo celular celular

UNIDADE II

- Métodos de estudo em histologia
- Tecido epitelial (revestimento)
- Tecido epitelial (glandular)
- Tecido Conjuntivo propriamente dito
- Tecido Adiposo

UNIDADE III

- Tecido Cartilaginoso
- Tecido Ósseo
- Tecido Sanguíneo
- Tecido Muscular
- Tecido Nervoso

UNIDADE IV

- Noções do aparelho reprodutor masculino e do aparelho reprodutor feminino
- Introdução ao desenvolvimento humano e reprodução humana
- Fecundação e primeira semana do desenvolvimento humano
- Segunda semana do desenvolvimento humano

- Terceira semana do desenvolvimento humano
- Quarta a oitava semana do desenvolvimento humano
- Crescimento fetal e placenta

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas: almejando quebrar a postura passiva dos alunos, por meio da introdução de questionamentos a serem respondidos pelos mesmos, dinamizando a atividade em sala de aula, enquanto discorre sobre determinado assunto durante algum tempo, a fim de explicar aos alunos um determinado conteúdo.

Em sala de aula também poderão ser empregadas estratégias de aprendizagem e metodologias ativas de ensino superior em saúde, como por exemplo: Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP que serão baseadas na resolução de problemas relacionados à prática profissional do curso.

As aulas práticas serão realizadas nos laboratórios de citologia, histologia e anatomia humana da universidade e/ou instituições parceiras.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “*A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos*”. No § 2º determina-se que: “*O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina*”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o*

semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo”.

O Art. 112 também aponta que: *“as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)”.*

§ 1o – *“Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)”.*

§ 2o – *“O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.*

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTS, B.; BRAY, D.; LEWIS, J.; RAAF, M.; ROBERTS, K.; WATSON, J.D. Biologia Molecular da Célula 5ª Ed. São Paulo. Artmed, 2010. LEHNINGER, L.A.; NELSON, L. D.; COX, M.M. Princípios de Bioquímica. 6a Ed. São Paulo. Artmed, 2014

JUNQUEIRA, L.C.U. & CARNEIRO, J. Histologia Básica. 12 Ed. Guanabara Koogan, 2013.

MOORE, K.L. & PERSAUD, T.V.N. Embriologia Básica. 8. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro. 2008.

MOORE, K.L. & PERSAUD, T.V.N. Embriologia Clínica. 9. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro. 2012.

ROSS, M.H. & PAWLINA W. Histologia Texto e Atlas, 6. Ed. Guanabara Koogan, 2012.

SCHOENWOLF, G. C.; BLEYL, S. B.; BRAUER, P. R.; FRANCIS-WEST, P. H. Larsen Embriologia humana. 5. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	BIOQUÍMICA HUMANA				
SEMESTRE	1º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34h	02 = 34h	68h	04	
EMENTA					
Fundamentos de Química. Introdução à bioquímica. Composição e organização estrutural da matéria viva. Química da água. pH e sistemas tampões. Bioenergética. Proteínas e biossíntese de proteínas. Enzimas e coenzimas. Vitaminas e sais minerais. Organização bioquímica da célula e processos de transporte. Química dos carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos. Introdução ao estudo do metabolismo. Metabolismo dos carboidratos. Metabolismo dos ácidos graxos. Metabolismo dos aminoácidos. Controle metabólico e hormonal do metabolismo. Distúrbios de metabolismo.					
OBJETIVO					
Aquisição de conhecimentos fundamentais para a compreensão, em nível molecular, dos componentes celulares e teciduais e seu metabolismo. Integração dos conhecimentos abordados nesta disciplina com os aprendizados obtidos ou a serem obtidos em outras disciplinas da grade curricular do Curso de Terapia Ocupacional, buscando interdisciplinaridade e integração de conteúdos.					

CONTEÚDO

- Introdução à Bioquímica.
- Revisão das principais biomoléculas.
- Noções de ácido e base. Tampões biológicos.
- Bioquímica de carboidratos: Conceito, classificação e importância biológica. Monossacarídeos: conceito, classificação, estrutura e propriedades físico-químicas (isomeria, mutarotação, hemicetais). Oligossacarídeos. Polissacarídeos.
- Metabolismo de carboidratos: Digestão e absorção de carboidratos. Glicólise, Gliconeogênese; ciclo de Krebs, glicogenólise e glicogênese, via das pentoses fosfato. Balanço energético da oxidação completa da glicose. Química de aminoácidos: Conceito, estrutura, nomenclatura, classificação, importância biológica, propriedades
- físico-químicas (curva de titulação e ponto isoelétrico).
- Bioquímica de peptídeos: Conceito, estrutura, classificação, ligação peptídica e importância biológica.
- Bioquímica de proteínas: Conceito, classificação, conformação, propriedades físico-químicas e importâncias biológicas. Estrutura e função de mioglobina e hemoglobina.
- Enzimas: Conceito, nomenclatura, classificação, fatores que afetam a velocidade enzimática (cinética de enzimas michaelianas). Inibição enzimática. Noções de enzimas alostéricas.
- Bioquímica de lipídeos: Conceito, estrutura, classificação e importância biológica. Ácidos graxos: conceito, estrutura, classificação e propriedades físico-químicas. Lipídeos simples (triacilgliceróis, esteróides) e complexos: Fosfoglicerídeos, esfingolipídeos. Membranas biológicas.
- Vitaminas lipo e hidrossolúveis e coenzimas: Estrutura, fontes nutricionais e funções.

- Metabolismo de lipídeos: Digestão e absorção de lipídeos. Oxidação de ácidos graxos. Balanço energético.
- Metabolismo de corpos cetônicos. Biossíntese de ácidos graxos. Regulação das vias.
- Metabolismo de proteínas: Digestão e absorção de proteínas. Reações gerais do metabolismo de aminoácidos. Excreção nitrogenada. Ciclo da uréia.
- Bioquímica de nucleotídeos e ácidos nucléicos: Conceito, estrutura e importância biológica dos nucleotídeos. Tipos e funções dos ácidos nucléicos.

METODOLOGIA

Os métodos aplicados para ministrar as aulas e repassar os conteúdos dispostos no programa curricular da disciplina podem ser:

Aulas expositivas e dialogadas: almejando quebrar a postura passiva dos alunos, por meio da introdução de questionamentos a serem respondidos pelos mesmos, dinamizando a atividade em sala de aula, enquanto discorre sobre determinado assunto durante algum tempo, a fim de explicar aos alunos um determinado conteúdo.

Em sala de aula também poderão ser empregadas estratégias de aprendizagem e metodologias ativas de ensino superior em saúde, como por exemplo: Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP que serão baseadas na resolução de problemas relacionados à prática profissional do curso.

AValiação

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos”. No § 2º determina-se que: “O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a

aprovação na respectiva disciplina”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1o – “*Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)*”.

§ 2o – “*O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)*”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEHNINGER, A. L.; NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de bioquímica**, 6. ed. São Paulo: Sarvier, 2014.

HARVEY, R. A.; FERRIER, D. R. **Bioquímica ilustrada**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DEVLIN, T. M. **Manual de Bioquímica com correlações clínicas**. 7. ed. São Paulo: Bluscher, 2015.

- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TYMOCZKO, J. L.; BERG, J. M.; STRYER, L. **Bioquímica fundamental**. Rio de

Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

DEVLIN, T. M. **Manual de bioquímica com correlações clínicas**. 7. ed. São Paulo: Blucher, 2011.

CISTERNAS, J. R.; MONTE, O.; MONTOR, W. R. **Fundamentos teóricos e práticos em bioquímica**. São Paulo: Atheneu, 2011.

MARIA, C. A. B. **Bioquímica básica**: introdução à bioquímica dos hormônios, sangue, sistema urinário, processos digestivos e absorptivo e micronutrientes. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

SANTOS, P. C. P.; BOCK, P. M. **Manual prático de bioquímica**. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA				
SEMESTRE	1º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
TO007	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04 = 68hs	00	68hs	04	
EMENTA					
Sociologia como ciência, objeto, método. O homem e a sociedade. O processo de socialização. Sociedade e estrutura social. Instituições sociais e cidadania. Alternativa de desenvolvimento de sistemas sociais. Subdesenvolvimento e globalização. A sociedade contemporânea: aspectos regionais (Nordeste e estado do Ceará). Sociologia e os processos de transformação social em nível internacional e nacional.					
OBJETIVO					
Demonstrar uma visão crítica sobre os fenômenos da realidade social.					
METODOLOGIA					
Aulas expositivas, com utilização de recursos áudio visuais; aula expositiva dialogada; seminários, discussão grupal.					

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “*A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos*”. No § 2º determina-se que: “*O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina*”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1º – “*Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)*”.

§ 2º – “*O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)*”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

BERGER, P. I. **Perspectivas Sociológicas:** uma visão humanística. São Paulo: Saraiva, 1994.

BERGER, P.I. **A Construção Social da Realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAKATOS, E. M. **Sociologia Geral.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

FERREIRA, N. T. **Cidadania:** uma questão de educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GUARESCHI, P. **Sociologia Crítica:** alternativa de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2001.

GENTIL, P. et al. **Globalização Excludente, Desigualdade, Exclusão e Democracia na Nova Ordem Mundial.** São Paulo: Vozes, 1999.

SPOSATI, A. et al. **Os Direitos (dos Desassistidos) Sociais.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	POLÍTICAS PÚBLICAS E TERAPIA OCUPACIONAL I				
SEMESTRE	1º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
TO004	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34h	00	34h	02	
EMENTA					
Disciplina teórico, ofertada no 1º semestre e que se caracteriza pelo estudo das Políticas Públicas de Saúde e Educação. Percurso Histórico das Políticas Públicas no Brasil; estudo e organização do SUS e da Educação. Programas de atenção à saúde e a Educação; instâncias colegiadas promotoras de políticas públicas; planejamento e avaliação em saúde e na educação; e a Terapia Ocupacional na constituição e execução das Políticas Públicas de Saúde e Educação.					
OBJETIVO					
Oferecer subsídios para a compreensão da interface da Terapia Ocupacional e o seu papel nas políticas públicas de Saúde e Educação.					
CONTEÚDO					
Semana de Integração Panorama da Terapia Ocupacional no Brasil e no Mundo;					

Percurso para implantação do curso na Universidade Estadual do Ceará.

- Apresentação e Introdução à Disciplina
- O que é uma Política Pública?
- O que é, e como surgem os Sistemas de Saúde?
- Os Sistemas Comparados de Saúde
- A Terapia Ocupacional no SUS

A inserção da Terapia Ocupacional no Contexto Escolar

- Políticas de Educação no Brasil
- Políticas de Educação Especial e Inclusão Escolar
- Rememorando e Aprofundando conhecimentos
- Vivenciando as políticas Públicas de Saúde e Educação
- Políticas de Saúde que ampliaram a atuação da Terapia Ocupacional
- Percurso Histórico das Políticas de Saúde
- Terapia Ocupacional no Sistema Único de Saúde
- Inclusão Escolar, Educação especial e o diálogo com Terapia Ocupacional.
- Percurso das Políticas de Educação.
- Tema: Recursos e dispositivos para prática da Terapia Ocupacional na Escola

METODOLOGIA
Aula expositiva dialogada Seminário Discussão em grupo Estudo Dirigido Estudo de caso
AValiação
De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “<i>A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos</i>”. No § 2º determina-se que: “<i>O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina</i>”. O parágrafo único do Art. 111 define que “<i>Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo</i>”. O Art. 112 também aponta que: “<i>as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)</i>”. § 1º – “<i>Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)</i>”. § 2º – “<i>O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)</i>”. Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de

mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

BISPO JUNIOR, J.P.; MESSIAS, K.L.M.

Sistemas de Serviços de Saúde: principais tipologias e suas relações com sistema de saúde brasileiro. **Rev.Saúde.Com.**1(1):79-89. 2005.

CONILL, E.M. Sistemas comparados de saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. et al (Orgs.) **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª Ed. São Paulo; Hucitec, 2009. P.563-613

Documentário SICKO- SOS Saúde

MALFITANO, A. P. S., FERREIRA, A. P. Saúde pública e terapia ocupacional: apontamentos sobre relações históricas e atuais. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 102-109, maio/ ago. 2011.

ROCHA, E. F. A Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.18, n. 3, p. 122-127, set./dez. 2007.

ARANHA, M.L.A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

FONSECA, Marília. Políticas Públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e responsabilidade social. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, n 78, p. 153-177, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação - necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do ministério público brasileiro.** Brasília:

MEC/SEESP, 2001.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. *Resolução n.º 500, de 26 de dezembro de 2018.* Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do Terapeuta Ocupacional em Contexto Escolar e dá outras providências. Brasília: COFFITO.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. *Resolução n.º 406, de 7 de novembro de 2011.* Disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional em Contextos Sociais e dá outras providências. Brasília: COFFITO.

Brasil. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a **Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Diário Oficial da União. 22 set. 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v.1. Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Brasília: Ministério da Saúde; 2014. 116p. Cadernos de Atenção Básica, n.39.

MALFITANO, A. P. S., FERREIRA, A. P. Saúde pública e terapia ocupacional: apontamentos sobre relações históricas e atuais. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 102-109, maio/ ago. 2011.

ROCHA, E. F. A Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.18, n. 3, p. 122-127, set./dez. Re

ANDRADE, A.S.; FALCÃO, I.V. A compreensão de profissionais da atenção primária à saúde sobre as práticas da terapia ocupacional no NASF. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos*, v. 25, n. 1, p. 33-42, 2017.

ESCOREL, S. História das Políticas Públicas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: Do Golpe Militar à Reforma Sanitária. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C. *et al.* (Orgs.) **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2 ed. (rev. e amp.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

ESCOREL, S.; TEIXEIRA, L.A. História das Políticas Públicas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: Do império ao desenvolvimento populista. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C. *et al.* (Orgs.) **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2 ed. (rev. e amp.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

AGUIAR, Z. N. Antecedentes históricos do Sistema Único de Saúde (SUS) – breve história da política de saúde no Brasil. In: AGUIAR, Z. N. (Organizadores). **SUS: Sistema Único de Saúde – antecedentes, percurso, perspectivas e desafios**. São Paulo: Martinari, 2011. p. 15-40.

CATUNDA, K.C.; NOGUEIRA, B.O. A Terapia Ocupacional na Estratégia Saúde da Família: uma revisão integrativa. *Essentia, Sobral*, vol. 16, nº 1, p. 135-151, jun./nov. 2014.

CORDEIRO, J.R. Políticas Públicas de Saúde e Terapia Ocupacional na Assistência

Hospitalar. In: DE CARLO, M.M.R.; KUDO, A.M. *Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos*. São Paulo: editora Payá, 2018.

LANCMAN, S.; BARROS, J. O. Family Health Strategy (ESF), Family Health Support Nuclei (NASF) & Occupational Therapy: questioning the interfaces. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 22, n. 3, p. 263-269, set./dez. 2011.

Bombarda, T. B., & Palhares, M. S. O registro de práticas interventivas da Terapia Ocupacional na educação inclusiva. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, 23(2), 285-294, 2015.

Folha, D. R. S. C., & Monteiro, G. S. Terapia ocupacional na atenção primária à saúde do escolar visando a inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, Rio de Janeiro, 1(2), 202-220. 2017.

SOUZA, J.; MOTA, A.; DOLGNER, J.; TEIXEIRA, P. FABELA, S. Avaliação das Políticas Públicas-inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais : o caso do Centros de Recursos para Inclusão. Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, 2014.

DELLA BARBA, Patrícia Carla de Souza; MINATEL, Martha Moraes. Contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de crianças com autismo. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos v. 21, n. 3, p. 601-608, 2013.

GEBRAEL, Tatiana Luísa Reis; MARTINEZ, Cláudia Maria Simões. Consultoria colaborativa para professores de alunos com baixa visão. *Revista Brasileira Educação Especial*, Marília, v.17, n.1, p.101-120, 2011.

PELOSI, Miryam Bonadiu; NUNES, Leila Regina D'Oliveira de Paula. A ação conjunta dos profissionais da saúde e da educação na escola inclusiva. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 52-59, jan./abr. 2011.

PLOTEGHER, Carolina Bastos; EMMEL, Maria Luísa; CRUZ, Daniel Marinho da Cruz. Utilização de dispositivos assistivos por alunos com deficiência em escolas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v.21, n.1, p.35-42, 2013.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DELIBERATO, Débora. Atuação do terapeuta no contexto escolar: o uso da tecnologia assistiva para o aluno com paralisia cerebral na educação infantil. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 263-73, set./dez. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DA TERAPIA OCUPACIONAL				
SEMESTRE	1º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
TO0005	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04 = 68h	00	68h	04	
EMENTA					
Definição de Terapia Ocupacional. História da origem e fundação da Terapia Ocupacional. Processo constitutivo da profissão no Brasil e no Ceará. Principais campos de atuação da Terapia Ocupacional. Organização da profissão no contexto internacional e nacional. Primeiros contatos com os profissionais terapeutas ocupacionais atuantes no Sistema Única de Saúde (SUS) e demais instituições locais de referência para sua futura prática na área. A disciplina proporciona aos discentes a compreensão da importância e abrangência da Terapia Ocupacional, sua História no mundo, no Brasil e no Ceará, bem como a inserção nos campos de prática por meio dos primeiros contatos com terapeutas ocupacionais em diversos campos de atuação.					
OBJETIVO					

Proporcionar ao aluno conhecimentos teórico-práticos para definir a profissão, situando de forma crítico-reflexiva o contexto histórico do surgimento da Terapia Ocupacional e sua constituição no Brasil e no Ceará, bem como os diferentes campos de atuação e organização da profissão numa primeira aproximação com os cenários de prática.

CONTEÚDO

Unidade I: O que é Terapia Ocupacional?

Definições de Terapia ocupacional.

Principais conceitos em Terapia Ocupacional.

Taxonomia da Ocupação.

A natureza ocupacional dos seres humanos

Unidade II: Profissão, identidade e objeto de trabalho

Concepções teóricas da ocupação e fazer humano no cotidiano

Identidade e objeto de trabalho da Terapia Ocupacional.

Qualificações pessoais e profissionais que fundamentam a atuação do Terapeuta Ocupacional.

Unidade III: Movimentos precursores da Terapia Ocupacional

Tratamento Moral e a terapia pelo trabalho.

Primeira onda do Feminismo.

Movimento de Artes e Ofícios .

Filosofia do Pragmatismo.

Unidade III: Institucionalização da Terapia Ocupacional.

História, origem e fundação da Terapia Ocupacional no mundo.

Os primeiros terapeutas ocupacionais.

Unidade IV: Processo histórico constitutivo da Terapia Ocupacional no Brasil.

Marcos históricos da Terapia Ocupacional na América Latina e no Brasil: os diferentes processos.

A institucionalização da Terapia Ocupacional no Brasil.

As formações dos terapeutas ocupacionais no Brasil.

Organizações profissionais da Terapia Ocupacional no Brasil.

Unidade V: Campos de atuação da Terapia Ocupacional

Principais campos de atuação da Terapia Ocupacional.

Tendências em Terapia Ocupacional.

METODOLOGIA

A disciplina se fundamenta em metodologia participativa, por meio da utilização das seguintes estratégias metodológicas: exposição dialogada orientada por bibliografia, vivências, trabalhos em grupo e seminários temáticos, estudo da bibliografia recomendada, visita institucional programada, trabalho de campo, análise de artigos científicos. Serão utilizados os seguintes recursos didáticos: projetor de multimídia; computador; quadro magnético; pincel para quadro magnético; apagador para quadro magnético e caixa de som.

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e incluirá uma dimensão grupal e duas dimensões individuais. A dimensão grupal se dará por meio da realização das atividades em grupo (apresentações e entrega de trabalho escrito sobre seminário temático). Já a dimensão individual ocorrerá por meio de uma verificação de conhecimentos, entrega de relatório de campo referente às visitas técnicas e auto-avaliação (compromisso com a realização das tarefas, participação nas discussões, comportamento em sala de aula, frequência e pontualidade). Os aspectos referentes à auto-avaliação também serão realizados pelo professor, de modo que o resultado será dado pela média aritmética das notas atribuídas pelo aluno e pelo professor.

Será considerado aprovado na disciplina os alunos com frequência igual ou superior a 75% e média final igual ou superior a 7,0 (sete).

BIBLIOGRAFIA

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. (Orgs.). **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CREPEAU, E.B.; COHN, E.S.; SCHELL, B.A.B. Ciência Ocupacional e a natureza ocupacional dos seres humanos. In: **Willard e Spackman: Terapia Ocupacional**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

DE CARLO, Marysia P. M. P.; BARTALOTTI, Celina C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Plexus, 2001.

FRANCISCO, Berenice Rosa. **Terapia ocupacional**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

LIMA, Elizabeth M. F. A.; OKUMA, Denise G.; PASTORE, Marina D. M. Atividade, ação, fazer e ocupação: a discussão dos termos na terapia ocupacional brasileira. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR**, São Carlos, v. 21, n.2, p.243-254, 2013.

MELO, Daniela O. de C. V. e. **Em busca de um *ethos***: narrativas da fundação da terapia ocupacional na cidade de São Paulo (1956-1969). Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde). São Paulo: UNIFESP, 2015. (Cap. 1 – Por uma nova história: (re)visitando o contexto do surgimento da profissão, p. 24-39).

MEYER, Adolph. **A filosofia da terapia ocupacional**. Este texto foi originalmente lido na 5ª. Reunião Anual da Sociedade Nacional para a Promoção da Terapia Ocupacional em Baltimore, EUA, 20-22 de out, 1921. Tradução Tais Marcolino Quevedo.

MONZELI, Gustavo A.; MORISSON, Rodolfo; LOPES, Roseli Esquerdo. Histórias da terapia ocupacional na América Latina: a primeira década de criação dos programas de formação profissional. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 235-250, 2019.

SILVA, Derivan Brito da A Terapia Ocupacional no Brasil na perspectiva sociológica (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2017.

SLAGLE, Eleonor Clark. Treinando ajudantes para pacientes com deficiência mental. **Revista CETO**, ano 8, n. 8, 2003. OLIVER, Fátima C.; SOUTO, Ana C. F.; NICOLAU, Stella M. Terapia ocupacional em 2019: 50 anos de regulamentação profissional no Brasil. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, Rio de Janeiro, v.2 (2), p. 244-256, 2018.

VOGEL, Beatriz; BENETTON, Maria José; GOUBERT, Jean-Pierre. Terapia ocupacional: história de uma profissão feminina. **Revista CETO**, ano 7, n. 7, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – IFISUS				
SEMESTRE	1º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
TO006	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04=68	00	68h	04	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática ofertada no 1º semestre centra-se na formação interprofissional para o SUS, utilizando no percurso teórico-metodológico, a contextualização e a problematização dos princípios e das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS): apontam-se seus marcos sociais, históricos e políticos, suas bases teóricas, suas normatizações jurídico-políticas e sua organização assistencial com ênfase nas políticas de atenção à saúde em âmbito local e regional. Apresentam-se ainda o processo de trabalho e as diretrizes organizativas da Atenção Primária à Saúde (APS) e o modelo de atenção Estratégia Saúde da Família (ESF). A disciplina discutirá os modelos explicativos do processo saúde- doença e reflexões sobre conceitos e definições – de saúde, de saúde pública, de saúde coletiva e conceito ampliado de saúde.					

OBJETIVO
Preparar estudantes dos diversos cursos para que desenvolvam competências para trabalharem equipes interprofissionais colaborativas na APS, melhorando a saúde das pessoas e o acesso à atenção em saúde.
METODOLOGIA
Os métodos aplicados para ministrar as aulas e repassar os conteúdos dispostos no programa curricular da disciplina podem ser: Aulas expositivas e dialogadas: almejando quebrar a postura passiva dos alunos, por meio da introdução de questionamentos a serem respondidos pelos mesmos, dinamizando a atividade em sala de aula, enquanto discorre sobre determinado assunto durante algum tempo, a fim de explicar aos alunos um determinado conteúdo. Em sala de aula também poderão ser empregadas estratégias de aprendizagem e metodologias ativas de ensino superior em saúde, como por exemplo: Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP que serão baseadas na resolução de problemas relacionados à prática profissional do curso.
AVALIAÇÃO
De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “<i>A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos</i>”. No § 2º determina-se que: “<i>O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina</i>”. O parágrafo único do Art. 111 define que “<i>Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo</i>”. O Art. 112 também aponta que: “<i>as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)</i>”.

§ 1o – “Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)”.

§ 2o – “O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Z. N. **Antecedentes históricos do Sistema Único de Saúde (SUS): breve história da política de saúde no Brasil**. In: AGUIAR, Z. N. (Organizadores). SUS: Sistema Único de Saúde – antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. São Paulo: Martinari, 2011. p. 15-40.

ALMEIDA-FILHO, N. de; PAIM, J. S. **Conceitos de saúde: atualização do debate teórico-metodológico**. In: PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. de. **Saúde Coletiva: teoria e prática**. Medbook: Rio de Janeiro. 2014. p. 13-27.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares de Cursos de Graduação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº. 373, de 27 de fevereiro de 2002**: Norma Operacional da Assistência à Saúde-NOAS 01/2002.

BRASIL. **Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006**. Divulga o Pacto pela

Saúde 2006.

BRASIL, M. S. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde-SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 1, 2011.

FERTONANI, H. P. et al. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. The health care model: concepts and challenges for primary health care in Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva** 20(6):1969-1978, 2015.

SANTOS, D. S et al. Processo de trabalho na Estratégia de Saúde da Família: potencialidades da subjetividade do cuidado para reconfiguração do modelo de atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(3):861-870, 2018.

TEIXEIRA, C. F. A mudança do modelo de atenção à saúde no SUS: desatando nós, criando laços. **Saúde Debate** 2003; 27(65):257-277.

O que é o SUS. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. E-book disponível em: http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus_e_busca_de_noticias_sobre_os_principios_e_diretrizes_do_sus.

2º SEMESTRE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE						
Ficha de Disciplina						
DISCIPLINA		FISIOLOGIA HUMANA				
SEMESTRE		2º				
CURSO		TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA				TIPO
		Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
		04 = 68hs	02 = 34hs	102hs	06	
EMENTA						
Fornecer aos alunos de graduação as bases para o entendimento da integração funcional entre os sistemas biológicos humanos. Com este conhecimento fundamental poderão interpretar corretamente as alterações e disfunções decorrentes das fisiopatologias associadas. Os conteúdos enfocam fatos, conceitos e princípios pertinentes às funções e aos mecanismos de processo e de regulação dos diversos componentes dos sistemas: nervoso, cardiovascular, respiratório, renal, digestório, endócrino, reprodutor. Pretende-se capacitar os estudantes a desenvolver um raciocínio transversal entre os diferentes sistemas fisiológicos e sua interação e integração funcional na manutenção da vida humana.						

OBJETIVO

Desenvolver no estudante o raciocínio fisiológico através do entendimento do funcionamento normal de células, tecidos, órgãos e sistemas que compõem o organismo humano, bem como das correlações funcionais existentes entre os mesmos.

CONTEÚDO

UNIDADE I

- História Geral da Fisiologia;
- Homeostase, Regulação e Controle em Fisiologia;
- Compartimentalização dos Líquidos do Organismo e Fisiologia dos Compartimentos Intracelulares;
- Fisiologia celular: membrana celular, difusão, permeabilidade, osmose;
- Bioeletrogênese: Gênese do Potencial de Membrana, Excitabilidade Celular e Potencial de Ação.

UNIDADE II

- Neurofisiologia I: Eletrofisiologia Neuronal, Transmissão Sináptica e Junção Neuromuscular;
- Neurofisiologia II: Sistema Nervoso Autônomo;
- Neurofisiologia III: Funções Corticais Superiores - Aprendizado, Linguagem e Memória;
- Neurofisiologia IV: Sistemas Sensoriais: Propriocepção, Visão, Audição, Gustação e Olfacção;
- Sistemas Geradores de Movimento, Cerebelo, Núcleos da Base e Movimento Voluntário. Tecido Muscular;
- Fisiologia Cardiovascular I: Estrutura, Função e Propriedades Elétricas do Sistema Cardiovascular;
- Fisiologia Cardiovascular II: Contratilidade Miocárdica, Ciclo Cardíaco.

Vasomotricidade e Regulação Local de Fluxo.

- Fisiologia Cardiovascular III: Regulação da Pressão Arterial e Mecanismos Neuro-Hormonais e Regulação a Longo Prazo da Pressão Arterial

UNIDADE III:

- Fisiologia da Respiração I: Organização Morfofuncional do Sistema Respiratório, Movimentos Respiratórios e Volumes e Capacidades Pulmonares;
- Fisiologia Respiratória II: Mecânica Respiratória, Ventilação Alveolar, Distribuição da Ventilação, da Perfusão e da Relação Ventilação- Perfusão;
- Fisiologia Respiratória III - Difusão e Transporte de Gases no Organismo e Regulação Respiratória do Equilíbrio Ácido-básico;
- Fisiologia Renal I: Visão Morfofuncional do Rim, Hemodinâmica Renal e Função Tubular.
- Fisiologia Renal II: Excreção Renal de Solutos, Papel do Rim na Regulação do pH do Líquido Extracelular, Rim e Hormônios;
- Fisiologia Digestória II: Secreções do Sistema Digestório, Digestão e Absorção de Nutrientes Orgânicos e Absorção Intestinal de Água e Eletrólitos.

UNIDADE IV

- Fisiologia Digestória I: Visão Geral do Sistema Digestório, Regulação Neuro-Hormonal do Sistema Digestório, Motilidade do Sistema Digestório;
- Fisiologia Digestória II: Secreções do Sistema Digestório, Digestão e Absorção de Nutrientes Orgânicos e Absorção Intestinal de Água e Eletrólitos;
- Fisiologia Endócrina I: Introdução à Fisiologia Endócrina, Hipotálamo Endócrino e Glândula Hipófise;
- Fisiologia Endócrina II: Glândula Pineal, Glândula Tireoide e Glândula Suprarrenal;
- Fisiologia Endócrina III: Pâncreas Endócrino e Gônadas e Fisiologia da Reprodução.

METODOLOGIA

Os métodos aplicados para ministrar as aulas e repassar os conteúdos serão por:

Aulas expositivas e dialogadas: almejando quebrar a postura passiva dos alunos, por meio da introdução de questionamentos a serem respondidos pelos mesmos, dinamizando a atividade em sala de aula, enquanto discorre sobre determinado assunto durante algum tempo, a fim de explanar aos alunos um determinado conteúdo.

Em sala de aula também poderão ser empregadas estratégias de aprendizagem e metodologias ativas de ensino superior em saúde, tais como: Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP que serão baseadas na resolução de problemas relacionados à prática profissional do curso.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “*A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos*”. No § 2º determina-se que: “*O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina*”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1º – “*Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)*”.

§ 2º – “*O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0*”.

(cinco) ”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

AIRES, M. M. **Fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 5ª ed., 2018.

RAFF, H.; LEVISTZKY, M. **Fisiologia Médica** - uma abordagem integrada. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2012.

MACHADO, A.B.M. **Neuroanatomia Funcional**. Rio de Janeiro. Ed. Atheneu. 3ª ed., 2014.

GUYTON, A.C. e Hall J.E.– **Tratado de Fisiologia Médica**. Editora Elsevier. 13ª ed., 2017.

KANDEL, E.R. **Princípios de Neurociências**. Porto Alegre Ed. MC HILL 5ª. Edição 2014.

SILVERTHORN, D.U. **Fisiologia Humana**. 5ª ed., 2011, Porto Alegre: Artmed

FOX, S.I. **Fisiologia humana**. 7. ed.. Barueri, Manole, 2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA		PSICOLOGIA GERAL			
SEMESTRE	2º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04 = 68hs	00	68hs	04	
EMENTA					
Disciplina teórica que aborda as principais contribuições da psicologia para a formação em Terapia Ocupacional. Visa apresentar o Histórico da psicologia e abordar algumas das conceituações desta disciplina enquanto ciência e prática.. Visa fornecer ao estudante algumas Abordagens Teóricas mais proeminentes além de discutir os processos básicos como a memória e a percepção. Aspectos relevantes como a relação entre o Indivíduo e a Sociedade .mostrarão alguns postulados de abordagens em psicologia social com destaque para a discussão crítica dos conceitos de normalidade e sofrimento psíquico					
OBJETIVO					

Evidenciar o percurso evolutivo do conhecimento psicológico sobre o homem desde o pensamento filosófico grego até a abordagem científica atual. Reconhecer as diferentes abordagens teóricas e práticas da Psicologia diferenciando suas aplicações, métodos e objetos.

CONTEÚDO

Unidade I

1. Fundamentos históricos, epistemológicos e filosóficos da Psicologia
2. Psicologia e Senso Comum
3. Métodos de pesquisa em Psicologia e noções de causalidade
- 4 Campos de atuação do Psicólogo

Unidade II

1. Processos básicos e Comportamento
2. Motivação
3. Memória
4. Percepção
5. Cognição

Unidade III

1. Teorias e Sistemas em Psicologia
2. A Psicanálise
- 3- Psicologia Analítica

4- Behaviorismo

5- Psicologia Sócio-Histórica

Unidade 4

1- O que é Personalidade

2- Relação Indivíduo e Sociedade

3- O Normal e o Patológico: Crítica ao modelo de normalidade

4- Sofrimento Psíquico e Saúde Mental

METODOLOGIA

Aulas expositivas dialogadas. Utilização de recursos audiovisuais. Discussões em grupo e situações dinâmicas.

AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação para fins de aprovação na disciplina serão a assiduidade (mínimo de 75%) e notas atribuídas após a realização das atividades avaliativas aplicadas ao longo do semestre. Durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos e resolução de situações-problema. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

ATKINSON, L. R.; et al. **Introdução à Psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2017

BARROS, C. S. G. **Pontos de Psicologia Geral**. São Paulo: Ática, 1998.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. e TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 15. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2019.

CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latinaamericana**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014

DAVIDOFF, L. L. **Introdução a Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Ed. Makron Books, 2001.

FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2014

MYERS, D.G. **Psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2017

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; TABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SKINNER, B.F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo, Cultrix, 2006.

WEINTEIN, W. **Introdução à psicologia: Temas e Variações**. Cengage Learning; 3ª edição, 2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	FUNDAMENTOS DE TERAPIA OCUPACIONAL I				
SEMESTRE	2º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	
	04 = 68h	00	68h	04	Obrigatória
EMENTA					
Disciplina teórica que aborda os fundamentos da Terapia Ocupacional na perspectiva da América do Norte (EUA e Canadá) e do Brasil na formação dos terapeutas ocupacionais; teorias, modelos, métodos e a discussão ciência ou tecnologia na terapia ocupacional; os paradigmas da Terapia Ocupacional e sua influência nas práticas; Cotidiano numa perspectiva crítica da Terapia Ocupacional; Raciocínio profissional e a pesquisa do raciocínio clínico em Terapia Ocupacional; Método Terapia Ocupacional Dinâmica (MTOD); Conceito de Ocupação; Teoria do Comportamento Ocupacional; Estrutura da prática: domínios e processo; Modelo da Ocupação Humana (MOH); Modelo Canadense de Desempenho Ocupacional e Engajamento; Modelo Lúdico.					
OBJETIVO					
Proporcionar ao aluno conhecimento dos referenciais teóricos-metodológicos que fundamentam a Terapia Ocupacional numa perspectiva sócio-histórica de sua construção, os diferentes modelos, métodos e seus quadros conceituais relacionando-os à sua aplicabilidade na prática profissional contemporânea.					

CONTEÚDO

Unidade I: Conceitos centrais em Terapia Ocupacional

Conceitos de ocupação;
Atividade x Ocupação;
Cotidiano na Terapia Ocupacional;
Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo;
Raciocínio profissional em Terapia Ocupacional.

Unidade II: Paradigmas em Terapia Ocupacional

O que é um Paradigma?
Relação entre a origem da terapia ocupacional e os paradigmas profissionais.
Paradigmas da Terapia Ocupacional e sua influência nas práticas.

Unidade III: Bases filosóficas da teoria e da prática em Terapia Ocupacional

Distinção entre as definições da terminologia em terapia ocupacional: paradigma, teoria, modelos, métodos, técnicas e abordagens.
Escolas chave do pensamento
Quadros de Referência Primários.
Quadro de Referências Aplicados.
Abordagens e Métodos em Terapia Ocupacional.

Unidade IV: Modelos e Métodos mais utilizados em Terapia Ocupacional

Modelo da Ocupação Humana;
Modelo Canadense de Desempenho Ocupacional e Engajamento;

Teoria do comportamento Ocupacional;
Modelo Lúdico;
Método da Terapia Ocupacional Dinâmica.
Modelos ecológicos;
Outros modelos em Terapia Ocupacional.

METODOLOGIA

A disciplina se fundamenta em metodologia participativa, por meio da utilização das seguintes estratégias metodológicas: exposição dialogada orientada por bibliografia, vivências, trabalhos em grupo e seminários temáticos, estudo da bibliografia recomendada, análise de artigos científicos. Serão utilizados os seguintes recursos didáticos: projetor de multimídia; computador; quadro magnético; pincel para quadro magnético; apagador para quadro magnético e caixa de som.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “*A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos*”. No § 2º determina-se que: “*O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina*”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1º – “*Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)*”.

§ 2º – “O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE TERAPIA OCUPACIONAL. Estrutura de prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo. Rev Ter Ocup Univ São Paulo, 26(Ed. Especial):1-49, 2015.

BARRETT, L.; KIELHOFNER, G. Uma visão geral do comportamento ocupacional. In: NEISTADT, M. E.; CREPEAU, E. B. Willard e Spackman Terapia Ocupacional. 9. ed.. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2002. (Cap. 23, pp. 488-490).

BASTOS, Simone C. A.; MANCINI, Marisa C.; PYLÓ, Rúbia M. O uso da medida canadense de desempenho ocupacional (COPM) em saúde mental. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 104-110, maio/ago. 2010.

DRUMMOND, A. de F. Fundamentos de terapia ocupacional. In: CAVALCANTE, Alessandra; GALVÃO, Claudia. **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. (p.10-17).

BENETTON, M. J.; TEDESCO, S.; FERRARI, S. Hábitos, cotidiano e terapia ocupacional. **Revista CETO**, ano 8, n. 8, 2003

_____. O encontro do sentido do cotidiano na terapia ocupacional para a construção de significados. **Revista CETO**, ano 12, n. 12, 2010.

_____. A narrativa clínica no método terapia ocupacional dinâmica. **Revista CETO**, ano 13, nº 13, 2012.

_____. Além da opinião: uma questão de investigação para a historicização da T.O. **Revista CETO**, ano 9, n. 9, 2005.

CALDAS, Ada S. C.; FACUNDES, Vera L. D.; SILVA, Hilton J. O uso da medida canadense de desempenho ocupacional em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 22, n. 3, p. 238-244, set./dez. 2011.

CLARK, F.; WOOD, Wendy.; LARSON, Elizabeth A. Ciência ocupacional: legado da

Terapia Ocupacional para o século XXI. As raízes da ciência ocupacional na Terapia Ocupacional. In: NEISTADT, M. E.; CREPEAU, E. B. Willard e Spackman Terapia Ocupacional. 9a. edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2002, p. 10-12.

CRUZ, D. M. C. Os modelos de terapia ocupacional e as possibilidades para prática e pesquisa no Brasil. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 2, n. 3, 504-517, 2018.

DE CARLO, Marysia P. M. P.; BARTALOTTI, Celina C. (Orgs.). Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus, 2001.

CREPEAU, Elizabeth. B.; COHN, Ellen S.; SCHELL, Barbara A. B. (Orgs.). Willard e Spackman Terapia Ocupacional. 11a. edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.

CREPEAU, E.B.; COHN, E.S.; SCHELL, B.A.B. Ciência Ocupacional e a natureza ocupacional dos seres humanos. In: **Willard e Spackman: Terapia Ocupacional**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

GALHEIGO, Sandra M. et al. Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 26, n. 4, p. 723-738, 2018.

GALHEIGO, Sandra M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto

histórico-social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 6.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HAGEDORN, R. **Fundamentos** para a prática em **Terapia Ocupacional**. 3. ed. São Paulo: **Roca**, 2003.

HAGEDORN, R. **Fundamentos** para a prática em **Terapia Ocupacional**. 3. ed. São Paulo: **Roca**, 2003.

JARA, Morrison R. O que une a Terapia Ocupacional? Paradigmas e perspectivas ontológicas da ocupação humana. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2018, v.2(1): 182-203, 2018.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MAGALHÃES, L. Ocupação e atividade: tendências e tensões conceituais na literatura anglófona da terapia ocupacional e da ciência ocupacional. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, (Tradução Tais Quevedo Marcolino. Revisão Jô Benetton).

MEDEIROS, M. H. da R. **Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003.

MEDEIROS, M. H. da R. A terapia ocupacional em relação à produção do conhecimento. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 8, n. 1, 2000.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. (orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SALLES, M. M.; MATSUKURA, T. S. **Conceitos de ocupação e atividade: os caminhos percorridos pela literatura nacional e de língua inglesa**. In: SALLES, Mariana M.; MATSUKURA, T. S. C., atividade humana e ocupação: perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as Ciências**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TASSARA, E. T. O. Terapia Ocupacional: ciência ou tecnologia? Rev. Ter. Ocup. Univ. de São Paulo, v.4, n.7, p.43-52, 1993.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO SOCIAL				
SEMESTRE	2º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34h	02=34h	68h	04	
EMENTA					
Discussões contemporâneas sobre inclusão, diversidade e grupos desfiliaados. Grupos em situação de vulnerabilidade social e políticas setoriais. Terapia Ocupacional e processos de inclusão social. Introdução à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Experiências e estratégias da Terapia Ocupacional junto às populações nos processos de inclusão social.					
OBJETIVO					
Subsidiar a construção de saberes pertinentes ao paradigma e aos processos de inclusão social, a partir do conhecimento de conceitos basilares (diversidade, alteridade, vulnerabilidade social). Discutir processos de inclusão no campo da terapia ocupacional em uma concepção biopolítica.					
CONTEÚDO					

METODOLOGIA

Os métodos aplicados para ministrar as aulas e repassar os conteúdos dispostos no programa curricular da disciplina podem ser:

Aulas expositivas e dialogadas: almejando quebrar a postura passiva dos alunos, por meio da introdução de questionamentos a serem respondidos pelos mesmos, dinamizando a atividade em sala de aula, enquanto discorre sobre determinado assunto durante algum tempo, a fim de explanar aos alunos um determinado conteúdo.

Em sala de aula também poderão ser empregadas estratégias de aprendizagem e metodologias ativas de ensino superior em saúde, como por exemplo: Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP que serão baseadas na resolução de problemas relacionados à prática profissional do curso.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “*A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos*”. No § 2º determina-se que: “*O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina*”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1o – “*Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)*”.

§ 2o – “*O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)*”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bessanezi. (org.) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PASTORE, Marina Di Napole; SATO, Miki Takao. Pelos caminhos da diversidade sociocultural: diálogos entre Terapia Ocupacional, África e Etnografia. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. São Carlos, v. 26, n. 4, p. 952-959, 2018.

CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado; BARTALOTTI, Celina Camargo. (Orgs.) **Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Plexus, 2001.

CARVALHO, Cláudia Reinoso Araújo; MALFITANO, Ana Paula Serrata; LOPES, Roseli Esquerdo. Vulnerabilidade social e envelhecimento na América Latina. Uma revisão bibliográfica a partir das publicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 22, n. 1, p. 185-207, 2019. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bomfim. A formação de terapeutas ocupacionais e as populações tradicionais. In: SILVA, Rodrigo Alves dos Santos; BIANCHI, Pamela Cristina; CALHEIROS, David dos Santos. **Formação em terapia ocupacional no Brasil: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação**. São Paulo: FiloCzar, 2018.

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. **Terapia ocupacional: fundamentação & prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CAZEIRO, Ana Paula Martins; CORRÊA, Victor Augusto Cavaleiro; BATTISTEL, Amara Lúcia Holanda Tavares. Um brinde à diversidade! **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**. Rio de Janeiro. v. 1, n. 3, p. 254-259, 2017.

DAVIDSON, Débora A. Protegendo clientes vulneráveis. In: CREPEAU, Elizabeth Blesedell; COHN, Ellen S.; SCHELL, Barbara A. Boyt. **Terapia Ocupacional - WILLARD & SPACKMAN**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

FARIAS, Magno Nunes; LEITE JUNIOR, Jaime Daniel; COSTA, Isabelly Regianne Brasil Braga. Terapia Ocupacional e população negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 228-243, 2018.

FERIGATO, Sabrina Helena; SILVA, Carla Regina; LOURENÇO, Gersa Ferreira. Cibercultura e Terapia Ocupacional: ampliando conexões. In: SILVA, Carla Regina. **Atividades humanas e terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras**

resistências. São Paulo: Hucitec, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARINHO, Maryana Gonçalves; FERREIRA, Taísa Gomes. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: a alternativa do emprego apoiado. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 260-276, 2019.

MAXTA, Bruno Souza Bechara; TOMAS, Alessandro Rodrigo Pedrosa; CAMARGOS, Melina Alves de. Por uma formação técnica e política em Terapia Ocupacional: relato de experiência de um processo de ensino e aprendizagem sob a perspectiva histórica e crítica. In: SILVA, Rodrigo Alves dos Santos; BIANCHI, Pamela Cristina; CALHEIROS, David dos Santos. **Formação em terapia ocupacional no Brasil**: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação. São Paulo: FiloCzar, 2018.

MCGRUDER, Juli. Cultura, raça, etnia e outras formas de diversidade humana em Terapia Ocupacional. In: CREPEAU, Elizabeth Blesedell; COHN, Ellen S.; SCHELL, Barbara A. Boyt. **Terapia Ocupacional** - WILLARD & SPACKMAN. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CIF**: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Trad. do Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais. São Paulo: EDUSP; 2003.

ROCHA, Eucenir Fredini; SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes; LIMA, Solange de Freitas Branco. Intersetorialidade: o que é preciso para Jorge sair do quarto e ir pra a escola?. In: ROCHA, Eucenir Fredini; BRUNELLO, Maria Inês Britto; SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes de. **Escola para todos e as pessoas com deficiência**: contribuições da terapia ocupacional. São Paulo: Hucitec, 2018.

ROCHA, Eucenir Fredini. Corpo relacional, o corpo em Espinosa: pistas para a superação da compreensão mecanicista, atomizada e estigmatizante do corpo deficiente - constituição de novas práticas reabilitacionais. In: ROCHA, Eucenir Fredini. **Corpo com deficiência**: em busca de reabilitação? A ótica das pessoas com deficiência física. São Paulo: Hucitec, 2019.

SCHULTZ-KROHN, Winifred. Não há lugar como um lar: Serviços de Terapia Ocupacional para pessoas desabrigadas. In: CREPEAU, Elizabeth Blesedell; COHN, Ellen S.; SCHELL, Barbara A. Boyt. **Terapia Ocupacional** - WILLARD & SPACKMAN. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

SILVA, Carla Regina et al. Proposições da terapia ocupacional na cultura: processos sensíveis e demandas sociais. In: SILVA, Carla Regina. **Atividades humanas e terapia ocupacional**: saber-fazer, cultura, política e outras resistências. São Paulo: Hucitec, 2019.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí ?. Traduzido por Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	INTERFACE ARTE, CULTURA E SAÚDE				
SEMESTRE	2º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34hs	00	34hs	02	
EMENTA					
A função da arte e da cultura nas sociedades e nos indivíduos. Processos criativos de significação e ressignificação partindo de diversas linguagens artísticas. O trabalho artístico em seus diferentes formatos de produção e de reprodução técnica. As artes e a cultura como expressão pessoal. A apreciação artística a partir de uma abordagem estética. A diversidade cultural nos processos de socialização e no contexto do processo terapêutico ocupacional.					
OBJETIVOS					
Compreender e debater sobre os conceitos de Cultura. Reconhecer as diferentes linguagens artísticas. Avaliar os processos de significação e ressignificação das diferentes manifestações artísticas a partir de sua compreensão presente e passada, bem como estimar suas perspectivas futuras. Aplicar conceitos da estética à apreciação artística e cultural. Operar com estes conhecimentos dentro do âmbito da Terapia Ocupacional.					
CONTEÚDO					

1 Arte e as suas definições

1.1 Artes em diferentes contextos históricos e temporais

2 Introdução à Estética

3 Etimologia e definições de Cultura

3.1 Evolução histórica do conceito de Cultura

3.2 Cultura, perspectiva antropológica

4 Cultura e Arte no contexto da saúde integrativa. Estudo de caso

METODOLOGIA

Aulas expositivas com utilização de recursos áudio visuais e participação dos alunos em debates e/ou seminários.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “*A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos*”. No § 2º determina-se que: “*O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina*”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1o – “*Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou*

superior a 7,0 (sete) ”.

§ 2o – “O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco) ”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

Os trabalhos valorarão os seguintes aspectos: pesquisas realizadas, singularidade da proposta, capacidade individual de raciocínio, adequada inclusão dos conhecimentos adquiridos na sala de aula, redação correta, extensão escrita acorde com o solicitado e formatação acadêmica, incluindo bibliografia ou referências suficientes e relevantes.

BIBLIOGRAFIA

ARCHER, M. **Arte Contemporânea: Uma História Concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DESCOLA, P. **Outras Naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FOUCAULT, M. **O que é um autor**. In: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

JUNG, C. (Org.) *et al.* **O homem e seus símbolos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LACOSTE, J. **A filosofia da Arte**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

READ, H. **A educação pela Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAHLINS, M. **O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção** (Partes I e II). Mana, vol. 3, nº 1 e 2, 1997.

SUASSUNA, A. **Iniciação à estética**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

TALON-HUGON, C. **A estética: história e teorias**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA				
SEMESTRE	2º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34hs	0	34hs	02	
EMENTA					
Origem e conceitos fundamentais do pensamento filosófico. Evolução histórica da filosofia. Filosofia e ciência. Principais correntes filosóficas clássicas e contemporâneas, as questões filosóficas contemporâneas. Filosofia como ciência: Conceituação e fundamentos teóricos.					
OBJETIVO					
Propiciar o conhecimento para a compreensão do processo evolutivo do homem e suas relações com as questões ligadas à saúde. Compreender a importância da Filosofia no processo da formação da consciência crítico-reflexiva do sujeito atualmente e participativo na pluralidade dos contextos a partir do conhecimento de seus fundamentos, evolução histórica e					

suas correntes.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos áudio visuais; aula expositiva dialogada; seminários, discussão grupal.

AVALIAÇÃO

A média final da disciplina será calculada através de uma simples média aritmética das notas. A aprovação ocorrerá caso o aluno obtenha uma média $\geq 7,0$. A não obtenção da média final $\geq 7,0$ implicará ao aluno realizar uma avaliação final, cuja média necessária para aprovação é 5,0.

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Historia da Filosofia**: dos Pré-Socráticos a Santo Agostinho. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 1995.

PAULA, M. G. **Individuo e Comunidade na Filosofia de Soren Kierk**. São Paulo: Paulus, 2009.

SCRUTON, R. **Uma Breve Historia da Filosofia Moderna**. São Paulo: Jose Olympio, 2009.

SMITH, P. **Filosofia Moral e Politica**: Liberdade, Direitos, Igualdade e Justiça Social. São Paulo: MADRAS, 2009.

TIBURI, M. **Filosofia em Comum**. São Paulo: Record, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	METODOLOGIA DE PESQUISA				
SEMESTRE	2º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	
	04 = 68h	00	68h	04	Obrigatória
EMENTA					
Disciplina teórica, obrigatória, ofertada no 2º semestre, e que se caracteriza pelo estudo da natureza do conhecimento e do método científico; tipos, etapas e delineamentos de pesquisa; pesquisa quantitativa e qualitativa; projeto de pesquisa. Processo histórico da ciência e do conhecimento científico. O pensamento científico e os tipos de pesquisa científica. Principais tendências científicas em terapia ocupacional. O Projeto de pesquisa científica aplicado à terapia ocupacional. Aspectos teóricos: como elaborar um projeto de pesquisa (título, introdução, justificativas/ argumentos, hipótese (s), objetivos (gerais e específicos), materiais e métodos, referências bibliográficas, cronograma físico e financeiro, anexos). Projeto de pesquisa: escrevendo um projeto de pesquisa (em colaboração e apoio do professor). Normas para a elaboração e apresentação do projeto de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado. Relatórios de pesquisa, conceitos e normas. Fontes de financiamento da pesquisa científica.					
OBJETIVO					

Incentivar e orientar na adoção de um comportamento científico na busca do conhecimento que possibilite ao aluno do curso de graduação de Terapia Ocupacional a aprender as bases do pensamento científico, planejar, escrever/desenvolver e avaliar criticamente o projeto de pesquisa e adquirir conhecimentos básicos para a escrita de trabalhos acadêmicos.

Ter conhecimento dos fundamentos da metodologia da pesquisa científica e do método científico; Conhecer à padronização dos diferentes tipos de trabalhos científicos pelas normas de documentação; Demonstrar capacidade para planejar e executar pesquisa bibliográfica, atividades (básicas) de pesquisa científica e relatórios técnico-científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Conhecimento científico: Introdução aos antecedentes históricos da ciência, a importância da ciência e da filosofia. Evolução histórica da ciência e a perspectiva atual. A importância da ciência. Tendências de pesquisa e inovação na terapia ocupacional.

Informação científica organizada e as evidências científicas.

A Pesquisa Científica: Conceito, história, importância, tipos de pesquisa, uma breve abordagem da definição do problema e do método científico, argumentos/justificativas, hipótese, objetivos, cronograma físico financeiro de execução.

O projeto e a estrutura de um projeto científico: Como elaborar um projeto de pesquisa em terapia ocupacional? Abordagem teórico e prática. Título/tema/problema, hipóteses de pesquisa, justificativas científicas/antecedentes/referencial teórico, Objetivos, Metodologia, Cronograma físico/financeiro, Fontes e Usos dos Recursos materiais e ou financeiros.

Redação do Projeto

Discussão dos Projetos (abordagem prática)

METODOLOGIA

Aulas expositivas

Incentivo à discussão em pequenos grupos do curso

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: *“A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos”. No § 2º determina-se que: “O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina”.*

O parágrafo único do Art. 111 define que *“Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo”.*

O Art. 112 também aponta que: *“as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)”.*

§ 1º – *“Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)”.*

§ 2º – *“O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.*

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente

responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

1. AMORIM, A.N.B. Et all. GUIA DE NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS. v. 1: TCC's e TGI. - Edição rev. e atual. FORTALEZA – CEARÁ, 2020. SISTEMA DE BIBLIOTECAS (SISBUECE). In: <http://www.uece.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/27/2020/03/GUIA-UECE-2020-FINAL.pdf>
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 – Informação documentação: referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 – Informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 – Informação e documentação: trabalhos acadêmicos apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

CARVALHO, M.C.M. de (Org). Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 5 ed. Campinas: Papirus, 1995.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DAY, R. Como escrever e publicar um artigo científico. 5 ed. São Paulo: Ed. Santos, 2001.

ECO, H. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LOWE, H.J.; BARNETT, G.O. Understanding and using the Medical Subject Headings (MeSH) vocabulary to perform literature searches. J. Amer. Med. Ass., v. 271, n. 14, p. 1103-7, Apr. 1994.

REY, L. Como redigir trabalhos científicos. São Paulo: Edgard Blucker, 1972.

ROSSI JUNIOR, R. Metodologia científica para a área de saúde. São Paulo: ANCAST, 1990.

SALOMON, D.V. Como fazer uma monografia. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VIANNA, I.O. de A. Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

VIEIRA, S. Como escrever uma tese. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

VILHENA, V.; CRESTANA, M.F. Produção científica: critérios de avaliação de impacto. Rev. Assoc. Med. Bras., v. 48, n. 1, p. 20-21, jan./mar. 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	POLÍTICAS PÚBLICAS E TERAPIA OCUPACIONAL II				
SEMESTRE	2º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34hs	00	34hs	02	
EMENTA					
Disciplina teórico, ofertada no 2º semestre e que se caracteriza pelo estudo das Políticas Públicas de Cultura e Assistência Social. Percurso Histórico das Políticas Públicas no Brasil; estudo e organização do SUAS e da Cultura; programas e serviços de atenção à cultura e assistência social; instâncias colegiadas promotoras de políticas públicas; planejamento e avaliação em cultura e assistência social; e a Terapia Ocupacional na constituição e execução das Políticas Públicas de Cultura e Assistência Social.					
OBJETIVO					
Oferecer subsídios para a compreensão da interface da Terapia Ocupacional e o seu papel nas políticas públicas de Cultura e Assistência Social.					
CONTEÚDO					

- Políticas públicas e políticas sociais.
- Cidadania, direitos e deveres no Brasil
- Assistência, seguro e seguridade social.
- Políticas de equidade
- Conceitos de Vulnerabilidade
- A questão Social e suas expressões
- Terapia Ocupacional Social
- A interface da Terapia Ocupacional com os conceitos da Assistência Social

METODOLOGIA

Os métodos aplicados para ministrar as aulas e repassar os conteúdos dispostos no programa curricular da disciplina podem ser:

Aulas expositivas e dialogadas: almejando quebrar a postura passiva dos alunos, por meio da introdução de questionamentos a serem respondidos pelos mesmos, dinamizando a atividade em sala de aula, enquanto discorre sobre determinado assunto durante algum tempo, a fim de explanar aos alunos um determinado conteúdo.

Em sala de aula também poderão ser empregadas estratégias de aprendizagem e metodologias ativas de ensino superior em saúde, como por exemplo: Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP que serão baseadas na resolução de problemas relacionados à prática profissional do curso.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = MeNPC + NEF2$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas práticas (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC1, da NPC2 e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = NPC1 + NPC2 + NP_a2$$

BIBLIOGRAFIA

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional social: concepções e perspectivas. In: CAVALCANTI, A., GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, p. 347-353.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Novos Espaços, Novos Sujeitos: a Terapia Ocupacional no Trabalho Territorial e Comunitário. In: CAVALCANTI, A., GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, p. 347-353.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 8742, de 8 de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, 19

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social-PNAS, 2004.

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências

MALFITANO, A. P. S. (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, p. 221-240.

OLIVEIRA, M. L., & Malfitano, A. P. S. O Sistema Único de Assistência Social e os trabalhadores na Política Nacional Assistência social: um enfoque às terapeutas ocupacionais. Serviço Social em Revista, 24(1), 148-169.

3º SEMESTRE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	CINESIOLOGIA				
SEMESTRE	3º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	03 = 51h	01 = 17h	8h	04	
EMENTA					
Descrição e análise do movimento humano. Papel das estruturas anatômicas em relação aos aspectos cinesiológicos. Composição do complexo locomotor, com integração dos aspectos biomecânicos com função. Análise e avaliação dos movimentos (amplitude, músculos envolvidos e grau de liberdade). Classificação dos estágios funcionais e das disfunções. Laboratórios práticos de pesquisa do corpo e da movimentação humana na atuação da Terapia Ocupacional.					
OBJETIVO					
Instrumentalizar o aluno para a reflexão dos aspectos biomecânicos do movimento humano que influenciam as ações do homem e sua participação na sociedade. Capacitar para avaliação do comprometimento, limitação neuro-muscular dos membros superiores e inferiores, durante as atividades de vida diária e atividades terapêuticas propostas.					

CONTEÚDO

Unidade I: Introdução à cinesiologia humana

Classificação das articulações.

Planos e eixos de movimento.

Tipos de movimento.

Unidade II: Cinesiologia do membro superior

Anatomia funcional da cintura escapular e ombro.

Anatomia funcional do cotovelo.

Anatomia funcional do punho e dedos.

Unidade III: Cinesiologia do membro inferior

Anatomia funcional da cintura pélvica e quadril

Anatomia funcional do joelho e tornozelo

Unidade IV: Cinesiologia do tronco e pescoço

Anatomia funcional do tronco e pescoço

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos áudio visuais, e aula práticas realizadas no laboratório de anatomia humana.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

CALAIS-GERMAN, B. **Anatomia para o movimento – volume 1: introdução à análise das técnicas corporais.** São Paulo: Manole, 2010.

CALAIS-GERMAN, B; LAMOTTE, A. **Anatomia para o movimento – volume 2: base de exercícios.** São Paulo: Manole, 2010.

HOUGLUM, P. A.; BERTOTI, D. B. **Cinesiologia clínica de Brunnstrom.** 6. Ed. Barueri: Manole, 2014.

NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana.** 3. Ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

RASCH, P. J.; BURKE, R. K. **Cinesiologia e anatomia aplicada.** 7. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. **Controle motor: teoria e aplicações práticas.** 3. Ed. Barueri: Manole, 2010

TYLDESLEY, B.; GRIEVE, J. I. **Músculos, nervos e movimento na atividade humana.** 3. Ed. São Paulo: Santos, 2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO				
SEMESTRE	3º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04=68h	0	68h	04	
EMENTA					
Estudo da Psicologia do Desenvolvimento. Principais etapas do desenvolvimento. Desenvolvimento das capacidades humanas nas diversas fases do ciclo de vida. Contextos significativos para o desenvolvimento. Caracterização da área da Psicologia do Desenvolvimento: principais abordagens e concepções do desenvolvimento. Teoria de Jean Piaget.Teoria de Wallon e Erickson Teoria de Vygotsky. Considerações do processo de aprendizagem e seus fatores intrínsecos e extrínsecos, considerando aspectos sensoriais, motores, emocionais, cognitivos, sociais e culturais.					
OBJETIVO					

Caracterizar as principais etapas do desenvolvimento humano; descrever processos de desenvolvimento das capacidades humanas nas diversas fases do ciclo da vida; identificar contextos significativos para o desenvolvimento; estabelecer princípios de promoção do desenvolvimento e prevenção de transtornos. Aprofundar a compreensão do desenvolvimento psicológico, sobretudo em seus aspectos cognitivos e morais. Caracterizar o processo de desenvolvimento do adulto e do idoso em seus diferentes aspectos.

CONTEÚDO

UNIDADE I

1. Aspectos históricos da Psicologia do Desenvolvimento
2. Os Estudos sobre Desenvolvimento; Utilidades da Psicologia do Desenvolvimento para Terapeutas Ocupacionais
3. Aspectos e Fases do Desenvolvimento;
- 4 Fatores que Interferem no Desenvolvimento Humano;
- 5.Ciclos Vitais do desenvolvimento: pré-natal, nascimento, primeira infância, segunda infância, pré adolescência, adolescência, maturidade e Velhice .

Unidade II

- 1.Crítica ao Inatismo
- 2.Perspectivas Behavioristas e Aprendizagem
- 3.O Desenvolvimento humano segundo a Psicanálise
4. O desenvolvimento segundo Erik Erikson e Henri Wallon
- 4.Teoria do Desenvolvimento de Piaget;
- 5.Teoria do Desenvolvimento de Vygotsky

Unidade III

- 1.Aspectos Psicossociais em Psicologia do desenvolvimento

2. Ciclos Vitais e Desigualdade Social

3. A Problemática do Etarismo

4. Infância, adolescência e Violência

METODOLOGIA

Aulas expositivas dialogadas, trabalhos em grupos, utilização de material audiovisual, dinâmicas de grupo e seminários.

AValiação

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos”. No § 2º determina-se que: “O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo”.

O Art. 112 também aponta que: “as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)”.

§ 1º – “Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)”.

§ 2º – “O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

§ 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas

respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

BEE, H. A Criança em Desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BIAGGIO, A.M.B. Psicologia do Desenvolvimento. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GERRIG, R. J. e ZIMBARDO, P. G. **A Psicologia e a Vida**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COLE, M. & COLE, S. R. **O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Psicologia Evolutiva. V. 1. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003, p. 309-322.

PAPALIA, D. E. & OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.

PIAGET, J. A linguagem e o pensamento da criança. Trad. M. Campos. São Paulo: MartinsFontes, 1986

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. PARA ALÉM DOS MANUAIS: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 147-159, mai. 2021

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente (5ªed.). São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	LABORATÓRIO DE ATIVIDADES - I				
SEMESTRE	3º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	01 = 17h	03 = 51h	8h	04	
EMENTA					
Fundamentação teórico-prática sobre seleção e análise de atividades.Seleção e análise de atividades. Propriedades manifestas das atividades (tempo, espaço, procedimentos, campo interpessoal, habilidades adquiridas, papéis, significado real e cultural). Adaptações, instrumentos e materiais empregados. Pressupostos teórico-práticos das atividades expressivas e corporais (dança, relaxamento, artes cênicas, teatro, música e seu instrumental).;das atividades de jogos e brincadeiras (técnicas de contar histórias; vivências acerca dos jogos e brinquedos adequados a cada faixa etária), análise e discussões. A disciplina busca promover a reflexão acerca do significado e importância da ludicidade, do jogo e do brincar como expressão da cultura, da criatividade e da análise das atividades em Terapia Ocupacional.					
OBJETIVOS					

Possibilitar aprendizado sobre o papel das atividades plásticas e artísticas como instrumento terapêutico e sobre conhecimentos teórico-práticos das diferentes maneiras de utilização da atividade em Terapia Ocupacional. Introduzir o aluno às discussões sobre a atividade humana e sua relação com o contexto cultural. Possibilitar ao aluno a vivência do ensino e da aprendizagem de atividades com ampliação do repertório de atividades e reflexão sobre a aprendizagem e a troca de experiências.

METODOLOGIA

Aulas expositivas ministrando os conteúdos teóricos com utilização de recursos áudio visuais e participação dos alunos em debates e/ou seminários. Elaboração de uma pesquisa e debate para discutir aspectos vinculados a arte e o seu processo criativo.

A maioria das aulas serão práticas, consistentes na realização de atividades, individuais ou coletivas, de expressão artística.

AVALIAÇÃO

Elaboração e avaliação permanente de cada proposta de expressão artística de cada trabalho elaborado pelos alunos que poderá ser realizado de forma individual ou em grupo. Cada um deles será avaliado para constituir as notas de Nota Parcial 1 (NP1) e Nota Parcial 2 (NP2).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. V. M. de. **O corpo e arte em Terapia Ocupacional**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2004.

BARBOSA, M. N. **Ensinar atividades: uma arte de terapeutas ocupacionais** - estudo sobre o ensino de atividades artísticas nos Cursos de Terapia Ocupacional das Universidades Paulistas. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 1996.

BENETTON, M. J. - **A Terapia Ocupacional como instrumento nas ações de Saúde Mental**, Campinas, Programa de Estudo Pós-graduação em Saúde Mental da Faculdade de ciências Médicas da UNICAMP. Teste de doutorado, 1994.

_____. **Trilhas associativas: ampliando recursos na clínica da psicose**. São Paulo: Lemos, 1991.

_____. **Trilhas associativas: ampliando subsídios metodológicos a clínica da terapia ocupacional**. 3. ed. Campinas: Arte Brasil; UNISALESIANO - Centro Universitário Católico Auxilium, 2006.

- _____. **Terapia Ocupacional: uma apresentação.** Jornal da USP, abril/97.
- BOTTON, A.; ARMSTRONG, John. **Arte como terapia.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- DUCAN, A. et al. **Compreendendo e aplicando a terapia ocupacional:** relatos de experiências. Porto Alegre: Conceitos Editorial, 2004.
- HELGUERA, P.; HOFF, M. **Pedagogia no campo expandido.** Porto Alegre: Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, 2011.
- LIBERMAN, F. **Danças em Terapia Ocupacional.** São Paulo, Summus, 1998 (Capítulo: A Terapia Ocupacional e os sentidos da atividade.)
- LIBERMAN, M. **Exercício de arte para grupos: um manual de temas: jogos e exercícios.** São Paulo, Summus, 2001.
- LIMA, A. A. de M. **O Artesanato nordestino:** características e problema atual. Colaboração de Ivanildo Mendes de Azevedo. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1982. (Estudos Econômicos e Sociais, 14.)
- LOWENFELD, V.; BRITTAIN, W. L. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora.** São Paulo: Editora Mestre Lou, 1988.
- MAXIMINO, V. S. **Grupo de atividades com pacientes psicóticos.** São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2001.
- OSTROWER, F. **Criatividade e Processo de Criação.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1984. (Cap.: Valores e Contexto Cultural).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	PATOLOGIA GERAL				
SEMESTRE	3º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04 = 68h	02 = 34h	102h	06	
EMENTA					
A disciplina proporciona conhecimentos sobre os mecanismos básicos de resposta celular e tecidual decorrentes de estímulos adversos que ocorrem em todas as doenças levando às alterações estruturais e funcionais que acompanham o desenvolvimento das doenças. Em seu aspecto prático, são ainda oferecidas condições para que o aluno compreenda, reconheça, compare e descreva as principais alterações microscópicas e macroscópicas que acompanham as enfermidades humanas.					
OBJETIVO					
Possibilitar a análise e compreensão da etiopatogenia das enfermidades e das alterações morfológicas nos órgãos e tecidos humanos.					
CONTEÚDO					
UNIDADE I					
- Introdução à Patologia: Contexto Histórico, Conceitos e Aplicações; - Conceitos de Saúde e Doença e Conceitos de Saúde Alterada em Crianças e Idosos; - Respostas Celulares ao Estresse e às Agressões Tóxicas: Adaptação, Lesão e vias de Morte celular; - Bases moleculares e celulares da Inflamação, mediadores inflamatórios e reparo tecidual.					

UNIDADE II

- Neoplasias - bases histológicas e moleculares da carcinogênese; Metástase e Estadiamento das Neoplasias; Imunologia tumoral e Imunoterapias;
- Anatomofisiopatologia de doenças dos vasos sanguíneos e Distúrbios Hemodinâmicos, Doenças Tromboembólica e Choque;
- Anatomofisiopatologia de doenças do aparelho respiratório;
- Anatomofisiopatologia de doenças do sistema linfohematopoiético.

UNIDADE III

- Imunopatologia das reações de hipersensibilidade e síndromes de imunodeficiências;
- Anatomofisiopatologia de doenças do sistema genitourinário;
- Anatomofisiopatologia de doenças do sistema osteomioarticular;
- Anatomofisiopatologia de doenças do sistema nervoso;
- Doenças Ambientais e Nutricionais.

METODOLOGIA

Os métodos aplicados para ministrar as aulas e repassar os conteúdos serão por:

Aulas Expositivo-dialogadas: almejando quebrar a postura passiva dos alunos, por meio da introdução de questionamentos a serem respondidos pelos mesmos, dinamizando a atividade em sala de aula, enquanto discorre sobre determinado assunto durante algum tempo, a fim de explanar aos alunos um determinado conteúdo.

Em sala de aula também serão empregadas estratégias de aprendizagem por meio de Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP que serão aulas baseadas na resolução de problemas como instrumento de viabilização do aprendizado.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos”. No § 2º determina-se que: “O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se

ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo”.

O Art. 112 também aponta que: “as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)”.

§ 1º – “Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)”.

§ 2º – “O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

BOGLIOLO, L. et al. **Patologia Geral Básica**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,, 2016.

BRASILEIRO FILHO, G. **Patologia Geral**. 9ª Ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

HERRINGTON CS. Muir's Textbook of Pathology, 15ª ed. CRC Press, 2014. Dorland's illustrated medical dictionary. 32ª ed. W.B. Saunders, 2011.

SCHAJOWICIZ, F. **Neoplasias Ósseas e Lesões Pseudotumorais**. Rio de Janeiro: Revinter,

2000.

KUMAR V et al. Robbins and Cotran. **Pathologic Basis of Disease**. 9ª ed. W.B. Saunders, 2014.

PORTH CM, MATFIN G. **Pathophysiology: Concepts of Altered Health States**. 4ª ed., Lippincott Williams & Wilkins, 2008,

VINAY KUMAR, ABUL K. ABBAS, NELSON FAUSTO. **Robbins e Cotran patologia : bases patológicas das doenças**. 9ª Ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	FUNDAMENTOS DE TERAPIA OCUPACIONAL II				
SEMESTRE	3º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04 = 68h	00	68h	04	
EMENTA					
A disciplina se propõe aprofundar as correntes teóricas-metodológicas da Terapia Ocupacional e a influências das teorias sócio-históricas, teorias filosóficas e teorias psicológicas na Terapia Ocupacional; a Prática Baseada em Evidência; prática contemporânea da terapia Ocupacional.					
OBJETIVO					
Identificar e discutir as diferentes correntes teóricas-metodológicas da terapia ocupacional numa perspectiva sócio-histórica de sua construção, da grade conceitual, relação teoria e prática, bem como os modelos e sua aplicação na prática da Terapia Ocupacional.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

METODOLOGIA

A disciplina se fundamenta em metodologia participativa, por meio da utilização das seguintes estratégias metodológicas: exposição dialogada orientada por bibliografia, vivências, trabalhos em grupo e seminários temáticos, estudo da bibliografia recomendada, análise de artigos científicos. Serão utilizados os seguintes recursos didáticos: projetor de multimídia; computador; quadro magnético; pincel para quadro magnético; apagador para quadro magnético e caixa de som.

AValiação

A avaliação será contínua e incluirá uma dimensão grupal e duas dimensões individuais. A dimensão grupal se dará por meio da realização das atividades em grupo (apresentações e entrega de trabalho escrito sobre seminário temático). Já a dimensão individual ocorrerá por meio de uma verificação de conhecimentos e auto-avaliação (compromisso com a realização das tarefas, participação nas discussões, comportamento em sala de aula, frequência e pontualidade). Os aspectos referentes à auto-avaliação também serão realizados pelo professor, de modo que o resultado será dado pela média aritmética das notas atribuídas pelo aluno e pelo professor.

Será considerado aprovado na disciplina os alunos com frequência igual ou superior a 75% e média final igual ou superior a 7,0 (sete).

BIBLIOGRAFIA

BENETTON, J. Na articulação entre o "falar" e o "fazer": a construção da historicidade na psicose. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, n. 3, v. 1/2, p. 4-7, 1992.

BENETTON, J. Trilhas Associativas. 1991.

CREPEAU, E. B.; SCHELL, B.; COHN, E. S. Prática da terapia ocupacional contemporânea nos EUA. In: CREPEAU, Elizabeth B.; COHN, Ellen S.; SCHELL, Bárbara. (Orgs.). **Willard e Spackman: terapia ocupacional**. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

CROWE, T. K. Prática contemporânea mundial da terapia ocupacional. In: CREPEAU, Elizabeth B.; COHN, Ellen S.; SCHELL, Bárbara. (Orgs.). **Willard e Spackman: terapia ocupacional**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

FERNANDES, S. R. A transferência e o fazer criativo. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, n.17, v. 3, p. 123-128, 2006.

GALHEIGO, S. M. Sobre Identidades, Latinoamericanidades e Construção de Saberes em Terapia Ocupacional: Diálogos Com Boaventura De Sousa Santos. **Cadernos De Terapia Ocupacional Da Ufscar**, V. 22, P. 215-221, 2014.

_____. Perspectiva Crítica Y Compleja De Terapia Ocupacional: Actividad, Cotidiano, Diversidad, Justicia Social Y Compromiso Ético-Político. **Tog (La Coruña)**, V. 5, P. 176-187, 2012.

GUGLIELMO, M. F. Terapia ocupacional e psicanálise: desdobramentos. (Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2014.

LOPES, R. E. A formação do terapeuta ocupacional - o currículo: histórico e propostas alternativas. Dissertação em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 1991.

PIERGROSSI, J. C; GIBERTONI, C. A importância da transformação interna no processo de atividade. **Revista CETO**, v. 2, p. 36-43, 1997.

PINTO, J. M. **As correntes metodológicas em terapia ocupacional no estado de São Paulo (1970-1985)**. São Carlos, SP, 1990. Capítulo sobre o Materialismo Histórico.

TEDESCO, S. M. Diálogos da Terapia Ocupacional e a Psicanálise: Terapia Ocupacional Psicodinâmica. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: Fundamentação & Prática**, 2007, p. 156-161.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	FUNDAMENTOS DE ANTROPOLOGIA				
SEMESTRE	3º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34h	00	34h	02	
EMENTA					
Origem e conceitos fundamentais do pensamento antropológico. Antropologia como ciência: conceituação e fundamentos teóricos. Cultura Brasileira: aspectos históricos, relação e dilemas entre cultura e sociedade. Realidade Cultural Brasileira. Disciplina fundamental para a compreensão do homem em sua expressão cultural e como a relação com a cultura interfere no cotidiano e desempenho ocupacional de indivíduos e populações atendidos pela Terapia Ocupacional com vista a sua inserção, inclusão, emancipação e participação social.					
OBJETIVO					
Propiciar o conhecimento para a compreensão do processo evolutivo do homem e suas relações com as questões ligadas à saúde. Compreender a importância da Antropologia no processo da formação da consciência crítico-reflexiva do sujeito atualmente e participativo na pluralidade dos contextos a partir do conhecimento de seus fundamentos, evolução histórica e suas correntes.					

CONTEÚDO

1 Conceitos essenciais da disciplina

1.1 Antropologia como Ciência Social

1.2 Principais campos ou áreas da Antropologia

1.3 Relação da Antropologia com a compreensão da vida diária

1.4 Nomenclatura básica: etnocentrismo, etnografia, etnologia, aculturação e outros.

2 Antropologia na compreensão da alteridade e como uma abordagem de autoconhecimento

3 Conceito de Cultura

4 Antecedentes da Antropologia

5 Das origens até o Evolucionismo

7 Antropologia Visual

8 Correntes históricas

8.1 Empirismo

8.2 Difusionismo

8.3 Particularismo Histórico

8.4 Funcionalismo

8.5 Estudo comparativo das correntes

9 Feminismo e sexualidade

10 Linguagem e sociedade

11 Estruturalismo

12 Antropologia no Brasil

12.1 Diversidade cultural

12.2 Pensamento antropológico sobre o Brasil

13 Linhas contemporâneas de pensamento em antropologia

14 Formas em que a cultura interfere no cotidiano e no desempenho ocupacional de indivíduos e populações atendidas pela Terapia Ocupacional com vista a sua inserção, inclusão, emancipação e participação social

METODOLOGIA

Aulas expositivas com utilização de recursos áudio visuais e participação dos alunos em debates e/ou seminários.

AVALIAÇÃO

Será considerada a participação e envolvimento nas atividades propostas em sala de aula, como podem ser seminários e pesquisas, assim como a elaboração dos trabalhos requeridos para Nota Parcial 1 (NP1) e Nota Parcial 2 (NP2).

Os trabalhos terão em consideração os seguintes aspectos: pesquisas realizadas, singularidade da proposta, capacidade individual de raciocínio, adequada inclusão dos conhecimentos adquiridos na sala de aula, redação correta, extensão escrita acorde com o solicitado e formatação acadêmica, incluindo bibliografia ou referências suficientes e relevantes.

BIBLIOGRAFIA

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Eficácia Simbólica**. In Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2008. ORTIZ, R. “Cultura Brasileira e Identidade Nacional”. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

SCHWARCZ, Lilia. **Questão racial e etnicidade**. In: MICELI, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

_____. **Metafísicas canibais**: Elementos para uma antropologia pós-estrutural; São Paulo: Ubu Editora, 2018.

4º Semestre

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	CINESIOTERAPIA				
SEMESTRE	4º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02=34hs	02=34hs s	68hs	04	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 4º semestre, que se caracteriza por fundamentar a teoria e prática da intervenção cinesioterápica, efeitos fisiológicos da mobilização e do exercício terapêutico; técnicas cinesioterápicas e reeducação funcional; métodos reabilitativos.					
OBJETIVO					
Possibilitar o conhecimento das técnicas da cinesioterapia, por meio da definição e compreensão de seus princípios, identificação das intervenções e equipamentos apropriados; discussão das abordagens e técnicas de tratamento e compreensão da aplicação prática na reabilitação e manutenção da independência do paciente.					

CONTEÚDO

Unidade I: Considerações gerais sobre o comportamento motor humano

- Filogênese, ontogênese e retrogênese.
- Elementos para uma ação coordenada.

Unidade II: Teorias do controle motor e da Aprendizagem Motora

- Teoria do Reflexo de Sherrington
- Teoria Hierárquica
- Teoria de Sistemas
- Teoria Ecológica
- Teoria do Circuito Fechado
- Teoria dos Esquemas
- Teoria Ecológica
- Modelo de Três Estágios

Unidade III: Análise cinesiológica de posições padrões de movimento essenciais na execução de AVD's

- Análise dos movimentos de rolar, agachar-se, levantar da cadeira, marcha, subir e descer escadas, alcançar e pegar.

Unidade IV: Funcionalidade e Incapacidade

- Distúrbios do movimento humano
- Classificação Internacional de Funcionalidade

Unidade V: Abordagens cinesioterápicas

- Conceito Bobath
- Abordagem de Brunnstrom
- Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva - FNP
- Abordagem de Rood

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos áudio visuais, e aula práticas realizadas no Laboratório de Atividades da Vida Diária, Próteses e Órteses.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

calculada pela seguinte fórmula:

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas práticas (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂ e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

ADLER, S. **PNF - Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva: um guia ilustrado.** São Paulo: Manole, 1999.

BUKOWSKI, E. **Análise muscular das atividades diárias.** São Paulo: Manole, 2002.

CARDOSO, M. M. et al. Abordagens específicas da terapia ocupacional em reabilitação após acidente vascular encefálico. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 3, n. 2, p. 191-209, 2019.

COSTA, R. et al. **Aprendizagem e controle motor.** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

DIAS, T. S.; RODRIGUES JUNIOR, J. L. Programa de reabilitação funcional para sujeitos com sequelas de hanseníase. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 27, n. 3, p. 355-360, 2016.

FONSECA, V. **Filogênese da motricidade: abordagem bioantropológica do desenvolvimento humano.** Lisboa: Edições 70, 1982.

HOUGLUM, P. A.; BERTOTI, D. B. **Cinesilogia clínica de Brunnstrom.** 6. ed. Barueri: Manole, 2014.

LATHAM, C. A. T.; RADOMSKY, M. V. **Terapia Ocupacional para as Disfunções Físicas.** 6 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2013

NEISTADT, M. E.; CREPEAU, E. B. **Willard & Spackman: Terapia Ocupacional.** 9 ed. Rio de Janeiro: 2002.

PEDRETTI, L. W.; EARLY, M. B. [Tradução Lúcia Speed Ferreira de Mello, Cláudio Assencio Rocha; Revisão Ângela Gonçalves Marx]. **Terapia Ocupacional: capacidades práticas para disfunções físicas.** São Paulo: Roca, 2004.

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. **Controle motor: teoria e aplicações práticas.** 3. ed. Barueri: Manole, 2010.

VASCONCELOS, M. H. Cinesioatividade: espaço de reeducação funcional para disfunção neuromotora em adultos. **RBPS**, v. 17, n. 3, p. 149-153, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	ÉTICA E DEONTOLOGIA EM TERAPIA OCUPACIONAL				
SEMESTRE	4º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02=34hs	00=00hs	34hs	02	
EMENTA					
Estudo dos conceitos e objetivos da ética (normas, valores e moral) e da deontologia (dever). Desenvolvimento de atitudes e habilidades éticas.Bioética. Legislação da profissão do Terapeuta Ocupacional no Brasil. Órgãos de classe. Princípios Éticos e suas implicações para prática clínica, de ensino e pesquisa na área da saúde. Ética no cotidiano da Terapia Ocupacional. A disciplina proporciona reflexões sobre as atitudes éticas e os valores que envolvem o cotidiano da prática do terapeuta ocupacional,bem como conhecer o código de ética profissional.					
OBJETIVO					
Proporcionar reflexões sobre as atitudes éticas e os valores que envolvem o cotidiano numa perspectiva histórica, conhecer o código de ética profissional e reflexão sobre a ética no cotidiano da terapia ocupacional.					

CONTEÚDO
● -Conceito e princípios da ética. ● -A Ética e a formação de valores na sociedade. ● - A Ética enquanto eixo norteador das práticas em saúde ● - Código de ética profissional do Terapeuta Ocupacional. ● - Referencial Nacional de procedimentos terapêuticos ocupacionais. ● - Referencial Nacional de Honorários de Terapia Ocupacional- RHTO. ● - Conselho e Entidades representativas de Classe. ● -História e fundamentação da Bioética. ● - Princípios da bioética: beneficência, não maleficência, direitos, autonomia, justiça. ● - O cuidado no final da vida: refletindo sobre atuação em cuidados paliativos. ● - Comitês de bioética.História e fundamentos da ética em pesquisa. ● - Sistema SISNEP/CONEP - Plataforma Brasil ● - Comitês de ética em pesquisa. ● - Resoluções, recomendações e diretrizes vigentes.
METODOLOGIA
Aulas expositivas, com utilização de recursos áudio visuais. Discussão de estudos de casos Seminários Cinedebate
AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

calculada pela seguinte fórmula:

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas práticas (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂ e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Resolução COFFITO 10, 3 de julho, 1978 Código de Ética Profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Disponível em: http://coffito.org.br/c_onteudo/con_view.asp?secao=45

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Resolução COFFITO 425, 8 de julho, 2013 Código de Ética Profissional de Terapia Ocupacional. Disponível em: http://coffito.org.br/c_onteudo/con_view.asp?secao=45

BERLINGUER, G. **Ética da saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996. (Saúde em debate, 100).

DINIZ, D.; GUILHERM, D. **O que é Bioética**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FIGUEIREDO, L. C.; GRATÃO, A. C. M.; PONTES, T. B.; FACHIN-MARTINS, E. Abordagens bioéticas e deontológicas do novo código de ética profissional para terapeutas ocupacionais no Brasil/Bioethical and deontological approaches of the new occupational therapy code of ethics in Brazil. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 171–178, 2017. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoAO0740. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1408>

GARRAFA, V. **Dimensão da ética em saúde pública**. São Paulo: USP, 1995. (Ad Saude: Série Temática, 4).

VALLS ALM. **O que é ética** (8ª ed.). Coleção: Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2002

VAZQUEZ, A. S. **Ética**. Traduzido por Joao Dell'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	LABORATÓRIO DE ATIVIDADES II				
SEMESTRE	4º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	01=17hs	03=51hs	68	04	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 4º semestre, que se caracteriza pelo estudo da análise da atividade e vivência da utilização de dinâmicas de grupo, abordagem de trabalho corporal, atividades lúdicas de lazer e recreação como instrumento terapêutico ocupacional. Fundamentação teórico-prática sobre seleção e análise de atividades. Conceitos de análise de atividades. Propriedades manifestas das atividades (tempo, espaço, procedimentos, campo interpessoal, habilidades adquiridas, papéis, significado real e cultural). Adaptações, instrumentos e materiais empregados. Pressupostos teórico prático das atividades expressivas e corporais (dança, relaxamento, artes cênicas, teatro, música e seu instrumental).;das atividades de jogos e brincadeiras (técnicas de contar histórias; vivências acerca dos jogos e brinquedos adequados a cada faixa etária), análise e discussões. A disciplina busca promover a reflexão acerca do significado e importância da ludicidade, do jogo e do brincar como expressão da cultura, da criatividade e da análise das atividades em Terapia Ocupacional.					

OBJETIVO

Promover a reflexão acerca do significado e importância da ludicidade, do jogo e do brincar com expressão da cultura, da criatividade e da análise das atividades.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da família**, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.

AUFAUTRE, M-R. **Aprender a brincar, Aprender a viver**. São Paulo: Ed. Manole, 1987.

BENJAMIN, W. **Reflexões: A criança, o Brinquedo, a Educação**. São Paulo: Ed. Summun. 1984.

BOAL, A. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BONAVENTURE, J. **O que conta o conto?** São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

CHATEAU, J. **O jogo e a criança**. São Paulo: Ed. Summus, 1987.

FRIEDMANN, F. et al. **O direito de brincar**. São Paulo: Ed. Scrita, 1992.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.

KISHIMOTO, T.M. **Jogos Tradicionais Infantis**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1993.

----- . **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

MARCELINO, N.C. **Lazer e Humanização**. São Paulo: Ed. Papirus, 1995.

MELLO FILHO, J. **O ser e o viver. Uma visão da obra de Winnicott**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1995.

OLIVEIRA, P.S. **Brinquedo e indústria Cultural**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

PAVONI, A. **Os contos e os mitos no ensino**. Uma abordagem jungiana. São Paulo: EPU, 1989.

ROSA, E.S. **Quando brincar é dizer**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1993.

WINNICOTT, D.W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Ed. Imago Ltda, 1975.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	NEUROANATOMIA FUNCIONAL				
SEMESTRE	4º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34hs	02 = 34hs	68hs	04	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 3º semestre, que se caracteriza pelo estudo teórico e prático da estrutura macro e microscópica do Sistema Nervoso Central e Periférico Humano; Filogênese, Ontogênese, divisões e organização geral. Reflexão acerca do ser humano como ser integrado e integrante do sistema biopsicossocial e sua relação neuroanatômica global. A disciplina proporciona ao discente subsídios para a adequada prática clínica nas diversas áreas de atuação.					
OBJETIVO					
Proporcionar ao aluno conhecimentos sobre os aspectos morfológicos e funcionais do sistema nervoso, enfatizando suas relações com outros sistemas.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

UNIDADE I - Células Neurais e Desenvolvimento Embrionário do Sistema Nervoso

- Células o tecido nervoso
- Neurulação
- Defeitos de fechamento do tubo neural
- Febre Zika e bases neuroanatômicas da microcefalia

UNIDADE II - O Cérebro Humano

- Telencéfalo
- Diencefalo
- Lobos cerebrais
- Integração Cortical
- Sistema Límbico
- Núcleos da base

UNIDADE III - Medula Espinal

- Anatomia da medula espinal
- Tractos neurais ascendentes e descendentes
- Bases neuroanatômicas do trauma raquimedular
- Raízes nervosas e gânglio dorsal medular
- Nervos espinais

UNIDADE IV - Cerebelo, o órgão da propriocepção

- Anatomia e divisões do cerebelo
- Núcleos do cerebelo
- Bases neuroanatômicas da propriocepção e do equilíbrio

UNIDADE V - Tronco Encefálico

- Anatomia do tronco encefálico e suas divisões
- Núcleos dos nervos cranianos
- Núcleos Autonômicos
- Núcleo Rubro
- Núcleos vestibulares
- Formação reticular

- Substância negra

UNIDADE VI - Sistema Nervoso Periférico

- Nervos cranianos
- Nervos periféricos
- Plexo braquial
- Plexo lombosacral

UNIDADE VII - Circulação Encefálica e Líquor

- Territórios vasculares do encéfalo
- Meninges e líquido

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de recursos áudio visuais ou pincel e quadro branco, e aulas práticas realizadas nos Laboratórios de Anatomia Humana e Microscopia.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “*A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos*”. No § 2º determina-se que: “*O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina*”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1o – “Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)”.

§ 2o – “O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

CARPINTER, A. **Neuroanatomia funcional**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

CHUSID. **Neuroanatomia correlativa e neurologia funcional**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1990.

DUUS, P. **Diagnostico topografico em neurologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Cultura Medica, 1985.

FONSECA, V. da. **Manual de observação psicomotora; significação psiconeurológica dos fatores psicomotores**. Porto Alegre; Artes Medicas, 1995.

GOLDBERG, S. **Descomplicando... neuroanatomia clínica**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1992.

LUNDY-EKMAN, L. **Neurociência: fundamentos para a reabilitação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

LURIA, A. R. **Fundamentos da neuropsicologia**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. MACHADO, Angelo B. M. **Neuroanatomia funcional**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006 (biblioteca Biomédica).

NOBACK, C. R. **Neuroanatomia, estrutura e função do sistema nervoso humano**.

São Paulo: Premier, 2000.

NOBACK, C. R. **Neuroanatomia**. São Paulo: Premier, 1999.

MENESES, M. S. **Neuroanatomia aplicada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	SEMILOGIA FUNCIONAL				
SEMESTRE	4º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	03 = 51hs	01 = 17hs	68hs	04	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 4º semestre, que se caracteriza pelo estudo de técnicas e métodos de avaliação acerca das principais manifestações clínicas das patologias dos sistemas. A disciplina facilita a compreensão das avaliações clínicas do estado geral analisando os aparelhos cardiovascular, respiratório, locomotor, digestivo e neurológico.					
OBJETIVO					
Facilitar a compreensão das avaliações clínicas do estado geral analisado os aparelhos cardiovascular, respiratório, locomotor, digestivo e neurológico.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

UNIDADE I - Introdução à Semiologia

- Introdução ao exame clínico e à semiologia
- Conceitos em semiologia (diagnóstico, prognóstico, doença, síndrome, sinais e sintomas)
- Introdução à semiotécnica

UNIDADE II - O Exame Clínico

- A queixa principal
- Anamnese
- Exame físico
- Fácies
- Avaliação da hidratação e do grau de palidez
- Sinais vitais
- Exames complementares

UNIDADE III - Semiologia do Aparelho Locomotor

- Sinais e sintomas de disfunções musculoesqueléticas
- Goniometria

UNIDADE III - Semiologia Neurológica

- Sinais e sintomas de disfunções neurológicas
- Avaliação cognitiva
- Avaliação da sensibilidade
- Avaliação do equilíbrio e da coordenação motora
- Avaliação dos reflexos miotendinosos
- Provas de função muscular

UNIDADE IV - Semiologia cardiovascular e respiratória

- Sinais e sintomas de disfunções cardiovasculares e respiratórias

- Aferição de pulsos centrais e periféricos
- Aferição da pressão arterial
- Ausculta cardíaca
- Ausculta pulmonar

UNIDADE V - Semiologia do aparelho digestório e da pele

- Sinais e sintomas de afecções do aparelho digestório
- Queimaduras

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de recursos áudio visuais ou pincel e quadro branco, e aulas práticas realizadas no Laboratório.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “*A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos*”. No § 2º determina-se que: “*O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina*”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1º – “*Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou*

superior a 7,0 (sete) ”.

§ 2o – “O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco) ”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, A. **Semiologia da reabilitação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000

DANIELS, L; WORTHINGHAM, C. **Provas de função muscular: técnicas de exame manual**. 6ª ed. Rio de Janeiro. ABDR. 1996.

JORGE, R. C. **Relação Terapeuta Paciente: notas introdutórias**. 2. ed. Belo Horizonte. Ed. Gesto, 1999.

PORTO, C. C. **Exame clínico: bases para a prática médica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004

TROMBLY, C. A. **Terapia ocupacional para a disfunção física**. 2. ed. São Paulo: Editora Santos, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	FARMACOLOGIA BÁSICA PARA TERAPIA OCUPACIONAL				
SEMESTRE	4º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34hs	00	34hs	02	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórica, ofertada no 4º semestre que se caracteriza pelo estudo da farmacologia básica. Aspectos e noções de farmacologia abrangendo o estudo da farmacocinética e farmacodinâmica, permitindo a compreensão do mecanismo de ação de cada grupo de drogas. Enfatiza os princípios básicos de ação de drogas que interfiram nos sistemas nervoso e muscular relevantes na formação e atuação do profissional de Terapia Ocupacional.					
OBJETIVO					
Subsidiar a aquisição de conhecimentos básicos em farmacologia abordando os fenômenos e modelos existentes que atendam às necessidades de uma formação mais abrangente do profissional em Terapia Ocupacional.					
CONTEÚDO					
UNIDADE I					
- Introdução à Farmacologia, Contexto histórico e Conceitos aplicados. - Descoberta e desenvolvimento dos fármacos. - Fenômenos celulares com relevância farmacológica I: Excitação; Potenciais					

Bioelétricos e transportes iônicos membranares.

- Fenômenos celulares com relevância farmacológica II: Regulação do cálcio intracelular Entrada, extrusão e liberação das reservas de cálcio; O papel do Retículo sarcoplasmático e da membrana plasmática na Contração muscular, Secreção e Exocitose.

UNIDADE II

- Noções Gerais de Farmacodinâmica: Ação dos fármacos, Interação Fármaco-Receptor e Quantificação da resposta farmacológica;
- Princípios de farmacocinética: Absorção, distribuição, metabolismo e eliminação de fármacos pelos sistemas biológicos.

UNIDADE III

- Agentes anestésicos gerais, locais e outros fármacos que afetam os canais de sódio;
- Fármacos analgésicos;
- Fármacos anti-inflamatórios e imunossupressores;
- Fármacos antibacterianos, antivirais e antifúngicos;
- Fármacos anticâncer.

UNIDADE IV

- Fármacos ansiolíticos e hipnóticos;
- Fármacos antiepilépticos;
- Fármacos antipsicóticos;
- Fármacos antidepressivos.

METODOLOGIA

Aulas Expositivo-dialogadas: almejando quebrar a postura passiva dos alunos, por meio da introdução de questionamentos a serem respondidos pelos mesmos, dinamizando a atividade

em sala de aula, enquanto discorre sobre determinado assunto durante algum tempo, a fim de explicar aos alunos um determinado conteúdo.

Em sala de aula também serão empregadas estratégias de aprendizagem por meio de Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP que serão aulas baseadas na resolução de problemas como instrumento de viabilização do aprendizado.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: *“A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos”. No § 2º determina-se que: “O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina”.*

O parágrafo único do Art. 111 define que *“Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo”.*

O Art. 112 também aponta que: *“as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)”.*

§ 1º – *“Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)”.*

§ 2º – *“O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.*

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

GOODMAN, G. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2018.

KATZUNG. **Farmacologia Básica Clínica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2017.

RANG, H. P et al. **Rang & Dale Farmacologia**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE MENTAL I				
SEMESTRE	4º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04 = 68hs	00	68hs	04	
EMENTA					
História da loucura e a reforma psiquiátrica. Conceito de sofrimento mental e transtorno mental. Saúde Mental e sociedade. O sofrimento mental e a vida cotidiana. Principais abordagens teóricas da atenção psicossocial. Política Nacional de Saúde Mental e serviços de atenção psicossocial. Núcleo da Terapia ocupacional no campo da Saúde mental: inserção e referenciais teórico-metodológicos.					
OBJETIVO					
Possibilitar uma imersão teórica inicial no campo da Saúde Mental sob a luz das relações sociais e políticas.					
CONTEÚDO					

Unidade I - Saúde mental e sociedade:

- Considerações gerais sobre a saúde mental e psiquiatria;
- Conceitos de sofrimento mental e transtorno mental;
- O sofrimento mental e a vida cotidiana;

Unidade II - História da loucura e reforma psiquiátrica:

- Aspectos históricos da loucura e cuidado ao doente mental;
- A Luta Antimanicomial.
- Os serviços substitutivos
- Política Nacional de Saúde Mental
- Rede de atenção psicossocial.

Unidade III - Aspectos introdutórios do uso, abuso e dependência de álcool, tabaco e outras drogas.

- História do uso de substâncias no mundo.
- Política Nacional sobre Drogas: história, avanços e retrocessos.
- A rede de atenção Psicossocial e as particularidades da dependência de álcool e outras drogas.

Unidade IV - Principais Referenciais da Terapia Ocupacional em Saúde Mental

- Terapia Ocupacional pela abordagem Junguiana: Nise da Silveira
- Terapia Ocupacional e Psiquiatria Social: Luiz Cerqueira.
- Referencial de Rui Chamone Jorge.
- Método da Terapia Ocupacional Dinâmica: Jô Benetton.

METODOLOGIA

A disciplina se fundamenta em metodologia participativa, por meio da utilização das seguintes estratégias metodológicas: exposição dialogada orientada por bibliografia, vivências, trabalhos em grupo e seminários temáticos, estudo da bibliografia recomendada, análise de artigos científicos. Serão utilizados os seguintes recursos didáticos: projetor de multimídia; computador; quadro magnético; pincel para quadro magnético; apagador para quadro magnético e caixa de som.

AValiação

A avaliação será contínua e incluirá uma dimensão grupal e duas dimensões individuais. A dimensão grupal se dará por meio da realização das atividades em grupo (apresentações e entrega de trabalho escrito sobre seminário temático). Já a dimensão individual ocorrerá por meio de uma verificação de conhecimentos e auto-avaliação (compromisso com a realização das tarefas, participação nas discussões, comportamento em sala de aula, frequência e pontualidade). Os aspectos referentes à auto-avaliação também serão realizados pelo professor, de modo que o resultado será dado pela média aritmética das notas atribuídas pelo aluno e pelo professor.

Será considerado aprovado na disciplina os alunos com frequência igual ou superior a 75% e média final igual ou superior a 7,0 (sete).

BIBLIOGRAFIA

AMARANTE, P. **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

AMARANTE, P.; NUNES, M. de O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 2067 - 2074, 2018.

BENETTON, M. J. **Trilhas associativas: ampliando recursos na clínica da psicose**. São Paulo: Lemos, 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. **Terapia Ocupacional Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CERQUEIRA, Luiz. **Psiquiatria Social – Problemas Brasileiros de Saúde**. Atheneu, RJ.

CHIAVERINI, Dulce Helena. (Organizadora) et al. **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Brasília: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

JORGE, Rui Chamone. **Museu didático de imagens livres**. Belo Horizonte: Ges.TO, 1997.

JORGE, Rui Chamone. **Chance para uma Esquizofrênica**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial; 1981.

LOBOSQUE, Ana Marta. **Princípios para uma clinica antimanicomial**. São Paulo: Hucitec, 1997.

LUCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 399 - 407, 2007.

MÂNGLIA, Elizabete F; NICÁCIO, Fernanda. **Terapia Ocupacional em Saúde mental: tendências principais e desafios contemporâneos**. In: Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus, 2001.

OLIVEIRA, W. V. de. A fabricação da loucura: contracultura e antipsiquiatria. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 18, n. 1, p. 141 - 154, 2011.

PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria: Luis da Rocha Cerqueira (1911 – 1984) **Psychiatry on line Brasil**.Jun. V.9, n. 6., 2004

SARACENO, B.; ASIOLI, F.; TOGNONI, G. **Manual de Saúde Mental: guia básico para a atenção primária**. São Paulo: Hucitec, 1994.

TEIXEIRA, M. O. L. Pinel e o nascimento do alienismo. **Estud. Pesqui. Psicol.**, v. 19, n. 2, p. 540 - 560, 2019.

VARGAS, A. de F. M.; CAMPOS, M. M. A trajetória das políticas de saúde mental e de álcool e outras drogas no século XX. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 1041 - 1050, 2019.

5º SEMESTRE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	MÉTODOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL				
SEMESTRE	5º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34hs	02 = 34hs	68hs	04	
EMENTA					
Estudo de técnicas e métodos específicos de avaliação em Terapia Ocupacional. Princípios gerais de avaliação em Terapia ocupacional: a relação com paciente, família, o ambiente, instrumental, o registro e terminologia da avaliação. Formas de entrevistas, modelos de avaliação A disciplina proporciona o aprendizado das avaliações, protocolos, diagnóstico situacional, histórico ocupacional realizadas pela Terapia Ocupacional, por meio da aplicação de métodos e técnicas específicas.					
OBJETIVO					
Facilitar a compreensão das avaliações clínicas do estado geral analisado os aparelhos cardiovascular, respiratório, locomotor, digestivo e neurológico. Bem como, as avaliações realizadas pela Terapia Ocupacional, por meio da aplicação de métodos e técnicas específicas, objetivando uma melhor intervenção no processo terapêutico ocupacional.					
CONTEÚDO					

- 1. Métodos**
 - a. Relação terapeuta paciente
 - b. Elaboração de um painel integrado sobre os conceitos de Métodos, Técnicas e Avaliação em Terapia Ocupacional
 - c. Objetivos da avaliação ocupacional
 - d. Funcionalidade X Disfunção ocupacional
- 2. Função ocupacional e os contextos (pessoal, social e cultural)**
 - a. Perfil ocupacional
 - b. Histórico ocupacional;
- 3. Métodos de avaliação**
 - a. Identificar as necessidades ocupacionais
 - i. Observação direta;
 - ii. Observação Indireta;
 - iii. Observação sistemática;
 - iv. Observação participante
 - b. Avaliação das habilidades de desempenho
 - i. Entrevista individual
 - ii. Entrevista narrativa
 - iii. Grupo Focal
 - iv. Entrevista semi-estruturada
 - v. Questionário;
- 4. Terapia Ocupacional e o Desempenho Ocupacional nas AVD” e Atividades Instrumentais**
 - a. Conceitos de autonomia e independência
 - b. Capacidade funcional no desempenho ocupacional (autocuidado, produtividade e lazer)
 - c. Componentes de desempenho ocupacional (afetivo, cognitivo e físico).

- d. Classificação Internacional de Funcionalidade
- 5. Modelo Canadense de desempenho ocupacional
 - a. Raciocínio clínico.
 - b. Níveis de independência funcional
 - c. Instrumentos de independência funcional
 - i. Medida de Independência funcional (BRASIL, 2006)
 - ii. Medida Canadense de Desempenho Ocupacional (LAW et al. 2009)
 - iii. Índice de Katz (BRASIL, 2006)
 - iv. Escala de Lawton-Brody (BRASIL, 2006)
 - v. Mini-mental State Examination (Miniexame do Estado Mental) (BRASIL, 2006); (WHEATLEY, C., 2004); (RADOMSKI, M., 2005);
- 6. Casos clínicos nas etapas da vida com ênfase na avaliação terapêutica ocupacional

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas
Seminários
Grupos para estudo de casos
Discussão em plenária

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = MeNPC + NEF2$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC1, da NPC2- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = NPC1 + NPC2 + NP_a2$$

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, A. **Semiologia da reabilitação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C.. **Terapia Ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CAZEIRO, A. et al, 2011). **A Terapia Ocupacional e as Atividades da Vida Diária, Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia Assistiva**. Fortaleza: ABRATO, 2011

FOTI, D. **Atividades da Vida Diária**. IN: PEDRETTI, L.; EARLY, M. **Terapia Ocupacional: capacidade prática para as disfunções físicas**. São Paulo: Roca 2004

JORGE, R. C. **Relação Terapeuta Paciente: notas introdutórias**. 2. ed. Belo Horizonte. Ed. Gesto, 1999.

LAW, M. et al.; CARDOSO, A.; MAGALHÃES, L. (org. e trad.). **Medida Canadense**

de Desempenho Ocupacional (COPM). Belo Horizonte: Editora UFMA, 2009.

GRIEVE, J. Neurosicologia em Terapia Ocupacional: Exame da Percepção e Cognição. São Paulo: Editora Santos, 2005.

PASCHOAL, S.. Autonomia e Independência. IN: PAPALÉO NETTO, M..Gerontologia. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

PORTO, C. C. **Exame clínico:** bases para a prática médica. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004

SAURON, F. e OLIVEIRA, M., 2003. Avaliação em Terapia Ocupacional: aspectos práticos. IN: TEIXEIRA, E. et al. Terapia Ocupacional na Reabilitação Física. São Paulo: Roca, 2003.

TEIXEIRA, E. Atividades da Vida Diária. IN: TEIXEIRA, E. et al. Terapia Ocupacional na Reabilitação Física. São Paulo: Roca, 2003

TROMBLY, C. A.; RADOMSKI, M. V. **Terapia Ocupacional para disfunções Físicas.** 5. ed. São Paulo: Editora Santos, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	PSICOPATOLOGIA				
SEMESTRE	5º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04 = 68hs	00	08hs	04	
EMENTA					
Considerações gerais sobre a saúde mental e a Psiquiatria. Aspectos conceituais. Fenômenos psíquicos patológicos que caracterizam os transtornos mentais. Manifestações clínicas dos transtornos mentais. Processo histórico da terapia Ocupacional em saúde mental.					
OBJETIVO					
Possibilitar a reflexão e a compreensão sobre a experiência do sofrimento psíquico em suas múltiplas dimensões e na complexibilidade das relações de vida; Conhecer e interagir com as pessoas com transtornos mentais em seu contexto de vida e nas relações institucionais e a reflexão sobre os diferentes sentidos do adoecer, os processos de validação/invalidação e as relações de exclusão/inclusão social das pessoas com transtornos mentais; Proporcionar o estudo e a reflexão sobre a inserção da Terapia Ocupacional nos percursos de desinstitucionalização e a compreensão sobre os referenciais teóricos que norteiam os processos de superação das instituições asilares e a produção de modelos assistenciais territoriais em saúde mental; possibilitar o conhecimento e a análise sobre a atenção em Terapia Ocupacional nas instituições inovadoras de saúde mental, enfocando o quadro conceitual, as modalidades de atenção, os atores e as inovações práticas.					
CONTEÚDO					

Unidade I: Surgimento da psiquiatria e construção social da “doença mental”.

- Alienismo, tratamento moral e o “louco no jardim das espécies”.

Unidade II: Funções psíquicas e suas alterações.

- Consciência, Atenção e Orientação
- Vivência do tempo e espaço, Sensopercepção e Memória
- Afetividade, Vontade e Pensamento
- Juízo de realidade e Linguagem

Unidade III: Grandes síndromes e transtornos psicopatológicos.

- Síndromes depressivas
- Síndromes maníacas e transtorno bipolar
- Síndromes ansiosas
- Síndromes psicóticas
- Demência e transtornos neurocognitivos
- Transtornos de personalidade
- Transtorno por uso de substâncias

Unidade IV: Exame psíquico e escalas de avaliação.

Unidade V: Psicopatologia e cultura

- Normal x Patológico
- Medicalização

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos áudio visuais e rodas de discussão.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco

por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

AMARANTE, P. **O homem e a serpente**: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

BENETTON, J. **A Terapia Ocupacional como instrumento nas ações de saúde mental**. Campinas: Tese de doutorado, UNICAMP, 1994.

CAPONI, S. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis**, v. 19, n. 2, p. 529-549, 2009.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DALGALARRONDO, P. **Religião, psicopatologia e saúde mental**. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOLDBERG, J. **Clínica da Psicose: um projeto na rede pública**. Rio de Janeiro: Te Cora & Instituto Franco Basaglia, 1994.

LUCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 399 - 407, 2007.

MARTINHAGO, F.; CAPONI, S. Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. **Physis**, v. 29, n. 2, 2019. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312019290213>>

MARTINHAGO, F.; CAPONI, S. Breve história das classificações em psiquiatria. **INTERthesis**, v. 16, n. 1, p. 74-91, 2019.

OLIVEIRA, W. V. de. A fabricação da loucura: contracultura e antipsiquiatria. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 18, n. 1, p. 141 - 154, 2011.

PITTA, A. **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

TEIXEIRA, M. O. L. Pinel e o nascimento do alienismo. **Estud. Pesqui. Psicol.**, v. 19, n. 2, p. 540 - 560, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	LABORATÓRIO DE ATIVIDADES III				
SEMESTRE	5º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	01 = 17hs	03 = 51hs	68hs	04	
EMENTA					
Conceitos e classificações de Tecnologia Assistiva (TA). Interface entre a Terapia Ocupacional e a tecnologia assistiva. Definição, classificação, indicações, avaliação, confecção, treino das órteses e adaptações funcionais para as atividades de vida diária (AVD) e instrumentais de vida diária (AIVD). Princípios mecânicos e de design, tipos de materiais utilizados para confecção das órteses e adaptações funcionais. Dispositivos tecnológicos de auxílio.					
OBJETIVO					
Subsidiar o aprendizado teórico-prático acerca da Tecnologia assistiva na prática clínica da Terapia Ocupacional.					
CONTEÚDO					
Unidade I: Introdução à tecnologia assistiva:					
- Definições, terminologia, conceitos, classificações. - Classificação das órteses e próteses. - Uso da Tecnologia Assistiva na intervenção em Terapia Ocupacional. - Instrumentos de avaliação e reavaliação para o uso de tecnologia assistiva na Terapia Ocupacional.					

Unidade II: Oficina de órteses e adaptações:

- Confecção de órteses e adaptações diversas.

Unidade III: Treino de AVD's

- Treino no uso de dispositivos auxiliares para locomoção.
- Treino de transferências.
- Treino de mobilidade no leito.
- Treino de vestuário.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos áudio visuais, e aula práticas realizadas no Laboratório de Atividades de Vida Diária, Órteses e Próteses.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

ALVES, A. C. J.; EMMEL, M. L. G.; MATSUKURA, T. S. Formação e prática do terapeuta ocupacional que utiliza tecnologia assistiva como recurso terapêutico. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 23, n. 1, p. 24-33, 2012.

ALVES, A. C. J.; FACHIN-MARTINS, E. Confiabilidade da avaliação de tecnologia assistiva – predisposição ao uso (ATD PA Br) para a versão em português. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 29, n. 2, p. 144-154, 2018.

ALVES, A. C. J.; MATSUKURA, T. S. Modelos teóricos para indicação e implementação de tecnologia assistiva. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos**, v. 24, n. 3, p. 591-599, 2016.

CALLINAN, N. Confecção de órteses para mão. In: RADOMSKI, M. V.; LATHAM, C. A. T. **Terapia ocupacional para disfunções físicas**. 6. Ed. Grupo GEN, 2013.

CÂNDIDO, M. C. S.; ALVES, A. C. J. Indicação e implementação de dispositivos de tecnologia assistiva a partir do uso do modelo teórico “Matching Person Technology” (MPT). **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 29, n. 2, p. 155-163, 2018.

CARO, C. C.; CRUZ, D. M. C. A mobilidade funcional com cadeiras de rodas em sujeitos com lesão medular. **Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos**, v. 28, n. 4, p. 1133 - 1150, 2020.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CRUZ, D. M. C. Papéis ocupacionais e pessoas com deficiências físicas: independência, tecnologia assistiva e poder aquisitivo. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) –

Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade de São Carlos, 2012.

DESAHIES, L. D. Órteses de membro superior. In: RADOMSKI, M. V.; LATHAM, C. A. T. Terapia ocupacional para disfunções físicas. 6. Ed. Grupo GEN, 2013.

DUDGEON, B. J.; DEITZ, J. C. Seleção da cadeira de rodas. In: RADOMSKI, M. V.; LATHAM, C. A. T. Terapia ocupacional para disfunções físicas. 6. Ed. Grupo GEN, 2013.

GRADIM, L. C. C. et al. Mapeamento de recursos de tecnologia assistiva utilizados por idosos. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 27, n. 1, p. 72-79, 2016.

HOHMANN, P.; CASSAPIAN, M. R. Adaptações de baixo custo: uma revisão de literatura da utilização por terapeutas ocupacionais brasileiros. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 10-18, 2011.

MARCELINO, J. F. Q. et al. Atuação terapêutica ocupacional e em tecnologia assistiva em uma creche: análise da prática. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 246-254, 2020.

PALMER, L.; TOMS, J. **Treinamento funcional para deficientes físicos**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1988.

PEDRETTI, L. W.; EARLY, M. B. **Terapia ocupacional: capacidades práticas para as disfunções físicas**. Traduzido por Lúcia Speed Ferreira de Mello; Cláudio Assencio Rocha. 5. ed. São Paulo: Roca, 2005.

PELOSI, M. B.; ALVES, A. C. J.; MARTINEZ, C. M. S. Formação em terapia ocupacional para uso da tecnologia assistiva: experiências brasileiras contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

PELOSI, M. B.; NASCIMENTO, J. S. Uso de recursos de comunicação alternativa para internação hospitalar: percepção de pacientes e de terapeutas ocupacionais. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 1, p. 53-61, 2018.

PIERCE, S. L. Restaurando a mobilidade. In: RADOMSKI, M. V.; LATHAM, C. A. T. Terapia ocupacional para disfunções físicas. 6. Ed. Grupo GEN, 2013.

ROCHA, E. F.; CASTIGLIONI, M. C. Reflexões sobre recursos tecnológicos: ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologia de assistência e tecnologia de apoio. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 97-104, 2005.

SILVA, I. C. N.; ALVES, A. C. J. Identificação das tecnologias assistivas no esporte paraolímpico: contribuições e barreiras. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 28, n. 3, p. 917-930, 2020.

SILVA, L. G. Órteses em PVC para membro superior: utilização por terapeutas ocupacionais brasileiros, propriedades térmicas, físico-mecânicas e de toxicidade e

desempenhos funcional e mioelétrico. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade de São Carlos, 2014.

SOUSA, P. G. F.; JURDI, A. P. S.; SILVA, C. C. B. O uso da tecnologia assistiva por terapeutas ocupacionais no contexto educacional brasileiro: uma revisão da literatura. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 3, p. 625-631, 2015.

TEIXEIRA, E. Terapia ocupacional na reabilitação física. São Paulo: Roca, 2003.

²UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL EM CONTEXTOS SOCIAIS (*)				
SEMESTRE	5º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	02=34hs	01=17hs	68hs	04	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE.					
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 5º semestre que consiste no estudo da intervenção da Terapia ocupacional na Assistência e contexto social. Percurso histórico da Terapia Ocupacional em Contextos Sociais; Assistência Social; Cultura; Educação; Cidadania e justiça; desenvolvimento e meio ambiente; Comunidades e saberes tradicionais; População em situação de rua e nomadismo; Situações de calamidade e conflito seguidos de violência; Migração e deslocamentos; Raciocínio clínico, métodos, técnicas, abordagens e estratégias terapêuticas ocupacionais para a inclusão, emancipação e participação social.					
OBJETIVO					
Capacitar o aluno para o planejamento, coordenação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de estratégias de mediação sócio-ocupacional para a emancipação social, desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural de pessoas, famílias, grupos e comunidades.					
CONTEÚDO					

Unidade I – Aspectos introdutórios.

- Noção de redes de apoio/suporte
- Mecanismos de exclusão social

Unidade II – Interface com os conceitos da terapia ocupacional:

- Justiça social e Justiça ocupacional
- Cidadania
- Participação Social
- Emancipação Social
- Autonomia e Independência
- Território e territorialização
- Cidade e periferia

Unidade III – Cultura

- Arte e Cultura; Acesso cultural; Cultura dominante; Cultura hegemônica; Democratização cultural; identidade, identificação e diversidade cultural; cultura popular e cultura subalterna.
- Povos e comunidades tradicionais

Unidade IV - Ações da Terapia Ocupacional no SUAS

- Histórico do Sistema Único de Assistência Social
- Serviços e programas do SUAS
- Populações em processo de ruptura das redes sociais de apoio
- Atuação da Terapia Ocupacional no SUAS

AVALIAÇÃO

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.
- A avaliação se dará a partir dos seguintes pontos:

N1 - Participação em sala de aula: Leitura dos textos, discussão qualificada em sala de aula, realização das atividades propostas;

N2 - Seminário temático: Apresentação oral + Trabalho escrito;

N3 - Prova dissertativa.

$$NPC = (N1+N2+N3)/3$$

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

BIBLIOGRAFIA

LOPES, R. E. **Terapia Ocupacional Social**. São Carlos: EDUFSCAR, 2016.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Org.). **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EDUFSCAR-FAPESP, 2016.

ALMEIDA, M. C.; SOARES, C. R. S.; BARROS, D. D.; GALVANI, D. Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR**, v. 20, p. 33-41, 2012.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA:

OLIVEIRA, M. L., & Malfitano, A. P. S. O Sistema Único de Assistência Social e os trabalhadores na Política Nacional Assistência social: um enfoque às terapeutas ocupacionais. *Serviço Social em Revista*, 24(1), 148-169.

PEREIRA, B. P.; LOPES, R.E. Por que ir à escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. *Educação e Realidade*, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./mar. 2016.

COSTA, S.L. Terapia Ocupacional Social: dilemas e possibilidades da atuação junto a Povos e Comunidades Tradicionais. *Cad. Ter .Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 43-54, 2012

<http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.005>

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo, 2001. Disponível em . Acesso em 16/3/2008.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 2008.

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

CASTELL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOPES, R. E. et al. Recursos e tecnologias em terapia ocupacional social: ações com jovens pobres na cidade. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 22, n. 3, p. 591-602, 2014.

BEZERRA WC,; SANTOS CF. Tecnologias de intervenção em Terapia Ocupacional Social: reflexões a partir de uma oficina de produção de fanzine no contexto prisional. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro, V.1(3): 414-426, 2017. Disponível:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/10124>

COSTA, S.L.; MACEDO, M.D.C. Povos e comunidades tradicionais: a ocupação tradicional como objeto para a terapia ocupacional social. In: LOPES, R. E.; MALFITANO. A. P. S. (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, p. 221-240.

CHAUÍ, M. Cultura e Democracia. Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. V. 1, no. 1, p. 53-76, 2008. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>

CHAUI, M. Cultura política e política cultural. Estud. av. [online]. v.9, n.23, p.71-84, 1995.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L.O.; REIS, T. A. M. Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, v. 11, n.1, p. 38-53, 2003.

MALFITANO, A. P. S.; LOPES, R. E. Apontamentos de campo acerca de uma experiência de educação não-formal com crianças e adolescentes em situação de rua. Série-Estudos (UCDB), Campo Grande, v. 17, n.17, p. 29-42, 2004.

ALMEIDA, M. C.; SOARES, C. R. S; BARROS, D. D.; GALVANI, D. Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2012.

GONÇALVES MV.; COSTA SL.; TAKEITI BA. Terapia Ocupacional e cultura: atravessamento, recurso ou campo de atuação. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro, V.1(5): 538-555, 2017. Disponível: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/10078>

DORNELES, P. S.; LOPES, R. E. Cidadania e diversidade cultural: uma pauta para a terapia ocupacional. In: LOPES, R. E.; MALFITANO. A. P. S. (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2016, p. 199- 220.

CHAGAS, J. N. M.; BARROS, D. D.; ALMEIDA, M. C.; COSTA, S. L. (Org.). Terapia Ocupacional e Assistência Social. 2ed.Rio de Janeiro, RJ: CREFITO-2, 2015. Disponível em: https://issuu.com/comunicacaocrefito2/docs/terapia_ocupacional_contribui_____es_46a0b5c44f5486

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	METODOLOGIA DA PESQUISA APLICADA À TERAPIA OCUPACIONAL				
SEMESTRE	5º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Tot al	CRÉ DITOS	Obrigat ória
	03=51hs	01=17hs	34h s	04	
EMENTA					
Estudo dos métodos de pesquisa aplicados à Terapia Ocupacional. Compreensão dos elementos essenciais que constituem um projeto de pesquisa considerando a problematização, o objeto e objetivos do estudo; metodologia: tipo e natureza do estudo, local e período, sujeitos/participantes, técnicas e instrumentos de coleta de dados; técnicas de análise e interpretação de dados e aspectos éticos das pesquisas com seres humanos.					
OBJETIVO					
Possibilitar a iniciação científica, utilização de instrumentos de coleta e análise de dados, permitir o estudo aprofundado de temáticas de seu interesse.					
CONTEÚDO					
Unidade I – Aspectos introdutórios sobre as metodologias de pesquisa.					
Unidade II – Campos de estudo na Terapia Ocupacional.					

Unidade III – A terapia ocupacional no cenário nacional e internacional.

Unidade IV - Desenvolvimento de um projeto de pesquisa em Terapia Ocupacional.

METODOLOGIA

A metodologia das aulas contará com vivências grupais, exploração de materiais audiovisuais, apresentação de seminários, aulas expositivas.

AVALIAÇÃO

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- A avaliação se dará a partir dos seguintes pontos:

N1 - Participação em sala de aula: Leitura dos textos, discussão qualificada em sala de aula, realização das atividades propostas;

N2 - Produção de um artigo científico.

$$NPC = (N1+N2)/2$$

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao

exame final.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**, São Paulo, Atlas, 1989.

DEMO, P. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 1998

FEYERABEND, P., **Contra o Método**, Editora UNESP, 2011.

GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 1993.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio, Vozes, 1990.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo:

Editora Perspectiva S.A, 1997.

LAKATOS, I. Musgrave, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo, Editora Cultrix, 1979.

MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo, Moraes/EDUC, 1989.

MONZELI, G. A. **Histórias da Terapia Ocupacional na América Latina: A criação dos primeiros programas de formação profissional**. João Pessoa. Editora UFPB, 2021.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa Qualitativa em saúde**, São Paulo, Hucitec-Abrasco, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE COLETIVA(*)				
SEMESTRE	5º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	03=51hs	02=34hs	102hs	06	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE.					
EMENTA					
Ações Terapêuticas ocupacionais como abordagem preventiva e interdisciplinar nas áreas de saúde materno infantil, do adolescente, do adulto, da pessoa com deficiência e do idoso, com enfoque no nível primário de atenção à saúde. Determinação Social de Saúde. Processo saúde-doença. SUS e os Modelos de Assistência. O papel do Terapeuta Ocupacional na Saúde Coletiva. O campo da produção do cuidado em saúde e as práticas de Terapia Ocupacional em hospital e demais estruturas da rede especializada. A humanização da atenção, a Política Nacional de Humanização e a integralidade do cuidado na assistência hospitalar e nas demais estruturas da rede especializada, na interface com a terapia ocupacional.					
OBJETIVO					
Possibilitar a compreensão do papel do Terapeuta Ocupacional como agente de saúde no ambiente interdisciplinar; capacitar o aluno no desenvolvimento de projetos e execução de atividades voltadas ao cuidado coletivo.					
CONTEÚDO					

Saúde Pública e Saúde Coletiva; Atenção Primária à Saúde; Modelo de Atenção da Estratégia Saúde da Família; Vulnerabilidade em Saúde; Cuidado; Territorialização; Acolhimento; Matriciamento; Projeto Terapêutico Singular; Visita Domiciliar; Genograma e Ecomapa; Inserção e atuação da Terapia Ocupacional no Campo da Saúde Coletiva; Práticas da Terapia Ocupacional na Atenção Primária à Saúde a partir do contexto dos territórios e da vida cotidiana; Ações de promoção e educação em saúde - abordagem grupal em Terapia Ocupacional; Ações e práticas clínicas individuais e de alcance coletivo da Terapia Ocupacional na atenção primária nos diferentes ciclos de vida; Interface da Terapia Ocupacional na atenção primária com a saúde mental; Práticas integrativas e complementares; Educação popular em saúde e sua aplicação prática nos contextos dos territórios e comunidades.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos áudio visuais, e aulas práticas nos serviços de saúde da atenção primária (básica) em saúde.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela

seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA-FILHO, N. Mais além da determinação social: sobredeterminação, sim! **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n. 12, 2021.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A **Humanização como dimensão publica das políticas de saúde**. Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.561-571, 2005.

BIANCHI, P. C.; MALFITANO, A. P. S. Território e comunidade na terapia ocupacional brasileira: uma revisão conceitual. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 28, n. 2, p. 621 - 639, 2020.

CAMPOS, G.W. **Humanização na Saúde: um projeto em defesa da vida?** Interface Comunic., saúde, educ., v.9, n.17, 389-406, 2005.

_____. Saúde Pública e Saúde Coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Cien. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.219-230, 2000.

DUARTE, M. dos P.; SILVA, A. C. D. da. Contribuições e desafios da terapia ocupacional no Núcleo de Apoio à Saúde da Família: uma revisão da literatura. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 26, n. 1, p. 177 - 186, 2018.

FERIGATO, S.; SILVA, M. C. Saúde mental e terapia ocupacional: a construção de um projeto terapêutico singular. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 24, n. 2, p. 379 - 386, 2016.

IANNI, A. M. Z. Saúde coletiva e historicidade do conhecimento: teoria, interdisciplinaridade e o sujeito contemporâneo. **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n. 12, 2021.

LANCMAN, S.; BARROS, J. de O. Estratégia de saúde da família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e terapia ocupacional: problematizando as interfaces. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 22, n. 3, p. 263 - 269, 2011.

LIMA, E. M. F. de A.; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**, v. 38, n. 102, p. 593 - 606, 2014.

MINAYO, M. C. de S. Determinação social, não! Por quê? **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n. 12, 2021.

MINAYO, M. C. de S. Dialogando sobre o conceito de determinação social. **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n. 12, 2021.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da saúde coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde Soc.**, v. 24, Supl. 1, p. 205 - 218, 2015.

SILVA, R. A. dos S.; OLIVER, F. C. Compreensões de estudantes de terapia ocupacional sobre a formação para atenção primária à saúde. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 28, n. 3, p. 349 - 357, 2017.

SILVA, R. A. dos S.; OLIVER, F. C. Identificação das ações de terapeutas ocupacionais na atenção primária à saúde no Brasil. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 3, n. 1, p. 21-36, 2019.

SILVA, R. A. dos S.; OLIVER, F. C. A interface das práticas de terapeutas ocupacionais com os atributos da atenção primária à saúde. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 28, n. 3, p. 784 - 808, 2020.

6º Semestre

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL, SAÚDE E INFÂNCIA (*)				
SEMESTRE	6º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	03=51hs	02=34hs	02hs	06	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE.					
EMENTA					
A criança e seu desenvolvimento neuro-psicomotor. Estudo do desenvolvimento normal, pré-peri; e pós-natal distribuídos em faixas etárias. Patologias do desenvolvimento e a prática da terapia ocupacional no processo de assistência à infância.					
OBJETIVO					
Possibilitar ao aluno o conhecimento dos principais elementos que constituem as diferentes fases do desenvolvimento da criança; reconhecer suas possíveis consequências e intercorrências físicas, sociais e psicológicas. Correlações com Terapia Ocupacional.					
CONTEÚDO					
Unidade I					
- Desenvolvimento neuropsicomotor do recém nascido e da criança.					
- Teorias sobre o desenvolvimento infantil;					

- Diretrizes da estimulação precoce;

Unidade II

- Vigilância e monitoramento no desenvolvimento neuropsicomotor;
- Marcos de desenvolvimento neurocomportamentais
- Protocolos de avaliação do desenvolvimento
- Disfunções/alterações respiratórias, neurológicas, musculoesqueléticas, sensoriais e psicossociais mais comuns na infância;

Unidade III

- Intervenção terapêutica ocupacional em neonatologia e pediatria
- Humanização na Atenção e Assistência nos diversos níveis de cenários de prática e complexidade de cuidado;
- Intervenção neonatal e reabilitação neuropediátrica;
- Acolhimento à família e cuidadores, adequação do ambiente, cuidados e manuseios individualizados e adequados.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de metodologias ativas, aulas práticas realizadas em serviços de saúde.

AValiação

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

BEE, H.; BOYD, D. **A criança em desenvolvimento**. 9. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

BOBATH, B.; BOBATH, K. **Desenvolvimento motor nos diferentes tipos de paralisia cerebral**. São Paulo, Manole, 123p.

BRANDÃO, J. S. **Desenvolvimento psicomotor da mão**. Colaboração de Janne Calhau Mourão; Lucy da Cunha Veras. Rio de Janeiro: Enelivros, 1984.

BRAZELTON, T. B. **As Primeiras relações**. Colaboração de Bertrand G Cramer. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DELLA BARBA, P. C. de S. et al. Indicadores de monitoramento e atenção intersetorial e integral ao desenvolvimento infantil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, 81005-81015, 2020.

FERLAND, F. **O modelo lúdico: o brincar, a criança com deficiência física e a terapia ocupacional**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2006.

FOLHA, D. R. S. C.; DELLA BARBA, P. C. S. Produção de conhecimento sobre terapia ocupacional e ocupações infantis: uma revisão de literatura. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 28, n.1, p. 227-245, 2020.

FOLHA, D. R. S. C.; DELLA BARBA, P. C. S. Subsídios da perspectiva ocupacional para a abordagem ao desenvolvimento infantil. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 5, n. 4, 2021.

GESELL, A. **A criança de 0 a 5 anos**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LEFÈVRE, A. B. et al. **Neurologia infantil**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1989.

MARINI, B. P. R.; DELLA BARBA, P. C. de S. Práticas e desafios para a terapia ocupacional no contexto da intervenção precoce. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 31, n.1-3, p. 17-23, 2020.

MARINI, B. P. R.; DELLA BARBA, P. C. de S. Intervenção precoce, formação profissional e os desafios para a implementação de práticas baseadas em evidências. **Da Investigação às Práticas: estudos de natureza educacional**, v. 11, n. 1, p. 4-24, 2021.

MATSUKURA, T. S.; FERNANDES, A. D. S. A.; CID, M. F. B. Fatores de risco e proteção à saúde mental infantil: o contexto familiar. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 23, n. 2, p. 122 - 129, 2012.

MATSUKURA, T. S.; FERNANDES, A. D. S. A.; CID, M. F. B. Saúde mental infantil em contextos de desvantagem socioeconômica: fatores de risco e proteção. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 22, n. 2, p. 251 - 262, 2014.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **O mundo da criança: da infância à adolescência**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981.

SANT'ANNA, M. M. M.; PFEIFER, L. I. Modelos de intervenção da Terapia Ocupacional para a promoção do brincar. In: OLIVEIRA, A. M. de. et al. (Orgs.). **Terapia ocupacional em neuropsiquiatria e saúde mental**. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TAKATORI, M. **O brincar no cotidiano da criança com deficiência física: reflexões sobre a clínica da terapia ocupacional**. São Paulo: Atheneu, 2003.

VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo, Ícone/EDUSP, 1988, 228p.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984, Cap. 1, 168p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL EM NEUROLOGIA				
SEMESTRE	6º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02=34hs	02=34hs	68hs	04	
EMENTA					
Estudo da sintomatologia geral da fisiopatologia das principais síndromes neurológicas. Avaliação, planejamento e tratamento na Terapia Ocupacional.Seleção dos métodos, técnicas e atividades terapêuticas ocupacionais.					
OBJETIVO					
Proporcionar ao aluno conhecimento básico em neurologia (nosologia, raciocínio topográfico, prognóstico e conduta terapêutica adequada). Habilitar para avaliar os aspectos motores, sensoriais, perceptuais, cognitivos, sociais e emocionais. Conhecer complicações neurológicas e as possibilidades de intervenção da terapia ocupacional.					
CONTEÚDO					
Unidade I: Lesões neurológicas.					
● Acidente Vascular Encefálico ● Doença de Parkinson ● Esclerose Lateral Amiotrófica e Esclerose Múltipla ● Traumatismo Cranioencefálico ● Lesão raquimedular ● Paralisia Cerebral					

Unidade II: Avaliação global e específica da Terapia Ocupacional.

- Áreas e contextos de desempenho.
- Componentes de desempenho: amplitude de movimento, força, tônus muscular, tipos de preensão, coordenação motora grossa e fina, equilíbrio, controle postural, sensibilidade, cognição.
- Instrumentos de Avaliação Padronizados.

Unidade III: Intervenção em Terapia Ocupacional nos três níveis de atenção.

- Referenciais teórico-metodológicos para a intervenção.
- Técnicas e recursos para intervenção: posicionamentos e transferências, Tecnologia Assistiva, Terapia por Contensão Induzida (TCI), Therasuit e Pediasuit, manipulações, entre outros.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos audiovisuais, e aulas em serviços de saúde.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

ANDEL, E. R. et. al. **Fundamentos da Neurociência**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

BOBATH, B. **Hemiplegia em adultos: avaliação e tratamento**, 3 ed. São Paulo: Manole, 2001.

DE CARLO, M. M. R. do P.; LUZO, M. C. de M. **Terapia ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares**. São Paulo: Roca, 2004.

CRUZ, D. M. C. da. **Terapia ocupacional na reabilitação pós-acidente vascular encefálico: atividades de vida diária e interdisciplinaridade**. São Paulo: Santos, 2012.

GRIEVE, J. **Neuropsicologia para Terapeutas Ocupacionais: evaluación de la percepción y cognición**. 2. ed. Madrid: Paramericana, 2000.

KATZ, N. **Neurociência, reabilitação cognitiva e modelos de intervenção em terapia ocupacional**. 3. ed. São Paulo: Santos, 2017.

LATHAM, C. A. T.; RADOMSKY, M. V. **Terapia Ocupacional para as Disfunções Físicas**. 6 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2013

MACHADO, A. B. M.; HAERTEL, L. M. **Neuroanatomia funcional**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

PEDRETTI, L. W.; EARLY, M. B. [Tradução Lúcia Speed Ferreira de Mello, Cláudio Assencio Rocha; Revisão Ângela Gonçalves Marx]. **Terapia Ocupacional: capacidades práticas**

para disfunções físicas. São Paulo: Roca, 2004.

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. **Controle motor**: teoria e aplicações práticas. 3. ed. Barueri: Manole, 2010.

TEIXEIRA, E. et al. **Terapia ocupacional na reabilitação física**. São Paulo: Roca, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL NO CICLO DE VIDA DA PESSOA IDOSA (*)				
SEMESTRE	6º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	02=34hs	02=34hs	68hs	04	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE					
EMENTA					
Conhecimentos ampliados, integrados e multidimensionais acerca do contexto do idoso (aspectos físicos, emocionais, sócioeconômicos, políticos e ocupacionais do envelhecimento). Atuação terapêutica ocupacional nos diferentes níveis de atenção à saúde.					
OBJETIVO					
Capacitar o aluno para a avaliar, planejar e atender a população idosa nos três níveis de atenção à saúde, sob a égide de uma perspectiva ampliada.					
CONTEÚDO					
Unidade I: Envelhecimento e fatores psicossociais que afetam a saúde: - Aspectos físicos, cognitivos, psicológicos, sociais e culturais. - Demências, quedas, sexualidade, entre outros. Unidade II: Envelhecimento e participação social. - Instituições de Longa Permanência (ILPI) Centro-Dia					

- Universidade da Terceira Idade

- Programas de Inclusão Digital

Unidade III: Avaliação global e específica da Terapia Ocupacional.

- Áreas e contextos de desempenho.
- Componentes de desempenho.
- Instrumentos de Avaliação Padronizados.

Unidade III: Intervenção em Terapia Ocupacional nos três níveis de atenção.

- Referenciais teórico-metodológicos para a intervenção.
- Técnicas e recursos para intervenção: reabilitação cognitiva, Tecnologia Assistiva, intervenção cognitivo-comportamental, trabalho com a família e cuidadores, promoção do envelhecimento ativo, cuidados paliativos, entre outros.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos audiovisuais, e aulas em equipamentos diversos.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

ABRANS, W. B.; BERKOW, R. **Manual merck de geriatria**. São Paulo: Rocca, 1995.

ALMEIDA, M. H. M. Validação do C.I.C.Ac: **Instrumento para Classificação de Idosos quanto à Capacidade para o Autocuidado**. São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

AMÂNCIO, A. **Clínica geriátrica**. São Paulo: Atheneu, 1985.

AZUL, L. S. **Clínica do indivíduo idoso**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

BUSSE, E. W. **Psiquiatria geriatria**. Colaboração de Dan G Blazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

FERRARI, M. A. C. - **Idade avançada**: nova preocupação da Saúde Pública. São Paulo: 1981. [Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Saúde Pública da USP]

FLORENZA, O. V.; CAMARELLI, P. **Neuropsiquiatria geriátrica**. São Paulo: Atheneu, 2001.

KATZ, N. **Neurociência, reabilitação cognitiva e modelos de intervenção em terapia ocupacional**. 3. ed. São Paulo: Santos, 2017.

LÓPEZ, B. P. **Terapia Ocupacional em geriatria**: 15 casos práticos. Colección Panamericana de Terapia Ocupacional. Madrid: Editora Panamericana, 2002.

NERI, A. L. **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papirus, 2001.

NERI, A. L. **Palavras Chaves em Gerontologia**. Campinas: Alínea, 2001.

PAPALÉO, N. M. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 1996.

TROMBLY, C. A.; RADOMSKY, M. V. **Terapia Ocupacional para disfunções físicas**. 5. ed. São Paulo: Santos, 2005.

	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE				
	Ficha de Disciplina				
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL NOS CONTEXTOS EDUCACIONAIS (*)				
SEMESTRE	6º SEMESTRE				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	34h	17h	68h	04	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE.					
EMENTA					
Envolvimento e participação efetiva em ocupações ou atividades no âmbito do contexto escolar. Áreas de desempenho ocupacional e atividades cotidianas nestes espaços, a saber: educação, brincar, lazer, participação social, Atividade da Vida Diária – AVD, Atividade Instrumentais da Vida Diária – AIVD, descanso e sono, preparação para o trabalho inserido no contexto da Terapia Ocupacional e vida com autonomia e independência. Conhecimento das Redes de Apoio. Ocupação, atividades e recursos terapêuticos. Processos de desenvolvimento e aprendizagem. Ergonomia cognitiva. Instrumentos de mensuração e avaliação relacionados ao contexto escolar. Recursos e dispositivos de Tecnologia Assistiva e comunicação. Avaliação, identificação, análise e intervenção nas demandas gerais de acessibilidade na escola que atenda a comunidade educativa.					
OBJETIVO					

Possibilitar a construção de Programas de Terapia Ocupacional em contextos educacionais com foco na otimização do desempenho ocupacional do estudante e sua relação com o contexto social em que se insere.

CONTEÚDO

O sistema educacional, a escola e a sociedade; Processos socioeducativos; A educação especial; Interface Terapia Ocupacional e Educação: a inclusão escolar, a promoção da saúde e as questões sociais; Tecnologia Assistiva e Inclusão Escolar;

METODOLOGIA

Aulas expositivas com uso de recurso audiovisual, apresentação e discussão de artigos em roda, aulas práticas em instituições educacionais.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo

duas de caráter teórico (NT) e duas práticas (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂ e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC_1 + NPC_2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

BARTALOTTI, Celina; DE CARLO, Marysia do Prado. Terapia Ocupacional e os processos educacionais. In: BARTALOTTI, Celina; DE CARLO, Marysia do Prado. (Orgs.). **Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e perspectivas** (pp. 99-116). São Paulo: Plexus, 2001.

BITTAR, M. A educação brasileira no século XX: um balanço crítico. In: FERREIRA Jr., A.; HAYASHI, C. R. M.; LOMBARDI, J. C. A educação brasileira no século XX e as perspectivas para o século XXI. Alínea Editora, 2012. p. 79-196.

BORBA, P. L. de O. et al. “*Best practices of occupational therapy in schools*” - uma resenha crítica e aportes para terapeutas ocupacionais no setor da educação. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 29, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoARF2136>>.

BRASILEIRO, J. G.; GONTIJO, D. T. Enfrentamento da violência virtual - cyberbullying na perspectiva de alunos e educadores de escola privada. **Debates em educação**, v. 13, p. 17-40, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO. **Resolução nº 500, de 26 de dezembro de 2018**. Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO. **Resolução nº 316, de 19 de julho de 2006**. Dispõe sobre a prática de Atividades de Vida Diária, de Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia Assistiva pelo Terapeuta Ocupacional e dá outras providências. Brasília: COFFITO. Disponível em: <<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3074>>.

DAYRELL, J. T. A escola como espaço sociocultural. In: ZAIDAN, S. **Iniciação à docência**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DUTRA, V. M. et al. Barreiras arquitetônicas e suas implicações no contexto escolar

para pessoas com deficiência física e visual em um projeto educacional do município de Belém (PA). **Rev. Interinst. Ter. Ocup.**, v. 2, p. 204-217, 2021.

FARIAS, M. N.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e Paulo Freire: uma revisão de escopo. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 30, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR22412958>>.

FOLHA, D. R. S. C.; DELLA BARBA, P. C. S. D. Classificação da participação de crianças em ocupações nos contextos escolares na perspectiva da terapia ocupacional. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 30, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO21962907>>.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONTIJO, D. T.; SANTIAGO, M. E. Terapia Ocupacional e pedagogia Paulo Freire: configurações do encontro da produção científica nacional. **Reflexão e Ação**, v. 26, p. 132-148, 2018.

JUCA, A. L.; GONTIJO, D. T.; VIEIRA, S. G. Contribuições freireanas para ações de Educação em saúde sexual e reprodutiva com adolescentes. **Revista Interterritórios**, v. 4, p. 109-130, 2021.

MONTEIRO, R. J. S. et al. DECIDIX: encontro da pedagogia Paulo Freire com os serious games no campo da educação em saúde com adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2951-2962, 2018.

PAN, L. C.; LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social na escola pública: uma análise da produção bibliográfica do METUIA/UFSCar. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 28, n. 1, p. 207-226, 2020.

PAN, L. C.; LOPES, R. E. Ação e formação da terapia ocupacional social com os jovens na escola pública. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 30, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO21252810>>.

PEREIRA, P. B.; BORBA, P. L. O.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a escola no Brasil. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 29, 2021. <Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2072>>.

PEREIRA, B. P.; LOPES, R. E. Por que ir à escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. **Educação e Realidade**, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./mar. 2016. <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00193.pdf>

ROCHA, Eucenir Fredini; BRUNELLO, Maria Inês Britto; SOUZA, Camila C. B.

Ximenes (orgs.). **Escola para todos e as pessoas com deficiência: contribuições da Terapia Ocupacional**. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

RODRIGUES, Adriano Conrado. **A Interface da Terapia Ocupacional no Contexto Multiprofissional da Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social**. São Paulo, 2018.

ROCHA, Eucenir Fredinni. A Terapia Ocupacional e as ações na educação: Aprofundando interfaces. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2007. v 18(3), 122-127. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v18i3p122-127>>

SAVIANI, D. et al. O legado educacional do século XX. In: SAVIANI, D. O legado educacional do longo século XX brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9-59. Disponível em: file:///C:/Users/User/Desktop/1%20Legado_Brasileiro_Saviani.pdf.

SOUZA, J. R. B.; BORBA, P. L. de O.; LOPES, R. E. Caminhos históricos da regulamentação dos *school-based occupational therapists* nos Estados Unidos da América. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1990>>.

TAVARES, E. B. G.; SOUTO, M. S. de.; FOLHA, D. R. S. C. A formação graduada de terapeutas ocupacionais para o campo da educação em Belém (PA). **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 4, p. 910-931, 2020.

VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

Documentário: “Pro dia Nacer Feliz” Direção e Roteiro: João Jardim, 2006. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nvsbb6XHu_I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL NAS DESVANTAGENS FUNCIONAIS E SENSORIAIS (*)				
SEMESTRE	6º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	02 = 34hs	01 = 17hs	68h	04	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE.					
EMENTA					
Intervenção terapêutica ocupacional junto às pessoas com desvantagens funcionais e sensoriais. Sistemas sensoriais e perceptivos. Principais funções auditivas, visuais, limitações que dificultam a inclusão na família, escola e na sociedade. Processos, mecanismos e integração sensorial. Avaliação, diagnóstico, raciocínio clínico e plano terapêutico ocupacional.					
OBJETIVO					
Capacitar o aluno de Terapia Ocupacional para intervir junto à pessoa com deficiência física e sensorial a partir da apropriação de conhecimentos quanto à problemática das pessoas com desvantagens e seus diferentes modelos assistenciais.					
CONTEÚDO					
Unidade I: Deficiências sensoriais: - Deficiências visuais e cegueira: definição, causas e prognóstico. - Deficiências auditivas e surdez: definição, causas e prognóstico - Cultura Surda. Unidade II: O desenvolvimento neuropsicomotor da pessoa com deficiência sensorial. - Intervenção precoce. Unidade III: Intervenção e participação social da pessoa com deficiência sensorial.					

- Referenciais teórico-metodológicos para a intervenção.
- Técnicas e recursos para intervenção: Tecnologia Assistiva, Orientação e Mobilidade, entre outros.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos audiovisuais, e aulas em serviços de saúde.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prática (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

BRUNO, M. M. G. **Desenvolvimento integral do portador de deficiência visual, da interação à integração escolar**. São Paulo: Ed. News York, 1993.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

FONSECA, V. **Educação especial: programa de estimulação precoce**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1995.

GOLDFIELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Babel, 2000.

JOCA, T.; MUNGUBA, M. C. Processos de resiliência de uma pessoa surda a partir das relações familiares estabelecidas. **Research, Society and Development**, v. 9, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7273>>.

LATHAM, C. A. T.; RADOMSKY, M. V. **Terapia Ocupacional para as Disfunções Físicas**. 6 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2013.

MARTIN, M. B. B.; SALVADOR, T. **Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos**. São Paulo: Ed. Santos, 2003.

NÓBREGA, J. D.; MUNGUBA, M. C.; PONTES, R. J. S. Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. **RBPS**, v. 30, n. 3, p. 1-10, 2017.

OLIVEIRA, S. M. et al. Jogos analógicos contextualizados à cultura surda - mediando a aquisição da libras como primeira língua por crianças surdas. **Bras. J. of Develop.**, v. 5, n. 7, p. 8674-8685, 2019.

SABOIA, L. L. et al. Terapia ocupacional e a estimulação precoce bilíngue para crianças surdas - relato de experiência. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 22, p. 406-411, 2014.

TEIXEIRA, E. et al. **Terapia Ocupacional na Reabilitação Física**. São Paulo: Roca, 2003.

NEISTADT, M.; CREPEAU, E. B. **WILLARD & Spackman Terapia Ocupacional**. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara – Koogan, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE				
SEMESTRE	6º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	04=68hs	00	68hs	04	
EMENTA					
Estudo dos modelos de gestão em serviços de saúde. Planejamento e gerenciamento dos serviços de saúde. Indicadores de resultado em Terapia Ocupacional. Co-gestão, educação permanente em saúde e humanização em saúde. Liderança, motivação, empreendedorismo, planejamento participativo e trabalho em equipe.					
OBJETIVO					
Apresentar ao aluno instrumentais básicos para planejar e administrar serviços de saúde e de Terapia Ocupacional. Relacionar as formas de produção de cada Instituição; desenvolver a capacidade de planejar a realização de um projeto de Terapia Ocupacional para uma Instituição.					
CONTEÚDO UNIDADE					
I – Fundamentos da Gestão em serviços de saúde					
- Bases filosófica, doutrinária e operacional definidas nas Leis no 8.080 e 8.142 de 1990. - Organização do Sistema e dos Serviços de Saúde - Estrutura organizacional e os eixos temáticos dos serviços de terapia ocupacional clínico, social e educacional					
UNIDADE II – Competências gerenciais					

- Gerenciando pessoas (cultura organizacional, liderança, motivação, equipe de trabalho, participação e ética).
- Liderança, Tipos de liderança: Autocrática, liberal e democrática.
- Perfil de liderança
- Gestão de conflitos e trabalho em equipe na Atenção Primária em Saúde

UNIDADE III – Modelos de gestão em serviços de saúde

- Histórico da gestão na saúde pública;
- Organização e financiamento do SUS;
- Princípios organizativos do SUS.
- Participação popular

UNIDADE IV – Planejamento e gerenciamentos dos serviços de saúde

- Hierarquização;
- Redes de Atenção em Saúde: Rede Cegonha, Rede de Urgência e Emergência, Rede de Atenção Psicossocial, Rede da Pessoa com Deficiência.
- Indicadores para o planejamento: perfil epidemiológico do território.

UNIDADE V – Gestão dos processos de trabalho

- Política Nacional de Humanização;
- Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

UNIDADE VI – Planejamento estratégico

- Missão, visão e valores da empresa;
- Definição do objetivo: como alcançá-lo?
- Definição de metas e indicadores;
- Montando um plano de ação.

UNIDADE VII – Gestão de recursos materiais e financeiros.

- Planejamento estratégico e captação de recursos materiais e financeiros
- Princípios, conhecimento sobre estratégias e fontes de captação de recursos e orçamento
- Funções do setor de suprimentos e compra de materiais.

UNIDADE VIII – Plano de Negócios

- Estrutura e processo do plano de negócios;-
Serviços em terapia ocupacional nos eixos clínico, social e educacional

METODOLOGIA

Aulas expositivas dialogadas do conteúdo teórico, com uso de recursos audiovisuais (data show), discussão em pequenos grupos para a contextualização da disciplina na prática.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a realização de trabalhos e apresentação de um plano de negócios ao final da disciplina. Os trabalhos irão compor a NPC₁ e o plano de negócios

a NPC₂. A MeNPC será a média das avaliações descritas anteriormente. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2}{2}$$

Para as notas parciais serão aplicadas duas provas, sendo uma escrita relativa ao conteúdo teórico e uma prova prática no laboratório, para a obtenção de uma média para cada nota parcial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, F. S. O. Plano de negócios: mais do que uma ferramenta, um aprendizado estratégico para o empreendedor. São Paulo, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Humanização: PNH. Brasília, 2013.

BRASIL. **A educação permanente entra na roda pólos de educação permanente em saúde.. Conceito e caminhos a percorrer.** Ministério da Saúde Brasília, DF – 2005.

CAMPOS, G. W. S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos:** a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em Instituições: método da roda. São Paulo: Hucitec, 2000.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando pessoas:** o passo decisivo para a administração participativa. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

_____. **Administração: teoria, processo e prática.** São Paulo: Makron Books, 1994.

HELOANI, R. **Organização do trabalho e administração:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez, 1999.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

DORNELAS, J. et al. Plano de negócios com o modelo CANVAS: guia prático de avaliação de ideias de negócio a partir de exemplos. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

FERREIRA, J. et al. Planejamento regional dos serviços de saúde: o que dizem os gestores? Saúde Soc., v. 27, n. 1, p. 69-79, 2018.

HASHIMOTO, M.; BORGES, C. Empreendedorismo: plano de negócios em 40 lições. 2. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

IBAÑEZ, N; VECINA NETO, G. Modelos de gestão e o SUS. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. Sup., p. 1831-1840, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL EM DERMATOLOGIA (*)				
SEMESTRE	7º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	02=34hs	01=17hs	68hs	04	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE.					
EMENTA					
Estrutura fisiológica da pele e principais afecções dermatológicas. Imagem corporal e autoestima. Identificação, avaliação e aplicação de métodos e técnicas terapêuticas ocupacionais em pacientes queimados e portadores de Hanseníase, no contexto do nível de atenção primária, secundária e terciária.					
OBJETIVO					
Subsidiar a aplicação de métodos e técnicas preventivas e compensatórias no tratamento biopsicossocial do portador de hanseníase e queimaduras objetivando adquirir conhecimento necessário para a intervenção nas questões relativas à imagem corporal, autoestima, identidade e estigma; identificar, avaliar e tratar nas diversas fases do processo.					
CONTEÚDO					
Unidade I: Estrutura da pele.					
Unidade II: Lesões dermatológicas:					

- Queimaduras

- Hanseníase

- Dermatoses ocupacionais

Unidade III: Avaliação global e específica da Terapia Ocupacional.

- Áreas e contextos de desempenho.
- Componentes de desempenho.
- Instrumentos de Avaliação Padronizados.

Unidade III: Intervenção em Terapia Ocupacional nos três níveis de atenção.

- Referenciais teórico-metodológicos para a intervenção.
- Técnicas e recursos para intervenção: posicionamento no leito, Tecnologia Assistiva, intervenção cognitivo-comportamental, entre outros.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos audiovisuais, e aulas em serviços de saúde.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZULAY, E; AZULAY, R. D. **Dermatologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2004.

BICHELL, C. **Compêndio de Dermatologia**. São Paulo: Ed. Atheneu.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária. Controle da hanseníase uma proposta de integração ensino e serviço. Rio de Janeiro, DNS, NUTES, 1989.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

GOMES, D. R. **Condutas Atuais de Queimaduras**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter Ltda, 2001.

KENDAL, P. F. **Músculos Provas e Funções**. São Paulo: Ed. Manole, 1990.

LATHAM, C. A. T.; RADOMSKY, M. V. **Terapia Ocupacional para as Disfunções Físicas**. 6 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2013

MENDES, R. **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Atheneu, 1995.

OPROMOLLA, D V. A. **Noções de hansenologia**. Bauru: Centro de Estudos Dr. Reunaldo Quagliato, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL NAS DISFUNÇÕES FÍSICAS(*)				
SEMESTRE	7º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	02 = 34hs	03 = 51hs	102h	06	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE.					
EMENTA					
Estudo teórico vivencial das patologias ligadas a trauma-reumo-ortopedia, destacando as práticas relativas à atuação da Terapia Ocupacional no processo de promoção da saúde, recuperação e reabilitação do indivíduo. Conhecimento das patologias músculo- esqueléticas, identificando suas características para uma correlação teoria/prática mais adequada; dos principais exames de imagem nas clínicas ortopédicas, reumatológicas e traumatológicas; do impacto das doenças sobre o desempenho ocupacional, o cotidiano e a qualidade de vida dos pacientes; do processo histórico da Terapia Ocupacional em trauma-reumo-ortopedia; avaliação, tratamento, abordagens e recursos em Terapia Ocupacional aplicados a trauma-reumo-ortopedia.					
OBJETIVO					
Conhecer as lesões ortopédicas, reumatológicas e traumatológicas mais frequentes; Conhecer os principais exames de imagem nas clínicas ortopédicas, reumatológicas, traumatológicas. Realizar avaliações, diagnóstico, plano de tratamento e intervenções terapêuticas ocupacionais.					
CONTEÚDO					

Unidade I: Lesões ortopédicas, reumatológicas e traumatológicas.

- Doenças reumáticas.
- Fraturas e amputações.
- Dor crônica e condições ortopédicas.

Unidade II: Avaliação global e específica da Terapia Ocupacional.

- Áreas e contextos de desempenho.
- Componentes de desempenho: amplitude de movimento, força, tônus muscular, tipos de preensão, coordenação motora grossa e fina, equilíbrio, controle postural.
- Instrumentos de Avaliação Padronizados.

Unidade III: Intervenção em Terapia Ocupacional nos três níveis de atenção.

- Referenciais teórico-metodológicos para a intervenção.
- Técnicas e recursos para intervenção: posicionamentos e transferências, Tecnologia Assistiva, Terapia por Contensão Induzida (TCI), Therasuit e Pediasuit, Conservação de Energia e Proteção Articular, entre outros.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos audiovisuais, e aulas em serviços de saúde.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional**: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

DAMS, J. C. **Manual de fraturas**: incluindo lesões articulares. Colaboração de David L. Hamblen. Traduzido por Regina Alfarano. 10. ed. [S.l.]: Artes Médicas, 1994.

DIAS, T. S.; RODRIGUES JUNIOR, J. L. Programa de reabilitação funcional para sujeitos com

sequelas de hanseníase. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 27, n. 3, p. 355-360, 2016.

EDMANS, J. et al. **Terapia Ocupacional e derrame cerebral**. São Paulo: Editora Santos, 2004.

FREITAS, P. P. - **Reabilitação da Mão**. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

LATHAM, C. A. T.; RADOMSKY, M. V. **Terapia Ocupacional para as Disfunções Físicas**. 6 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2013.

PEDRETTI, L. W.; EARLY, M. B. [Tradução Lúcia Speed Ferreira de Mello, Cláudio Assencio Rocha; Revisão Ângela Gonçalves Marx]. **Terapia Ocupacional: capacidades práticas para disfunções físicas**. São Paulo: Roca, 2004.

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. **Controle motor: teoria e aplicações práticas**. 3. ed. Barueri: Manole, 2010.

TEIXEIRA, E. et al. **Terapia Ocupacional na Reabilitação Física**. São Paulo: Roca, 2003.

VASCONCELOS, M. H. **Cinesioatividade**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1991.

NEISTADT, M.; CREPEAU, E. B. **WILLARD & Spackman Terapia Ocupacional**. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara – Koogan, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE MENTAL II (*)				
SEMESTRE	7 °				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	03 = 51hs	02 = 34hs	102hs	06	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE.					
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 7º semestre consiste no estudo da intervenção da Terapia Ocupacional junto às pessoas com sofrimento mental, transtornos mentais e dependência química. História do tratamento terapêutico ocupacional em saúde mental; pressupostos psicodinâmicos aplicados à Terapia Ocupacional. A rede de atenção psicossocial e os serviços substitutivos; redes de apoio social. Manejos técnicos de Terapia Ocupacional no atendimento em saúde mental. A equipe terapêutica em saúde mental; papéis e funções. Projeto terapêutico singular. A entrevista, a relação terapeuta/paciente, metodologias para o uso das atividades com pacientes crônicos e agudos. A disciplina propicia, a partir de atividades práticas e teóricas, a reflexão e construção do olhar para a experiência do sofrimento psíquico e dos pressupostos necessários para a intervenção de Terapia Ocupacional no campo da Saúde Mental.					
OBJETIVO					
Habilitar o aluno para a atenção terapêutica ocupacional junto às pessoas em sofrimento psíquico, transtornos mentais e dependência química no contexto das redes de atenção intersetoriais; Favorecer a compreensão do núcleo profissional da Terapia Ocupacional em interface com o campo da Saúde Mental.					

BIBLIOGRAFIA

BENETTON, J; **A Terapia ocupacional como instrumento nas ações de saúde mental**. Campinas, Tese de doutorado, UNICAMP, 1994.

CASTRO, G. G. A. et al. O significado das atividades grupais para usuários de um Centro de Atenção Psicossocial. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 1, n. 3, p. 332 - 352, 2017.

FERIGATO, S.; SILVA, M. C. Saúde mental e terapia ocupacional: a construção de um projeto terapêutico singular. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 24, n. 2, p. 379 - 386, 2016.

FOUCALT, M. **Doença mental e psicologia**. São Paulo: Tempo Universitário, sem data.

KAPLAN, H. I; SADOCK, B. J. **Compendio de psiquiatria**. Tradução de Psychiarty – Diagnosis & Theraty. São Paulo: Artes Médicas, 1990.

MATSUKURA, T. S.; SALLES, M. M. (Orgs). **Cotidiano, atividade humana e ocupação: perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

PAIVA, M. H. P. de; FRIZZO, H. C. F. Concepções de terapeutas ocupacionais acerca da linha do cuidado em saúde mental. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 20, n. 3, p. 393 - 401, 2012.

RIBEIRO, M. C.; MACHADO, A. L. A terapia ocupacional e as novas formas do cuidar em saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 19, n. 2, p. 72 - 75, 2008.

ROSA, P. O. Outra história do consumo de drogas na modernidade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 161 - 172, 2014.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T.; COSTA-ROSA, A. da. Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira. **Interface**, v. 21, n. 63, p. 845 - 856, 2017.

SILVA, C. R. et al. Mapeamento da atuação do terapeuta ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) do interior do estado de São Paulo. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 23, n. 2, p. 321 - 334, 2015.

SILVA, M. de N. R. M. de O. et al. Desenvolvendo e articulando a rede intersetorial para cuidado integral de usuários de drogas em contextos de vulnerabilidade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 145 - 152, 2014.

SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F. G. (org.). **Panorama atual de drogas e dependências**. 1. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL EM CONTEXTOS HOSPITALARES (*)				
SEMESTRE	7º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	02 = 34hs	01 = 17hs	68h	04	
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Ações extensionistas de acordo com o artigo 7º da Resolução nº 4476/2019 e o Guia de Curricularização da Extensão elaborado pela UECE.					
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 7º semestre que consiste no estudo da intervenção da Terapia ocupacional em Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos. O campo da produção do cuidado em saúde, a Terapia Ocupacional e as práticas no hospital e demais estruturas da rede especializada (CAPS, CEREST, Centros de Reabilitação, Instituto de Previdência, Casa do Idoso...). As origens e trajetórias da intervenção do terapeuta ocupacional no hospital geral e demais estruturas da rede especializada. A humanização da atenção, a Política Nacional de Humanização e a integralidade do cuidado na assistência hospitalar e na assistência nas suas demais estruturas da rede especializada. Reflexões relativas às questões do viver, do adoecer, do cuidar e ser cuidado e do estar internado. A atenção da terapia ocupacional nos diferentes espaços da estrutura hospitalar nas demais estruturas da rede especializada e diferentes programas. Dinâmica de atendimento no hospital e estruturas da rede. A terapia Ocupacional e os processos saúde-doença-cuidado dirigidos a pessoas de diferentes faixas etárias e quadros clínicos.					
OBJETIVO					
Conhecer as demandas decorrentes do processo de adoecimento e hospitalização e instrumentalizar o aluno para desempenhar a prática da terapia ocupacional, considerando o trabalho interdisciplinar em equipe multiprofissional.					
CONTEÚDO					
Unidade I: A história e evolução do cuidado hospitalar.					
• O hospital como equipamento de saúde. • Longa, média e breve permanência.					

- Políticas nacionais de atenção à saúde e hospitalar.

- Política Nacional de Humanização.

Unidade II: A atenção hospitalar.

- Rotina hospitalar.
- Enfermarias especializadas.
- Unidade de Terapia Intensiva e Semi-Intensiva.
- Impacto da hospitalização no cotidiano do interno e da família/cuidador.

Unidade III: Hospitalização e intervenção nos ciclos de vida.

- Referenciais teórico-metodológicos para a intervenção.
- Técnicas e recursos para intervenção.

Unidade IV: Cuidados paliativos.

- O adoecer, a terminalidade e a finitude.
- Cuidados Paliativos
- Intervenção do terapeuta ocupacional em cuidados paliativos.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de recursos audiovisuais, e aulas em serviços de saúde.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

ANGELI, A. do A. C. de.; LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S. M. O cotidiano, o lúdico e as redes relacionais: a artesanaria do cuidar em terapia ocupacional no hospital. **Interface** (Botucatu), v. 16, n. 40, p. 261-171, 2012.

BALLARIN, M. L. G. S. et al. Intervenções da terapia ocupacional com paciente hospitalizada: relato de experiência. **REFACS**, v. 6, n. 1, p. 117-122, 2018.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

CHAGAS, A. C. das N. et al. Sobre os propósitos das ocupações de pessoas em cuidados paliativos oncológicos em um contexto hospitalar. **REFACS**, v. 9, Supl 1., 190-201, 2021.

DE CARLO, M. M. R. do P.; LUZO, M. C. de M. **Terapia ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares**. São Paulo: Roca, 2004.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FRANCO, M. de P.; KUDO, A. M. Diagnóstico situacional e intervenções de terapia ocupacional em unidade de terapia intensiva onco-hematológica pediátrica. **REFACS**, v. 6, n. 1, 109-

116, 2018.

FRIZZO, H. C. F.; CORRÊA, V. A. C. Terapia ocupacional em contextos hospitalares: a especialidade, atribuições, competências e fundamentos. **REFACS**, v. 6, n. 1, p. 130-139, 2018.

GALHEIGO, S. M. et al. Exchanging knowledge within a community of practice: toward an epistemology of practice in Occupational Therapy paediatric hospital care. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 25, n. 3, p. 449-459, 2017.

LATHAM, C. A. T.; RADOMSKY, M. V. **Terapia Ocupacional para as Disfunções Físicas**. 6 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2013.

LINO, T. B.; JACOB, L. R.; GALHEIGO, S. M. O adoecimento crônico e o tratamento pelo olhar do adolescente: considerações com base em uma história de vida. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 29, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2128>>.

MAIA, J. T. de M. et al. Terapia ocupacional em uma clínica pediátrica cardiológica durante a pandemia de COVID-19: relato de experiência de uma residente. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 30, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE22372953>>.

PEDRETTI, L. W.; EARLY, M. B. [Tradução Lúcia Speed Ferreira de Mello, Cláudio Assencio Rocha; Revisão Ângela Gonçalves Marx]. **Terapia Ocupacional: capacidades práticas para disfunções físicas**. São Paulo: Roca, 2004.

PINHO, A. da C. C. de. et al. Sobre a forma de ocupar-se de cuidar de pessoas sob cuidados paliativos. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 27, n. 1, p. 118-126, 2019.

PORTELA, S. G.; GALHEIGO, S. M. Cuidados paliativos na atenção domiciliar: a perspectiva de terapeutas ocupacionais. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 23, n.1, p. 15-29, 2015.

RICCIOPO, M. R. P. L.; ALMOHALHA, L. A percepção materna sobre os sinais neurocomportamentais de bebês pré-termo internados na enfermaria pediátrica. **REFACS**, v. 6, n. 1, p. 35-44, 2017.

SEKI, N. H.; GALHEIGO, S. M. O uso da música nos cuidados paliativos: humanizando o cuidado e facilitando o adeus. **Interface** (Botucatu), v. 14, n. 33, p. 273-284, 2010.

SIMONATO, M. P.; MITRE, R. M. de A.; GALHEIGO, S. M. O cotidiano hospitalar de crianças com hospitalizações prolongadas: entre tramas dos cuidados com o corpo e as mediações possíveis. **Interface** (Botucatu), v. 23, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.180383>>.

TEIXEIRA, E. et al. **Terapia Ocupacional na Reabilitação Física**. São Paulo: Roca, 2003.

NEISTADT, M.; CREPEAU, E. B. **WILLARD & Spackman Terapia Ocupacional**. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara – Koogan, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL, SAÚDE E TRABALHO.				
SEMESTRE	7º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
Extensão	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
01=17hs	02 = 34hs	01 = 17hs	68hs	04	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 7º semestre que consiste no estudo do processo saúde-doença no trabalho, em diferentes contextos históricos, sócioeconômicos e culturais e a interface com a Terapia Ocupacional seus métodos, técnicas, abordagens e estratégias de intervenção na Saúde do Trabalhador e Ergonomia. A disciplina capacita o aluno a intervir em Saúde do trabalhador e Ergonomia.					
OBJETIVO					
Compreender o processo saúde-doença no trabalho, em diferentes contextos históricos, sócio-econômicos e culturais, utilizando a Terapia Ocupacional na elaboração de estratégias que favoreçam a qualidade de vida no ambiente laboral.					
CONTEÚDO					
Unidade I: Estudo do Trabalho					
● Centralidade do trabalho.					
● Trabalho e identidade.					
Unidade II: Saúde do Trabalhador					
● Processo saúde-doença no trabalho					

- Políticas Públicas e Epidemiologia.

- Psicodinâmica do trabalho

- Ergonomia

Unidade III: Trabalho e Participação Social

- Reabilitação Profissional

- Cooperativas de Trabalho e Economia Solidária.

METODOLOGIA

Aulas expositivas com uso de recurso audiovisual, apresentação e discussão de artigos em roda, aulas práticas em instituições.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas práticas (NPr), e a participação em sala de aula (NPa). A média

simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NPa. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NPa}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

BARROS, J. de O. et al. Intersetorialidade em saúde e trabalho no contexto atual brasileiro: utopia da realidade? **Interface** (Botucatu), v. 24, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.190303>>.

COLS, J. N. **LER: Dimensões ergonômicas e psicossociais**. Belo Horizonte: Health, 1997.

DALDON, M. T. B.; LANCMAN, S. Terapia ocupacional na vigilância em saúde do trabalhador. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 23, n. 3, p. 216 - 222, 2012.

FERREIRA JUNIOR, M. **Saúde do trabalho: temas básicos para o profissional que cuida do trabalhador**. São Paulo: Roca, 2000.

LANCMAN, S. **e Terapia Ocupacional**. São Paulo. ROCA. 2004.

LANCMAN, S. et al. Intersetorialidade na saúde do trabalhador: velhas questões, novas perspectivas? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4033-4044, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.27572018>>.

LANCMAN, S. et al. Precarização do trabalho e sofrimento psíquico: ação em psicodinâmica do trabalho em um serviço de farmácia hospitalar universitário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000006118>>.

LANCMAN, S.; BARROS, J. de O.; JARDIM, T. de A. Teorias e práticas de retorno e permanência no trabalho: elementos para a atuação dos terapeutas ocupacionais. **Rev. Ter.**

Ocup. Univ. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 101-108, 2016. Disponível em:

<<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i2p101-108>>

MAGALHÃES, L. V. **A dor da gente: representações sociais sobre lesões por esforço repetitivo**. São Paulo.1998.

PORTO, M. F. de S.; MARTINS, B. S. Repensando alternativas em Saúde do Trabalhador em uma perspectiva emancipatória. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, 2019.

RODRIGUES, D. da S.; NOGUEIRA, L. de F. Z.; SOUZA, M. B. C. A. de. Terapia ocupacional no campo do trabalho: a saúde e a sociedade contemporânea como questões necessárias na compreensão do trabalhador. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v. 4, n. 4, p. 568 - 579, 2020.

SILVA, M. G. **Saúde ocupacional: auto avaliação e revisão**. São Paulo: Atheneu, 2001.

ZILLI, C. M. **Manual de Cinesioterapia ginástica Laboral: uma tarefa interdisciplinar com ação multiprofissional**. São Paulo. Lovise.2002.

8º Semestre

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I				
SEMESTRE	8º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	0	30 = 510hs	510hs	30	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 8º semestre que consiste no Exercício da prática profissional, supervisionada a partir dos conhecimentos teórico- científicos da saúde coletiva e saúde da infância e da adolescência (sensorial, mental, neuropediátrico, hospitalar, trauma-reumo-ortopedia e dermatológico) no que se refere aos fundamentos da clínica em Terapia Ocupacional.					
OBJETIVO					
Possibilitar ao discente o aprofundamento dos conhecimentos previamente dispostos nos períodos anteriores por meio da supervisão do exercício prático da profissão e busca efetiva na integração teoria-prática.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
Bibliografias referenciadas nos planos de disciplinas no 6º e 7º período do curso.					

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - I				
SEMESTRE	8º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02=34hs	0	34hs	02	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 8º semestre Pesquisa científica. Elaboração, desenvolvimento e orientação de projetos de trabalho de conclusão do curso.					
OBJETIVO					
Habilitar o aluno no planejamento, elaboração e orientação de projetos de trabalho de conclusão do curso.					
BIBLIOGRAFIA					
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 231p.					
LEITE, J. A. A. Metodologia da elaboração de teses . São Paulo: McGraw-Hill DO Brasil, 1978.					

9º Semestre

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II				
SEMESTRE	9º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	0	30 = 510hs	510hs	30	
EMENTA					
Disciplina obrigatória, teórico-prática, ofertada no 9º semestre que consiste no exercício da prática profissional supervisionada a partir dos conhecimentos teórico-científicos de gerontologia, saúde do trabalhador e ergonomia e saúde do adulto (mental, neurológico, trauma-reumo-ortopédico, dermatológico e hospitalar) no que se refere aos fundamentos da clínica em Terapia Ocupacional.					
OBJETIVO					
Possibilitar ao discente o aprofundamento dos conhecimentos previamente dispostos nos períodos anteriores e busca efetiva na integração teoria-prática.					
BIBLIOGRAFIA					
Bibliografia referenciada nos planos de disciplina no 6º e 7º períodos do curso.					

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - II				
SEMESTRE	9º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Obrigatória
	02 = 34hs	0	34hs	02	
EMENTA					
Disciplina obrigatória teórico-prática, ofertada no 9º semestre Relatório de defesa do trabalho de conclusão do curso.					
OBJETIVO					
Habilitar o aluno para a elaboração do relatório final e defesa do trabalho de conclusão do curso.					
BIBLIOGRAFIA					
ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1999.					
BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica . São Paulo: Makron Books, 2001.					
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Metodologia científica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.					
_____. Técnicas de pesquisa . São Paulo: Atlas, 1982.					
LEITE, J. A. A. Metodologia da elaboração de teses . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.					

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 2000
RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência dos estudos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1988. 183 p.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
THOMPSON, A. Manual de orientação para o preparo de monografias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

17.2. Disciplinas Optativas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL, JUVENTUDES E ADOLESCÊNCIA				
SEMESTRE	A partir do 3º SEMESTRE				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	34	00	34	02	
EMENTA					
Disciplina optativa teórica que consiste possibilitar ao aluno o estudo das juventudes e adolescências e a interface com a Terapia Ocupacional, numa perspectiva da contemporaneidade.					
OBJETIVO					
Proporcionar uma construção crítico-reflexiva desse curso da vida, aproximando os alunos dessa população em seus diferentes contextos socioculturais, promovendo uma dialética entre os elementos teóricos e as realidades dos mundos juvenis.					
CONTEÚDO					
- Unidade I: Aspectos introdutórios: Puberdade, adolescência, juventude, geração e os enfoques teórico-metodológicos das áreas de psicologia e de sociologia.					

- **Unidade II:** Rede de assistência à criança e ao adolescente no Brasil:

Discussão do histórico da assistência à criança e ao adolescente no Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Juventude.

- **Unidade III:** Interseccionalidade e Juventude:

Elementos sociais, tais como: raça, gênero, classe social, redes sociais, entre outros.

- **Unidade IV:** Cenário de práticas:

Discussão de práticas sociais em: saúde mental, uso abusivo de álcool e outras drogas, pessoas com deficiência, sistema de justiça e terapia ocupacional social (jovens em conflito com a lei).

METODOLOGIA

A metodologia das aulas contará com vivências grupais, exploração de materiais audiovisuais, oficinas, apresentação de seminários, aulas expositivas.

AVALIAÇÃO

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.
- A avaliação se dará a partir dos seguintes pontos:

N1 - Participação em sala de aula: Leitura dos textos, discussão qualificada em sala de aula, realização das atividades propostas;

N2 - Seminário temático: Apresentação oral + Trabalho escrito;

$$NPC = (N1+N2)/2$$

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

BIBLIOGRAFIA

MARANTE, A., G., M.; SOARES, C., B., Adolescência no SUS: uma revisão bibliográfica, **Rev. Bras. Crescimento e Desenvolv. Hum.**, v. 17, n. 3, p. 154-159, 2007.

CASTRO, J., A.; AQUINO, L., M., C.; ANDRADE, C., C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf>.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, RUTH D.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento humano**. [Human development]. 12 ed. Porto Alegre, RS, AMGH, 2013. 880 p.

SILVA, C., R.; LOPES, R., E., Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas, **Cadernos de TO da UFSCar**, v.17, n. 2, p. 87-106, jul-dez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PAPALIA, DIANE E.; FELDMAN, RUTH DUSKIN, MARTORELL, G. **Desenvolvimento humano**. [Human development]. 12 ed. Porto Alegre, RS, AMGH, 2013. 880 p.

ERIKSON, E. H. **Identidade: juventude e crise**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987.322p.

LIBÓRIO, R M C; KOLLER, S H. **Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. 340 p. ISBN 978-85-7396-636-7

FREITAS, M., V. (Org.), **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**, São

Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>>. Acesso em: 04. Out. 2016.

AMARANTE, A., G., M.; SOARES, C., B., Adolescência no SUS: uma revisão bibliográfica, **Rev. Bras. Crescimento e Desenvolv. Hum.**, v. 17, n. 3, p. 154-159, 2007.

CASTRO, J., A.; AQUINO, L., M., C.; ANDRADE, C., C. (Org.), **Juventude e políticas sociais no Brasil**, Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf>

PAIS, J., M., **A construção sociológica da juventude - alguns contributos**, *Análise Social*, v.XXV n. 105-106, p. 139-165, 1990.

KIRCHHEIM, A.; SCHMIDT, J., P., **Quais políticas para quais juventudes?**, *Revista Direito e Práxis*, v. 5, n. 8, p. 28-48, 2014.

MOREIRA, J., O.; ROSÁRIO, A., B.; SANTOS, A., P. Juventude e adolescência: considerações preliminares, Psico, Belo Horizonte, v. 42, n. 4, p. 457-464, out-nov, 2011.

SILVA, C., R.; LOPES, R., E., Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas, Cadernos de TO da UFSCar, v.17, n. 2, p. 87-106, jul-dez, 2009.

TRANCOSO, A., E., R.; OLIVEIRA, A., A., S., Produção social, histórico e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas, Psicologia e Sociologia, v. 26, n. 1, p. 137-147, 2014.

WINNICOT, D.W. A Família e o desenvolvimento individual. Martins Fontes. 2005. 247.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	PSICOMOTRICIDADE				
SEMESTRE	4º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	01=17hs	01=17hs	34hs	02	
EMENTA					
Conceituação e histórico da Psicomotricidade e seu enfoque pedagógico. Conceituação e diferenciação de esquema, conceito e imagem corporal. Organização Neuro-Psicomotores da Praxis. Abordagem das funções psicomotoras. Distúrbios da visão e funções psicomotoras.					
OBJETIVO					
Proporcionar ao aluno o conhecimento dos aspectos da psicomotricidade nas atividades do cotidiano.					
CONTEÚDO					
Unidade I					
- Epistemologia da psicomotricidade. - Conceitos e vertentes psicomotoras clínica, relacional e educacional. - Desenvolvimento da Psicomotricidade segundo as teorias Psicogenéticas. - Fundamentos do desenvolvimento psicomotor: aspectos motores, relacionais e cognitivos.					
Unidade II					
- Abordagens pluridimensionais e interdisciplinares psicomotoras entre o corpo e o					

psiquismo.

- Avaliação psicomotora.

Unidade III

- Intervenção nos transtornos psicomotores.
- Oficinas, práticas e vivências lúdicas e corporais nos ciclos de vida.

METODOLOGIA

Aulas expositivas e com metodologias ativas para vivenciar as atividades lúdicas relacionadas aos fundamentos psicomotores.

AValiação

A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência.

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes que faltarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

- O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MeNPC + NEF}{2}$$

O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$MeNPC = \frac{NPC1 + NPC2 + NP_a}{2}$$

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, S. J. **Psicomotricidade, Educação e Reeducação**. Blumenau: Livraria

Acadêmica, 2000.

CABRAL, S. V. **Psicomotricidade Relacional: prática clínica e escolar**. São Paulo: Revinter, 2001.

COSTA, A. C. **Psicopedagogia e psicomotricidade: pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FONSECA, V. **Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FONSECA, V. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

LE BOULCH, Jean. **O corpo na escola no século XXI: práticas corporais**. São Paulo: Phorte, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	CORPO E SUBJETIVIDADE				
SEMESTRE					
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	34	00	34	02	
EMENTA					
Disciplina optativa teórica que aborda o tema da subjetividade a partir de elementos socioculturais e sua interface com o corpo. Possibilita um debate sobre o processo saúde-doença e sua relação com o corpo, incluindo as dimensões da saúde, adoecimento, medicalização, deficiências e estigma, além da análise do corpo numa perspectiva histórica e sociocultural. Enfoca a problemática da diversidade e seus impactos na conformação, significação e subjetivação do corpo.					
OBJETIVO					
Discutir a relação entre corpo e os processos de saúde, adoecimento e sofrimento nas sociedades contemporâneas.					
CONTEÚDO					
• O Corpo Na História E A História Do Corpo • Corpo E Filosofia					

- Corpo Como Objeto De Punição
- Corpo, Subjetividade E Arte
- O Corpo Na Mídia
- O Corpo E Questões Raciais
- O Corpo E Problemáticas De Gênero
- Medicalização Do Corpo E Da Vida
- Corpo, Estética E Sofrimento
- O Corpo E Sexualidade

METODOLOGIA

Utilização de aulas expositivas dialogadas, dinâmicas de grupo, material audiovisual e painéis integrados.

AVALIAÇÃO

A Avaliação será formada por duas notas que somadas serão divididas por dois.

NPC 1 Trabalho individual onde se aplicará aspectos teóricos da disciplina na análise de material publicitário sobre o corpo nas redes sociais e meios de comunicação.

NPC 2. Trabalho em equipe analisando dois filmes sobre transtornos alimentares aplicando aspectos teóricos da disciplina. serão utilizados os filmes: “Anorexia – A Ilusão da Beleza (2014)” e “O Mínimo para Viver (2017)”.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, N.C.; PEDROSO, M. F.; GUIMARÃES, R.B. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. Caderno Prudentino de Geografia, v. 3, n. 41, p. 09–24, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6435> >. Acesso em: 21 jul. 2020.

AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: As transformações das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BORIS, G. D. J. B.; CESÍDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Subjetividades** v. 7, n. 2, p. 451–478, 2007. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/1594> >. Acesso em: 4 abr. 2019.

CAMPOS, G. R.; FARIA, H. M. C.; SARTORI, I. D. Cultura da estética: o impacto do instagram na subjetividade feminina. **Cadernos de Psicologia**, v. 1, n. 2, 2020

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 117-142

GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2012. 192 p. (Coleção Corpo & Motricidade). ISBN 9788530802530.

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**. Campinas, Papirus, 2003.

_____. Experiências da dor. In: **Antropologia da dor**. São Paulo: FAP-Unifesp, 2013. p. 25-45.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MOREIRA, M. D.. A Construção da Imagem Corporal nas Redes Sociais: padrões de

beleza e discursos de influenciadores digitais. **Percursos Linguísticos**, Vitória (ES), v. 10, n. 25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/30680/21747>. Acesso em: 28 dez. 2021.

PINHEIRO, C. M. P.; WISSMANN, D.; FERRARELI, C.M. A. (des) construção do papel da mulher em campanhas publicitárias de cerveja: análise da campanha Reposter da Skol. **Ação Midiática–Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, v. 1, n. 14, p. 235–252, 2017.

SEVERIANO, M. F. V.; DO RÊGO, M. O.; MONTEFUSCO, É. V. R. O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. **Revista Subjetividades**, v. 10, n. 1, p. 137–165, 2016.

SONTAG, Susan.. **Doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2002

WOLF. Naomi. **O Mito da beleza**. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	ABORDAGENS GRUPAIS EM TERAPIA OCUPACIONAL				
SEMESTRE	5º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	02 = 34hs	02 = 34hs	68hs	04	
EMENTA					
Conceitos, histórico da utilização do dispositivo grupal, abordagem psicanalítica dos grupos; grupo operativo; os grupos na Terapia Ocupacional; grupos heterogêneos; critérios de formação de grupos terapêuticos. O grupo como instituição e nas instituições; O trabalho em grupo, Horizontalidade, Verticalidade e transversalidade nos grupos. Atividades, dinâmicas e vivências grupais em Terapia Ocupacional nas diversas áreas de atuação.					
OBJETIVO					
O aprendizado e a reflexão a cerca de um dos principais dispositivos das práticas na atenção em Terapia Ocupacional - o grupo. Discutir a constituição e o funcionamento dos pequenos grupos, compreensão dos processos grupais e a investigação de algumas das principais técnicas sobre grupos terapêuticos, utilizadas nas praticas em Terapia Ocupacional.					
CONTEÚDO					
Unidade I – Noções iniciais:					
Histórico dos grupos: família, instituição, grupos terapêuticos					

Unidade II – Desenvolvendo e aprofundando conceitos:

Experiência – grupo – grupalidade – rede – coletivo – oficinas;

Unidade III – Modalidades e planejamento

Oficinas e grupos terapêuticos; Economia Solidária; Processos grupais na Terapia Ocupacional; Relação com a atividade humana, com o fazer humano; redes, território e sua interface com a cidade.

Unidade IV – Cogestão de grupos e coletivos: trabalho em equipe

Métodos para análise e cogestão de coletivos;

Unidade V – Introdução às abordagens grupais

Aspectos introdutórios; Grupos operativos; Psicodrama; Teatro do Oprimido; Winnicott e grupalidade.

METODOLOGIA

A metodologia das aulas contará com vivências grupais, exploração de materiais audiovisuais, oficinas, apresentação de seminários e aulas expositivas.

AVALIAÇÃO

- É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina.

- A avaliação se dará a partir dos seguintes pontos:

N1 - Participação em sala de aula: Leitura dos textos, discussão qualificada em sala de aula, realização das atividades propostas;

N2 - Seminário temático: Condução prática de um grupo + Trabalho escrito;

$$NPC = (N1+N2)/2$$

- Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

BIBLIOGRAFIA

BION, W. R. **Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo**. 2. ed. São Paulo: Imago, 1975.

GRINBERG, Leon. **Psicoterapia de grupo: enfoque psicanalítico**. Colaboração de Marie Langer; Emilio Rodrigue. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

HOLZMANN, M. E. F. **Jogar é preciso: jogos espontâneo-criativos para família e grupos**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

MAXIMINO, Viviane S. **Grupos de atividades com pacientes psicóticos**. São José dos Campos: Univap, 2001.

MAXIMINO, V. S.; LIBERMANN, F. **Grupos e Terapia Ocupacional: Formação, Pesquisa e Ações**. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MELLO, F. J. **As idéias da Winnicott e o trabalho com grupos**. In: O ser e o viver: uma visão da obra de Winnicott. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985.

PAGES, M. **A vida afetiva dos grupos: esboço de uma teoria da relação humana**. 2.

ed. Petrópolis: Vozes, 1982. (Coleção Psicanálise).

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMADOR A.C.; CASTRO E.D. O Coletivo (com) Preguiça: encontros, fluxos, pausas e artes. Interface (Botucatu) 2016, vol.20, n.56 pp.267-280

BALLARIN, M. L. G. Abordagens grupais. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. Terapia Ocupacional fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

BALLARIN, M.L.G. Algumas reflexões sobre grupos de atividades em terapia ocupacional. In: PADUA, E. M. M.; MAGALHÃES, L. V. Terapia ocupacional: teoria e prática. Campinas: Papirus, 2003. p. 63-76

BRUNELLO, M.I.B. Terapia Ocupacional e grupos: análise da dinâmica de papéis em um grupo de atividade. São Paulo: Rev Ter. Ocup. USP, v. 13, n. 1, 2002.

CASTRO E.D; ASANUMAB GD; BARBOSA N. D, GHIRARDI M.I.G.
Agenciamentos coletivos na experimentação do PACTO Trabalho Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 163-170, 2013

CONSTANTINIDIS,T.C. Possibilidades e limites na constituição de um grupo de terapia ocupacional com pacientes psicóticos: uma leitura a partir de Pichon-Rivière. São Paulo: IPUSP. Mestrado; 2000.

FERIOTTI,M.L.Construção de identidade(s) em Terapia Ocupacional no contexto das transformações paradigmáticas da saúde e da ciência. In: PADUA, E. M.M. de Pádua; FERIOTTI, M.L. (Org.).

GALLETTI, M.C. Oficina em saúde mental: instrumento terapêutico ou intercessor

clínico? Goiânia: Ed. da UCG, 2004

JURDI A.P.S.; BRUNELLO M.I.B. Brincar em grupo: uma proposta de intervenção na clínica de terapia ocupacional com crianças. MAXIMINO, V. A & LIBERMAN, F. Grupos e Terapia Ocupacional: formação, pesquisa e ações. São Paulo: Summus, 2015, p.252-263

JURDI, A., SILVA, C. C., MILEK, G. M., & SIMONATO, M. Oficina de atividades para acompanhantes. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2014 jan./abr.;25(1):88-93.

LIMA, E. A. Clínica e criação: a utilização de atividades nas instituições de saúde mental. Clínica e criação: a utilização de Clínica e criação: a utilização de atividades em Instituições de Saúde Mental. São Paulo: PUC-SP, 1997 (a). Dissertação de mestrado.

LIMA, E. A. Um grupo de terapia ocupacional: tecendo vínculos, criando mundos. MAXIMINO, V. A & LIBERMAN, F. Grupos e Terapia Ocupacional: formação, pesquisa e ações. São Paulo: Summus, 2015, p 166-187

LIMA,E. A.; BRUNELLO MIB. Oficina de marcenaria: uma experiência de criação de mundos. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 3, n. 1, p. 71-83, Mar. 2000.

MAXIMINO, V. A & LIBERMAN, F. Grupos e Terapia Ocupacional: formação, pesquisa e ações. São Paulo: Summus, 2015.

MAXIMINO, V. A organização psicótica e a constituição do grupo de atividades – ou por que usar grupos como recurso terapêutico nas psicoses. São Paulo: Revista de Terapia Ocupacional da USP, v. 9/2, 1998.

MAXIMINO, V. Grupos de Atividades com pacientes psicóticos. São José dos Campos: Ed. UNIVAP. 2001. P. 23-74

PELBART, P.P. Elementos para uma cartografia da grupalidade.

ROSA, S. D., ROSSIGALLI, T. M., SOARES, C. M. Terapia Ocupacional e contexto familiar. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, Jan-Abr 2010, v. 18, n.1, p

7-17

SAMEA, M. O dispositivo grupal como intervenção. Rev. Ter. Ocup. USP, v. 19, n. 2, p. 85-90, maio/ago. 2008

SAMEA, M. Terapia ocupacional e grupos: em busca de espaços de subjetivação. São Paulo, 2002. 184 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

SARTI C.A. A família como ordem simbólica. Psicologia USP, 2004, 15(3), 11-28

Terapia Ocupacional e Complexidade: práticas multidimensionais. 1ªed. Curitiba - PR: EDITORA CRV, 2013. p. 43-70,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	Finitude Humana: o lidar e o Cuidar nos processos do Morrer				
SEMESTRE					
CURSO	Terapia Ocupacional				
CÓDIGO	Carga Horária				
	teórica	Prática	Total	Créditos	OPTATIVA
	04 = 68hs	0	68	04	
EMENTA					
Introdução: campo da tanatologia como disciplina científica. Aspectos Culturais e Históricos da Morte. Aspectos psicológicos, da morte, do morrer e dos processos de luto. A bioética nos processos da morte e do morrer. A equipe de saúde diante da morte. Cuidados paliativos, princípios e práticas. O papel do Terapeuta Ocupacional no cuidado de pessoas vivenciando a finitude.					
OBJETIVO					
Explicitar ao estudante um conjunto de definições sobre a ciência da tanatologia e dos cuidados paliativos, visando lançar luz sobre as possibilidades de exercício profissional do terapeuta ocupacional na equipe de saúde diante das situações de perdas, morte e morrer.- Tematizar aspectos sócio-históricos da morte com destaque sobre como as culturas ocidentais têm significado o processo da morte e do morrer bem como as vivências dos rituais de luto no transcorrer dos últimos séculos. Identificar campos de atuação em hospitais da rede pública e privada no manejo de cuidados paliativos e processos psicossociais de pacientes em terminalidade e suas famílias.					

CONTEÚDO

UNIDADE I

1) Introdução e histórico do campo da Tanatologia

1.1. Definição e compreensão do termo “Tanatologia” e o que essa ciência estuda

1.2. A contextualização da morte e do morrer através da História

1.3. Aspectos culturais da morte e do morrer .

UNIDADE II

2) Aspectos filosóficos e psicológicos da morte e do morrer

2.1. Reflexões existenciais sobre a vida e a morte.

2.2. O conceito de morte simbólica

2.3 O processo de luto.

UNIDADE III

3) A Morte nos ciclos vitais.

3.1 Infância,

3.2 Adolescência

3.3 Vida adulta

3.4 Velhice

3.5. Vivências Pessoais com os processos de perda, da morte e do morrer.

UNIDADE IV

4) Aspectos Bioéticos Contemporâneos

4.1 O conceito de Bioética

4.2 Definição dos conceitos de Distanásia, Eutanásia, Suicídio e Suicídio Assistido: Estudos de Caso

4.3 Humanização e Qualidade de Morte

4.4 Os impactos psicossociais de lidar com a morte

UNIDADE V

5) Cuidados Paliativos

5.1 O trabalho de Elisabeth Kubler-Hoss e Cicely Saunders

5.2 Princípios dos Cuidados Paliativos

5.3 Cuidados Paliativos: Hospitais, Hospices, Cuidado domiciliar e Atenção Básica

5.4 Terapia Ocupacional e Equipe Multidisciplinar

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas; Dinâmicas Grupais; debates em sala, estudos de caso, utilização de vídeos e painéis integrados.

AVALIAÇÃO

Realização de prova e trabalho de conclusão de disciplina, totalizando duas notas com o mesmo peso e divididas por dois.

BIBLIOGRAFIA

ANGERAMI-CAMON, V. A. (org.). **Ética na saúde**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002

ARIÈS, P. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARIÈS, P. **O Homem Diante da Morte**. São Paulo: EDUNESP, 2014

BECKER, E. **A Negação da Morte**. Rio De Janeiro: Record, 2015.

BOWLBY, J. **Apego e Perda**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

CARLO, M. M. R. P. & Kudo, A. M. **Terapia ocupacional em contextos hospitalares e cuidados paliativos**. São Paulo: Editora Payá, 2018

Chagas, A. C. N., Oliveira, L. S. M., Silva, V. S. M. & Corrêa, V. A. C. . Sobre os propósitos

das ocupações de pessoas em cuidados paliativos oncológicos em um contexto hospitalar. **REFACS**. 9(Supl. 1):190-201, 2021

ESSLINGER, I. **De quem é a vida, afinal – descortinando os cenários da morte no hospital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FRANKLIN, S. S. (ORG) **Cuidados Paliativos: Discutindo A Vida, A Morte e O Morrer**. São Paulo: Atheneu, 2008.

_____ (ORG) **Tratado Brasileiro sobre Luto**. São Paulo: Ateneu, 2014

GOMES LOPES, F.; SABINO PAIVA, G. .; FERNANDES FARIAS, N. .; SANTOS CASSIANO, I.; SILVEIRA PENHA, P. . Educação para a Morte: Formação em Tanatologia para Educação em Saúde. **Cadernos ESP**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 122–127, 2022

HENNEZEL, M.; LELOUP, J. **A arte de morrer**. São Paulo: Vozes, 1991.

KATESBAUM, R. & AISENBERG, R. (Orgs.) – **Psicologia da Morte**, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KOVACS, M.J. **Educação para a morte**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 25, n. 3, set. 2005

Kovács, M. J. Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. **Paidéia**. 18, n. 41 pp. 457-468, 2008

Kovács, M.J.A caminho da morte com dignidade no século XXI. **Revista Bioética**. v. 22, n. 1, pp. 94-104, 2014.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo : Martins Fontes, 2009.

MARCO AURÉLIO. **Meditações**. São Paulo: EDIPRO, 2019.

MENDONÇA, R. B. **A intervenção da terapia ocupacional nos projetos finais de vida em cuidados paliativos**. (Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional)—

Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MENEZES, R. A. **Em busca da morte: antropologia dos cuidados paliativos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

NASCIMENTO, W. M. S. do; MOREIRA, M. A. D. M.; BRAGA, A. P. M.; COSTA, A. C. B.; FREIRE, M. E. M.; COSTA, I. C. P. Produção científica em cuidados paliativos e terapia ocupacional: revisão de escopo. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, [S. l.], v. 12, p. 1368–1375, 2021.

PARKES, C. M. **Amor e Perda**. São Paulo: Sumus, 2009

RODRIGUES J.C. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006.

SÊNECA, L.A. **Edificar-se para a Morte**. Petrópolis, 2016

SERRALHA, C. A.; REIS, C. G.F.; MIAREL, A.. A compreensão da morte para crianças que vivenciaram grave adoecimento. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 73, n. 1, p. 70-86, abr. 2021

SIQUEIRA-BATISTA, R.; SCHRAMM, F. R. Eutanásia: pelas veredas da morte e da autonomia. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 1, p. 31-41, 2004

TORRES, W. C. **A criança diante da morte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

TREVISANA, A.R., RESKUA, S. ALMEIDA, W.D. A intervenção do terapeuta ocupacional junto às pessoas-hospitalizadas: adotando a abordagem dos cuidados paliativos **Cad. Bras. Ter. Ocup.** 27 (01) • Jan 2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL EM ATENÇÃO DOMICILIAR				
SEMESTRE					
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	34	00	34	02	
EMENTA					
Inclusão do Terapeuta Ocupacional no contexto familiar. Dinâmica familiar. Orientação familiar sobre o manejo do cotidiano do indivíduo. Orientação e supervisão de rotina. Adaptações do ambiente domiciliar. Fundamentos para a atenção domiciliar. Gestão do cuidado na atenção domiciliar. Terapia ocupacional e gerenciamento do cotidiano. Contextos práticos comuns da Terapia Ocupacional na atenção domiciliar: crianças, adultos, idosos.					
OBJETIVO					
Subsidiar aprendizados teórico-práticos para a Terapia Ocupacional no contexto domiciliar.					
BIBLIOGRAFIA					
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.					

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	LIBRAS				
SEMESTRE					
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	34	00	34	02	
EMENTA					
Introdução ao estudo da Linguagem Brasileira de Sinais (aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez). Identidade e cultura da comunidade surda. Estudo da ética, de valores sociais e humanitários; campos da língua portuguesa e da linguística. Leitura e produção de textos. Linguagem corporal. Fundamentos linguísticos de Libras. Fundamentos da educação dos surdos.					
OBJETIVO					
Favorecer o domínio básico da linguagem brasileira de sinais como ferramenta auxiliar a prática profissional em prol da inclusão social.					
CONTEÚDO					
Legislação referente ao ensino de Libras					
Aspectos históricos da educação de surdos no Brasil					
Libras e sua estrutura.					
Sinais básicos da Libras					
Surdez e linguagem					
Ensino Prático de Libras					

METODOLOGIA
Aulas expositivas dialogadas Apresentação de seminários Trabalhos em equipes
AVALIAÇÃO
A avaliação dos estudantes levará em conta os seguintes critérios: assiduidade e eficiência. - É necessário obter frequência igual ou acima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. Portanto, serão reprovados os estudantes faltarem a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do conteúdo da disciplina. - Será aprovado o estudante que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC) igual ou superior a 7,0 (sete). Portanto, o estudante que obtiver, na média aritmética entre as NPC, nota igual ou superior a 4,0 (igual) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. - O estudante submetido ao exame final deverá obter uma nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo a MF calculada pela seguinte fórmula: $MF = MeNPC + NEF2$ O critério de eficiência será avaliado mediante a aplicação de quatro provas, sendo duas de caráter teórico (NT) e duas prático (NPr), e a participação em sala de aula (NP_a). A média simples das primeiras NT e NPr comporão a primeira NPC, e a média simples das segundas NT e NPr comporão a segunda NPC. A MeNPC será a média simples da NPC₁, da NPC₂- e da NP_a. Desta forma, a MeNPC será calculada utilizando-se a seguinte fórmula: $MeNPC = NPC1 + NPC2 + NP_{a2}$
BIBLIOGRAFIA
BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais
Libras e dá outras providências

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CAPOVILLA, F. **Dicionário trilingue de libras**. São Paulo: USP, 2001.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, C.B, F. de; SANTOS, L.F. dos (orgs). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e Educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2013.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. reimpr. Porto Alegre: Artmed, 2007.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 126.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

OLIVEIRA, Luiza de Fátima Medeiros de. Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: Dp&A, 2003. _____. (org.). Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 110.

THOMA, A. da S.; KLEIN, M. (org.). **Currículo e avaliação: a diferença surda na escola**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	INTRODUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO				
SEMESTRE					
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	03 = 51hs	01 = 17hs	68hs	04	
EMENTA					
A articulação entre os conceitos de empreendedorismo e inovação. O mundo em mudança e o espírito empreendedor. A mudança nas organizações e nas pessoas a partir da chamada terceira revolução tecnológica. Caminhos da mudança. A vertente do empreendedorismo. Causas do empreendedorismo. O que é empreendedor e empreendedorismo? Fundamentos conceituais da teoria do empreendedorismo e inovação.					
OBJETIVO					
O objetivo da disciplina é capacitar o aluno no desenvolvimento de iniciativas voltadas para o empreendedorismo. Espera-se que ao final do curso o aluno desenvolva sua capacidade empreendedora. O aluno estará apto para desenvolver atividades empreendedoras por meio do trabalho em equipe, capacidade de comunicação e inovação.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
Tópicos Introdução ao empreendedorismo Oportunidades: reconhecimento e criação de oportunidades					

Uso da imaginação na criação de novos negócios. O que é inovação? O que é empreendedorismo? Design thinking & projeto da inovação (produto, serviço, processo) Introdução ao modelo de negócios: conceitos, cases, abordagens de projeto de modelos de negócios Operações empreendedoras Fontes de recursos
METODOLOGIA
Aulas expositivas e dialogadas com uso de Datashow ou pincel e quadro branco. Aulas práticas com a possibilidade de visitas a Incubadora da UECE e outras universidades, Parque de Desenvolvimento Tecnológico e Empresas Juniores da UECE de outros cursos. 1. Planejamento e pesquisa sobre necessidades de clientes e mercado do profissional terapeuta ocupacional 2. Planejamento e pesquisa sobre tecnologias e opções tecnológicas alinhadas com a terapia ocupacional 3. Planejamento e pesquisa sobre modelos de negócio, tipologias e arquiteturas 4. Visitas a startups no campus da UECE 5. Visitas a incubadoras de empresas no campus da UECE ou outras 6. Visitas a aceleradoras 7. Trabalho especial de estruturação de um projeto de um startup 8. Trabalho especial de desenvolvimento de um protótipo de uma inovação 9. Conjunto de leituras fundamentais sobre teorias, conceitos e ferramentas do empreendedorismo.
AVALIAÇÃO
As avaliações serão através de provas teóricas, provas práticas, seminários, trabalhos de acordo com os critérios adotados pelo docente e apresentados aos alunos no início do semestre letivo.
BIBLIOGRAFIA
Abreu, Aline França de; Rezende, Denis Alcides. Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais. São Paulo: Editora Atlas, 2006. BARON, R. A. E SHANE, S. A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Thomson Learning, 2007. Dornelas, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações já estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. Drucker, P. F. Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. Grando, Nei (org.). Empreendedorismo inovador: como criar startups de tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora Évora, 2012. Gomes, L. A. de V., Salerno, M. S., Phaal, R., & Probert, D. R. (2018). How entrepreneurs manage collective uncertainties in innovation

ecosystems. *Technological Forecasting and Social Change*, 128, (March 2018), 164–185. Huchzermeier, A., & Loch, C. H. (2001). Project Management Under Risk: Using the Real Options Approach to Evaluate Flexibility in R & D. *Management Science*, 47(1), 85–101. HURLEY, Robert F.; HULT, G. Tomas M. Innovation, market orientation, and organizational learning: an integration and empirical examination. *The Journal of marketing*, p. 42-54, 1998. Knight, F. H. (1921). *Managing Interdisciplinary, Longitudinal Research Teams: Extending Grounded Theory-Building Methodologies*. Ries, E. *The lean startup: How today's entrepreneurs use continuous innovation to create radically successful businesses*. New York, NY: Crown Books: 2011. Salerno, M. S. & Gomes, L. A. V. *Gestão da inovação mais radical*. Elsevier: 2018. Sarasvathy, S. D. (2001) Causation and effectuation: towards a theoretical shift from economic inevitability to entrepreneurial contingency. *Academy of Management Review*, 26/2: 243-263. Sommer, S. C., & Loch, C. H. (2004).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	TERAPIA OCUPACIONAL: POÉTICAS E RESISTÊNCIAS NOS ESPAÇOS DA CIDADE				
SEMESTRE	5º				
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	02=34hs	00=00	00	02	
EMENTA					
Consiste no estudo das contribuições da Terapia Ocupacional junto às populações atendidas pela profissão e suas relações com os diferentes espaços da cidade, na produção de cuidado e cidadania. Introdução aos estudos urbanos. As relações de poder e os mecanismos de exclusão social. Cidadania e o direito à cidade. Produção de subjetividade na cidade. Mobilidade urbana. Barreiras arquitetônicas, sociais e atitudinais. Teorias das territorialidades. A prática dos espaços urbanos. Ações de Terapia Ocupacional nos cenários urbanos. Desigualdade social, periferias e favelas. Estéticas do urbano: intervenções artísticas e culturais. Performances nos espaços da cidade. A cidade na Rede de Atenção Psicossocial. Acompanhamento terapêutico. Cotidiano e atividade humana. Pretende-se, com a disciplina, produzir vivências e experiências práticas entre os alunos e os espaços urbanos, especialmente no que se refere a produção de ações que importem à terapia ocupacional.					
OBJETIVO					

Facilitar uma maior compreensão sobre as relações de poder, o funcionamento dos mecanismos de exclusão social e como estes acontecem nos espaços urbanos; identificar as barreiras que dificultam ou impossibilitam o acesso dos diversos públicos atendidos e acompanhados pela terapia ocupacional nos espaços sociais públicos; produzir reflexões e discussões críticas sobre as desigualdades sociais; Explorar a interface de outras linguagens (teatro, produções audiovisuais, arte-performance, cinema, etc.) na prática dos espaços urbanos, na produção de convívio social; Reflexões sobre os processos de enfrentamento à exclusão social e sobre o processo de emancipação social das diferentes populações no diálogo com a cidade.

CONTEÚDO

Módulo I – Aspectos introdutórios.

- Introdução aos estudos urbanos;
- Aspectos históricos da formação das cidades e periferias brasileiras;
- Desigualdade social e o funcionamento dos mecanismos de exclusão social nos espaços urbanos;

Módulo II – Cartografia de conceitos

- Teorias da territorialidade – diferentes perspectivas teóricas sobre o conceito de território e territorialidade;
- Espaços e lugares;
- As relações de poder no tecido urbano;
- A prática dos espaços: redimensionamento do urbano.

Módulo III – A cidade e suas complexidades.

- Direito à cidade;
- Cidadania e terapia ocupacional;
- Barreiras de acesso: arquitetônicas, sociais, atitudinais, etc;

Módulo IV - Cartografias da cidade.

- Cotidianos urbanos;
- Mobilidade urbana;
- Saúde mental, espaço urbano e terapia ocupacional.
- Acompanhamento terapêutico e a prática da terapia ocupacional.

Módulo V – Convivência e sociabilidade: operadores para a terapia ocupacional.

- Arte e cultura na interface com os espaços urbanos;
- As grupalidades extramuros;
- Caminhada como atividade humana;
- Intervenções urbanas em Terapia ocupacional;

METODOLOGIA

Os métodos aplicados para ministrar as aulas e repassar os conteúdos dispostos no programa curricular da disciplina podem ser:

Aulas expositivas e dialogadas: almejando quebrar a postura passiva dos alunos, por meio da introdução de questionamentos a serem respondidos pelos mesmos, dinamizando a atividade em sala de aula, enquanto discorre sobre determinado assunto durante algum tempo, a fim de explanar aos alunos um determinado conteúdo.

Em sala de aula também poderão ser empregadas estratégias de aprendizagem e metodologias ativas de ensino superior em saúde, como por exemplo: Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP que serão baseadas na resolução de problemas relacionados à prática profissional do curso.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos”. No § 2º determina-se que: “O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de

frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1o – “*Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)*”.

§ 2o – “*O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)*”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

AMARANTE, Paulo; TORRES, Eduardo Henrique Guimarães. “De volta à cidade, sr. Cidadão!” – Reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v.52, n.6, p. 1090-1107, nov/dez. 2018

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro: Genocídio – 60 mil Mortos no mair hospício do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BIANCHI, P. C., MALFITANO, Ana Paula S. Território e comunidade na terapia ocupacional brasileira: uma revisão conceitual. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n.2, p. 621-

639, maio, 2020

CARRIL, L. Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania. Ed. Anablume; Fapesp, São Paulo, 2006, p.257

CEARÁ, A. de T.; DALGALARRONDO, P. Jovens pichadores: perfil psicossocial, identidade e motivação. Psicologia USP, São Paulo, v.19, n.3 Julho/setembro, p. 277-293, 2008.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Ed vozes, Petrópolis: RT, 2012.

COELHO, G. Monstros, Rojões, Bambus, Bolas e o Fundão: Encantarias em performances de uma juventude rueira. Ver. Bras. Estud. Presença, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 197-218, abr/jun 2018

CORREIA, R. L., & Gonçalves, M. V. (2021). Terapia ocupacional e o direito à cidade. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 29, e2757. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoARF2082>.

CORREIA, RL, Akerman M. Desenvolvimento local participativo, rede social. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2015 jan./abr.;26(1):159-65.

FERIGATO, Sabrina Helena. Cartografia dos centros de convivência de Campinas: Produzindo redes de encontros. 2012. 248 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas da UniCamp. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. A Hermenêutica do Sujeito. Curso dado no Collège de France, 1981-1982. São Paulo: Martins Fontes, 2006

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes: 2008

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. Posfácio de Daniel Defert. [tradução

Salma Tannus Muchail]. São Paulo: n-1 Edições, 2013

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. Estudos Avançados, 2013b, vol.27, n.79, pp. 113-122

GALHEIGO, Sandra Maria. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto históricosocial. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

GROS, Frédéric. Caminhar, uma filosofia. Tradução: Lília Ledon da Silva. São Paulo: É Realizações, 2010. 222 p

INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. São Paulo: Vozes, 2015.

KEHL, L. Breve Histórico das Favelas. São Paulo: Editora Claridade, 2010

LEÃO, Adriana; SALLES, Mariana Moraes. Cotidiano, reabilitação psicossocial e território. In: MATSUKURA, Thelma Simões; SALLES, Mariana Moraes (Orgs.) Cotidiano, atividade humana e Ocupação: Perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental. São Carlos: EdUFSCar, 2016. Cap. 3, p.61-76.

LEFEBVRE, H. O direito à Cidade. São Paulo: Ed. Centauro, 5ªed. 2008

GONÇALVES, M. V., & MALFITANO, A. P. S. (2021). O conceito de mobilidade urbana: articulando ações em terapia ocupacional. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 29, e2523. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoARF1929>.

PASTERNAK, S; OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: Avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. Cad. Metrop., São Paulo, v.18, n.35, p. 75-99, abr 2016.

PEREIRA, A B. As marcas da cidade: A dinâmica da pixação. Lua Nova, São Paulo v.79, p.143-162, 2010

RIBEIRO, Mara Cristina; MACHADO, Ana Lúcia. A Terapia Ocupacional e as novas formas

do cuidar em saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 19, n. 2, p. 72-75, maio/ago. 2008.

ROTELLI, Franco. Re-habilitar la re-habilitación. 1993. Disponível em: http://www.exclusion.net/images/pdf/47_comoq_riabilitare_es.pdf. Acessado em: 27 jul. 2020.

SANTOS, M.. Metamorfoses do Espaço Habitado. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013. 176p.

TAVARES, S. M. G.; ALBERTINI, P.. Moradia e corporeidade em espaços liminares: um estudo sobre formas de subjetividade na favela Paidéia, v.15,n.31, p. 299-308, 2005.

VALLADARES, L. do P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 3a ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ZALUAR, A; ALVITO, M. Um Século de Favela. 5ª ed; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	CROMOLOGIA: CORES E ARTE NO CONTEXTO DA SAÚDE				
SEMESTRE					
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	1 = 17h	1 = 17h	34h	2	
EMENTA					
Disciplina optativa teórico-prática, que visa o entendimento da cor ao longo da história geral, com especial ênfase em sua relação com as Artes. O estudo será abordado a partir de uma perspectiva multidisciplinar, tanto em seus aspectos físicos, fisiológicos, culturais, quanto artísticos. Desenvolverá o estudo dos principais modelos cromáticos e suas percepções e interpretações, atendendo a usos e costumes em diversos âmbitos simbólicos, com especial destaque dos que o aluno ou aluna possa aportar. Exercícios práticos com cores, assim como trabalhos de desenvolvimento das potencialidades criativas e de inovação, tanto desde o plano individual, como em grupo.					
OBJETIVO					
Proporcionar ao aluno conhecimentos e promover reflexões sobre a importância das cores e das artes, conectando aspectos físicos e culturais. Relacionar os conhecimentos fisiológicos com aspectos cromáticos, culturais e artísticos. Desenvolver a compreensão da subjetividade e a empatia. Abordar criativamente problemas e desafios.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. O que é a cor?					

- 1.1. Como ela é criada?
- 1.2. Percepção, sensação, estímulo
- 1.3. Estrutura do sistema visual
- 1.4. O fenômeno da refração
- 1.5. Ilusões ópticas como indicativo das limitações da percepção
- 1.6. O processo de visão da cor
2. Características da cor.
 - 2.1. Tom, saturação e luminosidade
 - 2.2. A cor como experiência individual e coletiva.
 - 2.3. A cor como fator ambiental.
 - 2.3.1. Usos e funcionalidades das cores em ambientes de interiores
3. A cor nas cronologias.
 - 3.1. Na história da ciência.
 - 3.2. Nos usos e costumes.
 - 3.3 Na história da Arte e nos universos simbólicos.
4. Trabalhos práticos com cores.
 - 4.1 Modelos de representação das cores.
 - 4.1.1. Modelo tridimensional.
 - 4.2. Jogos cromáticos.
- 5 Prática criativa
 - 5.1. Experienciando as cores e desenvolvendo a criatividade.

METODOLOGIA

Aulas: expositivas; práticas (com pintura, demonstrações empíricas e experiências) e dialogadas (discussões, debates e questionamentos).

Material didático: Datashow; pincel e quadro branco; tintas e círculo cromático.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “*A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos*”. No § 2º determina-se que: “*O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina*”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “*Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo*”.

O Art. 112 também aponta que: “*as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)*”.

§ 1º – “*Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete)*”.

§ 2º – “*O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3º – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)*”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

- AKIKO, Santos; SOMMERMAN, Américo. (Org.). Complexidade e transdisciplinaridade. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- ALBERTS, Josef. A interação da cor. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- AUSTIN, J. L. Sentido e Percepção. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BALL, Philip. La invención del color. Madrid: Turner Publicaciones S.L., 2003.
- BARROS, Lilian Ried Miller. A cor no processo criativo: Um estudo sobre a Bauhaus e a teoria de Goethe. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- BATCHELOR, David. Cromofobia. Madrid: Editorial Síntesis, S.A.
- BRUSATIN, Manilo. Historia de los colores. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A., 2006.
- COHEN, Jonathan; MATTHEN, Mohan (editors). Color Ontology and Color Science. Cambridge (Massachusetts): The MIT Press, 2010.
- CRICK, Francis. A hipótese espantosa. Lisboa: Instituto Piaget: 1990.
- CUASANTE, José María G. El color de la pintura. Madrid: Ediciones Tursen S.A., 2008.
- FARINA, Modesto. Psicodinâmica das cores em comunicação. 2ª ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1990.
- FINEMAN, Mark. The Nature of Visual Illusion. Mineola (N.Y.): Oxford University Press, 1996.
- FRASER, Tom; BANKS, Adam. O guia completo da cor: Livro essencial para a consciência das cores. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- GAGE, John. A Cor na Arte. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- GAGE, John. Colour and Meaning: Art, Science and Symbolism. London: Thames & Hudson Ltd., 2013.
- GIERE, Ronald N. Scientific Perspectivism. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- GOETHE, Johann Wolfgang Von. Teoría de los Colores. Madrid: Consejo General de la Arquitectura Técnica de España, 2008.
- GUIMARÃES, Luciano. A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2000.
- HELLER, Eva. A psicologia das cores. Como as cores afetam a emoção e a razão. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

KANDINSKY, Wassily. De lo espiritual en el arte. 5ª ed. Barcelona (ES): Barral Editores, 1986.

KUHN, Thomas S. La estructura de las revoluciones científicas. México DF: Fondo de Cultura Económica, 2013.

KUPPERS, Herald. Fundamentos de la Teoría de los Colores. 2ª ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.

LE BRETON, David. Antropologia dos Sentidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NEWTON, Isaac. Óptica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Epistemologia e educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PASTOUREAU, Michel. Dicionário das Cores do nosso tempo. Simbólica e sociedade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

PASTOUREAU, Michel; SIMONNET, Dominique. Breve historia de los colores. Barcelona (Espanha): 2006.

PEDROSA, Israel. Da cor à cor inexistente. 10ª ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

POPPER, Karl Raymund. Conjeturas y refutaciones: El desarrollo del conocimiento científico. Barcelona: Espasa Libros, 2015.

SANZ, Juan Carlos. Lenguaje del color. Madrid (Espanha): Ediciones Akal, 2009.

SCHIFFMAN, Harvey Richard. Sensação e Percepção. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Observaciones sobre los colores. Barcelona: Paidós, Editorial Espasa Libros S.L.U., 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE					
Ficha de Disciplina					
DISCIPLINA	NEUROCIÊNCIA APLICADA A REABILITAÇÃO				
SEMESTRE					
CURSO	TERAPIA OCUPACIONAL				
CÓDIGO	CARGA HORÁRIA				TIPO
	Teórica	Prática	Total	Créditos	Optativa
	03 = 51hs	01 = 17hs	68hs	04	
EMENTA					
Disciplina optativa, teórico-prática, que se caracteriza pelo estudo teórico e prático dos mecanismos de neuroplasticidade do sistema nervoso humano e suas aplicações no desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas, desempenho de atividades da vida diária e recuperação funcional em pacientes com lesões ou doenças do sistema nervoso. A disciplina proporciona ao aluno, a fundamentação teórico-prática necessária para a prática clínica baseada em evidências nas diversas áreas de atuação da Terapia Ocupacional no que se refere a avaliação e reabilitação do desempenho ocupacional sob a ótica do sistema nervoso.					
OBJETIVO					
Proporcionar ao aluno conhecimentos sobre os aspectos anamotofisiológicos da reorganização estrutural e funcional do sistema nervoso mediante estimulação funcional e condições clínicas específicas como lesões e doenças.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
UNIDADE I – NEUROANAMOTOFISIOLOGIA APLICADA					
- Neuroanatomia clínica: O que a Ciência diz sobre Doenças e Alterações Morfológicas no Sistema Nervoso? - Métodos de Estudo por Imagem do Sistema Nervoso - Métodos de Investigação Clínica e Funcional do Sistema Nervoso					

UNIDADE II – O CÉREBRO E O AMBIENTE

- Neuroplasticidade e os seus mecanismos
- Neuroplasticidade positiva e negativa
- Habilidades Cognitivas e Habilidades Motoras
- Funções perceptivas e cognitivas e atividades da vida diária

UNIDADE III – NEUROCIÊNCIA APLICADA A RECUPERAÇÃO E READAPTAÇÃO FUNCIONAL

- Acidente vascular cerebral
- Lesões traumáticas cerebrais
- Microcefalia e Paralisia Cerebral
- Trauma raquimedular
- Doenças de Parkinson e outros distúrbios do movimento
- Doenças neuromusculares
- Doença de Alzheimer e outros tipos de demência
- Sequelas neurológicas da COVID-19

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas com uso de Datashow ou pincel e quadro branco. Aulas práticas com a possibilidade de utilização dos Laboratórios de Anatomia e de Microscopia de acordo com o critério do docente.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 110 do Regimento da UECE: “A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos”. No § 2º determina-se que: “O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina”.

O parágrafo único do Art. 111 define que “Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas: a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre; b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo”.

O Art. 112 também aponta que: “as diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez)”.

§ 1º – “Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0

(sete) ”.

§ 2o – “O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. § 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco) ”.

Desse modo, durante o decorrer da disciplina poderão ser abordados, a depender da escolha docente, instrumentos avaliativos distintos, tais como: provas escritas individuais, de caráter subjetivo e/ou objetivo; prova prática; relatórios; seminários; construção de mapas mentais; estudos dirigidos; resolução de situações-problema; outros. A escolha dos instrumentos avaliativos e de suas respectivas pontuações ficará a critério do docente responsável pelo componente curricular no referido semestre.

BIBLIOGRAFIA

CARPINTER, A. **Neuroanatomia funcional**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

CHUSID. **Neuroanatomia correlativa e neurologia funcional**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1990.

DUUS, P. **Diagnostico topográfico em neurologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1985.

LUNDY-EKMAN, L. **Neurociência: fundamentos para a reabilitação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

MACHADO, A.B.M. **Neuroanatomia Funcional**. Rio de Janeiro. Ed. Atheneu. 3a ed., 2014.

GUYTON, A.C. e Hall J.E.– **Tratado de Fisiologia Médica**. Editora Elsevier. 13ª ed., 2017.

KANDEL, E.R. **Princípios de Neurociências**. Porto Alegre Ed. MC HILL 5a. Edição 2014.

18 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A Biblioteca Central da UECE conta com instalações adequadas para estudos individuais e grupais, disponibilidade de acesso ao acervo e à rede mundial de computadores e sistema de informatização, contudo conta em seu acervo com poucos volumes dedicados à Terapia Ocupacional.

Ao longo da implementação do curso será necessário solicitar à Biblioteca Central a

compra dos livros no Apêndice C. Esta demanda, no entanto, está sendo suprida em parte com o recebimento em doação³ privada de cento e sessenta e sete (167) exemplares (Apêndice 1) específicos da área da Terapia Ocupacional a serem entregues para a indexação na referida biblioteca.

Quanto aos periódicos específicos, nacionais e internacionais, será necessária a assinatura de no mínimo cinco (5), a saber: Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, *American Journal of Occupational Therapy*, *Canadian Journal of Occupational Therapy*, *British Journal of Occupational Therapy*, *Occupational Therapy International*.

Em sinal de agradecimento e reconhecimento pela valorosa contribuição prestada ao Curso e à UECE pela terapeuta ocupacional Ana Soraia, o Curso nomeará sua sala de estudo com seu nome.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS (ABRATO)
Carta ao Conselho Nacional de Educação. Plenária de encerramento do VII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional. Porto Alegre, 05 out. 2001. 1p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto-Lei n. 938, de 13 de outubro de 1969. Provê sobre as profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 out. 1969. Seção I, p. 3658.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior/SESu. Comissões de Especialistas de Ensino/CEE. Comissão de Especialistas de Ensino de Terapia Ocupacional/CEETO. **Padrão Mínimo de Qualidade para Cursos de Terapia Ocupacional.** Brasília, 1997/1999.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Resoluções nº 08**, Regulamenta o exercício profissional da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional

³ Por ocasião da Aula Inaugural o Curso recebeu da terapeuta ocupacional Ana Soraia... uma doação de quatro caixas de livros contendo 167 volumes, compondo um rico acervo para a biblioteca própria do curso.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Resolução n.º 425**, Dispõe sobre o código de ética das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

BRASIL. Ministério da Educação. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO CNE/CES 6, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Reformulação do currículo mínimo dos cursos de fisioterapia e terapia ocupacional**. Parecer n. 622/82. Brasília, 1982.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA INTERMINISTERIAL MS/MEC Nº 2.101, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2005. **Institui o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró-Saúde - para os cursos de graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia**. Brasília, 2005

CLATO. CONFEDERACIÓN LATINOAMERICANA DE TERAPEUTAS OCUPACIONALES. **Lineamientos para la formación de terapeutas ocupacionales en Latinoamérica**. 2000.

COFFITO. **Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br/site>>

DIAS, H. S.; LIMA, L.D.; TEIXEIRA, M.A. A Trajetória Nacional da Política de Reorientação da Formação Profissional em Saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**. 18(6):1613-24, 2013.

FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GRUPPEN, L.D., MANGRULKAR, R.S; KOLARS, J.C. A promessa da educação baseada em competências nas profissões da saúde para melhorar a saúde global. **Hum Resour Health**, 2012.

INTERNATIONAL BUREAU OF EDUCATION-IBE-UNESCO. A conceptual framework for competencies assessment. La ed Geneva, Switzerland: International Bureau of Education, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNESCO). Comitê de Educação. Policy paper for change and development in higher education. 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Declaração de Alma-Ata. 1978. Disponível em: <<http://www.who.int/hpr/archive/docs/almaata.html>>. [Acesso em ago. 2002].

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Health and welfare Canada. Canadian Public Health Association. **Ottawa Charter for Health Promotion**. Ottawa, 1986.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Increasing the relevance of education for health professionals**: Report of a WHO Study Group on problem-solving education for the health professions. Genebra, 1993.

WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS. **Revised minimum standards for the education of occupational therapists**. 2002. (Versão em espanhol: Normas mínimas revisadas para la formación de terapeutas ocupacionales, 2002).

WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS. **Entry level competencies for occupational therapists**. 2008.

ALMEIDA, A. Diretrizes Curriculares: delineando novos paradigmas. **Revista de Ensino de Engenharia** (ABENG), 1998.

COSTA, Marly de Abreu. Programa UERJ de Formação de Professores para o Ensino Básico: Os Cursos de Licenciatura em Questão. In: SOUZA, Donaldo Bello de & FERREIRA, Rodolfo. (orgs.). **Bacharel ou Professor?** O Processo de Reestruturação dos Cursos de Formação de Professores no Rio do Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. Formação de Professores no Brasil: perspectivas para os próximos anos. In: SOUZA, Donaldo Bello de & FERREIRA, Rodolfo. (orgs.). **Bacharel ou Professor?** O Processo de Reestruturação dos Cursos de Formação de Professores no Rio do Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); disponível em: <http://portal.mec.gov.br>; acessado em 18/11/2019;

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; disponível em: <http://inep.gov.br/sinaes>; acessado em 18/11/2019;

Lei Nacional de Estágio, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; disponível em: <http://portal.mec.gov.br>; acessado em 18/11/2019;

Lei Estadual nº 16.197/2017; disponível em: <http://www.ce.gov.br>; acessado em 18/11/2019;

Resolução de nº 742-94, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE; disponível em: <http://www.uece.br/resoluções>; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 3451/2012 - CEPE, de 27 de abril de 2012; disponível em: www.uece.br/resoluções; acessado em 18/11/2019;

Resolução CEE nº 439-2012 credenciamento e credenciamento das universidades do Sistema Estadual de Ensino; disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br>; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 3560/2013 - CEPE, de 02 de setembro de 2013; disponível em: <https://www.uece.br/resoluções>; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 3907/2015 - CEPE, de 23 de outubro de 2015; disponível em: <https://www.uece.br/resoluções>; acessado em 18/11/2019;

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 Curricularização da Extensão; disponível em: <http://portal.mec.gov.br>; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 4309/2018 - CEPE, de 08 de outubro de 2018; disponível em: <https://www.uece.br/resoluções>; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 4363/2019 - CEPE, de 04 de fevereiro de 2019; disponível em: <https://www.uece.br/resoluções>; acessado em 18/11/2019;

Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018; disponível em: <http://portal.mec.gov.br>; acessado em 18/11/2019

APÊNDICES 1

TÍTULO DO LIVRO / PERIÓDICO	Nº DE EXEMPLARES	FONTE DE RECURSO
OLHARES EXPERIÊNCIAS DE CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. 2009	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
A CRIANÇA EXCEPCIONAL DIAGNOSTICO E TRATAMENTO. 2º EDIÇÃO/ 1982	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
SAÚDE LOUCURA Nº 1 2º EDIÇÃO	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
SAÚDE LOUCURA Nº 7 SAÚDE MENTAL E SAÚDE DA FAMÍLIA. 2º EDIÇÃO AUMENTADA	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
TERAPIA OCUPACIONAL PARA DISFUNÇÃO FÍSICA. 2º EDIÇÃO	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES CRÔNICOS RELACIONADO AO TRABALHO. 2000	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
SAÚDE, TRABALHO E TERAPIA OCUPACIONAL. 2004	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
ESQUIZOFRENIA – DOIS ENFOQUES COMPLEMENTARES. 1999	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
GRUPOS DE ATIVIDADE COM PACIENTES PSICÓTICOS. 2001	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
UMA BASE NEUROFISIOLÓGICA PARA O TRATAMENTO DA PARALISIA CEREBRAL.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
NEUROCIÊNCIA – FUNDAMENTOS PARA REABILITAÇÃO. 2º EDIÇÃO/ 2004	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
TERAPIA OCUPACIONAL 2011 3º EDIÇÃO/2004 9º EDIÇÃO/ 2002	03	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
FERRAMENTAS PARA A PRÁTICA EM TERAPIA OCUPACIONAL. 2007	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____
TERAPIA OCUPACIONAL – UM ENFOQUE DISCIPLINAR. 2005	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público _____

DE ALZHEIMER: UM OLHAR O ENFOQUE MULTIDISCIPLINAR. 2011	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
REFLEXÕES SOBRE A CLÍNICA DA TERAPIA OCUPACIONAL. 2003	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
O MODELO LÚDICO 3ª EDIÇÃO/ 2006	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
TERAPIA OCUPACIONAL EM REABILITAÇÃO. 4ª EDIÇÃO	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
EDUCAÇÃO ESPECIAL 2ª EDIÇÃO -REVISTA E AUMENTADA/1995	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
MANUAL DE OBSERVAÇÃO PSICOMOTORA. 1995	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
REABILITAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA – TEORIA À PRÁTICA. 2006	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
DOENÇA DE PARKINSON – UM GUIA PRÁTICO PARA PACIENTES E FAMILIARES. 2000	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
TRATADO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA 2002	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
TERAPIA OCUPACIONAL – METODOLOGIA E PRÁTICA. 2008 2ª EDIÇÃO/2013	02	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
TRILHAS ASSOCIATIVAS – AMPLIANDO SUBSÍDIOS METODOLÓGICOS A CLÍNICA DA TERAPIA OCUPACIONAL. 2006	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL NO BRASIL. 1996	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
PSICOMOTRICIDADE: FILOGÊNESE, ONTOGÊNESE E RETROGÊNESE. 1998	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
A RECREAÇÃO NA TERAPIA OCUPACIONAL PEDIÁTRICA. 2002	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
TERAPIA OCUPACIONAL – CAPACIDADES PRÁTICAS PARA AS DISFUNÇÕES FÍSICAS. 5ª EDIÇÃO/2005	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público
AACD – MEDICINA E REABILITAÇÃO (PRINCIPAIS PRÁTICAS). 2007	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público

CUIDADOS PALIATIVOS – TERAPIA OCUPACIONAL E INTERDISCIPLINAR. 2007	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL – UM ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO E SOCIAL. 2003	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. 2006	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
MANUAL DE SAÚDE MENTAL. 3º EDIÇÃO/2001	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
MODELOS TEÓRICOS UTILIZADOS NA PRÁTICA DA TERAPIA OCUPACIONAL. 1993	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL NO BRASIL 2001	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
OCUPOTERAPIA 1982	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
CASA SEGURA- MANUAL DE ORIENTAÇÃO. 2012	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL NA COMPLEXIDADE DO SUJEITO. 2003 2º EDIÇÃO REVISADA E AMPLIADA/2013	02	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
CASOS, MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS EM TERAPIA OCUPACIONAL. 2005	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL PESQUISAS QUALITATIVAS. 2009	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
NEUROPSIQUIATRIA GERIÁTRICA 2000	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
CAMINHO DA INCLUSÃO 2011	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
RELAÇÃO TERAPÊUTICA PACIENTE. 2º EDIÇÃO/1999	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
DICIONÁRIO DE TERAPIA OCUPACIONAL 4º EDIÇÃO/2006	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL GUARDADOS DE GAVETAS E OUTROS GUARDADOS. 2005	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.

LOGOS DIRIGIDOS PARA GRUPOS, RECREAÇÃO E AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICAS. 33ª EDIÇÃO/2007	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
DESENVOLVIMENTO NORMAL E SEUS DESVIOS NO LACTENTE. 1987	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
PARALISIA CEREBRAL ASPECTOS PRÁTICOS. 2ª EDIÇÃO/2001	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL NA REABILITAÇÃO FÍSICA. 2003	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL. 2011	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
REPRESENTAÇÕES CORPORAIS DE DOENTES MENTAIS INSTITUCIONALIZADOS: UM OLHAR EM TERAPIA OCUPACIONAL. 2001	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
SE ESSA CASA FOSSE NOSSA 2001	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
CADERNOS DE TERAPIA OCUPACIONAL. ANO XI- Nº 1 SETEMBRO/1999 ANO XVI- Nº 1 OUTUBRO/2004 ANO VII OUTUBRO/ 1995	04	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
SUPERDOTADOS E PSICOMOTRICIDADE. 2ª EDIÇÃO /1992	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
PSICOTERAPIA OCUPACIONAL 1995	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL DIFERENTES PRÁTICAS EM HOSPITAL GERAL. 2009	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
FUNDAMENTOS PARA A PRÁTICA EM TERAPIA OCUPACIONAL. 3ª EDIÇÃO /2003	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
DESINSTITUCIONALIZAÇÃO 2ª EDIÇÃO/2001	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
O AUTISMO SOB O OLHAR DA TERAPIA OCUPACIONAL. 2009	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
A QUANTAS ANDA A INCLUSÃO 2011	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
PSICOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL. 1998	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.

AS DA PORTA QUE SE ABRE	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2ª EDIÇÃO/2008		
A REFORMA PSIQUIÁTRICA NO COTIDIANO.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2001		
TERAPIA OCUPACIONAL – VIVÊNCIAS DE SANTA CATARINA	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2013		
LEGISLAÇÃO SOBRE O IDOSO	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
3ª EDIÇÃO/2013		
OS PEQUENOS GRUPOS – PARTICIPAÇÃO E ANIMAÇÃO.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2012		
SERIE USANDO A CABEÇA MEMÓRIA-VOL 1	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2005		
SAÚDE MENTAL E ARTE PRÁTICAS, SABERES E DEBATES.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2012		
DISTÚRBIOS PSIQUIÁTRICOS DA CRIANÇA.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
3ª EDIÇÃO/1987		
LOUCOS PELA VIDA – A TRAJETÓRIA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2ª EDIÇÃO/1995		
AVALIAÇÃO CLÍNICO-NEUROLÓGICA DE RECÉM-NASCIDOS SUBNUTRIDOS E NORMAIS E SEU DESENVOLVIMENTO.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2002		
L.E.R – DIMENSÕES ERGONÔMICAS E PSICOSSOCIAIS	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
1998		
TERAPIA OCUPACIONAL PARA DISFUNÇÕES FÍSICAS.	02	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
5ª EDIÇÃO/2005 6ª EDIÇÃO/2013		
A CRIANÇAS EM DESENVOLVIMENTO.	02	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
3ª EDIÇÃO/1984 9ª EDIÇÃO/2003		
PSICOPATOLOGIA E SEMIOLOGIA DOS TRANSTORNOS MENTAIS.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2000		
MEDICINA DE REABILITAÇÃO-PRINCÍPIO E PRÁTICAS – VOU 02	02	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
1992		
REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
4ª EDIÇÃO/2004		

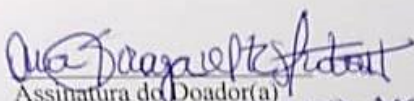
MUNDO DAS IMAGENS	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
1ª EDIÇÃO/2001		
CADERNOS DE TERAPIA OCUPACIONAL DA UFSCAR. VOL-18 Nº 1 JAN/ABRIL 2010 VOL -19 Nº 2 MAI/AGOS 2011	02	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
DEMÊNCIAS E TRANSTORNOS COGNITIVOS EM IDOSOS.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2006		
NEUROLOGIA PARA O NÃO ESPECIALISTA.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
4ª EDIÇÃO/2003		
O CAMPO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
1997		
INTERFACES – TERAPIA OCUPACIONAL COM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2010		
RASCUNHOS DA LOUCURA	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2001		
MEMORIA	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2002		
NEUROPSICOLOGIA EM TERAPIA OCUPACIONAL	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2ª EDIÇÃO/2005		
SAÚDE MENTAL NO HOSPITAL GERAL- ESPAÇO PARA O PSÍQUICO.	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2ª EDIÇÃO/1997		
CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
Nº 35/2001		
PRINCÍPIOS PARA UMA CLINICA ANTIMANICOMIAL	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
1997		
CORPO E ARTE EM TERAPIA OCUPACIONAL	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
2004		
FISIOTERAPIA – TRATAMENTO PROCEDIMENTOS E AVALIAÇÃO	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
1983		
PSICOTERAPIA DE GRUPO – UM GUIA	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TRILHAS ASSOCIATIVAS	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
1999		

TERAPIA OCUPACIONAL – TEORIA E PRÁTICA 2003	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL REABILITAÇÃO VASCULAR ENCEFÁLICO. 2012	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
PSIQUIATRIA SOCIAL E REFORMA PSIQUIÁTRICA 1994	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
O BRINCAR NA TERAPIA OCUPACIONAL. 2012	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
INTERVENÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL 2008	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL LÓGICA DO CAPITAL OU DO TRABALHO 1991	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INCLUSÃO SOCIAL 2011	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
ATENDIMENTO AO QUEIMADO 2004	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
DIMENSÕES DO ENVELHECER 2004	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
PENSAR E INVENTAR-SE: TERAPIA OCUPACIONAL COMO CLÍNICA DOS AFECTOS. 2011	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
O TESTE DO DESENHO COMO INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO DE PERSONALIDADE 18ª EDIÇÃO- 1989	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL DERRAME CEREBRAL 2004	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
MEMÓRIA - NA PRÁTICA DA TERAPIA OCUPACIONAL E DA FONOaudiologia 2012	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
GERONTOLOGIA - A VELHICE E O ENVELHECIMENTO EM VISÃO GLOBALIZADA 2002	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
DEMÊNCIA ENFOQUE MULTIDISCIPLINAR 2011	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.

FUNDAMENTOS, CLÍNICA E TERAPÊUTICA 2000	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL REABILITAÇÃO E CONTEXTOS HOSPITALARES. 2004	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DA MÃO. 1984	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
MUSEU DIDÁTICO DE IMAGENS LIVRES 1997	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
O DESPERTAR DO BEBE 1987	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
BIZU- FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL 2004	02	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
LINHA DE CUIDADO PARA PESSOA COM ATENÇÃO AS PESSOAS COM TRANSTORNOS DE ESPECTROS DO AUTISMO E SUAS FAMÍLIAS NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. 2013	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
PRÁTICA BASEADA NO CLIENTE NA TERAPIA OCUPACIONAL 2003	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL PRÁTICAS EM ONCOLOGIA 2010	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TERAPIA OCUPACIONAL E A TERCEIRA IDADE 2007	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
PROVAS DE FUNÇÃO MUSCULAR 4ª EDIÇÃO/1981	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
ESTIMULAÇÃO DE LINGUAGEM E DA MEMÓRIA. 2010	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
REABILITAÇÃO EM DOENÇAS NEUROLÓGICAS 2003	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
TECENDO REDES EM SAÚDE MENTAL DO CERRADO 2009	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.
SAÚDE AMBIENTE E GESTÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE- CAPACITAÇÃO A DISTÂNCIA 2002	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público.

AMBIENTE E GESTÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – GUIA DO ESTUDANTE 2002	01	(X) recurso do doador () doação de terceiros () recurso público,
--	----	--

Fortaleza/CE, 25 de junho de 2019


Assinatura do Doador(a)
Nome: ADA SORAIA MORAIS R. STUDART
CPF: 426608403-00
Telefone: 991905576

Assinatura da Diretora Geral da Biblioteca
ANA NÉRI BARRETO DE AMORIM
Matrícula nº

Av. Paranjana, 1700 – Itaperi – Fortaleza – Ceará
Fones (85) 31019685 - 31019688 - 31019689
Fax (85) 31019690 - e-mail: bibliot@uece.br – Portal: www.uece.br/biblioteca



ANEXO A –
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
RESOLUÇÃO Nº 953/2013-CONSU, DE 05 DE ABRIL DE 2013
ESTABELECE NORMAS SOBRE A ELEIÇÃO DOS COORDENADORES E
VICE
COORDENADORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UECE.
O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE, no uso de

suas

atribuições legais e estatutárias, e **considerando**: o disposto nos artigos 50 e 51 do Estatuto da FUNECE/UECE, aprovado pelo Decreto Estadual Nº 25.966, de 24 de julho de 2000, e publicado no Diário Oficial do Estado de 26 de julho de 2000; a necessidade de definição de procedimentos e critérios a serem observados na Eleição dos Coordenadores e Vice-Coordenadores dos Cursos de Graduação da UECE;

RESOLVE, AD REFERENDUM DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO:

Art. 1.º - Para cada Curso de Graduação, com formação em Licenciatura Plena, Bacharelado ou em ambas as modalidades, haverá apenas um Coordenador e um Vice-Coordenador, independentemente do número de habilitações, do número de alunos ou de turnos em que sejam oferecidas as disciplinas do Curso.

Art. 2.º - Os corpos docente e discente da UECE serão convocados, mediante Edital do Reitor para participarem da Eleição dos Coordenadores e Vice-Coordenadores dos Cursos de Graduação a que estão vinculados.

Parágrafo Único - A eleição de que trata este artigo, será coordenada por Comissão Eleitoral designada para este fim e realizada no dia e horário estabelecido no Edital respectivo, processando-se em escrutínio secreto, com votação uninominal, somente sendo possível o voto em um candidato a Coordenador de Curso de Graduação, com o respectivo candidato a Vice-Coordenador com ele registrado.

Art. 3.º - As inscrições para candidato a eleição a Coordenador e de Vice-Coordenador serão efetuadas no período indicado no respectivo Edital, deverão ser

formuladas em requerimento conjunto dos candidatos aos dois cargos, escrito e assinado pelos postulantes e entregue no local que for estabelecido no Edital de convocação.

§ 1.º - Somente será permitida uma recondução ao cargo de Coordenador e ViceCoordenador de Curso de Graduação.

§ 2.º - Somente poderão ser candidatos na eleição para os cargos referidos neste artigo, os Professores da Carreira de Magistério Superior da FUNECE, que sejam integrantes do quadro permanente, mesmo que em estágio probatório, e satisfaçam, simultaneamente, as seguintes condições:

$$C_i = \frac{70VP_i}{P} + \frac{30VA_i}{A}$$

I. Estar em efetiva atividade no sistema FUNECE/UECE e constar nos registros do Departamento de Pessoal da FUNECE (DEPES/FUNECE) como vinculado à coordenação do Curso do qual pretende ser candidato e lotado na Unidade de Ensino em cuja estrutura organizacional o Curso pertença;

II. Não estar afastado para Curso de Pós-Graduação ou de Pós-Doutorado;

III. Não estar exercendo, no âmbito do sistema FUNECE/UECE, atividade de coordenação

de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Acadêmico;

IV. Não estar afastado para exercer cargo ou função em órgão fora do sistema FUNECE/UECE;

V. Não estar em gozo de licença médica ou para trato de interesse particular;

VI. Não estar afastado para fins de aposentadoria.

§ 3.º - O registro da candidatura ao cargo de Coordenador deverá obrigatoriamente ser acompanhado do nome de seu candidato a Vice-Coordenador, ambos sendo sufragados conjuntamente, no mesmo escrutínio, e o voto que for destinado ao Coordenador será automaticamente atribuído ao candidato a Vice-Coordenador com ele registrado.

§ 4.º - Somente serão computados os votos atribuídos aos candidatos inscritos, considerando-se nulos os que não atendam a esta condição.

Art. 4.º - Na eleição de que trata esta Resolução votarão, para Coordenador e ViceCoordenador de um Curso de Graduação:

I. Os professores que compoñham o quadro permanente da carreira de Magistério Superior, os professores substitutos, os professores visitantes e os professores pesquisadores visitantes estrangeiros, desde que conste nos registros do Departamento de Pessoal da FUNECE que estejam vinculados à coordenação do Curso que os habilitam como eleitores e lotados na Unidade de Ensino em cuja estrutura organizacional o Curso pertença;

II. Os alunos regularmente matriculados no Curso que os habilitam como eleitores.

Art. 5.º - Na eleição para Coordenador e Vice-Coordenador de Curso de Graduação prevalecerá o peso de 70% (setenta por cento) para o corpo docente e 30% (trinta por cento) para o corpo discente, nos termos da seguinte fórmula:

em que:

C_i = % do i-ésimo candidato;

V_{Pi} = número de votos que o candidato C_i obteve entre os professores;

V_{Ai} = número de votos que o candidato C_i obteve entre os alunos;

P = número de professores aptos a votarem;

A = número de alunos aptos a votarem.**Parágrafo Único** - O número total de professores e de alunos que devem constar no denominador das frações da fórmula deste artigo será o constante das listas de votação, elaboradas com base nas relações dos eleitores aptos a votar, enviadas pelos setores competentes da UECE, dentro do prazo determinado pela Comissão Eleitoral.

Art. 6.º - Fica estabelecido, para a eleição de que trata esta Resolução que:

I. Cada eleitor votará na seção eleitoral à qual estiver vinculado;

II. Será da responsabilidade de cada mesa eleitoral, a recepção e a apuração dos votos, nos respectivos locais de votação, de acordo com as instruções e normas baixadas pela Comissão Eleitoral;

III. A fiscalização nas seções eleitorais será exercida pelos candidatos e/ou por eleitores fiscais, indicados pelos candidatos e credenciados pela Comissão Eleitoral;

IV. Cada candidatura poderá credenciar junto a Comissão Eleitoral o número máximo de 3 (três) fiscais;

V. Durante a votação e a apuração somente poderá permanecer na seção eleitoral 1 (um) fiscal por chapa;

VI. Poderão votar em separado:

a) o professor ou aluno que não tenha seu nome incluído na lista de votação da seção eleitoral à qual se diz vinculado, mediante preenchimento completo dos campos do envelope sobrecarta do voto em separado;

b) na seção eleitoral onde se encontra, o professor que estiver cursando pós graduação fora da cidade de sua lotação funcional;

c) na seção eleitoral onde se encontrar, o professor ou aluno que esteja fora da Unidade de Ensino a que pertence no data da eleição;

d) na seção indicada pela Comissão Eleitoral, os professores lotados em Unidades da UECE do interior do Estado que no dia da Eleição estejam em Fortaleza.

VII. Os votos em separado serão apurados exclusivamente pela Comissão Eleitoral e deverão ser acrescentados nos denominadores das frações da fórmula referida no Art. 5º como parte do universo dos respectivos votantes, desde que o nome do eleitor não conste em lista de votação;

VIII. Estarão impedidos de votar:

a) o professor afastado por licença para trato de interesses particulares;

b) o professor com suspensão de vínculo;

c) o professor que esteja afastado, mediante Portaria do Presidente da FUNECE, para fins de aposentadoria;

d) o professor aposentado;

e) o aluno de graduação da UECE que não esteja regularmente matriculado.

IX. Quando o eleitor possuir mais de uma vinculação com o sistema FUNECE/UECE, o seu direito de voto será exercido de acordo com as regras abaixo indicadas: **a)** o professor que ministrar disciplina(s) em mais de um Curso de Graduação, votará

exclusivamente para Coordenador no Curso ao qual esteja vinculado e pertença à Unidade de Ensino em que se encontre lotado;

b) o professor que também for estudante de graduação votará, na condição de professor, para Coordenador do Curso ao qual esteja vinculado e pertença à Unidade de Ensino em que se encontre lotado e, na condição de aluno, para Coordenador do Curso onde estiver regularmente matriculado como aluno.

IX. O eleitor votará mediante seu comparecimento à seção eleitoral, não sendo admitido qualquer outro meio de manifestação de vontade como válido.

Parágrafo Único – Nos casos listados nas alíneas b e c, o eleitor somente terá seu direito assegurado, se comunicar à Comissão Eleitoral, no prazo de pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes da eleição e tiver seu pedido aceito. Caso contrário, o atendimento de seu pleito estará sujeito à viabilidade operacional de a Comissão enviar a respectiva cédula eleitoral do eleitor.

Art. 7.º - A Comissão Eleitoral, referida no parágrafo único do Art. 1º desta Resolução, será constituída mediante Portaria do Reitor da UECE, devendo ser composta de, no mínimo, 3 (três) membros.

§ 1.º - Os componentes da Comissão Eleitoral serão eleitores em condição de exercer seu direito de voto ou servidores técnico-administrativos.

§ 2º - O Reitor designará o Presidente e o Secretário da Comissão Eleitoral.

Art. 8.º - Compete à Comissão Eleitoral:

I. Estabelecer os locais de funcionamento das Seções Eleitorais;

II. Designar os mesários que dirigirão os trabalhos em cada seção eleitoral, em número nunca inferior a 3 (três) componentes;

III. Tornar público, no máximo até as 18 (dezoito) horas do dia anterior à eleição, a lista dos votantes de cada seção eleitoral;

IV. Analisar os pedidos de inscrição dos candidatos, deferindo aqueles que se enquadrem simultaneamente nos ditames do Estatuto da FUNECE, do Regimento Geral da UECE, desta Resolução e do Edital de Convocação;

V. Divulgar amplamente as candidaturas deferidas;

VI. Adotar todas as providências necessárias para a realização da eleição, podendo solicitar os serviços de qualquer dos setores do sistema FUNECE/UECE;

VII. Baixar Instruções, Portarias e outros instrumentos normativos complementares, necessários à execução da eleição sob sua coordenação;

VIII. Decidir em relação aos casos omissos ou duvidosos, referentes aos procedimentos e critérios a serem observados na eleição;

IX. Consolidar os mapas de apuração dos votos das seções eleitorais;

X. Elaborar o mapa final de apuração com o percentual de votação de cada candidato a Coordenador;

XI. Encaminhar à Coordenação de cada Curso o resultado da eleição para efeito de homologação conforme estabelece a alínea “j” do Art. 56 do Regimento Geral da UECE.

Art. 9.º - Os candidatos e seus parentes consanguíneos, cíveis, e por afinidade até o terceiro grau não poderão integrar a Comissão Eleitoral e as mesas das Seções Eleitorais previstas nesta Resolução.

Art. 10 - O Reitor, mediante Portaria, designará uma Comissão Recursal, composta de no mínimo, 3 (três) membros como instância de apreciação de recursos contra atos da Comissão Eleitoral.

§ 1.º - A Comissão Recursal manter-se-á em reunião permanente durante a realização da eleição, para apreciar e decidir sobre recursos imediatos.

§ 2.º - Entende-se por recurso imediato, contra a decisão de Comissão Eleitoral, aquele interposto até uma hora após a divulgação da decisão que for objeto de impugnação e com questões que devam ser dirimidas antes do encerramento da votação.

§ 3.º - Qualquer outro recurso deverá ser interposto até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação da decisão de Comissão Eleitoral e somente será admitido na forma escrita, desde que assinado pelos candidatos ou por seu procurador, legalmente constituído.

§ 4.º - Avisos, notícias, comunicados, portarias, editais e outras matérias pertinentes, bem como as decisões adotadas pela Comissão Eleitoral e pela Comissão Recursal deverão ser divulgadas somente na internet no site da Comissão Eleitoral (www.uece.br/eleicoes), constando a hora de divulgação da publicação, quando for o caso.

§ 5.º - Das decisões da Comissão Recursal caberá recurso ao Reitor da UECE, como instância administrativa final.

Art. 11 – A ordem dos nomes dos candidatos na cédula eleitoral será estabelecida mediante sorteio público realizado pela Comissão Eleitoral.

Art. 12 - Os casos omissos que excedam o âmbito de competência da Comissão Eleitoral e da Comissão Recursal serão resolvidos pelo Reitor da UECE.

Art. 13 - Os mandatos dos coordenadores dos Cursos de Graduação da UECE terão duração de dois anos, contados a partir da data da posse.

Art. 14 – Havendo vacância do cargo de Coordenador de Curso de Graduação durante o mandato, assumirá o cargo o Vice-Coordenador, que completará o período do mandato em andamento.

Art. 15 – No caso de haver vacância nos cargos de Coordenador e de ViceCoordenador de um mesmo Curso, durante o biênio do mandato, o Reitor designará um docente com vinculação primária a este curso para ocupar o cargo de Coordenador em condição *Pro tempore*.

Art. 16 – No caso de não haver registro de candidatura para Coordenador de determinado Curso de Graduação, o Conselho do Centro ou de Faculdade a que pertença o respectivo Curso indicará lista tríplice, constante dos professores daquele colegiado com mais tempo de serviço na FUNECE, por ordem de antiguidade, para que o CONSU escolha o Coordenador e o Vice-Coordenador.

Parágrafo Único - A designação *Pro tempore* poderá ser aplicada no caso de impossibilidade de escolha pelo Conselho Universitário de Coordenador para ocupar o cargo vago nas condições estabelecidas no Art. 16 desta Resolução.

Art. 17 – O Coordenador eleito, o Coordenador escolhido pelo Conselho Universitário, nos termos do *caput* do Art. 16, e o Coordenador designado *Pro tempore* terão os mesmos deveres e direitos, ressalvado o previsto no **Parágrafo Único** deste artigo.

Parágrafo Único - O Coordenador *Pro Tempore*, não poderá se candidatar na Eleição para escolha dos representantes da categoria dos Coordenadores de Cursos de Graduação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Art. 18 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas a Resolução N° 647/2009-CONSU, de 16 de fevereiro de 2009 e demais disposições em contrário.

REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, em Fortaleza, Ceará,
aos 05 de abril de 2013.

Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio

Reitor

ANEXO B -

RESOLUÇÃO Nº 4309/2018 - CEPE, de 08 de outubro de 2018.

INSTITUI NORMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE).

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo SPU Nº 6763930/2018 e a deliberação unânime do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, em reunião realizada em 08 de outubro de 2018, considerando a necessidade de rever as normas para o desenvolvimento do TCC nos cursos de graduação, RESOLVE:

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação – TCC da Universidade Estadual do Ceará se constitui em pré-requisito para obtenção de título de Licenciado ou de Bacharel e suas atividades são normatizadas de acordo com esta Resolução.

Art. 2º - O TCC tem como objetivo iniciar o estudante concludente de curso de Licenciatura ou Bacharelado no campo da produção do conhecimento, desenvolvendo sua capacidade de refletir, interpretar e/ou sistematizar um trabalho relacionado a um dos diversos setores de estudos integrantes do conteúdo programático do currículo.

Art. 3º - O TCC se constitui numa atividade pedagógica obrigatória da matriz curricular constante do Projeto Pedagógico de Curso – PPC, para a qual será determinada carga horária e número de créditos. §1º - As temáticas do TCC deverão estar vinculadas a uma ou mais áreas do currículo do Curso. §2º - O TCC obedecerá aos princípios metodológicos da atividade que o aluno se propõe a desenvolver, sob a orientação de um professor orientador.

Art. 4º - O TCC poderá ser desenvolvido na forma de monografia, artigo científico, manual, relatório, composição de obra artística, espetáculo artístico público, memorial, dossiê, software, tradução de obra, produção audiovisual, portfólio e registro de patente.

§1º - O estudante escolherá o tema de sua preferência e o desenvolverá dentre as formas de TCC previstas no PPC do Curso, assim como estabelecerá, juntamente com o professor orientador, a metodologia para a realização do trabalho.

§2º - A área temática poderá configurar-se no âmbito de estudos de uma disciplina, abranger um conjunto de disciplinas que caracterizam uma unidade de conhecimento do ponto de vista científico ou os estudos de uma área de concentração de formação profissional ou, ainda, versar sobre um assunto conexo aos estudos teóricos ou práticos, básicos e profissionalizantes, desenvolvidos no contexto do Curso.

§3º - Para atender ao interesse do estudante, admitir-se-á a mudança de tema ou da metodologia de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, ouvido o professor orientador, assumindo o aluno o ônus do tempo já aplicado na realização do trabalho inicial.

Art. 5º - Ao estudante será assegurada orientação ao TCC por um professor orientador, podendo ocorrer a substituição de orientação por solicitação do discente, do orientador ou de ambos, e em todos os casos deve ter a anuência da Coordenação do Curso. §1º - Quando a substituição de orientação for solicitada pelo estudante, a Coordenação do Curso de sua vinculação deverá levar em conta o pronunciamento do professor orientador a ser substituído. §2º - Quando a substituição de orientação for solicitada pelo professor orientador, este dará conhecimento à Coordenação do Curso, apresentando as situações que inviabilizam a continuidade da sua orientação, encaminhando solicitação da desvinculação em tempo hábil, para evitar prejuízo ao estudante.

Art. 6º - A orientação ao TCC deverá ser exercida, prioritariamente, por um professor do Curso de Licenciatura ou Bacharelado da UECE, devendo o colegiado do Curso decidir pela admissibilidade ou não da orientação externa, o que necessariamente deverá estar previsto no PPC, assim como os critérios para ser orientador externo.

§1º - Compreende-se por orientador interno aquele pertencente ao quadro de professores da UECE, independentemente de pertencer ao Colegiado de Curso e por orientador externo aquele que não pertença ao quadro de professores da Universidade.

§2º - Os números máximo e mínimo de orientandos para cada professor orientador será determinado pelo Colegiado do Curso, considerando as demandas e a disponibilidade de carga horária dos professores. §3º - A orientação dar-se-á na forma presencial, sendo possível interação entre orientando e professor orientador online.

Art. 7º - A Defesa do TCC deverá ser realizada conforme a dinâmica de cada Curso e considerando os prazos previstos no calendário acadêmico. §1º - A Defesa do TCC será organizada, preferencialmente, sob a forma de Seminário de Apresentação de Trabalhos, para assegurar a ampla participação da comunidade acadêmica. §2º - O estudante fará a defesa do TCC perante uma Comissão Examinadora constituída pelo professor orientador e mais, no mínimo, um professor avaliador, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso. §3º - O Projeto Pedagógico do Curso estabelecerá os critérios relativos à forma e ao conteúdo do trabalho, os quais deverão ser observados pela Comissão Examinadora do TCC. §4º - Será aprovado no TCC o aluno que obtiver conceito satisfatório (S), equivalente a uma nota igual ou superior a 7 (sete).

Art. 8º - A formatação do TCC deverá observar as normas vigentes para entrega de trabalhos acadêmicos da UECE, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando a modalidade assim o exigir.

Art. 9º - Os professores orientadores terão as seguintes atribuições ao longo do período no qual exerçam suas atividades: I. Estabelecer, com o orientando, o plano de estudo, o respectivo programa, os horários e formas de atendimento e outras providências necessárias; II. Formular ou rever o tema de estudo a ser investigado e o planejamento a partir da proposta do Trabalho de Conclusão de Curso; III. Indicar bibliografia básica para o(s) tema(s) a serem investigados; IV. Informar ao orientando sobre o cumprimento das normas, procedimentos e critérios de avaliação do TCC; V. Acompanhar os trabalhos sob sua orientação; VI. Definir, ao final do processo de elaboração do TCC, se o trabalho se encontra em condições de ir para defesa; VII. Montar, participar e coordenar as bancas de defesa dos orientandos; VIII. Preencher os registros de frequência do estudante e encaminhá-los à Coordenação do Curso em tempo hábil, de acordo com o calendário de colação de grau. Parágrafo único. Quando se tratar de orientador externo, as atribuições do inciso VII serão de responsabilidade do Coordenador do Curso.

Art. 10º - Comprovada a existência de plágio no Trabalho de Conclusão de Curso, o estudante será reprovado na disciplina, sendo indeferida sua colação de grau até que apresente novo trabalho e seja aprovado pela banca examinadora.

Art. 11º - A aprovação do estudante no TCC somente se concretizará após o cumprimento, quando for o caso, das alterações sugeridas pela banca examinadora, sob acompanhamento e anuência do professor orientador.

Art. 12º – Os casos omissos nesta Resolução serão decididos pelo Colegiado do Curso, ouvidos o Professor Orientador e a Coordenação do Curso.

Art. 13º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução Nº 2146/CEPE, de 13 de setembro de 1999 e demais disposições em contrário.
Reitoria da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 08 de outubro de 2018.

Prof. Ms. Hidelbrando dos Santos Soares
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

ANEXO C -

RESOLUÇÃO Nº 3241 / CEPE, de 05 de outubro de 2009.

Estabelece critérios e normas para institucionalização das Atividades Complementares como componente curricular dos Cursos de Graduação.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, considerando as disposições contidas nas Resoluções CNE/CP Nº 2, de 19/02/2002; CNE/CP Nº 1, de 15/05/2006; CNE/CSE Nº 2, de 18/06/2007; CNE/CES Nº 4 de 06/04/2009; as Diretrizes Curriculares Nacionais dos diferentes cursos de graduação, os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação da nossa Universidade e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, em sua reunião de 05 de outubro de 2009, RESOLVE:

Art. 1º- As Atividades Complementares são componentes curriculares que visam a contribuir para uma formação mais completa do aluno, favorecendo a ampliação do seu universo cultural por meio da pluralidade de espaços de formação educacional do aluno e da flexibilização curricular dos cursos, os quais integralizam sua carga horária com tais atividades.

Art. 2º- As atividades complementares devem integrar o currículo de todos os Cursos de Graduação, Licenciatura e Bacharelado, em acordo com as Resoluções CNE/CP Nº 2, de 19/02/2002; CNE/CP Nº 1, de 15/05/2006; CNE/CSE Nº 2, de 18/06/2007; CNE/CES Nº 4 de 06/04/2009 e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos diferentes cursos de graduação.

§ 1º Para efeito de integralização curricular dos cursos de Licenciatura Plena, cumpra-se o exposto na Resolução CNE/CP Nº 2/2002, que estabelece 200 (duzentas) horas para Atividades Acadêmicas Científico/Culturais.

§ 2º As Atividades Complementares para o curso de Licenciatura em Pedagogia seguem o que dispõe a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que estabelece 100 (cem) horas para atividades teórico-práticas de aprofundamento, em áreas específicas de interesse dos alunos.

§ 3º Para efeito de integralização curricular dos cursos de Graduação Bacharelado, cumpra-se o exposto nas Resoluções CNE/CSE Nº 2, de 18/06/2007 e CNE/CES Nº 4 de

06/04/2009, que estabelecem que os estágios e atividades complementares deverão responder por até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações específicas contidas nas respectivas Diretrizes Curriculares, devendo a carga horária destinada a essas atividades ser explicitada no Projeto Pedagógico dos respectivos cursos.

Art. 3º - Serão consideradas Atividades Complementares, em princípio, toda e qualquer atividade extra sala de aula, que sejam de aprofundamento e/ou ampliação da formação profissional dos alunos de graduação que guardem correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso do aluno, para serem aprovados o planejamento e a sua inclusão na integralização curricular, as Atividades Complementares deverão ter caráter de complementação da formação acadêmica e profissional do aluno, mantendo correlação aos objetivos do curso em que estão matriculado e aos conhecimentos e habilidades previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, as quais contribuam para a eficiência do exercício profissional e concorram para uma convivência social ética e orientada para os interesses da comunidade.

Art. 4º- Compete aos alunos: a) Participar das Atividades Complementares como componente curricular dos cursos de graduação com aproveitamento, a fim de aperfeiçoar à sua formação acadêmica e compor a carga horária do curso de graduação para integralização curricular; b) Prevenir-se contra o não cumprimento da carga horária prevista para as atividades complementares, administrando e contabilizando as atividades realizadas ao longo do curso; c) Requerer em formulário específico e em período estabelecido no Calendário Acadêmico, o registro de suas atividades, anexando ao requerimento a documentação comprobatória da sua efetiva participação, expedida pelo Órgão, Entidade ou Instituição onde as realizou; d) Entrar com recurso de reanálise junto ao Colegiado do Curso, quando cabível, respeitando os prazos estipulados.

Art. 5º- Compete às Coordenações dos Cursos de Graduação: a) Promover e/ou estimular a realização das Atividades Complementares no curso, informando aos alunos e professores a realização das mesmas quando for de sua responsabilidade a organização; b) Estar ciente das regulamentações oficiais que regem o desenvolvimento das Atividades

Complementares e promover ampla divulgação desta Resolução para os alunos e professores do curso; c) Orientar e esclarecer aos alunos sobre as Atividades Complementares a serem desenvolvidas conforme o Projeto Pedagógico de cada curso e suas especificidades; d) Analisar e deferir plenamente, com alterações ou indeferir as solicitações dos alunos da integralização dos créditos, preenchendo o mapa de registro das Atividades Complementares, checando a documentação comprobatória de realização dessas atividades, a quantidade de horas sua correspondência em créditos integrais para registro no histórico escolar do aluno; e) Encaminhar ao Núcleo de Estágio Curricular e Atividades Complementares da PROGRAD a quantidade de horas das Atividades Complementares e sua correspondência em créditos arredondados para análise final e implantação junto ao DEG(Departamento de Ensino de Graduação), em período estipulado no Calendário Acadêmico; f) Propor outras atividades para serem consideradas complementares, levando em conta as peculiaridades da área de conhecimento do respectivo curso, desde que haja correlação com um dos tipos relacionados no quadro em anexo e com a correspondente natureza.’

Art. 6º - Compete aos Colegiados dos Cursos de Graduação: a) Analisar os recursos impetrados pelos alunos para revisão de validação dos créditos das atividades complementares; b) Fomentar, propiciar e contribuir para o desenvolvimento de atividades que permitam aos alunos contabilizar horas/créditos; c) Contribuir com críticas e sugestões no sentido do aprimoramento da sistemática estabelecida nesta Resolução; d) Deliberar sobre novos tipos de atividades complementares, propostos pela Coordenação do Curso, o que deverá ser homologado pelo Conselho de Centro e/ou Faculdade e incluído no Projeto Pedagógico do Curso; e) Analisar as Atividades Complementares omissas nesta Resolução, atribuindo horas exigidas para a validação.

Art.7º- Compete ao Núcleo de Estágio Curricular e Atividades Complementares, da Célula Técnico-Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação: a) Auxiliar as Coordenações de Curso no gerenciamento da análise do cômputo das Atividades Complementares, emitindo pareceres, quando solicitados; b) Contribuir com críticas e sugestões para a melhoria do que normatiza essa Resolução; c) Identificar novos tipos de Atividades Complementares e propor sua implantação; d) Buscar estabelecer parceiras com Empresas, Instituições, Organizações

Governamentais e Não Governamentais, dentre outras entidades, a fim de possibilitar inserções dos alunos em atividades complementares diversas.

Art. 8º - O registro das Atividades Complementares deverá ser solicitado, preferencialmente, no semestre anterior à conclusão do curso ou imediatamente após a contabilização integral das horas necessárias, respeitando-se os prazos estabelecidos pelo Calendário Acadêmico.

Art. 9º- Para validação das Atividades Complementares, o aluno deverá entregar à Coordenação do Curso: I- Um formulário específico preenchido para o conjunto de atividade que pretende validar; II- Comprovantes originais e/ou cópias autenticadas da documentação: certificado, diploma, declarações e outros documentos que comprovem as atividades realizadas; III- Em qualquer comprovante de quaisquer das categorias de Atividades Complementares deverão constar informações necessárias para qualificá-las e permitir a avaliação de sua validação tais como: nome do aluno participante, data de realização do evento, carga horária, período, área e outros dados essenciais; IV- Em caso de dados incompletos na documentação comprobatória, apresentar uma justificativa, contendo uma descrição concisa e clara da atividade desenvolvida e a relevância de tal atividade para a sua formação profissional.

Art. 10º - Somente serão consideradas para o cômputo de horas/créditos de Atividades Complementares aquelas atividades realizadas pelo aluno enquanto regularmente matriculado no Curso de Graduação para o qual elas foram programadas. Parágrafo único - Poderá ser aproveitada carga horária de Atividades Complementares cursadas por alunos oriundos de transferência de outras IES, mudança de curso ou admitidos como graduado, desde que sejam estreitamente relacionadas à área de formação do curso atual e, neste caso, os alunos deverão apresentar a documentação relativa às atividades realizadas ainda na condição de 5 aluno matriculado na Instituição e/ou curso de origem, no primeiro semestre de matrícula, observando o período estabelecido no Calendário Acadêmico para aproveitamento de estudos.

Art. 11 - As Atividades Complementares poderão ser programadas para realização nas dependências da UECE ou em instituições públicas ou privadas, desde que proporcionem a

complementação da formação do aluno e o alcance dos objetivos previstos no Art. 3º dessa Resolução.

Art. 12º - A Universidade proporcionará oportunidades aos alunos para que possam participar das Atividades Complementares oferecidas por suas Coordenações de Curso de Graduação.

Art. 13º - Os créditos/horas referentes às Atividades Complementares serão contabilizados exclusivamente para cumprimento da carga horária curricular reservada a estas atividades, não se admitindo que venham a substituir disciplinas obrigatórias ou optativas do curso de graduação em que estiver matriculado o aluno que as realizou.

Art. 14º - As Atividades Complementares podem ser realizadas em 6 (seis) grupos que correspondem à natureza das atividades, a saber, conforme o quadro constante no Anexo I, parte integrante desta Resolução. I- Acadêmico/Ensino; II- Acadêmico/Pesquisa e produção científica; III- Acadêmico/Geral; IV- Acadêmico/Extensão; V- Acadêmico/Esportivo; VI- Acadêmico/Cultural Parágrafo único- A carga horária em horas/créditos total deverá abranger atividades constantes em, pelo menos, dois dos grupos descritos neste artigo.

Art. 15º – Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pelo CEPE.

Art.16º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua aprovação, revogadas a Resolução nº 2.754/CEPE, de 16 de novembro de 2004 e demais disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 05 de outubro de 2009.

Prof. Francisco de Assis Moura Araripe
Reitor

ANEXO D -

RESOLUÇÃO Nº 3907/2015 - CEPE, de 23 de outubro de 2015.

INSTITUI E REGULAMENTA A MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO NACIONAL E INTERNACIONAL DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, Considerando a necessidade de regulamentar a mobilidade e o intercâmbio nacional e internacional dos discentes de graduação; Considerando a possibilidade de discentes de graduação cursar componentes curriculares em outras instituições nacionais e internacionais; Considerando a promoção da mobilidade e o intercâmbio nacional e internacional como forma de ampliar o compartilhamento e a difusão do conhecimento; Considerando a decisão unânime dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada no dia 23 de outubro de 2015; RESOLVE:

Art. 1º Ficam estabelecidas as normas para a mobilidade e o intercâmbio acadêmicos de discentes de cursos de graduação no âmbito da UECE. Parágrafo único - Compreende-se por mobilidade e intercâmbio acadêmicos o processo pelo qual o discente desenvolve atividades letivas em uma instituição diferente daquela com a qual mantém vínculo acadêmico.

Art. 2º São consideradas atividades de mobilidade acadêmica e de intercâmbio aquelas de natureza técnica, científica, social e cultural, como disciplina, estágio obrigatório, pesquisa e extensão que visem à complementação e ao aprimoramento da formação integral do estudante. Art. 3º A duração da mobilidade ou do intercâmbio é de no máximo 12 (doze) meses.

§1º Será permitida mobilidade ou intercâmbio por período de 18 (dezoito) meses apenas quando estiver previsto em seu Contrato de Estudos a realização de curso de aperfeiçoamento de idioma.

§2º Para os programas de duplo diploma será permitida prorrogação da mobilidade ou intercâmbio, em até 12 (doze) meses para os discentes com bom rendimento acadêmico.

§3º Em nenhuma hipótese a mobilidade ou intercâmbio poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses corridos ou alternados.

Art. 4º Admitem-se os seguintes tipos de mobilidade e intercâmbio acadêmicos: I. Mobilidade Acadêmica Nacional; II. Mobilidade Acadêmica Internacional; III. Intercâmbio Acadêmico Nacional; IV. Intercâmbio Acadêmico Internacional.

§1º A Mobilidade Acadêmica Nacional é aquela na qual o discente realiza atividades em outra instituição de ensino superior brasileira, mantendo o vínculo de matrícula com a UECE, período em que permanecerá na condição de "discente em mobilidade nacional".

§2º A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o discente realiza atividades em instituição de ensino superior estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na UECE, período em que permanecerá na condição de "discente em mobilidade internacional".

§3º O Intercâmbio Acadêmico Nacional é aquele no qual os discentes de instituição de ensino superior nacional, em mobilidade acadêmica para a UECE, permanecerão na condição de "discente em intercâmbio nacional".

§4º O Intercâmbio Acadêmico Internacional é aquele no qual os discentes de instituição de ensino superior estrangeira em mobilidade acadêmica para a UECE, permanecerão na condição de "discente em intercâmbio internacional".

Art. 5º A mobilidade e o intercâmbio acadêmicos poderão ocorrer por meio de: I. Adesão a programas de mobilidade e de intercâmbio de entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros. II. Estabelecimento de convênios interinstitucionais.

Art. 6º A mobilidade acadêmica e o intercâmbio têm por finalidade: I. Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana do discente, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais; II. Quando internacional, promover a interação do discente com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma; III. Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do discente, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional; IV. Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre discentes e professores de instituições nacionais e internacionais; V. Contribuir para o processo de internacionalização do ensino da UECE.

Art. 7º São requisitos para a participação de discentes da UECE em programas ou convênios de mobilidade acadêmica: I. Estar regularmente matriculado na UECE; II. Ter integralizado, no mínimo, 20% dos créditos do curso; III. Não estar cursando o último período do seu curso; IV. Ter aproveitamento acadêmico igual ou superior a Média de NPC: 70,00; V. Cumprir os critérios e prazos estabelecidos nos editais de seleção e as disposições dessa Resolução; VI. Ter idade mínima de 18 anos ou ser emancipado; VII. Comprovar sua aprovação e classificação para a participação no programa ou convênio de mobilidade e intercâmbio acadêmico; VIII. Possuir Carta de Aceite da Instituição anfitriã; IX. Ter Contrato de Estudos (Learning agreement) a ser cumprido na instituição de destino, aprovado pela Coordenação do Curso na UECE. X. Comprovar proficiência no idioma do país de destino, de acordo com os critérios estabelecidos nos programas ou convênios de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacional. Parágrafo único – Ao discente que esteja cursando o último período do seu curso será permitido, em caráter excepcional participar de Programa de Mobilidade no caso da atividade planejada ser de estágio obrigatório, atendendo as especificidades do Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

Art. 8º São requisitos para a participação de discentes de outras instituições nacionais ou estrangeiras em programas ou convênios de intercâmbio acadêmico na UECE: I. Estar regularmente matriculado em sua instituição de origem; II. Cumprir rigorosamente os procedimentos e exigências de inscrição determinados no Edital específico de intercâmbio; III. Apresentar Contrato de Estudos (Learning Agreement) recomendado pela Universidade de origem.

Art. 9º O discente selecionado deverá formalizar o afastamento para mobilidade ou intercâmbio acadêmico por meio de processo específico.

§1º. Quando se tratar de mobilidade ou intercâmbio internacional, o discente deverá iniciar o processo pelo Escritório de Cooperação Internacional – ECInt -, para análise do atendimento dos requisitos, sendo encaminhado, posteriormente, à Pró-Reitoria de Graduação –PROGRAD - para parecer final.

§2º No caso de mobilidade ou intercâmbio nacional, o processo será iniciado pela PROGRAD. §3º É obrigatório ao discente apresentar em seu processo de mobilidade ou de

intercâmbio o Contrato de Estudos (Learning Agreement) aprovado pela coordenação do curso tanto de origem como de destino.

§4º Em todos os casos, o discente se encontra obrigado a assinar o Termo de Compromisso específico.

§5º Ao processo de mobilidade deve ser anexado instrumento público de procuração, com a validade mínima correspondendo ao tempo máximo de permanência no Programa, estabelecendo poderes específicos de representação junto à UECE, acompanhado da cópia do documento de identidade do procurador.

Art. 10º. O discente deverá enviar à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD -, no prazo de 60 dias após o final do período de mobilidade, Memorial de atividades desenvolvidas na instituição de destino, devidamente comprovado.

Art. 11º. Fica o discente impedido de participar de um novo processo de mobilidade no caso de: I. Abandonar o Programa de Mobilidade Acadêmica; II. Ser reprovado em mais de 50% das disciplinas cursadas. Parágrafo único – Ficará justificado o abandono ou reprovação caso o discente comprove que o mesmo ocorreu por motivo de doença grave ou trauma incapacitante. Art. 12. O Contrato de Estudos (Learning Agreement) é o documento que prevê o conjunto de atividades de natureza acadêmica, científica, técnica, artística ou cultural que o discente cumprirá durante a realização da mobilidade ou intercâmbio acadêmico.

§1º O Contrato de Estudos (Learning Agreement) deverá conter a identificação da instituição e do curso de destino, a natureza, o elenco das atividades e serem desenvolvidas, a carga horária estimada e o período da mobilidade acadêmica.

§2º O Contrato de Estudos (Learning Agreement) do discente da UECE deverá ser elaborado sob a orientação do Coordenador de Curso de Graduação ou por docente designado para este fim.

§3º No caso de prorrogação de período previsto no Art. 3º, para a realização da mobilidade acadêmica ou intercâmbio, o discente deverá fazer um Adendo ao Contrato de Estudos proposto, incluindo as demais atividades a serem desenvolvidas, sempre com o aval do Coordenador de seu curso ou área.

Art. 13º. No caso de mobilidade, o Memorial de atividades é o documento que deverá conter a descrição das atividades desenvolvidas na instituição de destino, o relato da experiência vivenciada e sua contribuição para a formação acadêmica do discente, tendo como base o Contrato de Estudos (Learning Agreement).

Art. 14º. O discente de Graduação, após seu regresso do Programa de Mobilidade Acadêmica, terá direito ao aproveitamento dos estudos realizados.

§1º Os estudos realizados poderão ser aproveitados como disciplina obrigatória ou optativa, condicionado à existência de disciplina no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, desde que haja correspondência de conteúdo e de carga horária, conforme resolução específica.

§2º Os estudos realizados durante o período de mobilidade, que não tiverem correspondência de carga horária e de conteúdo com as do Projeto Pedagógico do Curso - PPC mas forem julgadas como relevantes pela Coordenação do Curso de origem do discente, poderão ser aproveitados como disciplinas de mobilidade, conforme resolução específica.

§3º Quando se tratar de mobilidade internacional, o processo deve ser iniciado pelo Escritório de Cooperação Internacional - ECInt, para análise dos requisitos e registro.

§4º O requerimento para o aproveitamento de estudos deve ser instruído com os documentos comprobatórios da realização das atividades, fornecidos pela instituição de destino e do Memorial de atividades.

§5º Os discentes de graduação devem observar o período previsto no calendário acadêmico para o aproveitamento.

Art. 15º. O aproveitamento dos estudos constantes no Contrato de Estudos aprovado pela Coordenação do Curso de origem, se dará como disciplina obrigatória ou como disciplina optativa, sem necessidade de nova avaliação. Parágrafo único - As atividades realizadas e que não constam no Plano de Atividades ou no seu Adendo, quando for o caso, deverão ser avaliadas pela Coordenação de Curso de origem, não sendo garantido o aproveitamento.

Art. 16º. Durante o período de mobilidade, a situação acadêmica do discente será registrada como "mobilidade nacional" ou "mobilidade internacional", conforme o caso.

§1º É vedado ao discente em “mobilidade” cursar concomitantemente disciplinas na instituição de origem e de destino.

§2º O discente que, no momento do afastamento, houver cumprido 75% da carga horária das disciplinas e 90% das atividades especiais, conforme previsto no Regimento da UECE, poderá realizar avaliação de aprendizagem com a finalidade de integralizar os respectivos créditos. §3º O discente que, no momento do afastamento, não houver cumprido 75% da carga horária das disciplinas e 90% das atividades especiais, conforme previsto no Regimento da UECE, poderá requerer trancamento total.

§4º O discente de graduação que estiver oficialmente em Programa de Mobilidade Internacional na data de realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE - terá sua dispensa devidamente consignada no Histórico Escolar, como previsto na Legislação Educacional vigente.

Art. 17º. Os discentes de outras instituições que estão realizando um período de intercâmbio na UECE serão registrados na forma de ingresso “intercâmbio nacional” ou “intercâmbio internacional”, conforme o caso.

§1º O ingresso do discente será realizado mediante a emissão de Carta de Aceite que deverá ser assinada pelo representante do setor de mobilidade acadêmica e pelo Reitor da UECE.

§2º Após o término do período será emitido um histórico escolar para fins de certificação dos estudos realizados pelo discente.

Art. 18º. A UECE exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção do estudante participante de Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico, tais como: taxa de mensalidade, deslocamento, alimentação, moradia, atendimento médico, hospitalar e tradução de documentos, exceto quando previsto o contrário nos editais do Programa.

Art. 19º. É de responsabilidade do discente em mobilidade ou intercâmbio internacional a tradução de documentos envolvidos no processo, a obtenção de passaporte, visto e, obrigatoriamente, seguro de saúde internacional de ampla cobertura durante o período de permanência.

Art. 20º. A coordenação dos processos de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, normatizados por esta Resolução caberá à Comissão de Mobilidade e Intercâmbio - CMI - composta por um representante da PROGRAD e um representante do ECInt.

Art. 21º. Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação, ouvida a Comissão de Mobilidade e Intercâmbio.

Art. 22º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário. Reitoria da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 23 de outubro de 2015.

Prof. Ms. Hidelbrando dos Santos Soares
Vice-Reitor em exercício da Reitoria

ANEXO E -

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

DOU de 26.9.2008

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais; V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II

DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III

DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10º. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à

metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11º. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12º. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14º. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15°. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16°. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17°. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18º. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19º. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20º. O art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22º. Revogam-se as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

RESOLUÇÃO Nº 4441/2019 - CEPE, de 05 de agosto de 2019. REGULAMENTA O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ.

<http://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/08/RES-4441-CEPE.pdf>

ANEXO E-

**TERMO DE CONVÊNIO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO
OBRIGATÓRIO LEI FEDERAL Nº 11.788/2008**

Termo de Convênio que entre si celebram, de um lado, a Fundação Universidade Estadual do Ceará e de outro lado XXXX

A Fundação Universidade Estadual do Ceará, com sede na Av. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi, Bairro Serrinha, CEP 60714-903, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CNPJ 07 885 809/0001-97, doravante denominada FUNECE, neste ato representada por seu Presidente, Prof. M.e. Hidelbrando dos Santos Soares, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº33092982, SSP/CE, regularmente inscrito no CPF sob o nº 500.823.453-68 e do outro lado, o XXXX, sediado na XXXX, nºXXXX, Bairro: XXXX Telefone(s):XXXX,

E-mail:

CEP

XXXX, Fortaleza, Estado do Ceará, CNPJ no XXXX neste ato representada pelo Sr. XXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXXX, SSP/CE, regularmente inscrito no CPF sob o nºXXXX, e tendo em vista as disposições da Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como da Resolução nº 4441/2019, que regulamenta o estágio nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Ceará

- UECE, celebram o presente TERMO DE CONVÊNIO PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO, conforme as cláusulas abaixo discriminadas:

DO OBJETIVO DO ESTÁGIO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O Convênio tem por objetivo:

Estabelecer a cooperação entre a FUNECE e o XXXX, no sentido de contribuir para a constituição da formação e da identidade profissional de estudantes de cursos da

Universidade Estadual do Ceará, por meio da realização do estágio obrigatório, no XXXX, sob a supervisão de profissionais da XXXX e docentes da Universidade Estadual do Ceará.

DAS OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO NO XXXX

CLÁUSULA SEGUNDA – As oportunidades de estágio oferecidas estarão voltadas tanto para as necessidades do XXXX quanto para os objetivos estabelecidos nos projetos pedagógicos dos diversos cursos ofertados pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

DA COMPETÊNCIA DA FUNECE

CLÁUSULA TERCEIRA – Compete à FUNECE, através da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), dos Núcleos de Acompanhamento de Estágio (NAE) e dos Coordenadores de estágio competentes, que também firmam o presente Convênio, e por intermédio de outras instâncias por esta instituição de ensino determinadas: Firmar Termo de Compromisso de estágio obrigatório com o(a) estudante estagiário(a) ou seu representante legal e pelos representantes legais da parte concedente e da Universidade, para que, só então, possam ser iniciadas as atividades de estágio;

Indicar professor orientador, da área em que o estágio obrigatório será desenvolvido, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do(a) estudante estagiário(a);

Exigir do(a) estudante estagiário(a) a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, relatório das atividades de estágio;

Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus estudantes estagiários;

Contratar em favor do(a) estudante estagiário(a) seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

Fornecer, ao final de cada semestre letivo, declaração aos profissionais do XXXX que realizam a supervisão dos estudantes da UECE.

DA COMPETÊNCIA DO XXXX

CLÁUSULA QUARTA – Compete ao XXXX

Celebrar termo de compromisso com a UECE e o(a) estudante estagiário(a), zelando por seu cumprimento.

Definir, conjuntamente com a UECE e em consonância com os calendários acadêmicos da Universidade, os campos de estágio, os profissionais supervisores, o número de vagas de estágio, o início das atividades e o número de estagiários por supervisor, em conformidade com a legislação vigente;

Indicar profissionais do seu quadro de pessoal, possuidores de formação acadêmica e experiência profissional na área de conhecimento proposta no plano de atividades do estágio, para supervisão interna do estágio, incumbindo-lhes o acompanhamento, orientação e avaliação de desempenho do(a) estudante estagiário(a), juntamente com o professor orientador da Universidade;

Divulgar e acompanhar, junto aos campos de estágio oferecidos, o cumprimento da legislação que rege a matéria;

Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela UECE; Decidir, juntamente com a UECE, sobre os casos de desligamento de estagiários.

CLÁUSULA QUINTA – O presente estágio não tem vínculo empregatício, bem como qualquer eventual concessão de benefícios para manutenção de estagiários relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

CLÁUSULA SEXTA – A instituição que incidir na irregularidade que trata o art. 15, §1º, da Lei 11.788/2008, ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – O XXXX poderá solicitar, a qualquer momento, o desligamento e/ou a substituição de estagiários, nos casos previstos na legislação vigente, dando ciência da ocorrência à FUNECE.

CLÁUSULA OITAVA – O presente Convênio vigorará por 05 (cinco) anos, a partir de sua assinatura, podendo ser denunciado a qualquer época, através de notificação, por escrito, feito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Convênio.

E por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo de Convênio, depois de lido e achado conforme, assinado pelas partes e testemunhas, dele extraindo 3 (três) vias de igual teor, para que produza todos os efeitos.

Fortaleza, de de .

Prof. M.e. Hidelbrando dos Santos Soares

Presidente da FUNECE

Representante Órgão/Empresa

Testemunhas: C.P.F:

Testemunhas: C.P.F: